

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

LUIS FILIPE LIMA E SILVA

**Sintaxe da fala, probabilidade e cognição: Uma proposta integrada de
investigação em estudo sobre NPs baseado em corpus**

BELO HORIZONTE

2020

LUIS FILIPE LIMA E SILVA

**Sintaxe da fala, probabilidade e cognição: Uma proposta integrada de
investigação em estudo sobre NPs baseado em corpus**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística teórica e descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva
Linha de Pesquisa: Estudos Linguísticos baseados em Corpora
Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Heliana Ribeiro de Mello

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2020

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S586s Silva, Luis Filipe Lima e.
Sintaxe da fala, propabilidade e cognição [manuscrito] : uma proposta integrada de investigação em estudo sobre NPs baseado em corpus / Luís Filipe Lima e Silva. – 2020.
306 f., enc.

Orientadora: Heliana Ribeiro de Mello.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos Linguísticos Baseados em Corpora.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 277-306.

1. Linguística – Teses. 2. Sintaxe – Teses. 3. Linguística de corpus – Teses. 4. Atos de fala (Linguística) – Teses. I. Mello, Heliana. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



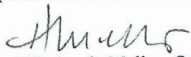
FOLHA DE APROVAÇÃO

Sintaxe da fala, probabilidade e cognição: Uma proposta integrada de investigação em estudo sobre NPs baseado em corpus

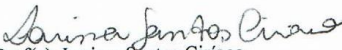
LUÍS FILIPE LIMA E SILVA

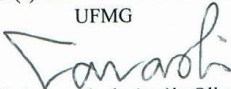
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos Linguísticos Baseados em Corpora.

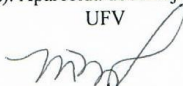
Aprovada em 18 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Heliana Ribeiro de Mello - Orientadora
UFMG


Prof(a). Giulia Bossaglia
UFMG


Prof(a). Larissa Santos Ciriaco
UFMG


Prof(a). Aparecida de Araújo Oliveira
UFV


Prof(a). Mailce Borges Mota
UFSC

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2020.


Prof.ª Ana Luísa Adorno Marciotto Oliveira
Subcoord.ª Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos
FALE/UFMG

Agradecimentos

À CAPES, pela bolsa concedida durante a realização deste trabalho.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa final, R. Souza, A. Oliveira, M. Mota, L. Ciríaco, S. Coelho, G. Bossaglia e P. Perini.

À Caroline, Laís, Elisa e Karina, por compartilhar bons momentos.

À Raíssa, pela amizade e conselhos.

Aos colegas que me deram conselhos e me ajudaram de alguma maneira durante o período de realização desta tese, sobretudo Marcelo, Ronaldo, Yanzhi, Maryualê, Marcella, Fernanda, Lorena, Letícia, Mayra, Luz e Guilherme.

Aos professores e colegas do LEEL/C-ORAL-BRASIL/InCognito.

À minha orientadora, H. Mello/S. Kaur.

Aos compositores de música erudita. Sem a sua grandiosa arte, a caminhada para esta tese teria sido assaz penosa.

In virgulto graciae

In virgulto graciae
arbor pudicitiae
radices peregit.

Circumsepta surculis,
exornatur flosculis
quos excultor legit.

Virgultum ecclesia,
dei sapientia
quam replet doctrina.

Circumductus surculus,
vivens una populus
sub lege divina.

Virginalis concio
i[n] nitoris pallio
decus signat florum.

Flores legit ortuli
christus, auctor seculi
et rex angelorum.

Supplicemus igitur
regi per quem regitur
omnis status rex,

ut in orto glorie
fructus coram facie
nos metamus dei.

Amen.

(Anônimo – *Codex Las Huelgas*, séc. XIV)

Salmo 1

Feliz o homem
que não vai ao conselho dos ímpios,
não para no caminho dos pecadores,
nem se assenta na roda dos zombadores.

Pelo contrário:
seu prazer está na Lei de Iahweh,
e medita sua Lei, dia e noite.
Ele é como árvore
plantada junto a riachos:
dá seu fruto no tempo devido
e suas folhas nunca murcham;
tudo o que ele faz é bem-sucedido.

Não são assim os ímpios!
Pelo contrário:
são como a palha que o vento dispersa...
Por isso os ímpios não ficarão de pé no Julgamento,
nem os pecadores no conselho dos justos.

Sim, Iahweh conhece o caminho dos justos,
mas o caminho dos ímpios perece.

RESUMO

Este trabalho consiste de três amplos objetivos complementares: (i) propor uma reflexão teórica e fornecer subsídios necessários para uma investigação mais abrangente sobre a sintaxe da fala e (ii) desenvolver estudo de caso baseado naquilo foi refletido em termos teóricos, levando em conta aspectos metodológicos oriundos da estatística e (iii) propor um domínio para a sintaxe da fala. O ponto de partida é a Language into Act Theory [L-AcT] (CRESTI, 2000) – uma teoria pragmática que individualiza o enunciado como a unidade de referência da fala espontânea. A L-AcT entende que a estrutura informacional do enunciado é sinalizada por quebras prosódicas, as quais são atribuídas diferentes unidades pragmáticas com funções distintas. O Tópico (TOP) compõe uma das unidades informacionais e é definido como o âmbito em que a força ilocucionária deve ser aplicada. Cresti (2014) diz que qualquer tipo de relação sintática só pode se estabelecer caso o conteúdo locutivo do enunciado esteja disposto dentro de uma mesma unidade informacional, ao passo que, caso tal conteúdo esteja distribuído entre duas unidades, cessam-se as relações sintáticas e o que emergem são as relações pragmáticas oriundas das respectivas funções de cada unidade informacional. Contudo, esse critério pode nem sempre ocorrer na fala. E é isso que acaba nos levando a um panorama probabilístico para o estudo da sintaxe, ou seja, quais as chances de que elementos possam estabelecer relações sintáticas entre unidades informacionais? Além disso, é preciso que haja alguma fundamentação teórica que leve em consideração os aspectos constitutivos das relações sintáticas, que são inerentemente cognitivo-computacionais, e que seja compatível com os dados de fala, incluindo a dimensão probabilística da linguagem. A Gramática Cognitiva [GC] (LANGACKER, 2008) é uma teoria compatível com a investigação empírica e experimental e vem sendo testada nesses moldes. A partir da discussão proposta e visando responder a questão acima, buscamos aplicar o que foi refletido a um estudo de caso. Nosso intuito era investigar quais as chances de que um NP em TOP estabelecesse uma relação sujeito-verbo dadas algumas variáveis selecionadas. Utilizamos três minicorpora etiquetados de acordo com os parâmetros da L-AcT, extraindo dados do inglês, do português brasileiro e do espanhol. O método estatístico utilizado foi um modelo misto de regressão logística com efeitos aleatórios cruzados. As análises quantitativas foram conduzidas com auxílio do software R (R CORE TEAM, 2018). Contudo, só conseguimos resultados estatisticamente significativos com os dados do espanhol. A análise de regressão com os dados do espanhol, no entanto, mostrou que há uma maior probabilidade de que o NP em TOP estabeleça uma relação de sujeito com o conteúdo do COM caso tal NP seja definido, animado e dado. Posteriormente, os resultados foram interpretados segundo a GC. Uma análise provisória apontou que para os casos em que o NP é sujeito, haveria uma congruência no alinhamento de trajetores em TOP, tanto no nível oracional quanto no nível discursivo, ao passo que nos NPs sem relação sintática (SRS) o alinhamento se manifesta apenas no nível discursivo entre as unidades de TOP e de COM. Foi aplicado adicionalmente um modelo de árvore de decisão para os dados do espanhol. A aplicação do modelo mostrou que os NPs animados tendem a ser sujeito do verbo em COM, ao passo que os NPs inanimados apresentam uma interação maior com as outras variáveis. Caso os NPs sejam inanimados e o verbo da unidade seguinte seja das classes verbais *modulación* e *relacional*, os NPs tendem a ser sujeito. Se os verbos forem das demais classes (*existencial*, *material*, *mental* e *verbal*), há ainda a interação com o tipo de TOP, isto é, se os verbos pertencem às classes supracitadas e se o TOP for do tipo 2, os NPs tendem a ser sujeito, ao passo que se o TOP for do tipo 1, 3 ou *flat*, os NPs tendem a ser SRS. Por fim, por meio de argumentos empíricos e experimentais, propôs-se que o constituinte é o domínio da sintaxe da fala.

Palavras-chave: Sintaxe. NP. Tópico. Regressão logística. Arvore de decisão. Corpus.

ABSTRACT

This dissertation consists of three broad complementary objectives: (i) to propose a theoretical reflection and to provide necessary subsidies for a more detailed investigation of spoken syntax and (ii) to propose a case study based on what was reflected in theoretical terms, using the following methods derived from statistics and (iii) propose a domain for spoken syntax. The starting point is Language into Act Theory [L-AcT] (CRESTI, 2000) - a pragmatic theory that individualizes utterance as the reference unit of spontaneous speech. L-AcT assumes that the information structure of the utterance is signaled by prosodic breaks, which are assigned different pragmatic units with distinct functions. Topic (TOP) is one of the information units and it is defined as the scope in which the illocutionary force is to be applied. Cresti (2014) says that any kind of syntactic relation can only take place if the locutive content of the utterance is arranged within the same information unit, whereas if such content is distributed between two units, the syntactic relations cease and what emerge are the pragmatic relations arising from the respective functions of each informational unit. However, this criterion may not always occur in speech. And this is what leads us to a probabilistic overview for the study of syntax, i.e., what are the chances that elements can establish syntactic relations between information units? In addition, there needs to be some theoretical foundation that takes into account the constitutive aspects of syntactic relations, which are inherently cognitive-computational, and that is compatible with speech data, including the probabilistic dimension of language. Cognitive Grammar [CG] (LANGACKER, 2008) is a theory compatible with empirical and experimental research and has been tested along these lines. From the proposed discussion and aiming to answer the above question, we seek to apply what was reflected in a case study. Our aim was to investigate the odds that a NP in TOP would establish a subject-verb relation given some selected variables. We used three minicorpora labeled according to L-AcT parameters, extracting data from English, Brazilian Portuguese and Spanish. The statistical method used was a mixed logistic regression model with crossover random effects. Quantitative analyzes were conducted with the aid of R software (R CORE TEAM, 2018). However, we only achieved statistically significant results with Spanish data. Regression analysis with Spanish data, however, showed that there is a greater likelihood that an NP in TOP will establish a subject relationship with COM content if such NP is defined, animated, and given. Subsequently, the results were interpreted according to the CG. A provisional analysis pointed out that for the cases in which the NP is subject, there would be a congruence in the trajector alignment in TOP, both at the sentence level and at the discursive level, whereas in the non-syntactic relationship alignment only appears at the discursive level between the TOP and COM units. A conditional inference tree model was also applied to the Spanish data. The application of the model showed that animated NPs are the subject of the COM verbs, whereas inanimate NPs have a greater interaction with the other variables. If the NPs are inanimate and the verb of the next unit is of the modulation and relational verbal classes, the NPs tend to be subject. If the verbs are from the other classes (existential, material, mental and verbal), there is still interaction with the type of TOP, i.e., if the verbs belong to the above classes and if the TOP is type 2, the NPs tend to subject, whereas if TOP is type 1, 3 or flat, NPs tend to exhibit no syntactic relation. Finally, through empirical and experimental arguments, it was proposed that the constituent is the domain of spoken syntax.

Keywords: Syntax. NP. Topic. Logistic regression. Conditional inference tree. Corpus.

Lista de figuras

Figura 1 – Sinal de áudio, espectrograma, f0 e transcrição do exemplo 2.3	31
Figura 2 - Sinal de áudio, espectrograma, f0 e transcrição do exemplo 2.4.....	32
Figura 3 – Urano. Ilocução de confirmação	38
Figura 4 – Urano. Ilocução de expressão de incredulidade.....	39
Figura 5 – Urano. Ilocução de conclusão	39
Figura 6 – Urano. Ilocução de conclusão	39
Figura 7 – correspondência entre o padrão tonal e o padrão informacional.....	45
Figura 8 – Montagem (assembly) de uma oração simples do inglês.....	145
Figura 9 – Perfilamento de duas preposições do inglês	146
Figura 10 – Cadeia de foco.....	154
Figura 11 – A relação de ponto de referência.....	157
Figura 12 – Mapeamento sintático no discurso	165
Figura 13 – Página inicial da plataforma DB-IPIC	176
Figura 14 – Animacidade: Gradiência radial com subcategorização humana.....	189
Figura 15 – Alinhamento trajetor e marco nos níveis oracional e discursivo	203
Figura 16 – Alinhamento trajetor e marco o nível discursivo	203
Figura 17 – Acesso serial em diferentes janelas de atenção.....	205
Figura 18 – Acesso cumulativo em diferentes janelas de atenção	206
Figura 19 – Formas do TOP segundo Análise de Dados Funcionais	213
Figura 20 – Formas do TOP segundo Análise Funcional de Componentes Principais.....	214
Figura 21 – CIT da distribuição de NPs em TOP em razão de sujeito e SRS.....	216
Figura 22 – Modelo da produção da fala considerando o domínio da sintaxe	274

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas	192
Gráfico 2 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Estatuto do referente.....	194
Gráfico 3 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Definitude.....	195
Gráfico 4 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Animacidade.....	196
Gráfico 5 – Modelo para o espanhol: Efeitos fixos em razão de chances	200

Lista de tabelas

Tabela 1 – Unidades dialógicas	54
Tabela 2 – Sistema de casos do finlandês.....	84
Tabela 3 – Marcadores de SRS [Sistema de Referência entre Sentenças] em construções subordinadas temporais	93
Tabela 4 – Propriedades semânticas do sistema de classes das línguas bantu	95
Tabela 5 - Marca de sujeito na estrutura da forma verbal por classe	95
Tabela 6 – Situações, número de falantes por sexo e durações das gravações do minicorpus C-ORAL-BRASIL.....	171
Tabela 7 – Número e proporção de palavras por ramificação do minicorpus.....	172

Tabela 8 – Situações, número de falantes por sexo e durações das gravações do minicorpus do inglês.....	173
Tabela 9 – Tamanho do minicorpus do inglês: palavras e enunciados	174
Tabela 10 – Tamanho do minicorpus do espanhol: palavras e enunciados.....	175
Tabela 11 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas	192
Tabela 12 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Estatuto do referente	194
Tabela 13 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Definitude	195
Tabela 14 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Animacidade	196
Tabela 15 – Modelo misto: espanhol.....	198
Tabela 16 – Modelo misto: português brasileiro	200
Tabela 17 – Classificação dos verbos do espanhol segundo o projeto ADESSE.....	210
Tabela 18 – Módulos de processamento na geração da fala e sua relação com as fases de acesso lexical	227
Tabela 19 – Padrões de tom lexical em mpi.....	235
Tabela 20 – Casos indicados por tom gramatical em maasai	236

Lista de abreviaturas e siglas

1	Classe 1
5	Classe 5
9	Classe 9
1pp	Primeira pessoa do plural
1ps	Primeira pessoa do singular
3SG	Terceira pessoa do singular
ABS	Absolutivo
ACC	Acusativo
ADE	Adessivo
	Alternancias de Diátesis y Esquemas Sintáctico-Semánticos del Español
ADESSE	
AdjP	Adjective phrase
ALL	Alocutivo
APC	Apêndice de Comentário
APT	Apêndice de Tópico
ASP	Aspecto
AUX	Auxílio dialógico
B	Baseline
BDS	Base de datos sintácticos del español actual
CIF	Conditional inference tree
CMM	Comentário Múltiplo
CNT	Conativo
COB	Comentário Ligado
COM	Comentário
D	Dominion
DECL	Declarativo
DIS	Marcador de forma verbal disjuntiva
DOB	Objeto direto
DS	Sujeito diferente
DTC	Conector Discursivo
E	Elaboration
EEG	Eletroencefalograma
EMP	Unidade informacionalmente vazia
ERG	Ergativo
EXP	Expressivo
f0	Frequência fundamental
fMRI	Ressonância magnética funcional
FV	Vogal final
GC	Gramática Cognitiva
HAB	Habitual
INP	Incipitário

INT	Introdutor Locutivo
IOB	Objeto indireto
IPO	Institute for Perception Research
L-Act	Language into Act Theory
lm	Landmark
LOC	Locativo
MEG	Magnetoencefalografia
N	Nome
NOM	Nominativo
NP	Nominal Phrase
NPST	Non-past
NP SRS	Nominal Phrase sem relação sintática
PAR	Parentético
PART	Partitivo
PAS	Passado
PAST	Passado
PB	Português brasileiro
PET	Tomografia por emissão de pósitrons
PHA	Fático
PL	Plural
PP	Prepositional Phrase
PRES	Presente
R	Reference
REL	Marcador de oração relativa
SCA	Escansão
SD	Sujeitos diferentes
SG	Singular
SI	Sujeitos idênticos
SM	Marcador de sujeito
SRS	Sistema de referência entre sentenças
SS	Mesmo sujeito
SU	Sujeito
T	Target
TAM	Tempo, aspecto e modo
TMT	Tomada de Tempo
TOP	Tópico
TPL	Lista de Tópico
tr	Trajector
V	Verbo
VP	Verb Phrase

Lista de símbolos

*	Início de turno dialógico
[/n]	Fronteira de unidade prosódica de tipo retracting, com n palavras envolvidas
/	Fronteira de unidade prosódica
//	Fronteira de enunciado
+	Interrupção
<	Início de sobreposição de fala
>	Fim de sobreposição de fala
&	Início de palavra interrompida
&he	Hesitação
%ill	Ilocução
%sit	Situação
_r	Unidade em discurso reportado
hhh	Sons não linguísticos
xxx	Uma palavra não compreendida
yyy	Sequência de palavras não compreendidas

Sumário

1. INTRODUÇÃO	19
1.1. Justificativa	22
1.2. Objetivos	24
1.3. Organização do trabalho	26
PARTE I – SUBSÍDIOS TEÓRICOS	27
2. A LANGUAGE INTO ACT THEORY (L-AcT)	28
2.1. A unidade de referência da fala	29
2.2. A natureza acional da fala	36
2.3. A estrutura informacional	40
2.4. As unidades informacionais	45
2.4.1. As unidades informacionais textuais.....	46
2.4.1.1. Comentário (COM)	46
2.4.1.2. Tópico (TOP)	47
2.4.1.3. Apêndice de Tópico (APT) e Apêndice de Comentário (APC).....	49
2.4.1.4. Parentético (PAR)	51
2.4.1.5. Introdutor Locutivo (INT).....	52
2.4.1.6. As unidades dialógicas	53
2.5. O princípio ilocutivo em questão: a quebra do isomorfismo	56
2.5.1. Unidade de Escansão (SCA)	56
2.5.2. Comentários Múltiplos (CMM)	57
2.5.3. Comentários Ligados (COB).....	57
3. O TRATAMENTO DADO À SINTAXE ATRAVÉS DO QUADRO TEÓRICO DA L-AcT	58
3.1. Os moldes sintáticos da fala: A combinação e a composição	60
3.2. As configurações sintáticas da fala: A linearização e a padronização	62
3.3. O papel da modalidade na formação de ilhas semânticas e seu impacto na sintaxe	65
4. PROBLEMAS ACERCA DA ABORDAGEM TEÓRICA DA SINTAXE NA L-AcT: ANÁLISE QUALITATIVA	67
4.1. O caso do Tópico	68
4.2. O caso das orações subordinadas	73
4.3. O caso das orações coordenadas	78
4.4. O caso da negação	78
4.5. Outros casos em línguas tipologicamente variadas	80
4.5.1. As línguas de caso	83

4.5.2. O sistema de <i>switch-reference</i>	89
4.5.3. O sistema de logoforicidade.....	93
4.5.4. As marcas de sujeito em línguas bantu.....	94
4.5.5. Outros fenômenos em orações complexas.....	97
4.6. Sobre as evidências para o postulado das ilhas sintático-semânticas.....	98
4.7. Discussão sobre a abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala.....	122
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA COMPLEMENTAR.....	137
5.1. Dependência sintática e quebra prosódica.....	139
5.2. Probabilidade e sintaxe.....	141
6. A GRAMÁTICA COGNITIVA.....	143
6.1. Alguns pressupostos teóricos.....	144
6.2. O sujeito na GC.....	148
6.2.1. Langacker (1991).....	149
6.2.2. Langacker (1999).....	152
6.3. O Tópico na GC em comparação com a unidade de TOP da L-AcT.....	157
7. RESUMO: UMA PROPOSTA INTEGRADA PARA O ESTUDO DA SINTAXE DA FALA.....	162
PARTE II – APLICAÇÃO EMPÍRICA.....	163
8. ESTUDO DE CASO: OS NPs EM TOP.....	164
8.1. Objetivos.....	166
8.2. Metodologia.....	167
8.2.1. Os corpora.....	168
8.2.1.1. O projeto C-ORAL-ROM.....	168
8.2.1.2. O minicorpus do português brasileiro.....	170
8.2.1.3. O minicorpus do inglês.....	172
8.2.1.4. O minicorpus do espanhol.....	174
8.2.2. A plataforma DB-IPIC e o procedimento de busca.....	175
8.2.3. A seleção das variáveis.....	179
8.2.3.1. Estatuto do referente.....	179
8.2.3.2. Definitude.....	184
8.2.3.3. Animacidade.....	188
8.2.4. O método estatístico.....	190
8.3. Resultados e análise dos dados.....	191
8.3.1. Estatística descritiva.....	191
8.3.1.1. NP sujeito vs. NP sem relação sintática.....	191

8.3.1.2. Estatuto do referente.....	193
8.3.1.3. Definitude.....	194
8.3.1.4. Animacidade.....	196
8.3.2. Modelo misto de regressão logística	197
8.3.3. Discussão dos resultados	201
9. MODELO DE ÁRVORE DE DECISÃO PARA OS DADOS DO ESPANHOL	208
9.1. Objetivos.....	209
9.2. Metodologia.....	209
9.2.1. Fonte de dados	209
9.2.1.1. ADESSE.....	209
9.2.2. As variáveis selecionadas	211
9.2.2.1. A classe do verbo	212
9.2.2.2. O tipo do TOP	212
9.2.3. O método estatístico.....	215
9.3. Resultado e análise dos dados.....	216
10. RESUMO: A ABORDAGEM PROBABILÍSTICA PARA O ESTUDO DE NPs EM TOP	218
PARTE III – PROPOSTA DE UM DOMÍNIO NA SINTAXE DA FALA.....	220
11.1. Pré-requisitos	221
11.1.1. A atribuição gramatical.....	222
11.1.2. O processo de construção da sentença	225
11.1.3. A questão tipológica	229
11.1.4. Resumo	233
11.2. Algumas relações entre a sintaxe e a prosódia relacionadas à produção	234
11.2.1. O nível lexical: acento, alongamento silábico e tom	235
11.2.2. O nível sintático: ambiguidade estrutural	237
11.2.3. Abrangência e restrições na relação entre prosódia e sintaxe.....	239
11.3. O desempenho do componente sintático nas afasias	243
11.3.1. Afasia de Broca.....	244
11.3.2. Afasia de Wernicke.....	249
11.3.3. Comentários sobre o componente sintático nas afasias	252
11.4. O domínio da sintaxe na fala	255
11.4.1. Contraparte experimental.....	255
11.4.2. Contraparte empírica.....	261
11.5. Síntese	273

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
REFERÊNCIAS	281

1. INTRODUÇÃO

A variedade oral espontânea do discurso é, sem dúvidas, um campo fértil de pesquisas. Isso se deve ao fato de que seu estudo seja recente – considerando a evolução e o desenvolvimento dos estudos linguísticos ao longo dos séculos. A compilação de *corpora* orais só é possível com o avanço tecnológico que permita realizar o registro da fala. É somente na segunda metade do século XX que surgem os chamados *corpora* de fala espontânea, representando inicialmente a língua inglesa (cf. MELLO, 2012; 2014). Contudo, não é apenas o avanço tecnológico e o posterior surgimento de *corpora* de fala que torna a área um vasto campo a ser explorado. Muito se deve ao fato de haver também uma tradição de análise fortemente estabelecida. Essa tradição, que por séculos estudou a língua a partir da escrita (cf. LINELL, 2005), transferiu conceitos e categorias analíticas da diamesia supracitada para uma diamesia completamente desconhecida até então, isto é, a fala espontânea¹. Não é por acaso que Crystal (1976) menciona que a organização linguística da variedade oral espontânea do inglês tem sido fundamentalmente mal compreendida.

Tendo isso em vista, a primeira medida a ser tomada para uma exploração adequada da fala espontânea é compreender suas reais características. Por conseguinte, é preciso se abster de qualquer tipo de preconceito e de ideias que funcionam apenas para a diamesia escrita (cf. RASO; MELLO, 2014). Um passo importante para compreender a fala espontânea é estabelecer uma unidade de referência mínima de análise, assim como aquela que já existe para a escrita – a sentença. Esse é um grande desafio que levanta muito debate na comunidade científica². Como será abordado no cap. 2, consideraremos a unidade proposta pela *Language into Act Theory* (L-AcT), que é baseada no estudo das quatro principais línguas românicas faladas na Europa – espanhol, português, francês e italiano. Não obstante, essa não é a única possibilidade de análise, sobretudo se a gama tipologicamente variada das línguas naturais for considerada (cf. BLANCHE-

¹ Ademais, os primeiros *corpora* apresentavam apenas a transcrição dos textos orais, o que não significa estudar de fato a fala.

² Uma iniciativa importante na discussão desse problema foi a organização do evento intitulado *IX LABLITA and IV LEEL International Workshop: Units of Reference for Spontaneous Speech Analysis and their correlations across languages*, ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2015, organizado pelos professores T. Raso, H. Mello, M. Moneglia, L. Ferrari e G. Bossaglia. Nesse evento, pesquisadores do Brasil e do exterior puderam apresentar as suas ideias e trocar opiniões sobre o tema. Para mais informações, cf. <<http://150.164.100.248/ixlablitaandivleel/>>. Este evento também resultou num livro (cf. IZRE'EL et al. a sair).

BENVENISTE, 1990; CHAFE, 1994; IZRE'EL, 2005; MARUYAMA; TAKANASHI; UCHIMOTO, 2006; MITHUN, 2014; PIETRANDREA et al. 2014).

Se a postulação de uma unidade mínima de referência da fala que comporte as diferenças tipológicas ainda não constitui um consenso entre os pesquisadores, o mesmo pode ser dito acerca do estudo da sintaxe dessa diamesia. Apesar de haver uma quantidade razoável de trabalhos sobre a sintaxe de textos orais, ainda não existe uma unidade nas propostas (cf. BLANCHE-BENVENISTE et al. 1990; MILLER; WEINERT, 1998; BIBER et al. 1999; CHESHIRE, 2005; SABIO, 2006; MITHUN, 2008; KIBRIK, 2012; 2013; DEBAISIEUX, 2013; CRESTI, 2014; INBAR, 2016; METTOUCHI, 2018, entre outros)³. Esse quadro decorre, inicialmente, da diversidade de abordagem dos textos orais, de certa falta de compreensão acerca da atuação do componente sintático na fala e de uma exploração metodológica muitas vezes limitada àquilo que os fenômenos e os dados exigem. Esses fatores evidenciam a ausência de uma diretriz mais robusta para o desenvolvimento de estudos na área.

Com a evolução dos estudos empíricos, sobretudo aqueles baseados em *corpora*, a preocupação metodológica torna-se uma prioridade natural. Essa preocupação se reflete desde a compilação e a organização de *corpora* de fala (cf. MELLO, 2014) e de métodos de pesquisa em sintaxe (cf. MITHUN, 2013) até técnicas de análise estatística (cf. BAAYEN, 2008; GRIES, 2009), que, nesse caso, envolvem não apenas a análise de dados de *corpora* orais, mas também a de *corpora* de língua escrita. Isso demonstra que há uma preocupação metodológica tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo. É nesse cenário que a nossa proposta se insere. Um dos objetivos deste trabalho, como ficará claro adiante, é propor uma unificação de aspectos teóricos fundamentais à pesquisa em sintaxe conjugados com uma metodologia adequada à natureza dos dados empíricos. Isso só será possível se houver um suporte teórico consistente, bem como uma adequação metodológica eficiente.

Este trabalho pretende fornecer, em primeiro lugar, subsídios teóricos para a investigação da sintaxe da fala, apresentados na forma de uma proposta de integração entre uma teoria que descreve e explora a fala espontânea (*Language into Act Theory* –

³ Evidentemente, além dos trabalhos citados, é preciso mencionar os inúmeros estudos sintáticos das tradições da Sociolinguística e do Funcionalismo, bem como trabalhos de alguns pesquisadores que estudam línguas indígenas ou línguas não-indo-europeias, em geral. No entanto, muitos dos dados desses estudos são oriundos de bancos de dados, e não propriamente de *corpora* (cf. MCENERY; HARDIE, 2011, para a definição de *corpus*, e MELLO, 2014, para a importância dos *corpora* de fala na pesquisa linguística e como eles devem ser construídos), bem como em muito deles a tradição de análise baseada em categorias da escrita ou da análise de transcrições ainda esteja fortemente presente.

L-AcT) e de uma teoria de base gramatical que considera a natureza cognitiva das relações gramaticais (a Gramática Cognitiva). Posteriormente, à proposta elaborada será aplicado um estudo empírico. Mais especificamente, o que será analisado como um estudo de caso, na segunda parte do trabalho, diz respeito aos NPs realizados em unidade de Tópico (TOP). A elaboração da proposta na primeira parte surge de um problema que a L-AcT enfrenta em sua abordagem para o estudo da sintaxe.

Para a L-AcT, a estrutura informacional do enunciado se desenvolve em unidades que veiculam funções particulares por meio da prosódia. O TOP é uma das unidades informacionais e é definido como o âmbito de aplicação da força ilocucionária presente na unidade de Comentário (COM). A L-AcT postula que não há praticamente nenhum tipo de relação sintática entre os elementos que estão em unidades informacionais diferentes⁴. Em outras palavras, as relações sintáticas, na maior parte dos casos, só serão efetivamente estabelecidas caso os elementos estejam numa mesma unidade informacional. Às ocorrências em que os elementos estão numa mesma unidade informacional, dá-se o nome de linearização, ao passo que denomina-se padronização os casos em que os elementos estão entre unidades informacionais. Certamente, alguns dados estão de acordo com a proposta da L-AcT, conforme ilustram 1.1 e 1.2, por exemplo. Contudo, muitos dados constituem um enigma se tal abordagem for adotada como uma orientação analítica – considere 1.3 e 1.4, por exemplo⁵.

Exemplo 1.1 – efamcv01a

*VIR: [2] <Oliveros> /=TOP= os acordáis de la Oliveros?=COM=

Exemplo 1.2 – afammn02

*ALN: [67] &he /=TMT= and /=AUX= &he /=TMT= Rae /=TOP= he was there //COM=

Exemplo 1.3 – bfamdl02

⁴ Como será mostrado adiante, Cresti (2014) considera que em unidades de Apêndice, bem como em unidades escansionadas, pode haver relações sintáticas entre os itens. Contudo, na maior parte das unidades, a teoria assume que essas relações não se estabelecem.

⁵ Os exemplos que contam com áudio são extraídos dos *corpora* C-ORAL. Eles são seguidos pelo nome texto e pelo número do enunciado entre colchetes. O nome do texto é uma abreviatura que informa a língua (e = espanhol; a = inglês americano; b = português brasileiro; i = italiano), o contexto (fam = familiar/privado; pub = público), a tipologia de interação (cv = conversação, isto é, mais de dois participantes; dl = diálogo; mn = monólogo) e o número do texto. A abreviatura que segue o asterisco indica o participante. As barras simples marcam quebras prosódicas não-terminais e as barras duplas marcam quebras prosódicas terminais. Para mais informações sobre o restante anotação, cf. capítulo 2.

*BAL: [14] **as recarregáveis** /=TOP= tão aqui //COM=

Exemplo 1.4 – afamcv01

*JOA: [21] <**the whole town** /=TOP= is still built around the &vil
[/2] =SCA= the plaza> //COM=

Supondo que não é razoável dizer que os NPs em TOP nos exemplos 1.3 e 1.4 não são os sujeitos das orações⁶, como explicar tais dados, com a abordagem da L-AcT, sem fazer uso da postulação de categorias vazias? Nesse sentido, seguimos a orientação de Langacker (2016a), que afirma que “(...) elementos zero são teoricamente suspeitos e devem ser evitados – se parece que nada está lá, o mais provável é que não haja nada lá (não que esteja invisível)” (LANGACKER, 2016a, p. 13)⁷. É a partir desse enigma que procuramos, primeiramente, elaborar uma proposta alternativa de análise e, posteriormente, aplicá-la ao estudo dos dados exemplificados acima. Assim, uma pergunta a ser explorada é: quando um NP realizado na unidade de TOP pode operar como sujeito do conteúdo subsequente e sob quais condições isso não é possível? Acreditamos, portanto, que o fato de um NP ocorrer em TOP não garante que ele perca suas potencialidades sintáticas. Destarte, o fato de o NP estabelecer ou não relação sintática com os elementos de COM envolveria o conceito de probabilidade, em oposição ao tratamento categórico assumido pela L-AcT para a análise desses dados. Um passo importante na compreensão do fenômeno é, então, individualizar as variáveis que atuam no processo, assim como assumir uma teoria que explique os padrões evidenciados pelo método estatístico.

Na próxima seção, a justificativa do trabalho será apresentada de modo a esclarecer a escolha dos aportes teórico-metodológicos, assim como do fenômeno a ser investigado.

1.1. Justificativa

⁶ A noção de sujeito é alvo de muito debate na literatura. Neste momento, não será introduzido aqui o conceito de sujeito assumido por nós neste trabalho. Por ora, é suficiente entender que o sujeito de 1.3 e 1.4 são os termos que concordam em número-pessoa com o verbo da oração. Para uma problematização acerca da noção de sujeito, cf. Pontes (1986).

⁷ Tradução nossa do original: “(...) zero elements are theoretically suspect and ought to be avoided — if it looks like nothing is there, the most likely reason is that nothing is there (not that it is invisible)”.

Se a fala é organizada segundo a prosódia e esta, por sua vez, reflete a estrutura informacional de cada enunciado – o que constituiria alguma relação possível de interface entre o componente sintático e as unidades informacionais – haveria, pelo menos, duas formas de explicar a sintaxe da fala interunidades informacionais: as estruturas ocorrem de forma determinística ou probabilística. A L-AcT não se posiciona textualmente sobre nenhuma dessas duas possibilidades. No entanto, no atual estado da arte, é possível inferir que a teoria adota a primeira hipótese. O fato de que, por exemplo, o conteúdo locutivo do TOP nunca possa ser o sujeito do conteúdo locutivo do COM, independentemente de qual elemento ocorra na primeira unidade, mostra que a teoria assume uma posição determinística quando dois elementos com potencial sintático combinatório – no caso, NP sujeito, verbo e seus complementos – ocorrem em duas unidades pré-determinadas. Ou seja, as unidades informacionais de TOP e de COM são sintaticamente impermeáveis quanto à categoria/relação sintática de sujeito/predicado. Essa ideia, de certa forma, reflete uma posição determinística, ainda que seja embasada por dados empíricos.

Um dos maiores problemas da adoção de uma posição determinística para a (não)-relação sintática entre os elementos de TOP-COM, por exemplo, é o fato de que sempre haverá dados que confrontam esse postulado. A teoria, a princípio, consegue explicar casos como 1.5 – em que de fato não ocorre relação sintática entre os elementos das duas unidades informacionais – mas falha em casos como 1.6:

Exemplo 1.5 – afammn05

*COR: [20] it was like /=INT= **this one guy** /=TOP= he gets this master //COM=

Exemplo 1.6 – bfamdl03

*LUZ: [87] **mas o Antônio** /=TOP= &he /=TMT= cobrou muito dela isso //COM=

Considerando a discussão acima e apoiado em contraexemplos apresentados à abordagem da L-AcT, este trabalho se justifica, portanto, pela necessidade da proposta de uma diretriz de pesquisa que forneça subsídios à investigação da organização sintática da fala. Essa diretriz deve ser condizente com a realidade do uso linguístico, o que diz respeito não só ao comprometimento empírico de pesquisa, garantindo, por exemplo, uma análise de um ponto de vista probabilístico, mas também ao fator experimental como instrumento de exploração dos processos cognitivos que subjazem o uso linguístico.

Portanto, essa diretriz deve ser embasada tanto por fatores prosódicos e de estruturação informacional, quanto por fatores cognitivos e de processamento linguístico, pois a sintaxe não está desvinculada desses aspectos. Nossa proposta é fortemente inspirada no trabalho de Langacker (2012). Esse autor propõe uma unificação entre a investigação da estrutura cognitiva da linguagem, da busca empírica refletida no discurso espontâneo, bem como na investigação do processamento linguístico. Contudo, salientamos que na atual fase deste trabalho serão contemplados apenas os dois primeiros fatores.

A escolha pelo estudo de NPs em unidade de TOP justifica-se por ser talvez o caso mais claro que ilustra a problemática enfrentada pela proposta da L-AcT. O fato de essa teoria considerar que os NPs em 1.3, 1.4 e 1.6 não funcionem como sujeito sintático dos verbos subsequentes em COM é algo um tanto quanto controverso – sendo que a ideia de que as relações sintáticas são barradas se estenderia para quaisquer outros elementos dispostos na maior parte das unidades informacionais. Isso acaba gerando uma incompatibilidade analítica com os dados empíricos que não comportam esse padrão⁸. Além disso, tanto o TOP quanto os NPs são categorias muito estudadas na literatura, o que permite, de alguma maneira, não apenas certo nível de comparação, mas também torna possível o levantamento de questões complementares através de estudos prévios.

Levando em conta o que foi esclarecido nesta seção, os objetivos deste trabalho serão esquematizados a seguir.

1.2. Objetivos

Considerando a discussão elaborada nas seções 1 e 1.1, estabelecem-se como objetivos gerais desta tese:

i) fornecer subsídios para a formação de uma diretriz de análise da sintaxe da fala, ou, em outras palavras, estabelecer uma base teórica e analítica para o estudo da sintaxe em sua modalidade oral, identificando adicionalmente o seu domínio;

ii) contribuir e avançar com o desenvolvimento científico do estudo da sintaxe – baseando-se em princípios passíveis de atestação empírica e experimental – por meio de uma pesquisa envolvendo NPs no português brasileiro, no espanhol e no inglês, bem

⁸ Vale mencionar que a própria autora da proposta considera esse postulado algo controverso, conforme se constata na seguinte passagem de seu texto: “As for the *very controversial* question regarding the syntactic/semantic independence across utterances and textual units (...), our framework tries to give an account of what is realistically performed in the speaker activity” (CRESTI, 2014, p. 407, grifo nosso).

como promover o debate acerca da natureza probabilística da linguagem com o intuito de possibilitar o diálogo com outras áreas da Linguística e do conhecimento.

O primeiro objetivo geral deverá ser alcançado considerando os seguintes objetivos específicos:

a) analisar de forma crítica, rigorosa e imparcial a proposta da L-AcT no que diz respeito à sintaxe;

b) apresentar uma visão alternativa à proposta L-AcT a partir da busca por uma teoria de base gramatical compatível com a pesquisa com dados de fala, a fim de fornecer aspectos suplementares para o estudo da sintaxe da fala;

c) fixar uma proposta integrada considerando os componentes necessários para a compreensão e análise do objeto. Essa proposta deve considerar aspectos informacionais, gramaticais, cognitivos e probabilísticos para que possa servir de base para aplicação e estudo de outras estruturas tanto na esfera pragmático-informacional quanto no âmbito sintático.

d) por meio de argumentos que conjuguem a pesquisa empírica com a perspectiva experimental, elaborar uma proposta a respeito do domínio da sintaxe da fala. Tal proposta deve ser condizente com a natureza gramatical do componente sintático da linguagem humana, bem como com os aspectos prosódico-pragmáticos que permeiam a produção da linguagem. Conseqüentemente, um modelo de produção deve ser capaz de capturar tanto o domínio da sintaxe quanto as particularidades da fala espontânea.

Para cumprir o segundo objetivo geral serão necessárias as seguintes medidas mais específicas:

a) mapear os NPs na unidade de TOP que mantêm relação de sujeito com o verbo presente em COM nos *corpora* selecionados para a pesquisa, separando-os daqueles que não mantêm tal relação;

b) individualizar as variáveis que atuam no fenômeno em questão;

c) adotar um método estatístico apropriado para o cálculo da probabilidade;

d) relacionar os resultados com a natureza dos dados indicando seu papel cognitivo-gramatical na estrutura linguística sem deixar de considerar a interface com a expressão prosódico-pragmática veiculada pelo TOP.

Tendo sido expostos os objetivos, apresenta-se, a seguir, a organização do trabalho.

1.3. Organização do trabalho

Este trabalho é dividido em três partes, sendo que a primeira fornece uma ampla discussão teórica acerca do primeiro objetivo geral do trabalho, a segunda estabelece a aplicação empírica oriunda do que foi fixado como o segundo objetivo geral e a terceira se dedica à discussão e elaboração do domínio da sintaxe na fala.

A primeira parte é organizada da seguinte maneira. Primeiramente, apresenta-se, no capítulo 2, a *Language Into Act Theory* (L-AcT), uma teoria que descreve e explora como a fala é estruturada. Os pressupostos dessa teoria serão utilizados para a explicação de como o discurso se organiza. Vários dados utilizados posteriormente para análise qualitativa serão extraídos de *corpora* que são arquitetados segundo os pressupostos dessa teoria.

No capítulo 3, mostra-se como a L-AcT analisa a sintaxe da fala, expondo os conceitos propostos por essa teoria para lidar com o tema. O principal texto usado para a sistematização da proposta da L-AcT é Cresti (2014), em que a autora coloca em prática os conceitos analisando dados de orações relativas e completivas no italiano.

No capítulo 4, será feita uma análise qualitativa baseada numa argumentação com vários contraexemplos à proposta da L-AcT. Ao final desse capítulo, haverá uma ampla discussão sobre vários pontos levantados a respeito da abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala, elencando seus principais problemas.

O capítulo 5 buscará justificar a proposta desta primeira parte, isto é, fornecer subsídios teóricos para o tema proposto. O principal problema da proposta da L-AcT será revisitado a fim de que fique claro o papel que desempenham as relações gramaticais considerando a natureza do componente sintático, assim como a noção de probabilidade nos estudos sintáticos.

O capítulo 6 apresentará a teoria complementar que será utilizada para o estudo da sintaxe da fala. A Gramática Cognitiva mostra ser uma teoria adequada à pesquisa empírica e experimental, e também bastante flexível em relação aos conceitos e às suas propostas. Além disso, serão discutidas duas categorias importantes para o estudo de caso da segunda parte deste trabalho: sujeito e Tópico. Argumentar-se-á que a noção de Tópico

para a Gramática Cognitiva é compatível com a perspectiva da L-AcT, bem como que alguns problemas podem ser resolvidos caso a proposta da primeira teoria seja adotada.

O capítulo 7 encerra a primeira parte resumindo toda a proposta elaborada nos capítulos anteriores.

A segunda parte do trabalho é dividida em três capítulos. O capítulo 8 apresenta o estudo sobre os NPs na unidade de TOP. Conforme discutido acima, o TOP não constitui uma barreira que isola os elementos sintática e semanticamente do resto do enunciado. Este estudo é guiado, por conseguinte, pelo pressuposto de que a fronteira prosódica não destitui necessariamente a dependência sintática entre os elementos. Dessa forma, torna-se imperativo investigar quando um NP em TOP mantém relação de sujeito com o conteúdo locutivo subsequente do enunciado e quando isso não ocorre. Trata-se, portanto, de uma investigação probabilística em que é necessário individualizar as variáveis que atuam no fenômeno e calcular, por meio de um método estatístico apropriado, o que cada uma indica.

O capítulo 9 dará prosseguimento ao estudo probabilístico do capítulo anterior, aplicando um segundo método estatístico à análise dos dados. O capítulo 10 apresenta um resumo da segunda parte.

A terceira parte do trabalho é composta por dois capítulos. O capítulo 11 apresentará uma longa discussão que permitirá estabelecer uma proposta teórica acerca do domínio da sintaxe da fala. Inicialmente, serão apresentados alguns pré-requisitos para a proposta. Em seguida, haverá uma discussão sobre alguns aspectos da interface sintaxe-prosódica do ponto de vista da produção linguística. Posteriormente, será discutido como o componente sintático é afetado nas afasias. Por fim, será feita uma discussão tanto do ponto de vista empírico e experimental que permitirá delimitar o domínio da sintaxe da fala. A partir de toda a discussão do capítulo, uma síntese com uma proposta de um modelo teórico de produção será apresentada.

Em seguida, o capítulo 12 conclui o trabalho com a apresentação das considerações finais.

PARTE I – SUBSÍDIOS TEÓRICOS

A complexidade do tema apresentado neste trabalho levou-nos a organizá-lo em três partes: (i) Subsídios teóricos, (ii) Aplicação empírica e (iii) Proposta de um domínio

na sintaxe da fala. Num primeiro momento, tem-se como objetivo fornecer um âmbito teórico para que se possa prosseguir com um estudo de caso. Estudar a sintaxe da fala significa não só ter como pressuposto uma teoria que descreva como a fala espontânea se organiza, isto é, que explique a estruturação do discurso oral, mas também que tenha como orientação uma teoria que explique as relações gramaticais. Defende-se que não é possível reter apenas uma ou outra para o estudo da organização sintática na fala. Além disso, é necessário compreender a natureza probabilística da linguagem e qual é o seu papel especificamente na sintaxe (BOD et al. 2003). Tudo isso se desenvolve em uma proposta integrada que deve considerar como a fala se organiza, como as relações gramaticais são estruturadas cognitivamente e qual é a interação entre o discurso oral, a estrutura sintática e a probabilidade. Chegar a essa proposta resultou de um longo caminho de compreensão, interpretação e argumentação do tema proposto, bem como de uma intensa busca para uma possível (e parcial) solução dos problemas levantados. Num segundo momento, o objetivo é aplicar a proposta teórica a dados empíricos por meio de um estudo de caso envolvendo NPs em TOP. Posteriormente, o objetivo volta-se para uma proposta de domínio da sintaxe da fala.

2. A LANGUAGE INTO ACT THEORY (L-AcT)

A *Language into Act Theory* (L-AcT) é uma teoria pragmática *corpus-driven* da fala (CRESTI, 2000; para o atual estado da arte, cf. MONEGLIA; RASO, 2014). Suas assunções teóricas são oriundas da observação e da investigação de dados empíricos extraídos de *corpora* comparáveis: o projeto C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005), que compõe *corpora* das principais línguas românicas faladas na Europa – espanhol, francês, italiano e português; e o projeto C-ORAL-BRASIL, que compõe *corpora* do português brasileiro (RASO; MELLO, 2012). A L-AcT estuda a estruturação da fala, sendo que suas principais contribuições se baseiam na: (i) delimitação de uma unidade de referência dessa diamesia (CRESTI; GRAMIGNI, 2004; CRESTI, 2005), (ii) caracterização do que é propriamente de natureza da fala e o que faz dela um meio de realizar ações (AUSTIN, 1962; CRESTI, 2000), (iii) proposta de uma interconexão entre os dois componentes fundamentais dessa diamesia – a prosódia e a pragmática – a partir da observação interna da unidade de referência (CRESTI; MONEGLIA, 2010). Essas contribuições permitem estabelecer por meio de uma forte base empírica as noções

teóricas de (i) enunciado, (ii) ilocução e (iii) estrutura informacional⁹. Tais construtos teóricos serão abordados nas subseções abaixo a fim de que se justifiquem como elementos essenciais para a compreensão da diamesia falada. Na subseção 2.1 será discutido o estatuto do enunciado como a unidade de referência da fala. A subseção 2.2 discorrerá sobre a natureza acional da fala e como isso se organiza em termos linguísticos. Por fim, a subseção 2.3 abordará de que modo o enunciado é configurado informacionalmente.

2.1. A unidade de referência da fala

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o objeto de estudo da L-AcT é a fala espontânea. Essa variedade é caracterizada como a fala que é executada ao mesmo tempo em que é planejada (HOCKETT, 1960; NENCIONI, 1983; MILLER; WEINERT, 1998). A fala apresenta várias diferenças em relação à escrita (cf. CHAFE, 1985; BIBER, 1988; HALLIDAY; 1989; BIBER et al. 1999; RASO, 2013). Uma dessas diferenças é a unidade de referência que compõe cada diamesia. Delimitar uma unidade de referência da fala significa, portanto, observar as características próprias de tal diamesia. Na escrita, a unidade de referência é a sentença, que se organiza segundo princípios lógico-sintáticos, ao passo que na fala a unidade de referência é o enunciado, que se organiza segundo princípios pragmático-ilocutivos (CRESTI, 2005). Os princípios que regem a unidade de referência da fala dizem respeito à natureza acional e à ancoragem pragmática que a sustentam na interação.

De acordo com Cresti e Gramigni (2004), há pelo menos quatro propostas de demonstração e delimitação do enunciado na literatura: (i) a dialógica, (ii) a temporal, (iii) a sintática e (iv) a pragmática. A proposta (i) se baseia no estabelecimento do turno dialógico como uma fronteira para delimitação do enunciado, correspondendo à porção de fala em que há uma mudança de um falante para outro ou à passagem de um silêncio até outro silêncio de um mesmo falante. A mudança de falante indicaria o turno dialógico, que varia altamente em termos de complexidade. Um turno pode corresponder a apenas uma palavra, apresentando uma duração de milissegundos, ou pode corresponder a um material linguístico amplo, que pode durar alguns minutos. O último caso será passível

⁹ As noções de enunciado e estrutura informacional já existiam antes da proposta da L-AcT. Contudo, essa teoria apresenta considerações próprias em relação a outros estudos que utilizam tais noções ou que utilizam essa terminologia para se referir a entidades distintas ou ainda que as utilizam com dados incompatíveis com o que é proposto pela L-AcT. A noção de ilocução é basicamente a de Austin (1962).

de apresentar os referidos silêncios que o falante pode realizar no mesmo turno. O problema dessa caracterização do enunciado reside justamente no fato da heterogeneidade no nível da complexidade desempenhada pelos diferentes turnos. A unidade mínima de organização do texto falado não deveria ser tão heterogênea no sentido de comportar de uma palavra até uma porção considerável e substancial de texto, sem embasamento em um critério adicional e mais sólido para justificar tamanha heterogeneidade. Basta comparar os seguintes trechos¹⁰:

Exemplo 2.1 – bfamcv05

```
*JOS: [75] <e as> mordomia que es têm //
*CAR: [77] na hora que fizer cinco / nós vamo parar cinco minutos
/ viu //
[78] porque / <tem jeito não> //
*JOS: [79] <ou mais / né> // [80] ué / onde é que essa bola foi
//
*CAR: [81] <machucou / ô> //
*JOS: [82] <no &go [/2] lá no quintal do vizinho> //
*CEL: [83] espim / cara //
*CAR: [84] cuidado aí que <tem> [/1] tem coisa aí //
*MAR: [85] <possível> / aí //
*CAR: [86] vai dar pra jogar //
*CEL: [87] não / vai / sô //
*JOS: [88] furou nada não //
*MAR: [89] caco de vidro //
*CEL: [90] não / foi <espinho mesmo> //
*CAR: [91] <nũ é não> / ali tem / ora-pro-nóbi //
*MAR: [92] <não / é de mão / meu> filho //
*CEL: [93] <tá a bosta / mesmo aqui o'> //
*JOS: [94] não // [95] tanto faz //
```

Exemplo 2.2 – bfammn06

```
*JOR: [6] bom / eu tive / a minha / formação / profissional /
dentro da / área de engenharia / depois que eu fiz escola técnica no
Rio de Janeiro / e passei pela administração na Fundação Getúlio Vargas
// [7] na + [8] já tem algum tempo que eu tô formado / naquela época /
o mercado de trabalho era totalmente diferente de hoje // [9] hhh a [/1]
as multinacionais estavam entrando dentro do país / e procuravam /
alunos dentro das próprias universidades // [10] e assim eu iniciei
minha vida profissional / na área técnica de engenharia elétrica // [11]
um belo dia durante o almoço / o gerente de recursos humanos de uma
multinacional / me informou que havia uma vaga na área comercial da
empresa / e / se eu tinha interesse // [12] eu &fo + [13] eu &es + [14]
informei a ele que eu tava preste a me formar / e / estava trabalhando
dentro duma / área que eu gostava // [15] mas / ele me informou / que o
salário seria quase o dobro do que eu ganhava // [16] e aquilo mexeu
```

¹⁰ Exemplos extraídos de Raso et al. (2015).

muito comigo // [17] e aí / eu consegui / a [/1] com a experiência que eu tinha dentro da multinacional / concorrer à vaga e &f [/1] isso me facilitou / e eu passei pra área comercial da empresa pra vender / disjuntores / transformadores / motores de / corrente contínua / corrente alternada / isoladores / e / relés de proteção secundária / e assim foi iniciando a minha vida comercial //

O primeiro trecho apresenta uma grande alternância de turnos com estruturas majoritariamente menores, ao passo que o segundo trecho mostra em apenas um único turno estruturas maiores tanto do ponto de vista textual quanto do ponto de vista sintático. Nesse sentido, a condição de extrema variabilidade do turno dialógico não permite que ele seja a unidade de referência da fala.

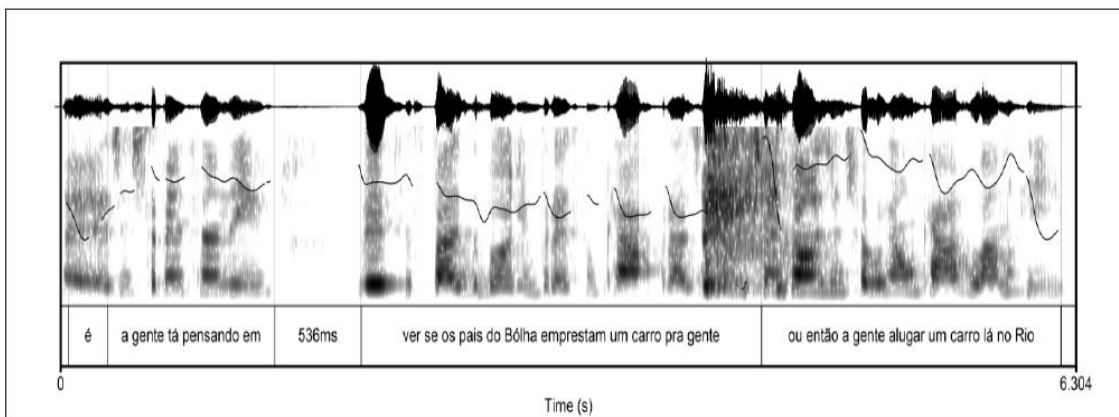
A proposta (ii) se baseia na identificação de pausas para a projeção da unidade de referência da fala. Diferentemente do turno, que pode comportar várias pausas na porção de fala de um mesmo falante, o critério temporal é baseado na transição de silêncio a silêncio que pode ocorrer dentro de um único turno. Há alguns problemas em relação a esse critério. Primeiramente, não há uma medida de referência que defina o quanto de silêncio deve existir para que haja uma fronteira de enunciado: 100ms, 150ms, 200ms etc.? Em segundo lugar, haveria diferentes tipos de pausas que atuam em domínios distintos. Por exemplo, na produção de alguns fones há um silêncio inicial que poderia ser considerado pausa, como é o caso da oclusão nas consoantes desvozeadas; nas hesitações típicas do discurso oral há um silêncio que também constituiria uma pausa. Em terceiro lugar, as pausas podem ser influenciadas por fatores para além do nível linguístico, que envolvem características individuais dos falantes, o fator idioletoal, questões emocionais ligadas a fatores psicológicos etc. Por último, é possível que ocorra uma pausa dentro de um enunciado sem que com isso haja dois enunciados distintos. Os exemplos abaixo evidenciam esse fato¹¹:

Exemplo 2.3 – bfamcv29

*ELI: [37] é / a gente tá pensando em / ver se os pais do Bólha emprestam um carro gente / ou então a gente alugar um carro lá no Rio //

Figura 1 – Sinal de áudio, espectrograma, f0 e transcrição do exemplo 2.3

¹¹ Exemplos extraídos de Raso et al (2015).



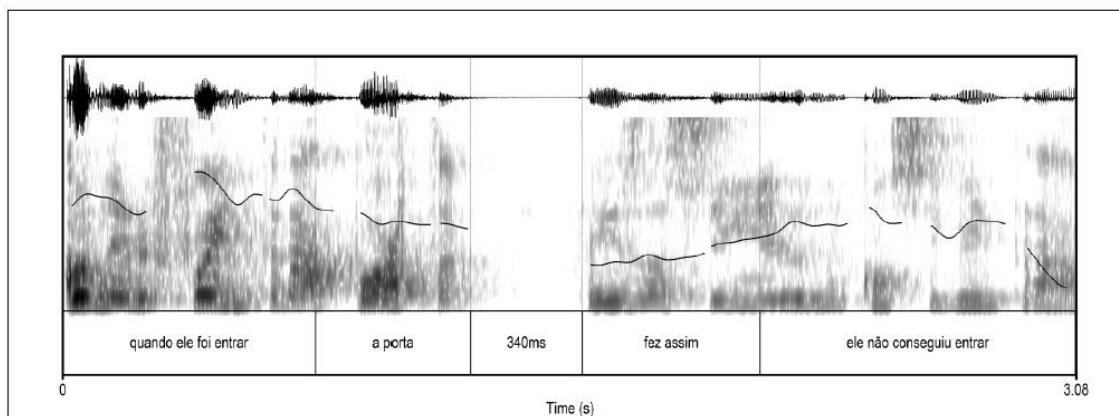
Fonte: Raso et al. (2015)

Este exemplo mostra que existe uma pausa de 536ms dentro do enunciado, mais especificamente entre um elemento que não poderia marcar sintaticamente uma fronteira de enunciado, ou seja, a preposição *em* no contexto indicado. Isso evidencia que a pausa não é um critério confiável para sinalizar uma unidade que diz respeito à completude comunicativa da fala espontânea.

Exemplo 2.4 – *bfamd114*

*CAR: [2] quando ele foi entrar / a porta / fez assim / ele não conseguiu entrar //

Figura 2 - Sinal de áudio, espectrograma, f0 e transcrição do exemplo 2.4



Fonte: Raso et al. (2015)

O exemplo 2.4 mostra uma pausa de 340ms entre o NP sujeito da oração subordinada e o VP subsequente. Tanto do ponto de vista sintático, quanto do ponto de vista prosódico seria incomum marcar uma fronteira de enunciado nessa posição.

Adicionalmente, através da oitiva é possível perceber mais uma vez que a pausa não é um bom critério para constituir a unidade de referência da fala.

A proposta (iii) é baseada no componente sintático para a delimitação da unidade de referência da fala. O enunciado corresponderia a uma “sentença falada”. As definições fundamentais da sentença partem (a) ou da relação entre sujeito e predicado, ancorada na formulação hierárquica de uma proposição realizada por meio de uma predicação verbal (HARRIS, 1962) (b) ou da estrutura argumental do verbo, que diz respeito à projeção máxima de V (CHOMSKY, 1970). Um dos problemas de se definir o enunciado como a “sentença dita” é o fato de que a validade empírica dessa proposta é demasiadamente baixa. De acordo com Cresti e Gramigni (2004), menos de 5% dos dados do C-ORAL-ROM apresentam o padrão da definição (a), ao passo que 38,1% dos dados não possuem nenhuma forma verbal, não correspondendo, assim, ao padrão da definição (b). No primeiro caso, a porcentagem é baixíssima para que se considere a estrutura como uma unidade de referência, já no segundo caso, uma porcentagem considerável dos dados contradizem a proposta sintática¹².

A proposta (iv), adotada pela L-AcT, é baseada em correlatos prosódicos e pragmáticos. De acordo com essa proposta, o enunciado é definido como a menor unidade linguística da fala interpretável pragmática e prosodicamente em autonomia. Ele também deve veicular, por definição, um ato de fala (AUSTIN, 1962). A identificação do enunciado no fluxo da fala se dá através da percepção de um tipo de fronteira de unidade tonal (CRYSTAL, 1975) denominado por quebra prosódica terminal (MONEGLIA; CRESTI, 1997). O enunciado, portanto, está diretamente ligado às noções de unidade tonal e de ato de fala. A autonomia pragmática é conferida pela junção da veiculação de um ato de fala e da realização de uma unidade tonal. A unidade tonal, nesse caso, é avaliada perceptualmente como uma quebra prosódica terminal.

Um dos componentes fundamentais da interação social é a atividade comunicativa. A L-AcT busca, então, uma unidade linguística que corresponda a essa atividade. Considerando a Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962), a L-AcT propõe que a unidade linguística que corresponde à atividade comunicativa é o ato de fala. Dessa forma, a fala espontânea implica a realização de ações linguísticas veiculadas por meio

¹² Apesar de que no segundo caso a porcentagem esteja num nível acima da chance, qualitativamente não é possível considerar que a sentença seja a unidade de referência da fala. Além do fato de que cerca de 38% dos casos ficariam sem uma explicação, a abordagem da L-AcT, como poderá ser visto a seguir, apresenta uma proposta que consegue recobrir toda a complexidade do fenômeno sem perder os aspectos necessários tanto qualitativa ou quantitativamente.

desses atos. É preciso, portanto, identificar uma unidade mínima que seja pragmaticamente autônoma no contínuo sonoro da fala e que corresponda a essas ações. Essa unidade é justamente o enunciado. Assim, ele deve ser mensurável, bem delimitado perceptualmente e deve ser passível de veicular um ato de fala.

A fala é transmitida por meio de um sinal acústico ou ondas sonoras que se propagam através do ar. Esse sinal acústico possui, basicamente, duas camadas: a segmental e a suprasegmental. A primeira camada diz respeito à realização e concatenação dos fones na formação das palavras. A segunda camada diz respeito ao que está acima do nível segmental, ou seja, à informação acústica que se encontra acima dos fones. Essa camada compreende fatores linguísticos (acento, fronteira de constituintes, ênfase, entoação e ritmo), paralinguísticos (marcadores discursivos e atitudes) e extralinguísticos (emoções)¹³ (BARBOSA, 2012; CRYSTAL; QUIRK, 1964; BRAZIL, 1975; BOLINGER, 1986; COUPER-KUHLEN, 1986; CRUTTENDEN, 1997; HIRST; DI CRISTO, 1998). No fluxo da fala, há variações prosódicas que marcam quebras prosódicas. Essas quebras podem ter um valor percebido como conclusivo ou não (KARCEVSKY, 1931; CRYSTAL, 1975). Caso uma quebra apresente um valor conclusivo, ela será denominada como uma quebra terminal. Caso ela não apresente um valor conclusivo, ela será chamada de quebra não-terminal. As quebras terminais indicam o fim do enunciado, ao passo que as quebras não-terminais dividem o enunciado em unidades internas. Dessa forma, todo enunciado possui uma quebra terminal, contudo nem todos possuirão quebras não-terminais. Considere os seguintes exemplos:

Exemplo 2.5 – bfamcv01

*GIL: [33] esse que é o ponto //

Exemplo 2.6 – bfamdl02

*BAL: [14] as recarregáveis / tão aqui //

Exemplo 2.7 – bfamdl02

*BAL: [36] a Estefânia /

¹³ Há algumas variações sobre as categorias que são incluídas nessas três principais funções. Está sendo adotada nesta passagem aquela apresentada por Barbosa (2012).

Acima, é possível observar em 2.5 um enunciado com apenas uma quebra percebida como terminal, chamado de enunciado simples, em 2.6 um enunciado dividido em uma quebra percebida como não-terminal e uma quebra percebida como terminal no fim, denominado enunciado complexo, e em 2.7 um trecho que não constitui um enunciado, pois não apresenta uma quebra percebida como terminal¹⁴.

Para entender melhor a proposta da L-AcT e as vantagens de se adotar essa proposta, serão mostrados alguns exemplos. Primeiramente, será apresentada apenas a transcrição sem nenhuma marca, em seguida serão propostas algumas segmentações com base na escrita e, por fim, a realização efetiva do enunciado na fala de seu locutor. Considere o exemplo abaixo:

Exemplo 2.8 – bfammn20

- a. *ALO: quebrou ele todo bateu bateu bateu soltou ele saiu correndo pro inferno
- b. *ALO: Quebrou ele todo. Bateu, bateu, bateu. Soltou. Ele saiu correndo pro inferno.
- c. *ALO: Quebrou ele todo. Bateu, bateu, bateu. Soltou ele. Saiu correndo pro inferno.
- d. *ALO: Quebrou ele todo. Bateu, bateu, bateu, soltou. Ele saiu correndo pro inferno.

A princípio, haveria pelo menos três formas possíveis de segmentação desse trecho com base no critério sintático. Na primeira e na segunda, haveria quatro enunciados, ao passo que na terceira haveria três. Note que cada segmentação acarreta alguma mudança sintático-semântica. No primeiro caso, isso fica evidente, pois o pronome de terceira pessoa do singular pode ser objeto do verbo *soltar* ou sujeito do verbo *sair*. Analisando a oitiva do exemplo 2.8, pode-se observar que nenhuma das segmentações corresponde ao que foi realizado de fato pelo falante. O trecho constitui apenas de um único enunciado com divisões internas, sendo realizado através de quatro quebras prosódicas de valor não-terminal. Com a oitiva, é possível notar que o pronome de terceira pessoa é o sujeito do verbo *sair*, e não o objeto do verbo *soltar*.

Exemplo 2.9 – bfammn20

*ALO: [87] quebrou ele todo / bateu bateu bateu / soltou / ele saiu correndo / pro inferno //

¹⁴ As barras simples indicam uma quebra percebida como não-terminal, ao passo que as barras duplas indicam uma quebra percebida como terminal.

O exemplo abaixo é passível de receber duas segmentações com base no critério sintático:

Exemplo 2.10 – bpubdl01

- a. *PAU: não tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá né
- b. *PAU: Não. Tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá, né?
- c. *PAU: Não tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá, né?

A diferença entre as duas segmentações reside no fato de haver dois enunciados, no primeiro caso, ou apenas um, considerando o segundo caso. Na primeira segmentação, haveria um enunciado constituído apenas do advérbio de negação, seguido por outro enunciado constituído por uma sentença de polaridade afirmativa. Na segunda segmentação, haveria apenas um enunciado em que o advérbio *não* marcaria a polaridade negativa da sentença. Por meio da oitiva do trecho, é possível constatar que há a presença de dois enunciados, uma vez que ocorre uma quebra prosódica terminal logo após o advérbio *não*. É preciso ressaltar que somente com a oitiva do trecho é possível segmentá-lo da forma correta, o que mostra que a segmentação da fala deve ser feita com base na percepção da prosódia.

Exemplo 2.11 – bpubdl01

*PAU: [14] não // [15] tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá / né //

Na próxima subseção, será explicado o caráter acional da fala baseando-se na premissa teórica dos atos de fala e como esse conceito é aplicado à L-AcT.

2.2. A natureza acional da fala

Como discutido na seção acima, a L-AcT identifica no ato de fala a unidade linguística que representa a atividade comunicativa. Esse ato de fala é expresso através da unidade de referência da fala – o enunciado. Dessa forma, todo enunciado veicula um ato de fala. Mas, o que seria um ato de fala?

De acordo com Austin (1962), quando falamos realizamos ações. Essas ações são realizadas por meio dos enunciados performativos, sejam eles implícitos ou explícitos. Os enunciados performativos correspondem à categoria dos enunciados que exprimem verbos performativos, ou seja, *batizar*, *prometer* e *pedir*, por exemplo, em sentenças como *eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*, *eu prometo que te tratarei bem*, *peço que você não faça mais babaquices comigo*. Nessas sentenças, o falante não só está simplesmente declarando algo, mas está também realizando a ação de batizar, de prometer e de pedir, respectivamente. Esses enunciados seriam performativos explícitos, em que há um verbo performativo na primeira pessoa do singular do indicativo. Os enunciados performativos implícitos seriam a contraparte abstrata dos enunciados constataivos. Esses últimos são enunciados que indicam julgamentos sobre um estado de coisas, sendo passíveis de verificação de verdade ou falsidade. Por exemplo, as sentenças *a Maria está doente*, *o João se casou ontem* e *a empresa do Joaquim faliu* indicam julgamentos ou constatações a respeito de um estado de coisas no mundo. Contudo, mesmo os constataivos atuariam como performativos, ou seja, realizariam ações, uma vez que eles poderiam ocorrer numa estrutura com um verbo performativo: *eu declaro que...*

Ainda de acordo com Austin (1962), o ato de fala é constituído de três atos realizados simultaneamente: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. O ato locucionário corresponde à pura ação de falar, à produção linguística ou ao material fonético do enunciado, que possui uma estrutura gramatical – variável translinguisticamente – e é referencial. O ato ilocucionário corresponde à ação que se realiza por meio da fala, isto é, a asserção, a ordem, a oferta, a recusa, a ameaça, a saudação etc. O ato perlocucionário corresponde ao resultado de uma ação, ou seja, é o efeito provocado no interlocutor na forma de outra ação. Os dois primeiros atos são convencionalizados, ao passo que o último não o é. Isso se deve ao fato de que um mesmo ato ilocucionário pode gerar atos perlocucionários diferentes em variados contextos. Para a L-AcT, a realização simultânea dos atos locucionário e ilocucionário é a base para o *princípio ilocutivo*, isto é, a relação biunívoca entre um enunciado e um ato de fala. Dessa forma, um enunciado seria capaz de expressar apenas uma única ação.

De acordo com a L-AcT, não é necessário que haja verbos performativos, sejam eles explícitos ou implícitos, para a realização de um ato de fala. É papel da prosódia veiculá-lo. Desse modo, qualquer conteúdo locutivo, a princípio, pode constituir um ato de fala – desde que esse conteúdo obedeça às regras gramaticais da língua e que a prosódia

com que esse conteúdo for realizado seja própria de um ato de fala qualquer. Todo enunciado carrega uma força ilocucionária que lhe permite realizar uma ilocução, isto é, a produção simultânea do material locutivo e da realização de um ato de fala. Por seu turno, cada ilocução possui características prosódicas próprias que as distinguem entre si, ou seja, as ilocuições possuem perfis entoacionais convencionais denominados *formas prosódicas*. Isso significa que independentemente do material locutivo, uma ilocução de oferta, por exemplo, apresentará um perfil entoacional semelhante em diferentes enunciados. Disso decorre o *critério ilocutivo*, que expressa a relação entre a ilocução e o seu contorno prosódico. A prosódia é, desse modo, o componente responsável por mediar a relação entre o domínio linguístico, representado pelo ato locucionário, e o domínio pragmático, representado pelo ato ilocucionário.

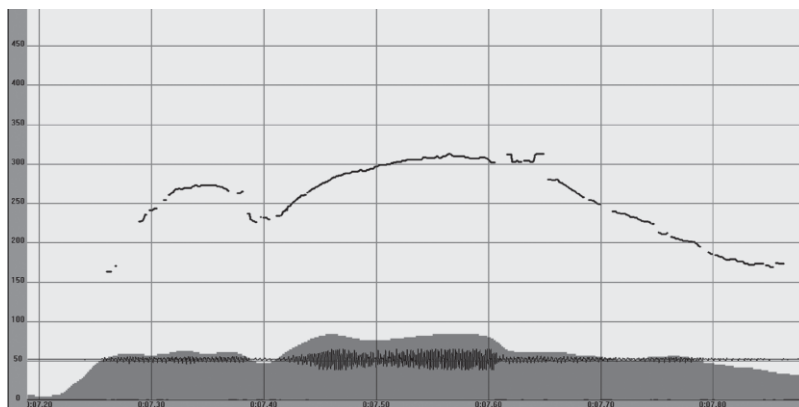
Considere o exemplo abaixo extraído de Raso (2012). Há quatro enunciados com o mesmo conteúdo locutivo – a palavra *Urano*, sendo que três deles constituem ilocuições distintas, o que pode ser notado pelas figuras que mostram a curva entoacional de cada ilocução¹⁵.

Exemplo 2.12 – bfamdl04

```
*KAT: [99] o quê //
*SIL: [100] copos // [101] copos de Urano / que tem aí //
*KAT: [102] copos de quê //
*SIL: [103] Urano //
*KAT: [104] Urano //
*SIL: [105] é // [106] Urano // [107] Urano //
```

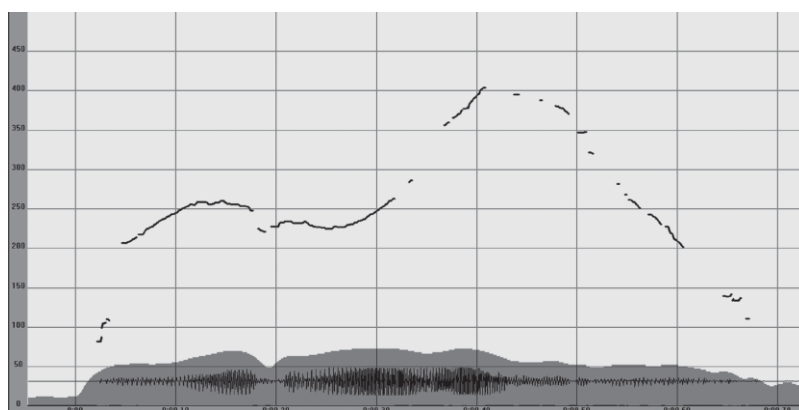
Figura 3 – Urano. Ilocução de confirmação

¹⁵ A curva entoacional dos exemplos abaixo pode ser visualizada através de *softwares* de análise acústica, como o WinPitch (MARTIN, 2017) e o Praat (BOERSMA; WEENINK, 2017), por exemplo. Essa curva é a representação gráfica da f0, ou seja, da frequência fundamental – referida como uma medida do número de ciclos completos de vibração das pregas vocais por uma unidade de tempo (geralmente, o segundo) no momento da fala.



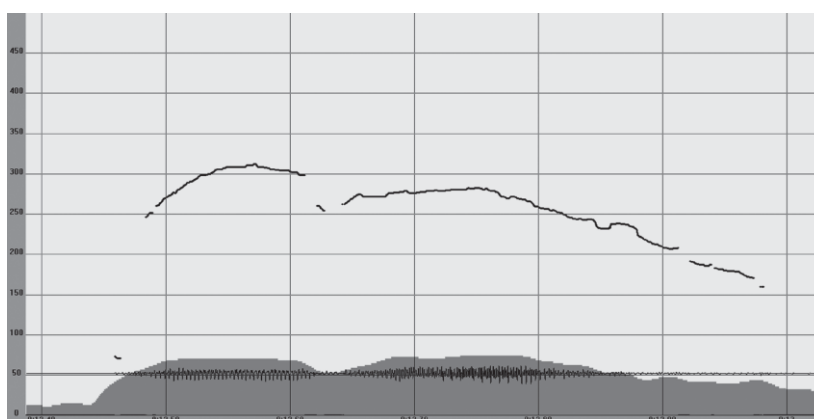
Fonte: Raso (2012)

Figura 4 – Urano. Ilocução de expressão de incredulidade



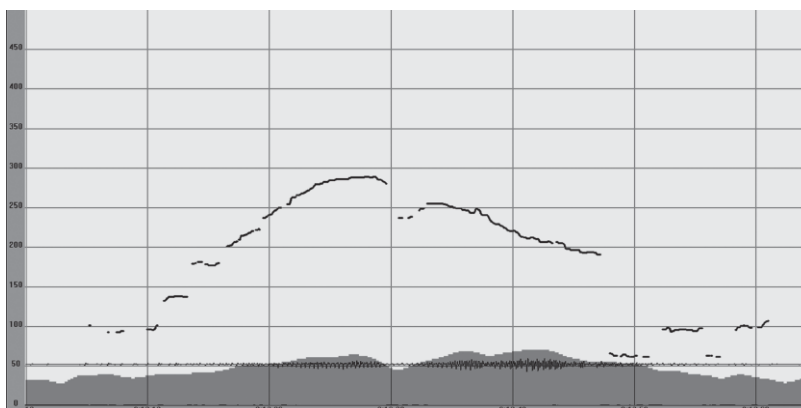
Fonte: Raso (2012)

Figura 5 – Urano. Ilocução de conclusão



Fonte: Raso (2012)

Figura 6 – Urano. Ilocução de conclusão



Fonte: Raso (2012)

Além da prosódia, uma ilocução também é caracterizada por seus traços pragmáticos. É certo que algumas ilocuções podem apresentar o mesmo perfil prosódico, o que as distinguirá, nesse caso, será um ou outro traço pragmático. Esses traços envolvem, por exemplo, o canal de comunicação, a atenção dos interlocutores, a proximidade, o efeito convencionalizado que aquela ilocução produz, as condições preparatórias dos interlocutores etc. (MONEGLIA, 2011; ROCHA, 2016).

Os principais pontos vistos até aqui são: a unidade de referência da fala é o enunciado, cada enunciado deve veicular uma ilocução ou um ato de fala, o enunciado pode ser simples – quando apresenta apenas uma quebra prosódica percebida como terminal ou, em outras palavras, possui apenas uma unidade tonal – ou complexo – quando apresenta uma ou mais quebras prosódicas percebidas como não-terminais e necessariamente uma última quebra percebida como terminal ou, em outras palavras, possui mais de uma unidade tonal. Tanto o estabelecimento do enunciado e sua segmentação interna em unidades tonais quanto a veiculação de uma ilocução obedecem a critérios de natureza prosódica. O componente prosódico ainda desempenha outra função de fundamental importância, isto é, a veiculação da estrutura informacional do enunciado. Isso é o que será explicado na próxima subseção.

2.3. A estrutura informacional

No escopo teórico da L-AcT, as quebras prosódicas mencionadas na seção 2.1 correspondem a unidades tonais, no nível prosódico, e a unidades informacionais, no nível pragmático. Assim, todo enunciado apresenta pelo menos uma unidade tonal, que

corresponde a uma unidade informacional. As unidades informacionais são unidades pragmáticas de organização do enunciado, sendo que cada uma realiza uma determinada função. A estrutura informacional do enunciado é também veiculada pela prosódia. Cumpre, portanto, dizer que a prosódia exibe pelo menos quatro papéis fundamentais na fala espontânea:

- a. Segmentar cada enunciado no fluxo contínuo da fala;
- b. Segmentar o enunciado em unidades internas (quando houver);
- c. Atribuir uma ilocução específica a cada enunciado;
- d. Atribuir uma função ou um valor informacional a cada uma das unidades internas do enunciado.

A noção da expressão e do que constitui a estrutura informacional não é consensual na literatura (cf. HALLIDAY, 1967; CHAFE; 1976; LAMBRECHT, 1994; ZIMMERMANN; FÉRY, 2010; KRIFKA; MUSAN, 2012; MELLO; SILVA, 2015; FÉRY, ISHIHARA, 2016). Não é nosso objetivo problematizar o que cada autor entende por estrutura informacional, mas é interessante distinguir brevemente pelo menos a concepção de Lambrecht (1994) – uma abordagem muito importante na literatura – da proposta da L-AcT. Em primeiro lugar, Lambrecht (1994) não investiga dados de *corpora* de fala, seus exemplos se baseiam em contextos e sentenças construídas. Portanto, a definição que o autor apresenta sobre a estrutura informacional está limitada às particularidades que podem ser extraídas do nível da sentença e do que pode ser alcançado a partir do tipo de dado que ele privilegia em sua análise. Tendo isso em vista, Lambrecht (1994) considera que a estrutura informacional é

aquele componente da gramática da sentença em que as proposições como representações conceptuais dos estados de coisas são emparelhadas com estruturas léxico-gramaticais de acordo com os estados mentais dos interlocutores que usam e interpretam tais estruturas como unidades de informação em determinados contextos do discurso (LAMBRECHT, 1994, p. 5)¹⁶.

¹⁶ Tradução nossa do original: “[t]hat component of sentence grammar in which propositions as conceptual representations of states of affairs are paired with lexicogrammatical structures in accordance with the mental states of interlocutors who use and interpret these structures as units of information in given discourse contexts”.

Percebe-se que essa definição está diretamente ligada a aspectos cognitivos e de conhecimento compartilhado entre os interlocutores, oriundos do entendimento de que as proposições são representações conceptuais de um estado de coisas e que estão associadas a estruturas gramaticais específicas. De acordo com os estados mentais dos falantes, essas estruturas são interpretadas como unidades de informação em determinados contextos discursivos. O caráter cognitivo dessa definição fica ainda mais evidente quando o autor expõe as principais categorias utilizadas nas descrições e nas análises da estrutura informacional, sendo elas: (i) a pressuposição e a asserção (relacionadas aos aspectos assumidos pelo falante sobre o conhecimento que seu interlocutor tem), (ii) a identificabilidade e a ativação (relacionadas aos aspectos assumidos pelo falante sobre as representações mentais dos referentes do discurso na mente de seu interlocutor no momento do enunciado) e (iii) o tópico e o foco (relacionadas aos aspectos assumidos pelo falante sobre a (im)previsibilidade das relações entre as proposições e seus elementos em certas situações discursivas). O autor complementa dizendo que “a estrutura informacional de uma sentença é a expressão formal da estruturação pragmática de uma proposição no discurso” (LAMBRECHT, 1994, p. 5)¹⁷. Desse modo, a estrutura informacional estaria ligada a representações formais da estruturação pragmática de proposições na gramática.

Diferentemente, a estrutura informacional, no escopo da L-AcT, diz respeito basicamente a como o conteúdo locutivo é empacotado nas unidades tonais, o que remete às unidades de natureza pragmática que compõem o enunciado, tendo em vista a proposta da isomorfia entre unidade tonal e unidade informacional que será exposta no final desta subseção. A esse respeito Cresti (2005) explica que

o enunciado, além disso, não é uma unidade monolítica, mas corresponde a um padrão de unidade informacional. Sua composição não é fundada, conforme proposto pela literatura, sobre a progressão de informações dadas (ou pressupostas ou periféricas ou não relevantes) a informações novas (ou focais ou centrais ou relevantes). Baseia-se na realização necessária de uma unidade informacional (*comentário*) que executa uma ilocução (e, portanto, automaticamente nova, focal, central ou relevante), e em outras unidades informacionais opcionais (e, portanto, automaticamente de fundo) relacionadas a ela de acordo com funcionalidades auxiliares de diferentes tipos (*tópico, apêndice, inciso*,

¹⁷ Tradução nossa do original: “[t]he information structure of a sentence is the formal expression of the pragmatic structuring of a proposition in a discourse”.

introdutor locutivo, alocutivo, conativo) (CRESTI, 2005, p. 167-168, grifos da autora)¹⁸.

A estrutura informacional conforme apresentada no trecho acima não atuaria necessariamente no nível da sentença ou de uma proposição, uma vez que um enunciado pode ser realizado sem a auxílio de um verbo. O que conta nesse caso, portanto, é a veiculação de uma ilocução. Tampouco é um componente dedicado à expressão formal da estruturação pragmática de uma proposição no discurso. O conteúdo locutivo existe independentemente de suas diferentes e possíveis realizações informacionais. O que está em jogo, desse modo, é como o falante utilizará a prosódia para organizar o conteúdo locutivo informacionalmente, e não como uma sentença emergirá a partir da estruturação pragmática de uma proposição no discurso. Os aspectos cognitivos são substancialmente ignorados na expressão da unidade informacional, restando alguma menção a esse componente na unidade de Tópico, que será discutida na próxima seção. Contudo, essa menção diz respeito a uma característica intrinsecamente funcional do Tópico e não a uma condição necessária para a sua realização. A prosódia ganha uma importância fundamental na expressão da estrutura informacional ao atribuir um valor informacional específico a uma unidade tonal. A realização do Tópico é opcional, assim como a de qualquer outra unidade informacional, exceto pela realização da unidade de Comentário, sendo esta a única unidade necessária e suficiente. Dessa forma, um enunciado que por ventura apresente o conteúdo locutivo de uma sentença completa não será necessariamente dividido na estruturação Tópico-Comentário.

Para estudar a estruturação interna do enunciado, a L-AcT se baseia no modelo prosódico do grupo IPO (*Institute for Perception Research*), que buscava construir uma gramática da entoação por meio de métodos experimentais de percepção (‘t HART et al. 1990). Esse modelo é baseado na relevância perceptual de parâmetros prosódicos e comporta três níveis de análise: (i) os movimentos de *pitch*; (ii) os perfis prosódicos e (iii) os padrões tonais. O primeiro nível entende os movimentos de *pitch*¹⁹ como a menor

¹⁸ Tradução nossa do original: “[I]’enunciato, inoltre, non è un’unità monolitica, ma corrisponde ad un pattern di unità d’informazione. La sua composizione non è fondata, come proposto dalla letteratura, sulla progressione da informazioni note (o presupposte o di periferia o non rilevanti) a informazione nuove (o focali o centrali o rilevanti). Essa si fonda sulla necessaria realizzazione di un’unità d’informazione (*comment*) che compia un’illucuzione (e quindi sai automaticamente nuova, focale, centrale e rilevante), e su quella di altre unità d’informazione opzionali (e quindi automaticamente si sfondo) ad essa correlate secondo funzionalità ausiliare di tipo diverso (*topic, appendice, inciso, introduttore locutivo, fatico, allocutivo, conativo*)”.

¹⁹ De acordo com Crystal (2008), o *pitch* é “[t]he attribute of auditory sensation in terms of which a sound may be ordered on a scale from ‘low’ to ‘high’. It is an AUDITORY PHONETIC feature, corresponding

unidade para a análise perceptual. Durante a produção da fala, os indivíduos executam muitos movimentos de *pitch* no enunciado. No entanto, apenas os movimentos produzidos intencionalmente são percebidos pelos falantes. Isso significa que há vários movimentos involuntários que simplesmente não são processados. Esses últimos movimentos ocorrem devido a fatores de ordem segmental. Os movimentos relevantes e produzidos de forma voluntária pelos falantes são descritos em termos de (a) direção (ascendente ou descendente), (b) posição na sílaba (início, meio ou fim de sílaba), (c) duração (realizado em mais de uma sílaba ou em apenas uma sílaba) e (d) excursão²⁰ (completo ou incompleto). O segundo nível compreende a análise das configurações dos movimentos de *pitch* denominadas perfis prosódicos. Cada enunciado é geralmente composto por uma sequência de perfis prosódicos. Os perfis podem ser elencados distribucionalmente em três tipos:

- a. Raiz: perfis obrigatórios e não-recursivos. Qualquer enunciado apresenta uma raiz;
- b. Prefixo: perfis opcionais e recursivos. Sempre precedem uma Raiz ou outro Prefixo;
- c. Sufixo: perfis opcionais e não-recursivos. Sempre seguem uma Raiz.

O último nível de análise está associado aos padrões tonais, que correspondem à forma melódica completa do enunciado. A L-AcT postula que existe uma correspondência sistemática entre cada perfil prosódico e certas funções. De acordo com a *Information Patterning Hypothesis* (CRESTI; MONEGLIA, 2010), um padrão tonal está associado a um padrão informacional. Por conseguinte, a prosódia também é responsável por mediar a relação entre uma unidade tonal (correspondente ao nível prosódico) e uma unidade informacional (correspondente ao nível pragmático). O perfil prosódico de Raiz é aquele que desempenha o papel central no enunciado, já que é ele que se configura como a unidade prosódica autônoma por excelência, carregando assim a ilocução. O seguinte esquema extraído de Moneglia e Raso (2014) representa a

to some degree with the acoustic feature of FREQUENCY, which in the study of speech is based upon the number of complete cycles of vibration of the VOCAL FOLDS” (CRYSTAL, 2008, p. 369).

²⁰ A excursão de f_0 é uma das propriedades relacionadas aos movimentos de f_0 e corresponde ao cálculo da diferença de altura dos picos e dos vales.

correspondência entre os padrões tonais propostos pelo grupo IPO e as unidades informacionais propostas pela L-AcT:

Figura 7 – correspondência entre o padrão tonal e o padrão informacional

Prosodic Pattern			Information Pattern	
	Root	→	Comment	Tag: COM
(prefix)	(suffix)	→	(Topic)	(Appendix)
	(introducer)	→	Tag: TOP	Tag: APC
	(parenthetical)	→	(Locutive Introducer)	Tag: INT
	(incipit)	→	(Parenthesis)	Tag: PAR
	(phatic)	→	(Incipit)	(Phatic)
			Tag: INC	Tag: PHA

Fonte: Moneglia e Raso (2014)

A próxima subseção apresentará as unidades informacionais e suas principais características, focando especialmente nas unidades informacionais textuais.

2.4. As unidades informacionais

Conforme indicado na subseção acima, a única unidade informacional obrigatória é o Comentário. Todas as outras unidades são opcionais. Assim sendo, o falante organiza o enunciado informacionalmente a fim de expressar a ilocução presente na unidade de Comentário da forma mais eficaz e adequada à situação. Os critérios de identificação das unidades informacionais são de natureza:

- Funcional: qual função pragmática desempenha a unidade informacional;
- Prosódica: quais são as características prosódicas da unidade, obedecendo obviamente aos perfis prosódicos do modelo IPO;
- Distribucional: Levando em consideração que o perfil de Raiz (unidade de COM) tem distribuição livre no enunciado, pois é ele que carrega a ilocução, qual posição ocupa a unidade em relação ao COM.

Há dois grandes grupos de unidades informacionais – as textuais e as dialógicas. As primeiras têm por objetivo compor o texto do enunciado, já as segundas têm por

objetivo se dirigir ao interlocutor a fim de regular a interação. O grupo de unidades textuais se divide em outro subgrupo. Tal subgrupo reúne as unidades que têm a função de se dirigir ao conteúdo textual do enunciado, no sentido de fornecer informações sobre como interpretá-lo. Possuem função textual (de compor o texto do enunciado) as seguintes unidades: Comentário (COM), Comentário Múltiplo (CMM), Comentário Ligado (COB), Apêndice de Comentário (APC), Tópico (TOP), Apêndice de Tópico (APT). Possuem também função textual (de fornecer informações sobre como interpretar o enunciado): Introdutor Locutivo (INT) e Parentético (PAR). As unidades que possuem função dialógica são: Alocutivo (ALL), Conativo (CNT), Conector Discursivo (DCT), Expressivo (EXP), Incipitário (INP) e Fático (PHA).

2.4.1. As unidades informacionais textuais

Esta seção apresentará de forma sucinta as unidades informacionais textuais, conforme é assumido pela L-AcT em seus postulados teóricos. A apresentação de cada unidade conterà com exemplos do *corpus* C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012).

2.4.1.1. Comentário (COM)

O Comentário (COM) é a unidade que carrega a força ilocucionária do enunciado. Por isso, essa é a única unidade necessária e suficiente para a realização de um ato de fala. Tal unidade apresenta um foco funcional, isto é, um núcleo prosódico que especifica seu valor ilocucionário em relação às demais unidades. O núcleo do COM indica, portanto, qual ilocução está sendo realizada. Como ele possui um perfil prosódico do tipo Raiz, sua distribuição é livre dentro do enunciado, sendo que as outras unidades se organizam em seu entorno.

Do ponto de vista acional, o COM sempre constitui um ato novo e imprevisível mesmo se o conteúdo referencial já houver sido mencionado no discurso. Dessa forma, o COM não expressa sempre informação nova do ponto de vista referencial, o que contradiz as abordagens que entendem que o enunciado é dividido em informação dada (Tópico) e informação nova (Comentário). Mesmo se o conteúdo locutivo for idêntico em dois enunciados, eles não serão tautológicos do ponto de vista acional. Os exemplos da seção 2.2 repetidos aqui mostram claramente este fato:

Exemplo 2.13 – bfamdl02

*KAT: [99] o quê //
 *SIL: [100] copos // [101] copos de Urano / que tem aí //
 *KAT: [102] copos de quê //
 *SIL: [103] **Urano** // %ill: conclusão
 *KAT: [104] **Urano** // %ill: incredulidade
 *SIL: [105] é //
 *SIL: [106] **Urano** // %ill: confirmação
 *SIL: [107] **Urano** // %ill: confirmação

Um exemplo extraído de Cavalcante (2015) mostra o mesmo fato para o inglês:

Exemplo 2.14 – afamdl02

*DAR: [183] do what you want / with the time you have // [184]
 learn //
 [185] give // [186] whatever //
 *PAM: [187] **love** // %ill: proposta
 *DAR: [188] **love** // %ill: ironia
 *PAM: [189] **love** // %ill: conclusão

Conclui-se, com a observação dos exemplos acima, que todos os enunciados são informativos, mesmo que o conteúdo lexical que os compõem textualmente seja idêntico.

2.4.1.2. Tópico (TOP)

O Tópico (TOP) é definido pela L-Act como o âmbito de aplicação da força ilocucionária. Ele seleciona um domínio de relevância pragmática para a ilocução, estabelecendo, dessa maneira, uma relação de *aboutness* pragmática com o ato de fala veiculado pela unidade de COM. Sem o TOP, o COM se refere a um domínio dado no contexto situacional ou no conteúdo locutivo do enunciado. Caso haja a realização da unidade de TOP, é estabelecido um domínio cognitivo para a aplicação da ilocução ou, em outras palavras, o âmbito de aplicação da ilocução é fornecido pelo TOP. Essa unidade age, então, no sentido de permitir um distanciamento do contexto situacional. Não é por acaso que ela é encontrada mais em textos monológicos, em que os enunciados se referem a domínios que não estão necessariamente presentes no contexto imediato de produção ou da situação. Para ilustração das ideias apresentadas, considere os seguintes exemplos inspirados em Cresti (2011)²¹:

²¹ Os símbolos %ill e %sit indicam, respectivamente, ilocução e situação.

Exemplo 2.15

a. ligue o rádio //=**COM**=

%*ill*: ordem

%*sit*: o ouvinte reconhece a ordem em seu sentido pleno, incluindo o objeto em que a ação deve ser executada

b. ligue-o //=**COM**=

%*ill*: ordem

%*sit*: o ouvinte reconhece a ordem, mas deve procurar o objeto de intervenção que corresponda ao pronome *o*. Nesse caso, a ordem se refere deitivamente no contexto

c. o rádio /=**TOP**= ligue-o //=**COM**=

%*ill*: ordem

%*sit*: o ouvinte reconhece a ordem, mas foi fornecida a ele informação relevante para que a ordem seja aplicada ao objeto de intervenção. Essa informação é fornecida linguisticamente pela unidade de TOP

Em (a), o enunciado é formado apenas pela unidade de COM, sendo que todas as informações são fornecidas ao interlocutor para que a ilocução de ordem seja efetivamente aplicada. Portanto, o COM se refere a um domínio dado pelo conteúdo locutivo do enunciado. Em (b), o enunciado também é formado somente pela unidade de COM. Contudo, não há no conteúdo locutivo nenhuma indicação sobre qual objeto a ordem deve ser aplicada. Dessa forma, o COM se refere a um domínio dado pelo contexto situacional. Em (c), o enunciado é formado pelas unidades de TOP-COM. É possível notar que o TOP fornece, em termos linguísticos, o domínio sob o qual a ordem deve ser aplicada.

O TOP é realizado por meio de um perfil prosódico do tipo Prefixo e é a única unidade além do COM que possui um foco funcional. Nesse caso, o núcleo prosódico da unidade revela seu valor informacional de TOP e não uma ilocução, como ocorre na unidade de COM. Ela pode ser realizada de acordo com quatro formas prosódicas (CAVALCANTE, 2015). Adicionalmente, o TOP sempre ocorre antes do COM, podendo apresentar recursividade, ou seja, uma sequência de TOP. A ocorrência sempre anterior ao COM não significa que o TOP está contíguo à unidade anterior, isto é, podem ocorrer

outras unidades intervindo entre o TOP e o COM. Morfossintaticamente, o TOP pode veicular diferentes tipos de sintagmas e até mesmo orações²²:

Exemplo 2.16 – bpubcv02

*CAR: [16] aqui /=PHA= mas /=DCT= a [/1]=EMP= **a prefeitura** /=TOP= &he /=TMT= &he /=TMT= já levou lá //COM=

Exemplo 2.17 – bfamcv01

*GIL: [2] <o /=CNT= mas> /=DCT= **voltando à questão** /=TOP= falando em [/2]=EMP= **e também falando em povo mascarado** /=TOP= esse povo do Galáticos é muito palha /=COB= eu acho que es nũ deviam mais participar /=COM= e <tal> //UNC=

Exemplo 2.18 – bpubcv01

*EMM: [225] **antes** /=TOP= que que a gente fazia //COM=

Exemplo 2.19 – bfamcv01

*LUI: [16] <escroto> /=TOP= <e como> ele era amigo dos caras /=TOP= a galera meio que tomava /=SCA= as dores //COM=

Exemplo 2.20 – bfamcv04

*BRU: [283] <se for> **uma palavra composta** /=TOP= né /=PHA= por exemplo duas palavras /=INT= cê faz assim //COM=

A partir do que já foi discutido, e com a observação dos exemplos acima, fica evidente que o TOP não é uma categoria sintática nem está restrito apenas a um tipo de preenchimento lexical. Ademais, ele não está relacionado necessariamente à informação dada no discurso.

2.4.1.3. Apêndice de Tópico (APT) e Apêndice de Comentário (APC)

Os apêndices têm por função integrar textualmente a unidade de TOP, no caso do APT, e a de COM, no caso do APC. Consequentemente, elas devem sempre seguir as respectivas unidades as quais integram. Não obstante, podem, por vezes, ser interpoladas por unidades dialógicas. Tanto o APT quanto o APC são unidades de perfil do tipo sufixo e não possuem foco funcional. Em relação ao preenchimento lexical, essas unidades podem expressar repetições, correções, integrações lexicais e expressões formulaicas. É

²² Exemplos extraídos de Mittmann (2012).

importante mencionar que o APC não pode ser considerado um tópico posposto justamente porque ele não fornece o campo de aplicação da força ilocucionária, função desempenhada apenas pela unidade de TOP.

Exemplo 2.21 – bfammn05

*CAR: [84] porque eu /=TOP= **também se fosse pela mãe** /=APT= nũ levaria não //COM=

Exemplo 2.22 – bfamd101

*FLA: [527] ali arroz /=COM= **Tio João** //APC=

Silva (2016) atestou a função proposta para o APC ao investigar dados de negação verbal do PB. O sistema de negação verbal do PB é composto por três formas – negação pré-verbal, dupla e pós-verbal – ilustradas, respectivamente, com os seguintes exemplos:

Exemplo 2.23 – bfamcv03

*TON: [41] é /=EXP= **se o meu pai também nũ tivesse morrido** /=TOP= tava vivo /=COB= tava com noventa-e-seis ano //COM=

Exemplo 2.24 – bfamcv02

*RUT: [368] não /=CMM= **nũ é encontro no seu Antônio de <Assis>** não //CMM=

Exemplo 2.25 – bfammn03

*ALO: [42] aí ea falou /=INT= não /=CMM_r= **vou lá não** //CMM_r=

De acordo com Schwegler (1991), em casos de negação dupla em sentenças complexas, o segundo advérbio de negação em posição final no enunciado sempre tem escopo sobre o verbo da oração principal:

Exemplo 2.26

Marcella **não** acreditou que o Santos ganhou o campeonato **não**.

A sentença acima não recebe uma interpretação do tipo *Marcella não acreditou que o Santos não ganhou o campeonato*. Os falantes do PB interpretam a sentença como *Marcella não acreditou não que o Santos ganhou o campeonato*. Levando isso em

consideração, observe os seguintes exemplos de enunciados com a articulação informacional COM-APC:

Exemplo 2.27 – bfamcv01

*LUI: [17] mas nũ [/2] /=EMP= mas nũ [/2] /=EMP= eles nũ eram todos <escrotos> /=COM= igual o pessoal do Galáticos **não** //APC=

Exemplo 2.28 – bfamcv07

*LIL: [281] nũ é isso /=COM= que cê tá falando <aí **não**> //APC=

Os exemplos acima mostram que o APC integra textualmente o COM preservando uma relação sintática natural do PB. Dessa maneira, tal unidade não pode ser considerada autônoma ou de natureza tópica.

2.4.1.4. Parentético (PAR)

O Parentético (PAR) possui uma função metalinguística de indicar instruções sobre como o texto (ou uma parte) do enunciado deve ser interpretado, fornecendo, para isso, explicações pragmáticas ou instruções. O PAR fornece informações sobre a atitude do falante ao interlocutor. Referencialmente, essa unidade pode atuar sobre todo o conteúdo do enunciado ou sobre apenas uma unidade informacional, geralmente o TOP, o COM ou mesmo a outro PAR. Em termos de distribuição, ele pode ocupar qualquer posição dentro do enunciado, exceto a primeira unidade, isto é, o início absoluto do enunciado. Seu preenchimento lexical é comumente relacionado a expressões modais e sua realização ocorre com uma velocidade de fala mais elevada do que a das outras unidades informacionais. No que concerne ao perfil prosódico proposto pelo grupo IPO, o PAR possui um perfil tipo parentético.

Exemplo 2.29 – bfamdl03

*LUZ: [52] são duas vagas /=COM= **eu acho** //PAR=

Exemplo 2.30 – bfamcv04

*BRU: [118] todo mundo olha /=i-COM= **por exemplo** /=PAR= do lado amarelo //COM=

Exemplo 2.31 – bpubmn01

*SHE: [65] porque /=DCT= o que acontece /=TOP= **não sei como que é nas escolas** /=PAR= é que o professor /=TOP= **onde eu dava aula** /=PAR= se vira com tudo //COM=

É preciso mencionar que Santos e Bossaglia (2018) identificaram casos no PB em que o PAR assume uma função ilocucionária. Caso essa proposta seja investigada de forma mais aprofundada e atestada com um maior número de dados, será possível dividir dois tipos de PAR. Isso poderia explicar um fenômeno apresentado no trabalho de Silva (2016). Segundo o autor, há uma restrição no uso da negação verbal no PB. As formas não-canônicas, isto é, a dupla e a pós-verbal, só podem ocorrer em unidades ilocucionárias, ao passo que a forma pré-verbal ocorre livremente entre as unidades informacionais textuais. Houve, no entanto, três casos em que a negação dupla ocorria em unidade de PAR. Possivelmente, essas ocorrências refletiriam um PAR ilocucionário, conservando a real restrição, ou seja, a de que a negação verbal não-canônica no PB se realiza apenas em unidades ilocucionárias. Essa hipótese merece ser investigada a fim de que a proposta de Silva (2016) seja complementada.

2.4.1.5. Introdutor Locutivo (INT)

O Introdutor Locutivo (INT) tem por função apresentar uma meta-ilocução, sobretudo o discurso reportado. Essa unidade também sinaliza que o conteúdo subsequente pertence a um nível hierárquico diferente daquele da enunciação. Prosodicamente, o INT apresenta um perfil descendente, velocidade de elocução alta, f0 baixa em relação ao conteúdo que o segue, de forma a contrastar com o valor da f0 do conteúdo seguinte. A alta velocidade de elocução e o contraste de f0 têm a função de indicar uma suspensão pragmática, isto é, essas características prosódicas marcam que o *hic et nunc* das unidades introduzidas é diferente daquele das unidades precedentes. Distribucionalmente, o INT precede as unidades que ele introduz.

Exemplo 2.32 – bfamdl03

*LUZ: [94] **falou** /=INT= não uai //COM_r=

Raso (2012) apresenta exemplos em que o INT introduz, respectivamente, uma ação oral não-verbal (um assovio, transcrito como *hhh*) e um ação gestual (não transcrita,

por isso é sinalizado uma interrupção do enunciado com o símbolo +, já que o material linguístico anterior não pode ser interpretado em isolamento):

Exemplo 2.33 – bfamcv04

*BMR: [175] <se for> /=SCA= um passarinho /=TOP= **cê nũ pode fazer**
/=INT= hhh //COM=

Exemplo 2.34 – bfamcv04

*HEL: [464] mas primeiro cê nũ fez assim /=COB= **tipo** +=INT= [465]
fez //COM=

Os exemplos ilustram multimodalidade da fala, ainda que o *corpus* C-ORAL-BRASIL não seja multimodal, o que ressalta a importância de, num futuro não muito distante, a análise da fala ser baseada totalmente em *corpora* em que áudio e imagem estejam disponíveis de uma forma compatível com uma análise linguística refinada. Particularmente, o fato de que no segundo exemplo a unidade que carrega a força ilocucionária – o COM – poder ser substituída por uma ação gestual-motora constitui um argumento tanto a favor da teoria dos atos de fala – que entende o enunciado como uma ação – bem como para os critérios de segmentação da L-Act – que segmenta o enunciado em unidades veiculadoras de ações.

2.4.1.6. As unidades dialógicas

As unidades dialógicas são dirigidas diretamente ao interlocutor e possuem a função de regular a interação. Elas correspondem ao que é conhecido na literatura como *marcadores discursivos*, isto é, expressões que não participam composicionalmente do conteúdo locutivo do enunciado, não contribuindo, portanto, com sua sintaxe. A função desempenhada por essas unidades é exclusivamente interacional, e nunca textual. Caso haja um enunciado em que ocorra o advérbio *não* seguido de um conteúdo como *é isso que eu disse*, a interpretação nunca deve ser a de que o advérbio dentro da unidade dialógica tenha escopo sobre a oração, fazendo com que sua polaridade se torne negativa. Tendo em vista que essas unidades não interferem na estrutura sintática, elas não receberão uma importância na discussão dos dados. É importante dizer que, a princípio, cada uma apresenta características prosódicas específicas que as distinguem umas das

outras, assim como ocorre com as unidades textuais (cf. RASO, 2014; RASO; VIEIRA, 2016).

Tabela 1 – Unidades dialógicas

Unidade dialógica	Função
Incipitário (INP)	Abrir o canal da comunicação de forma a contrastar afetivamente com o enunciado anterior
Conativo (CNT)	Causar um engajamento ao interlocutor para que ele cumpra ou desista de realizar uma ação
Fático (PHA)	Abrir ou regular o canal comunicativo, assegurando que o enunciado foi recebido
Alocutivo (ALL)	Dirigir-se ao interlocutor, individualizando-o, bem como marcar coesão social
Expressivo (EXP)	Oferecer um suporte emocional à realização do ato de fala
Conector Discursivo (DCT)	Marcar continuidade discursiva com o enunciado anterior, indicando que o discurso ainda não foi finalizado

Fonte: Adaptado de Moneglia e Raso (2014)

Seguem alguns exemplos das unidades dialógicas a título de ilustração:

Exemplo 2.35 – bfamdl02

*BEL: [196] ah não / na parte maior / e os +

*BAL: [197] não /=INP= mas é porque eu tô pensando assim //COM=

Exemplo 2.36 – bfamdl01

*FLA: [428] pera aí /=CNT= <eu fiz> uma listinha //COM=

Exemplo 2.37 – bpubdl02

*JAN: [291] na verdade eu queria levar as duas /=COM= né //PHA=

Exemplo 2.38 – bfamcv01

*GIL: [62] sabe que que eu penso /=COM= velho //ALL=

Exemplo 2.39 – bfamcv01

*EVN: [69] <é /=COM= porra> //EXP=

Exemplo 2.40 – bfamcv01

*GIL: [175] **porque** /=DCT= es tavam reclamando até //COM=

Antes de finalizar esta seção é preciso esclarecer dois pontos. Raso e Vieira (2016), em pesquisa sobre as unidades dialógicas, decidiram não incluir os EXP, porque “sua descrição é vaga, o que provavelmente esconde mais de um MD/UD [Marcador Discursivo/Unidade Dialógica] sob sua categorização” (RASO; VIEIRA, 2016, p. 231)²³. Os autores ainda acrescentam que o EXP deveria ser melhor estudado a fim de que sejam encontradas mais regularidades entre as funções e os diferentes perfis prosódicos que essa unidade parece apresentar. Logo, o EXP necessita de uma verificação empírica substancial para que possa ser efetivamente atestado e, por conseguinte, tenha sua postulação mantida. O mesmo fato ocorre com o DCT, uma das unidades pesquisadas pelos autores. Segundo Raso e Vieira (2016), o DCT é uma unidade que apresenta um *status* diferente de todas as outras, uma vez que é a única que está ligada ao texto e que não realiza uma função na interação com o interlocutor. Isso explicaria o por quê de essa unidade ocorrer mais em textos monológicos, tendo em vista que esses textos têm por característica justamente uma menor interação do falante com seu interlocutor.

Os autores ainda apontam que, por vezes, é difícil distinguir os aspectos prosódicos dessa unidade de características de uma unidade escansionada (cf. seção 2.5 abaixo). Nas palavras dos autores, isso aconteceria porque “o conteúdo semântico do DCT parece ser frequentemente muito importante, e porque seu perfil prosódico não mostra características específicas” (RASO; VIEIRA, 2016, p. 246)²⁴. Por fim, os autores ainda mencionam que “o DCT frequentemente parece ter um escopo sintático e semântico peculiar” (RASO; VIEIRA, 2016, p. 246)²⁵. Assim, as características tanto teóricas quanto empíricas do DCT aparentemente não se sustentam por meio de uma avaliação mais criteriosa. Todavia, neste momento o EXP e o DCT ainda fazem parte do arcabouço teórico da L-AcT, por isso foram mencionados nesta seção. A exclusão dessas unidades dependerá do avanço das pesquisas.

²³ Tradução nossa do original: “their prosodic description is vague, which probably conceals more than one DM/DU under its categorization”.

²⁴ Tradução nossa do original: “DCT’s semantic content seems frequently very important, and because its prosodic profile does not show specific characteristics”.

²⁵ Tradução nossa do original: “DCT frequently seem to have a peculiar syntactic and semantic scope”.

2.5. O princípio ilocutivo em questão: a quebra do isomorfismo

O princípio ilocutivo sustenta que há uma correspondência biunívoca entre unidade tonal e unidade informacional. Esse isomorfismo ocorre em grande parte dos dados nos *corpora* pesquisados pela L-Act. Há, contudo, três circunstâncias em que o princípio ilocutivo aparentemente não se aplica. Elas serão exploradas a seguir.

2.5.1. Unidade de Escansão (SCA)

A realização de uma mesma unidade informacional em duas unidades tonais é um sinal de que o isomorfismo entre unidade tonal e unidade informacional foi quebrado. Esse tipo de fenômeno ocorre geralmente nas unidades textuais, mais especificamente em COM, TOP e PAR. Raso (2012) elenca as possíveis razões que vigoram nesses casos:

- a) quando a dimensão silábica do conteúdo locutivo da unidade é muito grande e não é possível realizá-lo em uma única unidade tonal por razões fisiológicas;
- b) quando o falante possui escassa perícia da fala, como acontece frequentemente com falantes muito jovens ou de diastratia baixa;
- c) por razões enfáticas;
- d) por alguma forma de hesitação.

(RASO, 2012, p. 114)

A unidade de Escansão (SCA) não carrega valor informacional. Quando um enunciado é escansionado, considera-se que somente a última porção mantenha um perfil prosódico característico de uma unidade com valor informacional, as demais unidades são neutras em termos de informatividade. Isso não significa que elas não possuam valor comunicativo. A SCA certamente possui um valor comunicativo na interação, mas não se pode dizer que ela carrega um valor na estrutura informacional do enunciado.

Exemplo 2.41 – bfamcv01

*GIL: [112] **você está** /=SCA= demitido //COM=

As próximas seções apresentam as unidades de Comentários Múltiplos (CMM) e Comentários Ligados (COB).

2.5.2. Comentários Múltiplos (CMM)

Há casos em que num mesmo enunciado são realizados mais de um ato de fala em unidades tonais diferentes, quebrando claramente o princípio ilocutivo. Dois ou mais Comentários podem ser realizados dentro de um padrão retórico de ilocuções. As unidades que carregam as ilocuções desse padrão são denominadas Comentários Múltiplos (CMM). Os CMM apresentam um efeito retórico convencional e são interpretados holisticamente. Isso implica no fato de que, embora cada unidade do padrão apresente um valor informacional ilocucionário próprio, ao serem realizadas como CMM, adquirem um sentido diferente do que se fossem realizadas como dois COM isolados. Dessa forma, os CMM não constituem uma mera soma dos valores ilocucionários que cada unidade do padrão carrega.

Exemplo 2.42 – bfamd104

*SIL: [161] **ou é vinho bom caro /=CMM= ou é cerveja //=CMM=**

Exemplo 2.43 – bfammn04

*REG: [19] **eles lavaram o João /=CMM= puseram roupa /=CMM= e no bercinho //=CMM=**

Embora o estudo dessa unidade seja, no momento, incompleto, identificaram-se alguns dos tipos retóricos de padrões ilocucionários que comportam CMM: comparação, lista, reforço, relação necessária e pedido de confirmação, por exemplo.

2.5.3. Comentários Ligados (COB)

Um enunciado também pode ser composto por uma sequência de atos de fala num padrão que é denominado pela L-AcT de Estrofe. Esse tipo de padrão ocorre, sobretudo em textos monológicos, em que as sequências linguísticas tendem a ser mais longas, concentrando grande parte da produção na composição de um texto mais substancial, de uma narrativa mais longa etc. As ilocuções que são produzidas dentro desse padrão têm por característica prosódica um sinal de continuidade, isto é, cada unidade tonal carrega a força ilocucionária, veiculando assim uma ilocução e adicionalmente há uma marca prosódica que indica que há mais uma ilocução a ser adjungida à ilocução anterior até que

se chegue à última ilocução do padrão com um perfil terminal de um COM comum. Os atos de fala da sequência de COB são sempre da mesma classe ilocucionária e são realizados processualmente, passo a passo. A presença de outras unidades dentro de uma Estrofe é algo comum.

Diz-se que nas Estrofes há um enfraquecimento da força ilocucionária, o que explicaria a homogeneidade das ilocuições presentes nesse padrão (CRESTI, 2010; MONEGLIA; RASO, 2014). Não obstante, essa explicação merece ser estudada com maior profundidade, pois, a nosso ver, o postulado do enfraquecimento da força ilocucionária carece de estatuto teórico. Afinal, o que seria uma ilocução enfraquecida? Qual é a causa do enfraquecimento? Qual é a diferença entre ilocuições fortes e fracas? Qual é a consequência disso para a Teoria dos Atos de Fala? A verificação empírica de fato fornece subsídios para a postulação desse construto teórico? Somente com o avanço das pesquisas sobre a Estrofe é que se poderão obter repostas a todas essas perguntas. Abaixo segue um exemplo de uma sequência de COB num texto monológico:

Exemplo 2.44 – bfammn06

*JOR: [23] com as amizades adquirida /=SCA= que nós chamamos de network /=TOP= &he /=TMT= me apareceu uma outra /=SCA= hhh **oportunidade dentro de uma multinacional /=COB=** aonde eu fui desenvolver /=SCA= **um trabalho de vendas /=COB=** &he /=TMT= junto /=SCA= ao mercado /=SCA= **concorrente dessa empresa onde eu estava /=COB=** e lá eu **fiquei um período /=COB=** desenvolvendo o mesmo tipo de trabalho /=PAR= logicamente com um salário melhor /=PAR= hhh e por amizade eu fui cair /=SCA= em uma multinacional /=SCA= que eu dei uma virada no produto //COM=

O próximo capítulo expõe a proposta da L-AcT para o tratamento da sintaxe da fala apresentada nos trabalhos de Cresti (2011; 2014). Em seguida, será mostrada uma série de contra-argumentos a essa proposta, no sentido de elaboração de uma avaliação crítica com comentários aos pontos problemáticos da abordagem da L-AcT. Essa problematização terá por objetivo lançar luzes a possíveis vias alternativas para a questão.

3. O TRATAMENTO DADO À SINTAXE ATRAVÉS DO QUADRO TEÓRICO DA L-AcT

A proposta do comportamento da sintaxe dentro do escopo da L-AcT se iniciou mais sistematicamente nos estudos de Cresti (2011; 2014), em que as bases teóricas foram construídas, e teve sua aplicação a dados do Português Brasileiro (PB) nos trabalhos de

Bossaglia (2014; 2015a; 2015b; 2016) e de Mello (2016). A L-AcT não é uma teoria “sintaticocêntrica”²⁶, portanto ela não busca alavancar a sintaxe ao nível central de produção e de organização da fala. Essa teoria entende que as diamesias desempenham um importante papel na representação de suas unidades de referência, ou seja, as unidades mínimas que funcionam de forma autônoma e que são interpretáveis do ponto de vista do interlocutor, no caso da fala, e do leitor, no caso da escrita. Na diamesia escrita, a unidade de referência é a sentença, que é organizada segundo princípios lógico-sintáticos, ao passo que na diamesia falada, a unidade de referência é o enunciado, sendo este organizado segundo princípios pragmático-ilocutivos (cf. CRESTI, 2005). O enunciado possui interpretabilidade pragmática em isolamento, pois ele carrega a força ilocucionária, capaz de veicular um ato de fala, ou seja, uma ação linguística. Comparada à diamesia escrita, a sintaxe teria seu papel reduzido na fala, uma vez que são justamente outros componentes que atuam na organização do texto falado. Tal redução poderia ser constatada se se observa a menor variedade de construções que a diamesia falada apresenta face à diamesia escrita, por exemplo (cf. BIBER et al. 1999).

Segundo a L-AcT, a prosódia organiza a fala em enunciados e também atua na composição da estrutura informacional de cada um deles. Por meio do componente prosódico, a fala se estrutura em unidades tonais (relativas ao nível prosódico) que, em princípio, correspondem a unidades informacionais (relativas ao nível pragmático). Essa vinculação entre unidade tonal-unidade informacional é estabelecida pela *Informational Patterning Hypothesis* (CRESTI; MONEGLIA, 2010). Exceto nos casos de Escansão (SCA), cada unidade tonal corresponde a uma unidade informacional. Para a L-AcT, a unidade informacional se comporta como uma ilha sintático-semântica²⁷. A esse respeito, Cresti (2011) diz que “as unidades informacionais concebidas para a realização de uma determinada função informacional identifica a unidade linguística como uma configuração sintática local e uma ilha semântica”²⁸ (CRESTI, 2011, p. 56). Dessa forma,

²⁶ Este termo é usado aparentemente desde o final dos anos 1990 (cf. JACKENDOFF, 1997). Jackendoff o situa na seguinte passagem: “According to the syntactocentric view, the discrete infinity of language, which Chomsky takes to be one of its essential and unique characteristics, arises from exactly one component of the grammar: the recursive phrase structure rules (or in the Minimalist Program, the application of Select and Merge). Whatever recursive properties phonology and semantics have, they are a reflection of interpreting the underlying recursion in syntactic phrases” (JACKENDOFF, 1997, p. 16). Um termo sinônimo seria “syntactically-driven theories” (cf. NIRENBURG; LEVIN, 1992).

²⁷ O termo *ilha* usado por E. Cresti não possui o mesmo significado daquele introduzido por Ross (1967) comumente usado nos estudos gerativistas. Isso será problematizado no próximo capítulo.

²⁸ Tradução nossa para o original: “(...) the information units conceived for the accomplishment of a certain information function identifies the linguistic unit like a local syntactic configuration and a semantic island”.

é possível notar que o nível sintático não só está vinculado ao nível prosódico-pragmático²⁹, como também se encontra numa relação de hierarquia, tendo em vista que a estruturação sintática deve se adequar à estruturação informacional, sendo esta veiculada pela prosódia.

Estudar a sintaxe da fala no quadro teórico da L-AcT significa, desse modo, considerar a combinação das ilhas, que estão diretamente relacionadas às unidades informacionais e ao padrão informacional do enunciado. Cresti (2014) afirma que a estrutura informacional é realizada simultaneamente de acordo com dois requisitos: (i) a interface prosódica, que é o componente que organiza tal estrutura em unidades discretas e (ii) o ato locucionário, que, por meio do empacotamento prosódico do fluxo da fala, ativa as ilhas sintático-semânticas, realizando linguisticamente cada unidade informacional de modo a combiná-las dentro do enunciado, caso esse enunciado seja complexo.

É preciso dizer que não é qualquer unidade informacional que apresenta um conteúdo sintático complexo. Somente as unidades textuais apresentam tal conteúdo. Isso se deve ao fato de que o âmbito modal incide sobre essas unidades, delimitando assim um correspondente sintático. Consequentemente, tais unidades apresentam uma independência modal e sintática (cf. CRESTI, 2014; MELLO, 2016 e seção 3.3 abaixo). Já as unidades dialógicas são compostas apenas por expressões fixas ou por certos fragmentos lexicais e sintagmáticos que não possuem modalidade. Além disso, essas unidades são usadas pelo falante para se dirigir ao interlocutor, cumprindo o papel de regular a interação. Dessa forma, elas têm por característica uma duração segmental muito curta, o que restringe – mesmo que a sua função pragmática não fosse a de regular a interação – que dentro delas haja uma estruturação sintática muito complexa, formada, por exemplo, por uma oração com verbo e seus argumentos.

3.1. Os moldes sintáticos da fala: A combinação e a composição

As unidades informacionais são distribuídas a fim de cumprirem uma função pragmática no texto. A combinação delas não é governada através de parâmetros sintáticos de modo a formar sentenças canônicas – o que, nesse caso, obedeceria a uma

²⁹ Nesse caso, quando se diz nível prosódico-pragmático, deve-se entender o nível informacional (portanto, pragmático), que é veiculado e estabelecido por meio do componente suprasegmental, ou seja, por meio da prosódia.

configuração hierarquicamente sensível à vinculação de relações sintáticas entre as unidades (considerando que o conteúdo locutivo do Tópico estaria vinculado ao conteúdo locutivo do Comentário, de forma a estabelecer uma entre outras relações possíveis, tal como a de Sujeito-Predicado, por exemplo). Nesse sentido, Cresti (2014) esclarece que “a sintaxe do enunciado não corresponde a uma configuração unitária hierárquica, mas à combinação de orações, sintagmas ou fragmentos sintáticos locais”³⁰ (CRESTI, 2014, p. 368). A autora sustenta seu postulado remetendo o leitor aos exemplos “pouco convencionais” da relação encontrada em enunciados que apresentam o padrão informacional Tópico-Comentário (TOP-COM). Abaixo são apresentados dois exemplos do italiano, extraídos de Cresti (2014):

Exemplo 3.1 – ifamd102

*LID: [86] i'mi' bisnonno /=TOP= Pietro //COM=
'(no que diz respeito a) o meu bisavô, (seu nome era) Pedro'

Exemplo 3.2 – ifamd114

*VER: [41] le mele /=TOP= fatto a cigno //COM=
'(no que diz respeito a) as maçãs, (a forma correta deve ser) como um cisne'

A autora argumenta que em ambos os casos, a relação entre TOP e COM é de combinação, isto é, *o meu bisavô* e *as maçãs* são NPs que desenvolvem uma relação de relevância tópica (constituem o âmbito de aplicação da força ilocucionária presente na unidade de COM) e *Pedro* e *como um cisne* são, respectivamente, um NP e uma locução adjetiva que desempenham uma função ilocucionária (constituem um ato de fala). Os *chunks* encontrados no padrão informacional de TOP-COM possuem uma relação de *aboutness* pragmática (cf. seção 4.1 abaixo). Portanto, eles não formam orações canônicas como *meu bisavô era Pedro* ou *as maçãs devem ser como um cisne*, o que, nesse caso, exigiria uma abstração de verbos flutuantes sem nenhuma ligação anafórica com um verbo pronunciado anteriormente no discurso.

O conteúdo do COM é interpretado em isolamento, fazendo com que ele seja independente do conteúdo do TOP do ponto de vista sintático. Do ponto de vista semântico, a interpretação do conteúdo locutivo do padrão TOP-COM se dá de forma

³⁰ Tradução nossa para o original: “(...) the syntax of the utterance does not correspond to a unitary hierarchical configuration, but to the combination of local syntactic clauses, phrases or fragments”.

combinatória. Cresti (2014) diz que a semântica do enunciado deve ser analisada como a combinação de domínios locais, sendo que as unidades textuais possuem valor modal próprio. A combinação das unidades informacionais constitui a articulação pragmática completa do ato de fala.

De acordo com Cresti (2014), o nível de articulação composicional sintático-semântico se manifesta apenas dentro de cada unidade informacional, mais especificamente dentro das unidades informacionais textuais. Esse é o nível de composição das relações sintáticas, em que é possível observar a hierarquia de constituintes atuando na construção do conteúdo locutivo de cada unidade textual.

Exemplo 3.3 – bfamd102

*BAL: [64] tá saindo de uma garrafinha que tem um bico muito pequeno //

O exemplo acima, extraído de Raso (2013), ilustra o nível composicional das relações sintáticas, já que o enunciado é simples e, portanto, não apresenta mais de uma unidade informacional ou mais de uma ilha sintático-semântica. Nesse exemplo, é possível abstrair a relação hierárquica dos constituintes sintáticos, que ficaria mais clara através de uma representação diagramática do conteúdo locutivo do enunciado. Tal enunciado é constituído de um verbo com seu argumento, seguido de uma oração relativa. A relação hierárquica tradicional é, dessa forma, estabelecida dentro do nível composicional.

As unidades textuais são consideradas ilhas sintático-semânticas. A autora argumenta enfaticamente que “as relações sintático-semânticas básicas tais como escopo de predicação, regência, modificação, quantificação, subordinação e coordenação, e os valores modais caem dentro da ilha textual”³¹ (CRESTI, 2014, p. 370). A articulação completa do enunciado ou o seu *output* final é a combinação (e não composição) das ilhas sintático-semânticas realizadas por meio das unidades informacionais textuais.

3.2. As configurações sintáticas da fala: A linearização e a padronização

³¹ Tradução nossa do original: “(...) basic syntactic/semantic relations such as scope of predication, regency, modification, quantification, subordination and coordination relations, and modal values fall inside the textual island”.

Tendo em vista que a fala se organiza de acordo com princípios prosódico-pragmáticos, durante o processo analítico de pesquisa é preciso levar em consideração o arquivo de áudio do texto falado, bem como a transcrição segmentada prosodicamente/informacionalmente (o que evidencia a importância do alinhamento texto-som), pois é somente através desses recursos que haveria a possibilidade de garantir que o objeto analisado seja de fato a sintaxe da fala, e não a sintaxe da transcrição de um texto falado. Analisar a sintaxe de uma transcrição sem a segmentação e o arquivo de áudio poderia acarretar conclusões enviesadas, conforme pode ser ilustrado pelos exemplos abaixo, retirados de Raso (2013):

Exemplo 3.4 – bfamd104

- a. *SIL: tava no jornal de ontem
- b. *SIL: [222] tava no jornal // [223] de ontem //

O exemplo 3.4 poderia ser analisado inicialmente como um verbo que recebe um argumento interno preposicionado, seguido de um PP adjungido a esse argumento interno. No entanto, quando escutamos o áudio do exemplo, é possível notar que são duas estruturas autônomas, ou seja, dois enunciados e que a relação sintática entre eles seria de combinação, e não de composição.

Exemplo 3.5 – bpubd101

- a. *PAU: não tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá né
- b. *PAU: [14] não // [15] tá dando a altura daquele que a Isa marcou lá / né //

Do mesmo modo, no exemplo 3.5, poderíamos analisar o texto como um enunciado que apresenta um caso de negação verbal. Contudo, quando escutamos o áudio, torna-se claro que são dois enunciados distintos, sendo que não apresentam composicionalidade, nem combinação.

Segundo um levantamento dos tipos de enunciados do *corpus* C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005), relatado em Cresti (2014), há predominância de enunciados complexos (60%) sobre os enunciados simples (40%). Esse resultado reflete a importância de uma explicação da sintaxe dos enunciados complexos, formados por ilhas textuais sintático-semânticas. Dessa forma, a L-AcT lança mão de dois construtos

teóricos para explicar as relações “objetivas” e as “idiosincráticas”³² do comportamento sintático, mais precisamente do comportamento da subordinação e da coordenação, em enunciados complexos. Esses construtos são divididos em duas noções: a sintaxe linearizada e a sintaxe padronizada.

De acordo com Cresti (2014), na sintaxe linearizada (*linearized syntax*) é o ambiente onde ocorrem estruturas próprias de subordinação e de coordenação, sempre dentro de uma mesma unidade informacional textual, já a sintaxe padronizada (*patterned syntax* ou *patterned construction*³³) corresponde a construções realizadas ao longo das unidades informacionais textuais (e também, em alguns casos, ao longo de dois enunciados distintos, cf. exemplo 3.4 acima), sendo que cada uma desenvolve uma função informacional diferente. A configuração linearizada corresponde ao molde de composição e a configuração padronizada corresponde ao molde de combinação. Note-se que é apenas no molde composicional que as relações de subordinação e de coordenação ocorrem, no molde combinatório essas relações simplesmente não se estabelecem. Baseando-se na proposta de Cresti (2014), Bossaglia (2014) afirma que no enunciado complexo – em que seu conteúdo locutivo se encontra em duas ou mais unidades textuais, formando assim ilhas sintático-semânticas – “as estruturas sintáticas deixam de ser interpretáveis de acordo com análises tradicionais de dependência e assumem funções pragmáticas específicas” (BOSSAGLIA, 2014, p. 51). As funções mencionadas pela autora são aquelas desempenhadas por cada unidade informacional descritas na seção 2.4.

Para ilustrar as configurações sintáticas linearizada e padronizada, são apresentados abaixo dois exemplos. Em investigação sobre as orações adverbiais no PB, Bossaglia (2015b) mostra que a grande maioria dessas orações ocorre em padronização, embora haja casos de linearização, como o do exemplo 3.6, que constituem apenas 6%

³² As relações aqui chamadas “objetivas” são aquelas que não apresentam problemas quanto a sua análise dentro de um quadro tradicional, por exemplo, ‘O Joaquim ama o atual prefeito //COM=’, em que o NP *o prefeito* seria o objeto do verbo *amar*. As relações chamadas aqui “idiosincráticas” são aquelas que apresentariam dificuldades do ponto de vista tradicional, por exemplo, ‘O atual prefeito /=TOP= Deus me livre //COM=’, em que parece não haver nenhuma relação sintática entre o conteúdo locutivo do TOP e o do COM. A teoria não postula qualquer tipo de movimento sintático, nem qualquer categoria flutuante, por isso seria descartada a hipótese de que o NP *o atual prefeito* saiu de uma posição mais baixa da sentença e foi alçado à posição de TopP localizada na periferia esquerda. Além do fato de que, para a teoria, cada unidade informacional constitui uma ilha sintático-semântica que não apresenta composicionalidade com outras unidades. Veja a seção 4.1 abaixo que relata com maior detalhe o caso do TOP.

³³ É preciso salientar que o termo construção utilizado por Cresti não tem nenhuma relação com a noção de construção presente na Gramática de Construções.

dos dados do *minicorpus* do PB (cf. PANUNZI; MITTMANN, 2014 e seção 8.2.1.2, para informações sobre esse *minicorpus*).

Exemplo 3.6 – bfammn05

*CAR: [58] não falo porque acho muito pesado // =COM=

A autora explica que a oração adverbial causal introduzida pela conjunção *porque* é realizada na mesma unidade informacional da oração principal, o que exemplifica um caso de linearização. Esse exemplo mostra com clareza uma oração subordinada adverbial propriamente dita (*proper adverbial clause*).

Em investigação sobre as orações completivas no PB, Bossaglia (2015a) mostra que tais orações ocorrem em seis tipos de configurações padronizadas, sendo uma delas o padrão CMM-CMM, apresentado abaixo:

Exemplo 3.7 – bfamdl03

*LAU: [275] tá vendo / =CMM= como é que mudou // =CMM=

Esse exemplo ilustra um caso de padronização, já que o enunciado é complexo, formado por duas unidades tonais/informacionais. Bossaglia (2015a) argumenta que a possível relação de dependência entre a principal e a completiva não é levada em consideração pela organização prosódico-pragmática do enunciado. As duas orações se encontram no mesmo plano pragmático, tendo em vista que elas são realizadas em unidades ilocucionárias idênticas, o que confere a elas a mesma função. No entanto, isso não significa que elas realizam a mesma ilocução. Segundo a autora, a primeira oração trata-se de um pedido de confirmação, ao passo que a segunda trata-se de uma repetição. O padrão prosódico de realização dos CMMs proporciona que elas sejam interpretadas como uma única sequência terminada. Ambas as orações possuem valor ilocucionário, o que demonstra que elas ocupam o mesmo plano pragmático.

A seguir, será explorada brevemente a importância da modalidade para o estudo da sintaxe dentro do quadro teórico da L-AcT.

3.3. O papel da modalidade na formação de ilhas semânticas e seu impacto na sintaxe

De acordo com Cresti (2014), uma definição clássica de modalidade remonta a Bally (1950), em que ele define o termo como *Modus on Dictum*, ou, em outras palavras, a atitude do falante sobre o seu próprio enunciado. É preciso mencionar que outros termos ou conceitos – tais como ilocução, atitude, emoção etc. – atribuídos dentro do escopo da modalidade devem ser distinguidos, pois são efetivamente objetos distintos (cf. MELLO; RASO, 2011). A modalidade dentro do quadro teórico da L-AcT atua na dimensão do ato locucionário e se limita a um significado estritamente linguístico. Bally (1950) considera o *Dictum* como uma proposição inteira. Para a L-AcT, a modalidade seria o *modus* dentro de um *dictum* que é preenchido apenas pelo conteúdo locutivo expresso nas unidades informacionais. Assim, cada unidade informacional textual exibe um valor modal distinto, exceto as unidades de APT e de APC que, por serem dominadas pelas unidades de TOP e de COM, respectivamente, herdaram o valor modal de suas unidades dominantes. O *dictum* nem sempre será uma proposição completa, tendo em vista que variados tipos de sintagmas, fragmentos ou classes de palavras podem compor uma unidade informacional. Além disso, a modalidade nem sempre é expressa por marcadores modais codificados linguisticamente (cf. MELLO, 2016, para estratégias modalizadoras no PB).

Cresti (2014) estabelece dois postulados teóricos que devem ser levados em consideração no estudo da modalidade dentro do quadro da L-AcT: (a) a modalidade pertence ao nível semântico dentro do ato locucionário, por isso ela deve ser distinguida da ilocução, que pertence justamente ao nível pragmático e (b) o valor modal de cada unidade informacional textual – assim como na sintaxe – não é composicional dentro do enunciado. Disso decorrem duas considerações: (i) cada unidade informacional textual corresponde a uma cena cognitiva, que forma um domínio semântico (cf. FAUCONNIER, 1985) e (ii) se um enunciado contar com mais de uma unidade informacional textual, ele apresentará diferentes modalidades. As unidades informacionais formam, desse modo, ilhas semânticas. Segundo Mello (2016), “as diferentes ilhas semânticas, entretanto, não se compõem em sua modalidade; restando observáveis cenas que se combinam como ‘janelas perceptuais’ com diferentes perspectivas” (MELLO, 2016, p. 166).

O impacto das ilhas semânticas na sintaxe se estabelece na medida em que apenas aquilo que determina um âmbito modal estará sujeito a receber um correspondente sintático – essa é uma das razões de a sintaxe não atuar nas unidades dialógicas, já que nelas não existe modalidade. Em outras palavras, as ilhas semânticas constituem âmbitos modais que incidem sobre uma estruturação sintática formada a partir dessas ilhas. Pode

ser depreendido, a partir disso, que a ideia de ilhas semânticas fortalece, de certo modo, a noção de ilhas sintáticas atuantes dentro das unidades informacionais.

Segundo Cresti (2014), a cena formada dentro das ilhas semânticas é uma função de uma perspectiva, ou seja, o ponto de vista do falante, do destinatário ou de alguém externo. A autora diz que uma cena é caracterizada por coordenadas que são dependentes do espaço e do tempo. Tais coordenadas devem ser concebidas dentro de um universo (ou um mundo possível), que indica como o falante avalia a própria cena. As coordenadas espaciais-temporais de uma perspectiva, que são estabelecidas a partir da cena, podem se referir interpretativamente a um mundo real, universal ou ficcional. Cresti (2014) argumenta que dentro de um enunciado complexo, em que há duas (ou mais) unidades textuais, as duas (ou mais) cenas diferentes evocadas dentro dessas unidades podem ser distinguidas por suas perspectivas individuais, mesmo se ambas apresentarem um valor modal idêntico. A autora ainda explica que cada *chunk* linguístico, observável através do padrão informacional do enunciado, é dedicado a realizar uma função pragmático-informacional específica. Tais *chunks* correspondem a cenas concebidas com um valor modal unitário a fim de exercerem a função pragmático-informacional que lhes for dada.

No próximo capítulo, serão discutidos com o auxílio de vários exemplos e de uma longa argumentação alguns problemas que a abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe enfrenta.

4. PROBLEMAS ACERCA DA ABORDAGEM TEÓRICA DA SINTAXE NA L-AcT: ANÁLISE QUALITATIVA

Este capítulo busca mostrar alguns problemas teóricos acerca da concepção da sintaxe na abordagem da L-AcT. Esses problemas surgem a partir da observação de dados empíricos, extraídos de trabalhos que utilizaram os *minicorpora* do PB e do inglês (cf. PANUNZI; MITTMANN, 2014 e CAVALCANTE; RAMOS, 2016, respectivamente), e analisados segundo o critério teórico da L-AcT.

O modelo teórico da L-AcT para a delimitação e análise da sintaxe da fala é claro ao postular que cada unidade informacional corresponde a uma ilha sintático-semântica, ou seja, não há nenhuma relação sintática entre o conteúdo locutivo de uma unidade como o TOP e o conteúdo locutivo do COM. Em outras palavras, o que ocorre locutivamente no TOP não estabelece nenhum tipo de relação sintática, seja de subordinação, de coordenação, de adjunção etc., com o que ocorre no COM. Isso vale para outras unidades,

como INT, PAR, CMM e COB. Além disso, o enunciado é a unidade de referência da fala e não há dependência sintática entre um enunciado e o outro adjacente a ele. Todas as relações sintáticas ocorrem dentro do nível composicional. No nível combinatório não há qualquer relação sintática entre o conteúdo locutivo das unidades informacionais.

O que se pretende mostrar nesta seção é que há pelo menos duas formas de se estudar a sintaxe da fala: uma seria considerar que a organização prosódico-informacional reflete a organização sintática, justamente o que a L-AcT propõe ao localizar ilhas sintático-semânticas dentro da estrutura informacional. Outra opção seria considerar que a organização prosódico-informacional e a organização sintática da fala não estão direta e exclusivamente correlacionadas, ou seja, a estruturação informacional pode revelar aspectos da sintaxe, sem que essa esteja estritamente subordinada em forma de ilhas àquela. No entanto, se a proposta da L-AcT for levada em consideração, é preciso esclarecer o que de fato está em jogo na estruturação sintática da fala via unidades informacionais, tendo em vista vários contraexemplos atestados nos *minicorpora*.

4.1. O caso do Tópico

Cresti (2011) relata que 51% dos enunciados do *corpus* IPIC³⁴ do italiano são constituídos de mais de uma unidade informacional, ou seja, são enunciados complexos. Desse total de enunciados, 23% apresentam o padrão TOP-COM. A autora argumenta, então, que o padrão informacional básico do enunciado em italiano é o de TOP-COM. Segundo a autora, a relação entre o Tópico e o Comentário tem sido tratada como uma relação de *aboutness* semântica (CHAFE, 1976). Dessa forma, o conteúdo expresso nessas unidades é tratado como uma única entidade semântica, estabelecendo uma relação proposicional.

A abordagem da L-AcT é divergente da visão comumente adotada, pois essa teoria adota uma perspectiva pragmática, e não semântico-sintática. Para a L-AcT, o Tópico (TOP) é uma unidade informacional que tem a função de servir como o campo de aplicação da força ilocucionária que a unidade de COM carrega. Cresti (2011) explica

³⁴ O *corpus* IPIC é formado por textos da seção informal dos *corpora* C-ORAL-ROM (Italiano), C-ORAL-BRASIL (português brasileiro) e C-Or-DiAL (espanhol). Os textos que formam esse *corpus* foram anotados em unidades informacionais manualmente. Esse *corpus* é disponibilizado através da plataforma DB-IPIC, que consiste de “(...) an online, XML-based, queryable language resource that allows the study of linear relations among information units in spoken corpora” (PANUNZI; MITTMANN, 2014, p. 129). Para mais informações, cf. <<http://lablita.dit.unifi.it/ipic/>> e Panunzi e Mittmann (2014).

essa definição da seguinte maneira: se não há TOP no enunciado, o COM deve se referir ao contexto e aplicar sua força ilocucionária de uma forma referente ao seu tipo ilocucionário. Ou seja, se a força ilocucionária do enunciado for uma ordem, o COM será realizado com um perfil prosódico correspondente ao tipo ilocucionário que marca essa ilocução.

Considere os exemplos adaptados de Cresti (2011) abaixo:

Exemplo 4.1

fecha a porta //COM

%ill: ordem

%sit: o ouvinte reconhece a ordem em seu sentido pleno, incluindo a denotação semântica do seu objeto de intervenção

Exemplo 4.2

fecha-a //COM

%ill: ordem

%sit: o ouvinte reconhece a ordem, mas deve procurar a proeminência pragmática adequada no contexto correspondendo ao pronome *a*. Nesse caso, a ordem se refere deitivamente no contexto

Exemplo 4.3

a porta /TOP fecha-a //COM

%ill: ordem

%sit: o ouvinte reconhece a ordem, mas foi fornecida a ele informação relevante para a adequada proeminência contextual ser levada em consideração na sua intervenção, através da expressão linguística do Tópico

Os três exemplos acima ilustram uma ilocução de ordem, cujo objetivo é realizar uma mudança de mundo. Desse modo, é esperado que haja uma referência contextual para que a ilocução de ordem se aplique de forma adequada. No primeiro exemplo, essa referência já é dada no próprio conteúdo locutivo do COM, sendo que o argumento do verbo *fechar* denota semanticamente a que objeto contextual a ordem deve ser aplicada. No segundo exemplo, a referência deve ser identificada através do contexto pragmático, uma vez que ela não está expressa diretamente no conteúdo locutivo do COM. O pronome *a* poderia se referir, por exemplo, à janela, à cortina, à persiana etc., portanto é necessário que o interlocutor reconheça pragmaticamente que o objeto contextual a que a ordem se refere seja a porta. No terceiro exemplo, a referência é dada no TOP. Portanto, o TOP

fornece, em termos linguísticos, um âmbito para que a ilocução de ordem se aplique. A relação entre TOP-COM é, dessa maneira, de *aboutness* pragmática, ou seja, o NP *a porta* não é o objeto semântico-sintático do VP *feche-a*. Não há uma relação de predicação entre o conteúdo do TOP e o do COM, portanto essas duas unidades informacionais não podem constituir uma proposição. A única relação existente entre o TOP-COM é a de que o TOP representa linguisticamente um domínio adequado para a aplicação da força ilocucionária que o COM carrega. Conseqüentemente, não há relação sintática entre o TOP e o COM. O TOP, como outras unidades informacionais, é uma ilha sintático-semântica, conforme discutido acima.

Não obstante, a noção do TOP como uma ilha sintática parece ser desafiada por vários dados do PB e do inglês. Os dados do PB que serão apresentados a seguir foram extraídos do trabalho de Mittmann (2012) e os do inglês foram retirados do trabalho de Cavalcante (2015). Nos exemplos abaixo, o conteúdo locutivo do TOP seria o sujeito do verbo das sentenças que se encontram no COM. Isso mostra que seria possível, portanto, haver relação sintática entre o conteúdo do TOP e do COM.

Exemplo 4.4 – bfamdl03

*LUZ: [87] **mas o Antônio** /=TOP= &he /=TMT= cobrou muito dela isso
//=COM=

Exemplo 4.5 – bfamcv02

*TER: [298] **os pajem** /=TOP= vai ser mesmo a Giovana e o Tetê
/=COM= né //=-PHA=

Exemplo 4.6 – bfammn02

*DLF: [29] **a senhora** /=TOP_r= é de Itabira /=COB_r= &he /=TMT=
com um pai com esse nome /=COB_r= que que ele é do Carlos Drummond de
Andrade //=-COM_r=

É possível argumentar que o PB é uma língua *pro-drop* e que, portanto, os verbos *cobrou*, *ser* e *é* podem ser usados sem um sujeito sintático, podendo, de fato, referir-se a quase todas as pessoas pronominais, como *tu/você cobrou/é/vai ser*, *ele/ela cobrou/é/vai ser*, *nós/a gente cobrou/é/vai ser*, *vocês cobrou/é/vai ser*, *eles/elas cobrou/é/vai ser*, ainda que seja contraintuitivo pensar que os NPs *o Antônio*, *os pajem* e *a senhora* não sejam o sujeito dos verbos. De qualquer forma, a ideia do TOP como ilha sintática poderia continuar válida se esse argumento for considerado. No entanto, como explicar os

exemplos de uma língua não-*pro-drop* como o inglês, em que é obrigatório que cada verbo receba um sujeito? Os exemplos abaixo ilustram o problema:

Exemplo 4.7 – afammn02

*ALN: [51] **Marcia** /=TOP= had a relative in Mexico /=COB= or something /=COB= but they'd been down there /=COB= many times //COM=

Exemplo 4.8 – apubmn01

*KIR: [365] the [/1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=

Exemplo 4.9 – afammn01

*LYN: [84] **and your horse's foot** /=TOP= is just really wide or something //COM=

Não só é contraintuitivo pensar que os NPs *Marcia*, *the penguins* e *your horse's foot* não são sujeitos, respectivamente, dos verbos *had*, *are* e *is*, como também é fato que essa consideração violaria uma regra basilar da língua inglesa e de outras línguas não-*pro-drop*, ou seja, a de que essas línguas precisam de um sujeito expreso na sentença. Esse sujeito deve ser realizado mesmo em verbos que não “exigem” semanticamente um sujeito, como é o caso de verbos intransitivos que indicam fenômenos da natureza, como *chover*, *nevar* e *ventar*, conforme mostram os exemplos abaixo:

Exemplo 4.10

It is raining now.

‘Está chovendo agora’

Exemplo 4.11

Sometimes it snows in Nevada.

‘Às vezes neva em Nevada’

Exemplo 4.12

It is too windy here.

‘Vento demais aqui’

Do ponto de vista formalista, o sujeito dessas sentenças é preenchido pelo pronome vazio semanticamente *it*, também conhecido como *dummy pronoun*³⁵. Do ponto de vista funcionalista da abordagem da Gramática Cognitiva de R. Langacker, todos os elementos possuem significado, incluindo o pronome *it* nesses casos.

O conteúdo do TOP pode apresentar mais relações sintáticas com outras unidades adjacentes. No exemplo abaixo, *to him*, na unidade de INT, seria o objeto indireto do verbo *came*, que se encontra na unidade de TOP. Se não houvesse relação sintática entre essas unidades, como seria possível explicar o uso da preposição e do pronome oblíquo na unidade de INT?

Exemplo 4.13 – afamcv03

*TOC: [72] **and someone came** /=TOP= to him and said /=INT= what do you think about that /=COB_r= and he said /=INT= I hate /=SCA_r= being eighty /=SCA_r= until I thought of the alternative //COM_r=

Quando há listas de TOP, elas devem ser interpretadas como um único domínio para a aplicação da força ilocucionária, isto é, são composicionais. Dessa forma, TPL(1) e TPL(2), no exemplo abaixo, constituem orações coordenadas. Isso é o que permite que o sujeito do verbo *saw* seja interpretado anaforicamente como o NP *one of the docs*. No entanto, se não houvesse relação sintática entre as listas de TOP e o COM, o verbo *wrote* não receberia sujeito. É preciso, então, que se analise o enunciado abaixo como um caso de três orações coordenadas, para que os verbos *saw* e *wrote* recebam o sujeito.

Exemplo 4.14 – afamd103

*ALC: [122] and /=AUX= &he /=TMT= **one of the docs came in** /=TPL(1)= and **saw all of his kids** /=TPL(2)= and wrote orders on every kid //COM=

A adjunção é uma operação sintática. Logo, se um adjunto ocorre dentro de uma unidade de TOP, deve haver alguma relação sintática entre esse constituinte e a oração a que ele se adjunge. Os enunciados abaixo mostram casos como esse. No exemplo do

³⁵ Parece que em algumas condições pragmáticas e discursivas o sujeito pode não ser realizado (cf. CARTER; McCARTHY, 1995; HUGHES; McCARTHY, 1998; LEECH, 2000; NARIYAMA, 2004; HAEGEMAN, 2007). No entanto, essa possibilidade não afetaria o que está em discussão nos exemplos apresentados, pois o predicado está em absoluta adjacência com o NP considerado aqui como sujeito. Ademais, registre-se o fato de que o inglês também dispõe do uso de pronomes resumptivos nesses casos.

inglês, o adjunto *two days ago* expressa tempo, e no exemplo do PB, o adjunto *no carro* indica o local.

Exemplo 4.15 – apubmn01

*KIR: [230] **two days ago** /=TOP= there was a twenty-five out on exhibit //COM=

Exemplo 4.16 – bfammn04

*REG: [5] **no carro** /=TOP= eu ficava /=INT= co Haroldo /=PAR= corre /=COM_r= Haroldo //ALL_r=

Após a exposição dos dados desta seção, há fortes indícios que mostram que o TOP não pode ser concebido como um anacoluto sintático conforme sustenta Cresti (2011; 2014).

4.2. O caso das orações subordinadas

As subordinadas são orações que se encontram encaixadas na principal, mantendo assim uma relação sintática de dependência. Há vários exemplos que mostram orações subordinadas em unidades informacionais diferentes, tanto no inglês quanto no PB. A prótase (subordinadas) das condicionais abaixo se encontra na unidade de TOP, e a apódose (principais) está na unidade de COM.

Exemplo 4.17 – bfamcv04

*BRU: [283] <se for> **uma palavra composta** /=TOP= né /=PHA= por exemplo duas palavras /=INT= cê faz assim //COM=

Exemplo 4.18 – afammn01

*LYN: [6] and /=DCT= **if you wanna go on in it** /=TOP= you [/1]=EMP= then /=AUX= you can go on /=COM= you know //AUX=

Segundo Cresti (2014), as relações de subordinação caem dentro de cada ilha sintática, ou seja, dentro de cada unidade informacional. Contudo, tanto nos exemplos das condicionais acima, quanto nos exemplos de orações subordinadas adverbiais temporais abaixo, há relação de subordinação entre o conteúdo locutivo das unidades de TOP e de COM. As orações subordinadas estão no TOP e as principais se encontram em COM.

Esses exemplos reforçam o fato de que o TOP não pode ser considerado um anacoluto sintático.

Exemplo 4.19 – afamd103

*ALC: [117] I mean /=AUX= **when you're used to doing that all the time** /=TOP= you /=SCA= get up a system //COM=

Exemplo 4.20 – bfamd102³⁶

*BEL: [243] **quando eu cheguei aqui** /=TOP= todas as minhas calças tinham ficado lá hhh //COM=

Abaixo é apresentada outra subordinada – a adverbial causal. Nesse exemplo, o enunciado é realizado através de CMMs. A subordinada se encontra no segundo CMM, o que mostra que essa oração está em outra unidade informacional, embora de mesmo valor pragmático que aquela que a antecede.

Exemplo 4.21 – bfamcv04

*CEL: [164] mas cê nunca vai adivinhar nenhuma minha /=CMM= **porque eu nã tenho a mínima noção** //CMM=

Outro tipo de subordinada é a oração completiva, mostrada nos exemplos abaixo. No primeiro exemplo, a matriz se encontra em TOP e a subordinada em COM. No segundo exemplo, a matriz se encontra em INT e a subordinada em TOP-COM.

Exemplo 4.22 – bfamd103

*LUZ: [181] porque eu acho que no mesmo concurso /=TOP= **cê nã pode fazer duas** //COM=

Exemplo 4.23 – bpubmn01

*SHE: [101] então /=INP= eu vejo que /=INT= é [/1] /=EMP= querendo ou não /=TOP= gente /=ALL= **a organização** /=TOP= **é a alma do negócio** //COM=

A oração do TOP abaixo é classificada tradicionalmente como uma subordinada substantiva predicativa reduzida de infinitivo. A principal se encontra na unidade de COM.

³⁶ Os exemplos 4.21 e 4.22 foram extraídos de Bossaglia (2015b) e os 4.23 e 4.24 são de Bossaglia (2014).

Exemplo 4.24 – bpubmn01

*SHE: [21] &estu [/1]=EMP= &he /=TMT= **trabalhar no Estado** /=TOP=
com língua estrangeira /=APT= é lutar contra a maré //COM=

Por fim, há ainda um problema de difícil resolução caso se considere que as unidades informacionais são ilhas sintáticas. Uma sentença complexa pode apresentar duas orações com sujeitos pronominais diferentes, como 4.22, repetido aqui como 4.25:

Exemplo 4.25 – bfamdl03

*LUZ: [181] porque **eu** acho que no mesmo concurso /=TOP= **cê** nũ
pode fazer duas //COM=

Esse tipo de dado dividido informacionalmente em TOP-COM já constitui um contraexemplo à noção de ilha sintática pelos motivos discutidos acima. Para mais um contraexemplo a essa noção – agora com sujeitos pronominais idênticos – considere o diálogo entre LUZ e LAU abaixo:

Exemplo 4.26 – bfamdl03

*LUZ: [85] a Fabíola /=SCA= fica naque' trem //COM=
*LUZ: [86] que ela nũ quer fazer /=COB= porque ela acha que nũ
+=EMP=
*LUZ: [87] mas o Antônio /=TOP= &he /=TMT= cobrou muito dela
isso //COM=
*LUZ: [88] que ela tem que fazer concurso //COM=
*LUZ: [89] mesmo que ela nũ &pa +=EMP=
*LUZ: [90] nũ é importante nũ passar em primeiro lugar //COM=
*LUZ: [91] é importante passar /=COB= isso /=DCT= pruma pessoa
nova igual a ela /=COB= que tá começando a +=EMP=
*LUZ: [92] é legal ter isso no currículo //COM=
*LUZ: [93] igual ele falou com ela //COM=
*LUZ: [94] falou /=INT= não uai //COM_r=
*LUZ: [95] se **ocê** passar em segundo lugar /=TOP_r= **cê** tá muito
bem /=COM_r= ué //PHA_r=
*LAU: [96] é //COM=
*LUZ: [97] mesmo <se ocê nũ entrar /=COM= uai> //PHA=
*LAU: [98] <sem dúvida //COM=

LUZ discorre sobre a importância de Fabíola prestar um concurso na área dela. De acordo com LUZ, o fato de ser aprovada num concurso, mesmo que Fabíola não seja convocada para a vaga, já seria algo importante para o currículo dela. LUZ relata o que Antônio disse para Fabíola em relação a esse fato, que pode ser constatado mais

claramente nos enunciados 93-97. O enunciado 95, formado por duas orações com sujeitos pronominais idênticos, mostra que não é possível que o sujeito de uma oração não seja correferente com o sujeito da oração correspondente, ou seja, não é possível que os dois pronomes – as formas variantes *ocê* e *cê* – se refiram a duas pessoas diferentes. Eles estão ligados, são correferentes e só podem se referir à Fabíola – através da fala de Antônio relada por LUZ. Esse dado ilustra que a oração subordinada mantém uma relação sintática com a oração principal.

O que todos os exemplos acima mostram é que o postulado de que as relações de dependência sintática se localizam apenas dentro de cada unidade informacional não se sustentaria. As relações sintáticas de subordinação ultrapassam a unidade informacional.

A princípio, esses casos ainda poderiam ser contornados com o postulado da sintaxe padronizada. No entanto, Cresti (2014) afirma que a padronização atua somente como um nível de combinação de unidades informacionais com o intuito de dar o *output* final e de fornecer a interpretabilidade adequada ao enunciado. A sintaxe padronizada não prevê nenhum tipo de relação sintática entre as unidades. A L-AcT postula que, nesse nível, as estruturas não assumem as relações tradicionais de dependência sintática.

Na sintaxe padronizada o nível sintático é “deposto” em razão de o conteúdo locutivo estar vinculado a unidades informacionais que desempenham funções pragmáticas específicas. Por exemplo, uma possível oração subordinada em TOP é combinada com uma possível oração matriz em COM sem estabelecer nenhuma relação de dependência. A “subordinada” em TOP se combina com a “matriz” em COM para que o enunciado tenha seu *output* realizado de forma completa e adequada. Contudo, a oração em TOP não é uma verdadeira subordinada, ela é meramente o campo de aplicação da força ilocucionária que está em COM.

Em virtude do que foi exposto, pode-se inferir que parece haver um problema teórico de transposição de níveis de análise na L-AcT. Considerando os exemplos 4.17 e 4.18 das condicionais acima, depreende-se que a prótase perde sua condição morfossintática de oração subordinada por ser realizada na unidade informacional de TOP. Em outras palavras, a prótase deixa de ser uma subordinada para exercer a função do âmbito de aplicação da força ilocucionária. O que isso significa é que um elemento perde seu potencial morfossintático tão somente por exercer certa função pragmática. A combinação da prótase em TOP e da apódose em COM – sem que não haja uma relação sintática entre o conteúdo locutivo dessas duas unidades – se dá por meio da sintaxe

padronizada, que busca, conforme discutido acima, fornecer a realização completa do enunciado.

Na concepção da sintaxe padronizada da L-AcT, é possível notar que o nível pragmático-informacional suplanta o nível sintático. E é justamente isso que permite postular tal conceito teórico. Infere-se a partir desse postulado que a morfossintaxe perde seu estatuto potencial para assumir funções pragmáticas. Ou seja, a função (pragmática) determina qual deve ser o papel da forma, sendo que esse papel não é morfossintático, e sim pragmático. Certamente isso tem um custo grave, comprovado por todos os dados apresentados acima. Para ficar mais claro, será apresentado o exemplo 4.8, repetido aqui como 4.27:

Exemplo 4.27 – apubmn01

*KIR: [365] the [/1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=

Segundo a L-AcT, o NP *the penguins* e o VP *are numbered* não possuem relação sintática, pois se encontram em unidades informacionais diferentes. Essa é, portanto, uma construção padronizada. O NP *the penguins* (forma capaz de desempenhar um papel sintático) não é o sujeito do VP *are numbered* porque esse NP se encontra numa unidade de TOP, servindo à função de âmbito de aplicação da força ilocucionária. Por meio da sintaxe padronizada – que não atribui qualquer tipo de relação sintática – essas unidades são combinadas de modo a prover a realização completa do enunciado. O raciocínio subjacente a essa concepção parece ser o de que todo e qualquer elemento morfológico que se alocar na unidade de TOP perderá sua potencialidade argumental (no caso de um NP em posição de sujeito, por exemplo) ou clausal (no caso de uma oração subordinada, por exemplo), ficando, assim, incapaz de estabelecer qualquer relação sintática com elementos do COM ou de qualquer outra unidade informacional. Isso ilustra o fato de que todo e qualquer conteúdo locutivo que for realizado em TOP deve necessariamente receber o papel de servir a uma função pragmática específica, qual seja, a de constituir o âmbito de aplicação da força ilocucionária. Fica claro na proposta da L-AcT que existe uma transposição de níveis analíticos que acaba se refletindo em postulados teóricos de difícil comprovação empírica³⁷.

³⁷ Há ainda um problema terminológico. Se a sintaxe padronizada é um nível que não estabelece relações sintáticas, conforme assumido pela teoria, qual é a razão de chamá-lo de “sintaxe”? Em Linguística, existe um grave problema de uso não-convencionalizado de terminologias. Por exemplo, muitos autores explicam

4.3. O caso das orações coordenadas

A coordenação é uma estratégia usada para unir duas unidades sintáticas, sejam elas palavras, sintagmas ou orações. Em exemplos canônicos, tais elementos devem apresentar o mesmo *status*, podendo ser unidos por um repertório de conjunções de que a língua dispõe. Considere os exemplos extraídos de Mello (2016):

Exemplo 4.28 – bpubdl01

*ROG: [8] eu vou &coloc [/3]=EMP= eu vou suspender mais um pouquim aqui /=CMM= vou pegar a linha /=CMM= e vou colocar por cima //CMM=

Exemplo 4.29 – bpubcv01

*MAR: [301] <congela /=CMM= mas é mais lento> //CMM=

Exemplo 4.30 – bfamdl04

*SIL: [161] **ou** é vinho bom caro /=CMM= **ou** é cerveja //CMM=

Todos os exemplos de coordenação elencados acima estão divididos informacionalmente entre unidades de CMM. O primeiro indica uma sentença coordenada aditiva, o segundo, uma coordenada adversativa, e o terceiro, uma coordenada alternativa. O que pode ser notado é que a relação de coordenação entre orações permanece sem nenhuma alteração, ainda que cada oração esteja dentro de uma única unidade informacional de CMM. Observe que no exemplo 4.28, a conjugação do verbo auxiliar *ir* garante que as orações coordenadas sejam correferentes entre si e entre a oração precedente em que o sujeito pronominal *eu* é realizado. Dessa forma, não é possível afirmar que não haja uma relação de coordenação entre as orações *vou pegar a linha* e *e vou colocar por cima* pelo fato de elas estarem separadas por unidades informacionais de mesmo valor.

4.4. O caso da negação

conceitos distintos usando um mesmo termo. Isso causa certa confusão nesse campo de estudos. Portanto, o problema terminológico não deve ser tratado como algo de menor importância.

O PB apresenta três tipos de negação verbal: a pré-verbal, a dupla e a pós-verbal, conforme ilustram, respectivamente, os exemplos abaixo extraídos de Silva (2016):

Exemplo 4.31 – bfamd123

*BAR: [173] eu **não** estou sendo gravada //

Exemplo 4.32 – bfamd123

*JAN: [14] cê **nũ** toca guitarra **não** //

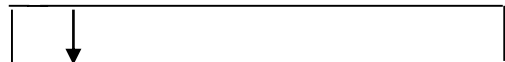
Exemplo 4.33 – bfamcv02

*JAE: [45] <conheço> ela **não** / <uai> //


De acordo com Schwegler (1991), quando há casos de negação dupla em sentenças que apresentam período composto por subordinação, a negação que ocorre em posição pós-verbal na oração subordinada necessariamente tem escopo sobre o verbo da oração principal, exceto em casos em que já há uma negação pré-verbal na subordinada, como mostram os exemplos do autor (SCHWEGLER, 1991, p. 200):

Exemplo 4.34


a. Não sei se você está mentindo não.



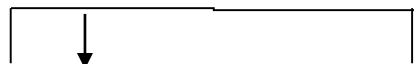
b. Não sei se você não está mentindo não.




c. Não sei não se você não está mentindo não.



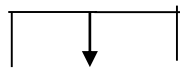
d. Ele não sabe que o pai chegou não.



e. Ele não sabe que o pai não chegou não.




f. Ele não sabe não que o pai não chegou não.



g. Ele sabe que o pai não chegou não.

Em pesquisa sobre a negação verbal no PB, Silva (2016) apresenta o seguinte dado, em que há um caso de negação dupla em uma sentença de período composto por subordinação:

Exemplo 4.35 – bfamd104

*SIL: [136] *nũ é igualzim de casa de pobre /=CMM= que tudo que tem põe pra fora não //CMM=*

Esse dado é bastante ilustrativo com respeito à contra-argumentação das premissas teóricas da L-AcT. O exemplo acima mostra que, novamente, a subordinação pode ultrapassar as fronteiras das unidades informacionais. Isso fica demonstrado pelo fato de que a negação em posição pós-verbal da oração subordinada tem escopo sobre o verbo da oração matriz. Ou seja, se não houvesse relação sintática entre o conteúdo locutivo das duas unidades de CMM do exemplo acima, a negação em posição pós-verbal da segunda unidade teria necessariamente que negar os verbos *ter* ou *por*, o que é barrado pelas regras de escopo da negação dupla no PB discutidas através dos exemplos de Schwegler (1991) acima. A leitura dessa sentença deve ser parafraseada como *Não é igualzim de casa de pobre não, que tudo que tem põe pra fora*, e não como *Não é igualzim de casa de pobre, que tudo que não tem põe pra fora* ou como *Não é igualzim de casa de pobre, que tudo que tem não põe pra fora*. Ou seja, o segundo advérbio de negação nega o verbo *ser* da oração matriz, e não os verbos das dependentes. Isso significa que qualquer enunciado do PB que seja composto por dupla negação tendo distribuídos os advérbios em duas unidades informacionais diferentes sempre haverá composicionalidade sintático-semântica, já que existe uma regra sintática que delimita o escopo do segundo advérbio de negação. E essa regra não pode ser restringida pela segmentação informacional do enunciado.

4.5. Outros casos em línguas tipologicamente variadas

Os exemplos que serão analisados nesta seção não constituem dados de fala. A princípio, haveria um problema metodológico nessa exposição, uma vez que a crítica desenvolvida nas subseções acima se baseia no estudo da sintaxe da fala, e não em dados criados. No entanto, é necessário refletir sobre alguns pontos a esse respeito.

Em primeiro lugar, há que se considerar a dificuldade da obtenção de dados de certas línguas não-indo-europeias. O estudo de línguas indígenas brasileiras, por exemplo, envolve um trabalho de campo que depende dos mais variados fatores para que ocorra de forma satisfatória. Não é necessário apenas estabelecer contato com o povo, obter autorização da Funai para desenvolver o trabalho na aldeia, adentrar áreas de difícil acesso etc., é preciso ter experiência na coleta de dados nesse ambiente, bem como estar preparado para os percalços que a pesquisa de campo pode trazer. Além disso, por diversas razões, muitas vezes o material coletado no trabalho de campo não é disponibilizado pelos pesquisadores que desenvolvem investigações nessa área. Dessa maneira, é bastante comum outros pesquisadores utilizarem apenas os dados publicados em artigos ou teses que são, em praticamente sua totalidade, ora transcrições (isto é, “dados de fala” sem o respectivo áudio), ora dados eliciados.

Em segundo lugar, os dados evidentemente não recebem o tratamento específico nos moldes da L-AcT, isto é, não são coletados de modo a cobrir uma gama de situações diafásicas, nem são segmentados prosodicamente ou anotados informacionalmente como os *corpora* que seguem os pressupostos dessa teoria. Isso implica uma dificuldade de outra natureza. Mesmo que o material coletado em campo fosse disponibilizado, seria necessário que esses dados passassem por um tratamento de adequação aos critérios de transcrição propostos pela L-AcT, o que envolve as já mencionadas segmentação prosódica e anotação informacional, por exemplo. Para que isso ocorra, é imprescindível não só o conhecimento da teoria, mas também um treinamento específico para essa tarefa. A esse respeito, existem duas possibilidades: ou o pesquisador que conhece certa língua recebe o treinamento de segmentação e anotação ou quem conhece a L-AcT (mas não conhece a língua) desenvolva a tarefa. A primeira alternativa depende de fatores fora do nosso alcance, já a segunda alternativa não é recomendável, tendo em vista que pode ocasionar em erros ou em vieses que comprometeriam a análise. Em terceiro lugar, os dados de outras línguas que por ventura sejam disponibilizados dificilmente apresentarão glosa, algo essencial para a argumentação a ser desenvolvida. A vantagem da utilização de dados já publicados é o fato de haver a transliteração para o alfabeto latino, no caso de línguas que fazem uso de outros sistemas de escrita, bem como de haver as glosas

indicando qual é o significado de cada morfema. Dessa maneira, é possível observar o que determinado dado indica gramaticalmente.

A argumentação que será feita nas subseções abaixo se baseia num princípio de predição que é possível extrair da L-AcT – embora deva ser mencionado que tal princípio não está explícito nessa teoria, isto é, é algo que fica subentendido. De acordo com a L-AcT, o enunciado, a estrutura informacional e as ilocuções são veiculados pelo componente suprasegmental da fala denominado prosódia. Considerando que toda língua apresentaria prosódia, logo seria esperado haver enunciado, estrutura informacional e ilocuções em todas as línguas³⁸. Isso é, de certa forma, reforçado por Hirst (2013) no trecho abaixo:

A prosódia é universal no sentido trivial de que todas as línguas possuem prosódia. Claramente, todos os *enunciados* têm prosódia porque suas *formas prosódicas* sempre podem ser caracterizadas como um padrão de mudança da duração segmental, da altura e do pitch. Num sentido menos trivial, todas as línguas utilizam *funções prosódicas* para expressar uma série de funções linguísticas e paralinguísticas, tais como a fragmentação, o realce, a manutenção do discurso e do diálogo, bem como para a veiculação dos atos de fala e dos estados do falante como as atitudes e as emoções (HIRST, 2013, p. 150, grifos do autor)³⁹.

É preciso reconhecer que os pressupostos da L-AcT foram aplicados e constatados até o momento em apenas seis línguas: espanhol, francês, italiano, português, inglês e japonês. Contudo, conforme mencionado acima, a prosódia parece ser um universal que veicularia as funções constitutivas da fala assumidas pela L-AcT. Evidentemente, o que pode variar diz respeito a quais ilocuções ou a quais unidades informacionais estariam presentes ou ausentes em determinadas línguas. A lista de ilocuções de uma língua sempre será incompleta, tendo em vista que nenhum pesquisador tem acesso à totalidade da língua para verificar todas as ilocuções possíveis. Dessa forma, encontrar uma ilocução no guarani inexistente nas línguas indo-europeias investigadas ou que ainda não foi

³⁸ Evidentemente, as línguas de sinais não apresentam som, portanto a prosódia não é veiculada da mesma forma que se realiza nas línguas orais-auditivas. Não obstante, suas funções aparentemente permanecem as mesmas. Há vários estudos que analisam a prosódia nessas línguas (cf. NESPOR; SANDLER 1999; NICODEMUS; SMITH, 2006; TANG et al., 2010; SANDLER, 2010; DACHKOVSKY et al. 2013; BRENTARI et al. 2015, PUUPPONEN et al. 2016; JANTUNEN et al., 2016, entre outros).

³⁹ Tradução nossa do original: “Prosody is universal in the trivial sense that all languages possess prosody. Of course, all *utterances* have prosody because their *prosodic form* can always be characterized as a changing pattern of segmental duration, loudness and pitch. In a less trivial sense, all languages make use of *prosodic functions* to express a number of linguistic and paralinguistic functions such as chunking, highlighting, discourse and dialogue management as well as for the expression of speech acts and of speaker states like attitudes and emotions”.

catalogada com a metodologia da L-AcT é algo perfeitamente possível. No que se refere à estrutura informacional, a situação tem maior peso, uma vez que isso influenciaria diretamente a interface com a sintaxe. Por exemplo, caso uma língua se desenvolva informacionalmente apenas em unidades ilocucionárias e dialógicas, a interface entre sintaxe e estrutura informacional seria um pouco mais restrita do que numa língua que apresentasse um número maior de unidades informacionais – incluindo, possivelmente, outras unidades que ainda não foram catalogadas nas línguas indo-europeias. Seguindo esse raciocínio, quanto mais unidades informacionais uma língua apresente, maior será a complexidade da interface entre a sintaxe e a estrutura informacional.

Nolan e Jeon (2014 e referências lá citadas) mencionam o caso de línguas que parecem não fazer contraste entre alguns parâmetros prosódicos, sobretudo no que diz respeito ao ritmo. Os autores esclarecem esse problema dizendo que “[p]odemos ter que aceitar que algumas línguas se contentam em permanecer arrítmicas – e, no entanto, interessantemente, elas conseguem desempenhar perfeitamente as funções comunicativas da linguagem” (NOLAN; JEON, 2014, p. 6-7)⁴⁰. Certamente, sem uma investigação empírica não se pode dizer que a prosódia não atua na formação da estrutura informacional ou na veiculação de ilocuições nessas línguas. Não obstante, se essa possibilidade existir, várias questões deverão ser direcionadas no intuito de entender, sobretudo, como a sintaxe atua na fala e qual é o seu papel na realização das ilocuições.

4.5.1. As línguas de caso

O caso é uma categoria gramatical que possui a função de expressar relações sintático-semânticas por meio da morfologia. As línguas que não possuem marcação de caso empregam outras estratégias para organizar e explorar as relações sintáticas, tais como a ordem dos constituintes e as adposições, por exemplo⁴¹. O sistema de caso constitui um paradigma em que para cada relação sintática haverá geralmente uma marcação morfológica distinta. Evidentemente, é possível que haja dois casos diferentes com a mesma marca morfológica, bem como que um mesmo caso exiba duas formas alternantes, que sofrerão variação de acordo com regras de harmonia vocálica, por

⁴⁰ Tradução nossa do original: “[w]e may just have to accept that some languages are content to remain relatively arrhythmic – and yet, interestingly, they manage perfectly well to perform the communicative functions of language”.

⁴¹ Uma língua de caso pode exibir concomitantemente adposições, como o latim, o mongol, o finlandês etc.

exemplo. Tal marcação incide majoritariamente sobre os nominais e pode variar ainda de acordo com as categorias de número e gênero, constituindo assim diferentes declinações.

O finlandês é uma língua extremamente rica na marcação de caso. A literatura mostra certa variação no que se refere ao número de casos que essa língua pode apresentar. De acordo com Karlsson (2008), o finlandês exhibe quinze casos, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Sistema de casos do finlandês

Case	Endings	Function	Example	Translation
<i>Nominative</i>	-(pl. -t)	(basic form)	auto	car
<i>Genitive</i>	-n;-den,-tten	possession	auto/n	of a/the car
<i>Accusative</i>	-n,-t,-	object ending	häne/t	him, her
<i>Partitive</i>	-a ~ ä;	indefinite	maito/a	(some) milk
	-ta ~ -tä;	quantity	vet/tä	(some) water
	-tta ~ -ttä		perhe/ttä	(some) family
<i>Inessive</i>	-ssa ~ -ssä	inside	auto/ssa	in a/the car
<i>Elicative</i>	-sta ~ -stä	out of	auto/sta	out of a/the car
<i>Illative</i>	-Vn,	into	auto/on	into a/the car
	-hVn,		maa/han	into a/the country
<i>Adessive</i>	-lla ~ -llä	on; instrument	pöydä/llä	on a/the table
<i>Ablative</i>	-lta ~ -ltä	off	pöydä/ltä	off a/the table
<i>Allative</i>	-lle	onto	pöydä/lle	onto a/the table
<i>Essive</i>	-na ~ -nä	state	opettaja/na	as a/the teacher
<i>Translative</i>	-ksi	change of state	opettaja/ksi	(become) a teacher
<i>Comitative</i>	-ine	accompanying	vaimo/ine/ni	with my wife
<i>Instructive</i>	-n	(idiomatic)	jala/n	on foot

Fonte: Karlsson (2008, p. 25-26)

Numa língua em que as relações sintáticas são explicitamente marcadas na morfologia, não se pode ignorar o papel do caso na interface entre a sintaxe e a estrutura informacional. Dessa forma, o princípio da unidade informacional como uma ilha

sintático-semântica se enfraquece se as línguas de caso entrarem no arcabouço argumentativo de análise. Observe o exemplo abaixo do finlandês:

Exemplo 4.36

Poja-t tapa-si-vat tyttö-i-en
 garoto-NOM.PL encontrar-TAM-3PL garota-PL-ACC
 ‘Os garotos encontraram as garotas’

O nominativo plural – caso do sujeito – é marcado pelo sufixo *-t* no nome *poja-* (garoto) e o acusativo – caso do objeto direto – é marcado pelo sufixo *-en* no nome *tyttö-* (garota). Levando em conta o papel da marcação de nominativo em 4.36, como considerar que *pojat* não é sujeito da oração se esse nome for empacotado na unidade de TOP numa articulação TOP-COM?

Exemplo 4.37

pojat /=TOP= tapasivat tyttöien //COM=

Um fato interessante é que o finlandês não apresenta os verbos *ter/possuir*. A princípio, pode-se indagar como o falante dessa língua realiza, então, orações que indicam posse, como *o empresário possui várias casas* ou *o estudante tem um carro*. Existe, entretanto, outra forma de transmitir o significado das orações do português com os verbos *ter* e *possuir*. No finlandês, isso se dá por meio da marcação do caso adessivo. Esse caso indica não só posse, mas também local (*em cima de* ou *perto de*) e instrumento (*com [uma caneta]*). No exemplo abaixo, a combinação do sufixo do caso adessivo no sujeito com a presença do verbo *ser/estar*⁴² gera, literalmente, a expressão em português *em Emma é/está...*, indicando assim o equivalente a *você tem*. Note que o objeto recebe o caso partitivo por se tratar de quantidade.

Exemplo 4.38

Emma-lla on hyvä-ä kirja-a
 Emma-ADE ser-3SG.PRES bom-PART livro-PART
 Lit. ‘Em Emma é/está um bom livro’
 ‘Emma tem um livro bom’

⁴² O verbo *olla* significa tanto *ser* quanto *estar*.

Essa construção do adessivo com o verbo *ser* juntamente com o objeto no caso partitivo expressa a noção de posse elaborada por meio do verbo *ter* em línguas como o português. Caso ela seja dividida em TOP-COM não seria possível afirmar que não haja relação sintática entre os constituintes:

Exemplo 4.39

Emmalla /=TOP= on hyvää kirjaa //COM=

Karlsson (2008, p. 131) explica que o partitivo também marca alguns tipos de sujeito. Quando isso ocorre, o sujeito geralmente aparece no final da oração e o verbo finito sempre estará flexionado na terceira pessoa do singular. Um dos tipos de sujeito seria aqueles que expressam uma quantidade indefinida, como 4.40. O partitivo está presente também em orações existenciais com nomes de quantidade indefinida, como 4.41:

Exemplo 4.40

Torille tuli kansa/a.

People came to the market place.

Exemplo 4.41

Huoneessa on valo/a.

There is (some) light in the room.

(KARLSSON, 2008, p. 131)

Se não houvesse relação sintática no exemplo 4.39, o objeto no caso partitivo poderia ser forçado a receber uma interpretação de sujeito ou mesmo de uma oração existencial, o que é barrado pela gramática do finlandês, uma vez que o objeto *um livro bom* é uma quantidade definida, ou seja, trata-se de um livro apenas, e não de dois ou três, ainda que não se saiba exatamente qual livro está sendo mencionado.

O japonês também é uma língua que possui marcação de caso, além de apresentar uma ordem de constituintes predominantemente SOV. Observe abaixo a ordem dos constituintes da oração ditransitiva, bem como a marcação de caso indicando a relação sintática entre os termos da oração:

Exemplo 4.42

John-ga Mary-ni hon-o yatta

John-SU Mary-IOB book-DOB gave

‘John gave Mary a book’

(BAKER, 2001, p. 177)

Caso uma oração como essa seja dividida em TOP-COM seria contraintuitivo dizer que não há relação sintática entre o sujeito (caso nominativo) e o objeto indireto (caso dativo) com o verbo e o objeto direto (caso acusativo):

Exemplo 4.43

John-ga Mary-ni /=TOP= hon-o yatta //COM=

Note também que o japonês marca o nominativo mesmo que o constituinte na posição de sujeito seja uma oração, como mostra o exemplo abaixo:

Exemplo 4.44

いい演奏をするのが私の仕事だ。

[Ii ensō o suru no] ga watashi no shigoto da.

Giving a good performance is my job.

(KAISER et al. 2013, p. 46)

Se considerarmos que essa oração pode ser dividida informacionalmente em TOP-COM ou mesmo em CMM-CMM, não seria possível dizer que não haveria relação de dependência:

Exemplo 4.45

ii ensō o suru no ga /=CMM= watashi no shigoto da //CMM=

Pode-se questionar, mais uma vez, a validade da divisão proposta entre a articulação TOP-COM dos exemplos apresentados acima. Não obstante, é preciso dizer que até o presente momento foram constatadas apenas quatro restrições de elementos que são barrados na unidade informacional de TOP: alguns pronomes indefinidos, NPs

negativos, pronomes pessoais anafóricos e outras palavras funcionais (cf. FIRENZUOLI; SIGNORINI, 2003; SIGNORINI, 2005; CRESTI, 2011; MITTMANN, 2012; ROCHA, 2012; CAVALCANTE, 2015). Isso se deve ao fato de que esses elementos não preencheriam uma condição que a unidade de TOP requer. O TOP deve expressar um domínio de identificação, algo que esses elementos não conseguiriam evocar. Eles só poderiam ocorrer ou dentro de um COM ou em contextos de TOP-COM desde que estejam em forma de citação:

Exemplo 4.46

*ninguém /=TOP= vai à festa amanhã //COM=

Exemplo 4.47

*nem o João /=TOP= foi ao estádio //COM=

Exemplo 4.48

a Maria foi na casa do João //COM= *ela /=TOP= bebeu suco de laranja lá //COM=

Exemplo 4.49

*de /=TOP= chocolate branco a Rafaela gosta //COM=

Exemplo 4.50

“ninguém” /=TOP= foi a palavra que ele disse //COM=

Exemplo 4.51

nem o João foi ao estádio //COM=

Exemplo 4.52

a Maria foi na casa do João //COM= ela bebeu suco de laranja lá //COM=

Exemplo 4.53

“de” /=TOP= é uma preposição do português //COM=

Exceto os itens listados acima, praticamente qualquer material sintático pode ocorrer em TOP: sintagmas nominais, adverbiais, preposicionais, adjetivais, orações e até mesmo sentenças completas. Portanto, espera-se que a ocorrência dos exemplos desta subseção e das outras subseções abaixo, a fim de servirem de contra-argumento à proposta da L-AcT, seriam, a princípio, perfeitamente possível nas línguas naturais.

4.5.2. O sistema de *switch-reference*

Várias línguas apresentam um sistema de referenciação de sujeitos gramaticais conhecido por *switch-reference* (cf. JACOBSEN, 1967; AUSTIN, 1981; HAIMAN; MUNRO, 1983, entre outros). Tal sistema consiste de um processo sintático em que ocorre o emprego de uma marca morfológica no verbo de uma oração coordenada ou subordinada indicando se o sujeito do verbo de uma oração é correferencial ou não com o sujeito do verbo da outra oração, ou seja, esse morfema afixado ao verbo indica se o sujeito de uma oração é idêntico ou diferente do sujeito da outra oração. Interessantemente, as línguas que apresentam esse sistema tendem a não possuir conjunções, ao passo que as demais línguas possuem um número considerável desse tipo de palavra (cf. CÂNDIDO, 2004). Provavelmente, deve haver alguma especificidade na estrutura informacional que, em conjunto com a *switch reference*, configura as orações complexas nessas línguas. Observe abaixo os exemplos do sistema de *switch reference* em orações coordenadas:

Exemplo 4.54 – Koita:

a. *daka oro-go-i era-ga-nu*

I come-SG-SS see-SG-PAST

‘I came and saw him’

b. *daka oro-go-nuge auki da era-ga-nu*

I come-SG-DS he me see-SG-PAST

‘I came and he saw me’

(DUTTON, 1975 *apud* LYNCH, 1983, p. 210)

Na língua koita, o período composto por coordenação recebe a marcação morfológica de *switch reference* no verbo da primeira oração. O sufixo *-i*, glosado como

SS (*same subject*) indica que o sujeito da primeira oração é o mesmo da segunda, ao passo que o sufixo *-nuge*, glosado como DS (*different subject*), indica que o sujeito da segunda oração é diferente do sujeito do verbo da primeira oração.

Observe abaixo o fenômeno da *switch reference* agora em orações subordinadas:

Exemplo 4.5 – Diyari:

a. η atu kanta kul^y akul^{ya} tayi-na / η ani piti-yi
 I(ERG) grass(ABS) green(ABS) eat-REL(SS) I(ABS) fart-PRES
 ‘When I eat green grass, I fart’

b. kan^yt^yi mindi-ya nani / naka-lda nawu wakara-nani
 can run-PAST she(ABS) there-LOC he(ABS) come-REL(DS)
 ‘She could have run (the distance) if he had come back again’

(ANDREWS, 2007, p. 176-177)

Na língua diyari, a marca morfológica da *switch reference* é um sufixo que é afixado ao verbo da oração subordinada. No primeiro exemplo, o sufixo *-na* ocorre no verbo *tayi-* (*comer*) da oração subordinada e indica que o sujeito é idêntico ao da oração principal. No segundo exemplo, o sufixo *-nani* ocorre no verbo *wakara-* (*voltar*) da oração subordinada e indica que o sujeito não é o mesmo da oração principal. O fenômeno da *switch reference* nas duas línguas mostra que, caso as orações se articulem em TOP-COM ou CMM-CMM, por exemplo, a proposta da unidade informacional como ilha sintática perde força.

Exemplo 4.56

daka oro-go-nuge /=CMM= auki da era-ga-nu //CMM=
 ‘I came and he saw me’

Exemplo 4.57

η atu kanta kul^y akul^{ya} tayi-na /=TOP= η ani piti-yi //COM=
 ‘When I eat green grass, I fart’

A marca morfológica da *switch reference* é uma indicação de que as duas orações mantêm uma relação sintática, seja de coordenação ou de subordinação. Esse fato é

evidenciado morfológicamente no nível do sujeito, seja ele idêntico ou diferente nas duas orações. Tal marca está ausente em orações simples em que ocorre apenas um sujeito. Dessa forma, esse fenômeno só é empregado em sentenças complexas que, via de regra, estabelecem relação sintática.

Cândido (2004) demonstra que além de indicar se o sujeito da oração principal é idêntico ou diferente do sujeito da oração subordinada, o fenômeno da *switch reference* na língua shanenawa apresenta mais dois tipos de informação. Segundo a autora, os sufixos do sistema de *switch reference* do shanenawa indicam “a ordem de ocorrência dos eventos verbais nas sentenças subordinadas temporais e a valência (transitivo ou intransitivo) de um dos verbos envolvidos no enunciado” (CÂNDIDO, 2004, p. 208). A valência do verbo da oração principal é marcado no verbo da oração subordinada. A relação temporal entre os eventos dos verbos se desenvolve em termos de sequencialidade, podendo ser sequenciais (o evento da oração matriz segue a ação do verbo da subordinada), subsequenciais (o evento da oração matriz precede o evento da subordinada) ou não-sequenciais (o evento da oração matriz co-ocorre com o evento da subordinada).

Os exemplos 4.58-4.62, apresentados abaixo, são extraídos do trabalho de Cândido (2004). O exemplo 4.58 indica que o sufixo *-sun* afixado ao verbo *uša-* (*dormir*) da oração subordinada é usado quando o sujeito desta oração é idêntico ao da matriz, bem como para mostrar que a valência do verbo da oração matriz é transitiva e que a relação temporal entre os eventos é sequencial, isto é, o evento da oração matriz ocorre depois do evento da subordinada:

Exemplo 4.58

[ɪn uša-**sun**]O_{temp} [ɪn iʃkin-φ pi-i-ki]O_{matriz}
 1ps dormir-SRS(SI), 1ps peixe-ABS comer-N.PAS-DECL
 ‘Depois que eu dormir, eu comerei peixe.’

O exemplo 4.59 indica que o sufixo *-aʃ* no verbo *pi-* (*comer*) da oração subordinada é usado quando o sujeito desta oração é idêntico ao da matriz, bem como para mostrar que a valência do verbo da oração matriz é intransitiva e que a relação temporal entre os eventos é sequencial:

Exemplo 4.59

[ɪn iʃkin-φ pi-**aʃ**]O_{temp} [ɪn uša-a-ki]O_{matriz}
 1ps peixe-ABS comer-SRS(SI) 1ps dormir-PAS-DECL

‘Depois de comer o peixe, eu dormi.’

O exemplo 4.60 indica que o sufixo *-kin* no verbo *niku-* (*chegar*) da oração subordinada é usado quando o sujeito desta oração é diferente do sujeito da oração matriz, bem como para mostrar que a relação temporal entre os eventos é sequencial⁴³:

Exemplo 4.60

[i̇pa-φ niku-**kin**]O_{matriz} [falihu-n iʃkin-φ pi-i]O_{temp}
 papai-ABS chegar-SRS(SD) crianças-ERG peixe-ABS comer-N.PAS
 ‘Depois que papai chegar, as crianças comerão o peixe.’

O exemplo 4.61 indica que o sufixo *-nun* no verbo *niku-* (*chegar*) da oração subordinada é usado quando o sujeito desta oração é diferente do sujeito da oração matriz, bem como para mostrar que a relação temporal entre os eventos é subsequencial, isto é, o evento da oração matriz ocorre antes do evento da oração subordinada⁴⁴:

Exemplo 4.61

[i̇pa niku-**nun**]O_{temp} [nun iʃkin-φ pi-i-ki]O_{matriz}
 papai chegar-SRS(SD) 1pp peixe-ABS comer-N.PAS-DECL
 ‘Antes de papai chegar, nós comemos o peixe.’

O exemplo 4.62 indica que o sufixo *-tan* no verbo *paki-* (*cair*) da oração subordinada é usado quando o sujeito desta oração é idêntico ao da oração matriz, bem como para mostrar que a relação temporal entre os eventos é subsequencial⁴⁵:

Exemplo 4.62

[i̇ni̇ paki-**tan**]O_{temp} [faki̇hu-φ sian-ki]O_{matriz}
 água cair-SRS(SI) menino-ABS chorar-DECL
 ‘Depois de cair no rio, o menino chorou.’

As informações extraídas dos exemplos acima são sumarizadas por Cândido (2004) na seguinte tabela:

⁴³ Este sufixo não indica a valência do verbo da oração matriz, pois pode se referir tanto a verbos transitivos quanto intransitivos.

⁴⁴ Este sufixo se comporta do mesmo modo que o sufixo *-kin* no que se refere à valência do verbo da oração matriz.

⁴⁵ Este sufixo também não indica a valência do verbo da oração matriz por se referir tanto a verbos transitivos quanto a intransitivos.

Tabela 3 – Marcadores de SRS [Sistema de Referência entre Sentenças] em construções subordinadas temporais

TIPOS DE SUJEITO	VALÊNCIA DO VERBO	EVENTO OU AÇÃO VERBAL	
		ANTERIOR	POSTERIOR
O MESMO	TRANSITIVO	-sun	-tan
	INTRANSITIVO	-aş	-tan
DIFERENTE	TRANSITIVO	OU -kin	-nun
	INSTRANSITIVO		

Fonte: Cândido (2004, p. 216)

Além desses morfemas, a autora ainda analisa outros sufixos do sistema de *switch reference* que se referem às orações em que os eventos são simultâneos. Ela também analisa a realização desse fenômeno em orações condicionais. Contudo, não os exporemos aqui, os exemplos mostrados acima já deixam claro como a *switch reference* é um processo sintático complexo.

Conforme foi ilustrado acima, os dados do shanenawa evidenciam que um morfema afixado ao verbo de uma oração subordinada pode indicar até mesmo a valência do verbo da oração matriz correspondente. A seção 4.2 mostrou que as orações subordinadas do português e do inglês comumente são divididas informacionalmente, sobretudo na configuração TOP-COM. Se considerarmos que essa articulação informacional pode ocorrer também nas línguas em que o fenômeno da *switch reference* está presente, a proposta das unidades informacionais como ilhas sintáticas impermeáveis ganha mais um forte contra-argumento.

4.5.3. O sistema de logoforicidade

O sistema de logoforicidade (*logophoricity*) é semelhante ao de *switch reference*. Há a indicação se o sujeito de uma oração subordinada é idêntico ou diferente do sujeito da matriz. Contudo, não há necessariamente uma marcação no verbo. Existem pronomes específicos, conhecidos como pronomes logofóricos (*logophoric pronouns*), que indicarão a (não)-correferencialidade entre os sujeitos das duas orações, como ilustra o exemplo abaixo da língua igbo:

Exemplo 4.63

ó sìrì nà ó byàrà
 he_i said that he_j came

Exemplo 4.64

ó sìrì nà yá byàrà
 he_i said that he_i came

(COMRIE, 1983, p. 21)

Note que para indicar que o sujeito das orações são correferenciais há um pronome específico, ao passo que para indicar a não-correferencialidade dos sujeitos o pronome é o mesmo, ou seja, não há uma forma especial para essa função. Na *switch reference* há uma marcação específica tanto para indicar quando o sujeito é correferencial quanto para indicar a não-correferencialidade. É preciso destacar que esse fenômeno foi constatado em línguas oeste-africanas, escandinavas, no japonês, entre outras, e que ele está relacionado aparentemente a orações completivas e a um conjunto limitado de verbos logocêntricos (*logocentric verbs*), constituído basicamente de verbos que disparam estruturas de discurso reportado. Ademais, uma mesma língua pode apresentar os sistemas de *switch reference* e de logoforicidade de forma concomitante. Algumas dessas línguas são o noni, o bafut e o aghem – línguas bantu faladas em Camarões (cf. STIRLING, 1993). Assim como a *switch reference* é um forte contra-argumento à proposta das ilhas sintáticas, o sistema de logoforicidade, semelhantemente, constitui outro contraexemplo à proposta de Cresti (2014).

4.5.4. As marcas de sujeito em línguas bantu

As línguas bantu apresentam um sistema específico em sua morfologia nominal indicando determinadas classes por meio de prefixos. Cada classe comporta um conjunto de nomes que compartilham os mesmos prefixos e o mesmo padrão de concordância. De acordo com Rego (2012), a distribuição das classes é semântica, binária⁴⁶ e seu número pode variar de acordo com cada língua bantu. Segue abaixo uma tabela esquematizando

⁴⁶ Essa propriedade diz respeito a que as classes 1 e 2 estão relacionadas pelas mesmas propriedades semânticas e pelo fato de a primeira indicar o singular e a segunda o plural. Essa relação da indicação da categoria de número está presente entre as classes 3/4, 5/6 etc. É preciso dizer que há também algumas exceções nessa propriedade binária (cf. REGO, 2012).

a distribuição de algumas classes de acordo com as propriedades semânticas em comum – note que as últimas classes apresentam informações puramente gramaticais:

Tabela 4 – Propriedades semânticas do sistema de classes das línguas bantu

Classe	Propriedade semântica
1 e 2	Seres humanos/personificados ou divinizados, nomes próprios, termos de parentesco
3 e 4	Designações de plantas, árvores e alguns objetos
5 e 6	Partes do corpo humano aos pares, animais domésticos, frutos, portuguesismos, nomes não contáveis e termos de parentesco
7 e 8	Conjuntos de coisas, coisas pontiagudas, alguns objetos, referências a aumentativos, a depreciativos, à maneira de
9 e 10	Nomes atribuídos a objetos diferenciados, animais domésticos, nomes diversos, exceções, portuguesismos
12 e 13	Diminutivos
14	Abstratos não contáveis, objetos de uso corrente, partes do corpo
15	Infinitivos (morfema verbal)
16	Locativo direcional (morfema locativo)
17	Locativo situacional (morfema locativo)
18	Locativo de interioridade (morfema locativo)

Fonte: Elaborada a partir de Rego (2012, p. 43)

Essas classes são responsáveis por engatilhar concordância com o sujeito por meio de um prefixo no verbo. Esse prefixo é denominado na literatura dos estudos sobre línguas bantu como marca de sujeito (cf. MEEUSSEN, 1967; CREISSELS, 2005; ZELLER, 2008a; 2008b; LANGA, 2012; REGO, 2012; VAN DER WAL, 2012; NGUNGA, 2014; PAULA, 2015, entre outros). Para cada classe haverá uma marca de sujeito, que pode ser diferente ou pode coincidir com o prefixo da classe correspondente, conforme é possível notar na tabela abaixo, que mostra os prefixos de classe e as marcas de sujeito correspondentes a cada classe na língua changana:

Tabela 5 - Marca de sujeito na estrutura da forma verbal por classe

Classe	Prefixos	Marca de sujeito	Classes	Prefixos	Marca de sujeito
1	mu-	a-	7	xi-	xi-
2	va-	va-	8	svi-	svi-
1 ^a	wa-	a-	9	(yi)N-	yi-
2 ^a	vava-	va-	10	ti(N)-	ti-
3	mu-	wu-	11	li-	li-
4	mi-	mi-	14	wu-	wu-
5	ri-	ri-	15	ku-	ku-
6	ma-	ma-	Locativas	-ha, -ku, -mu	ku-q

Fonte: Ngunga; Simbine (2012, p. 135)

Abaixo é possível observar a concordância que é estabelecida entre os prefixos de classe e a marca de sujeito em exemplos de algumas línguas bantu:

Exemplo 4.65 – Changana

a. **X**ingove **xi**wile

‘o gato caiu’

b. **S**vingove **svi**wile

‘os gatos caíram’

(NGUNGA, 2014, p. 72, grifos do autor)

Exemplo 4.66 – Kinyarwanda:

Umugoré *a*-teets-e inyama

woman1 SM1-cook-ASP meat9

‘The woman is cooking meat’

(ZELLER, 2008a, p. 407)

Exemplo 4.67 – Zulu:

Ikati li-ya-gul-a

cat5 SM5-DIS-be.sick-FV

‘The cat is sick’

(ZELLER, 2008b, p. 1)

Caso o enunciado se articulasse numa configuração TOP-COM, não seria possível dizer que uma relação de sujeito-predicado não se estabeleceria. O prefixo no verbo

marcando concordância mostra que não há possibilidade de considerar que a relação sintática entre os elementos está ausente nesses casos.

4.5.5. Outros fenômenos em orações complexas

A ordem canônica dos constituintes em mongol é SOV. Em sentenças complexas, as orações objetivas são entendidas como complementos proposicionais do verbo da oração matriz e podem respeitar a ordem canônica, o que significa que o sujeito e o verbo da oração matriz podem ser intercalados por uma oração subordinada. Ademais, por ser uma língua de caso, haverá uma marca de acusativo no verbo da oração subordinada que indicará o estatuto de oração objetiva dependente. Alternativamente, a oração subordinada pode preceder a oração matriz, configurando uma ordem OSV, se se considera que a oração subordinada seja um complemento do verbo da oração matriz. O conector da oração subordinada sempre ocorre depois do sujeito da oração objetiva. As duas possibilidades da realização da oração objetiva no mongol são mostradas nos exemplos abaixo:

Exemplo 4.68

Bi ene oyutn-ig haana mamidar-dag-ig med-ne.
 I this student-ACC where live-HAB-ACC know-NPST
 ‘I know where this student lives.’

Exemplo 4.69

Ene oyutn-ig haana amidar-dag-ig bi med-ne.
 this student-ACC where live-HAB-ACC I know-NPST
 ‘I know where this student lives’

(KLEIN et al. 2012, p. 46-47, grifos dos autores)

Esses exemplos do mongol mostram que a sintaxe pode não estar necessariamente restrita às unidades informacionais em forma de ilhas, considerando o perfil de subordinação que essa língua apresenta, bem como a possibilidade de diferentes articulações informacionais:

Exemplo 4.70

- a. bi /=TOP ene oyutn-ig haana amidar-dag-ig /=PAR= med-ne
//=COM=
- b. bi ene oyutn-ig /=TOP= haana amidar-dag-ig med-ne //COM=
- c. bi ene oyutn-ig haana amidar-dag-ig /=TOP med-ne //COM=
- d. ene oyutn-ig haana amidar-dag-ig /=TOP= bi med-ne //COM=

A marca de acusativo na oração subordinada indica o estatuto dependente dessa oração. Caso ela seja dividida informacionalmente, não seria possível desvincular tal estatuto sintático por meio da prosódia. Ademais, o fato de que o sujeito e o verbo da oração matriz sejam intercalados pela objetiva mostra que qualquer divisão informacional entre esses dois constituintes não poderia acarretar em perda do estatuto sintático.

Embora os argumentos tipológicos apresentados nesta seção careçam do áudio disponível para verificação, é preciso ressaltar que a prosódia e a estrutura informacional estariam presentes em todas as línguas. Considerando que até o momento pouquíssimos tipos de restrições que afetam o TOP foram catalogados, pode-se depreender que os exemplos criados seriam realizações possíveis nas línguas acima. A investigação empírica é fundamental, contudo a problematização não deve ser deixada de lado por não poder ser comprovada no presente momento. Os fenômenos tipológicos listados, bem como aqueles efetivamente atestado nos *corpora* constituem um arcabouço robusto de contraexemplos à abordagem da L-AcT.

4.6. Sobre as evidências para o postulado das ilhas sintático-semânticas

Cresti e Moneglia (2010) apresentam sete evidências para o postulado das ilhas, que giram em torno de uma hipótese sobre a inexistência de composicionalidade entre as unidades de TOP e de COM. Essas evidências serão discutidas nesta seção. Ressalta-se que as objeções apresentadas não dizem respeito necessariamente às descobertas dos autores, mas sim às generalizações que são extraídas a partir de tais descobertas. A primeira evidência que os autores apresentam diz respeito à interpretação não composicional do padrão TOP-COM que acontece em enunciados sem verbos e que mostram uma suposta relação de modificação nominal.

Exemplo 4.71 – ifamd114

*TAM: [41] le mele /=TOP= fatte a cigno //COM=

“(em relação às) as maçãs /=TOP= (a forma correta deve ser) como um cisne //COM=”

O contexto de 4.71 refere-se a uma conversa entre mãe e filha sobre a organização de uma festa surpresa. Elas discutem quais pratos serão preparados. Um desses pratos constitui-se de maçãs esculpidas em formato de cisne. O enunciado de TAM especifica em qual formato as maçãs devem ser esculpidas. A leitura de 4.71 não deve ser de modificação nominal, pois o significado do enunciado não comportaria essa análise. O argumento para uma leitura não composicional é a hipótese de que caso o mesmo conteúdo fosse realizado apenas na unidade de COM, sua estrutura sintática seria alterada de um NP + AdjP para um NP complexo, em função de haver uma alteração na interpretação semântica evocada pelos diferentes padrões informacionais. Nesse caso, ocorreria de fato uma relação de modificação nominal.

Exemplo 4.72

le mele fatte a cigno //COM=

“as maçãs semelhantes a cisnes //COM=”

Esse dado ilustra a propriedade que a prosódia tem de atribuir diferentes sentidos a uma sequência potencialmente ambígua, podendo conseqüentemente alterar sua estruturação sintática. O fenômeno mostrado é muito estudado em Psicolinguística. Contudo, casos como o do enunciado de 4.73 não se aplicam a esse padrão, uma vez que a estrutura só pode possuir a leitura de modificação nominal, isto é, quando não há uma potencial ambigüidade, a leitura do padrão TOP-COM deve ser composicional, preservando assim a estrutura de modificação nominal.

Exemplo 4.73 – bfamcv02

*RUT: [319] Zé Levi /=TOP= também //COM=

O contexto do trecho acima refere-se a uma conversa entre três amigas sobre o casamento da filha de uma delas. TER estava em dúvida a respeito do envio do convite de casamento de sua filha. RUT diz que o convite poderia ser enviado para todos, mas em relação aos padrinhos, TER deveria escolher com mais cuidado, tendo em vista que algumas pessoas estavam passando por certos problemas e não poderiam participar. RUT

então menciona que Guilherme era uma delas, bem como Zé Levi, ou seja, Zé Levi também não poderia participar como padrinho. O enunciado 319 não comporta a possibilidade de duas leituras, logo a leitura do padrão TOP-COM deve ser composicional, isto é, o advérbio *também* modifica o nome *Zé Levi* e sua leitura é a mesma independentemente de ter sido realizado em TOP-COM ou em COM. Tanto padronizado em TOP-COM quanto linearizado em COM, o enunciado não teria sua estrutura sintática alterada. Isso não significa que pragmaticamente seriam sinônimos, já que há uma diferença informacional entre TOP-COM e COM. O fato é que essa diferença não se estenderia para o nível sintático. Além disso, em outros contextos onde também não existe uma ambiguidade em potencial, a leitura deve ser igualmente composicional, como é o caso de 4.74. Nesse exemplo, o NP *the penguins* não pode ter outra interpretação além de sujeito.

Exemplo 4.74 – apubmn01

*KIR: [335] the [/1] the penguins /=TOP= are numbered //COM=
 “os [/1] os pinguins /=TOP= estão numerados //COM=”

Não há outra leitura sintática para a oração acima. Se ela tivesse sido produzida de forma linearizada em COM, sua estrutura sintática seria idêntica. O que mudaria evidentemente seria o nível informacional, conforme já mencionado. Uma evidência para essa análise seria a possibilidade de haver um pronome resumptivo que se refere anaforicamente ao NP. Ou seja, em 4.75, o pronome sujeito *they* só pode se referir ao NP *the penguins*. Isso significa que na ausência do pronome *they*, o NP só pode ser o sujeito.

Exemplo 4.75

the penguins /=TOP= they are numbered //COM=
 “os pinguins /=TOP= eles estão numerados //COM=”

O mesmo raciocínio se aplica ao exemplo 4.35 da seção 4.4. Não há uma ambiguidade em potencial nesse dado, ele constitui um caso típico de negação dupla no PB. O que fica mais evidente é o fato de que se a leitura composicional não for assumida, gera-se uma interpretação agramatical da sentença. Nenhum falante do PB entende, por conseguinte, que o escopo da negação dupla seja restringido pela unidade informacional. Dessa forma, quando não existe a possibilidade de duas leituras diferentes, a prosódia não

altera a estrutura sintática da oração e, portanto, a leitura é obrigatoriamente composicional. A segunda evidência que os autores apresentam para o postulado das ilhas é o fato de existirem anacolutos sintáticos no padrão TOP-COM, sendo que as expressões em TOP são independentes da regência do verbo em COM em dados como 4.76.

Exemplo 4.76

*APR: mensile /=TOP= costa un po' di più //COM=
 “mensalmente /=TOP= custa um pouco mais //COM=”

Os autores argumentam que uma leitura composicional não é possível tendo em vista a natureza de anacoluto do AdjP em TOP. Eles dizem que, para serem interpretados, os anacolutos requerem o padrão TOP-COM. Todavia, a possibilidade de haver anacolutos sintáticos apenas ilustra que a unidade de TOP, nesses casos específicos, tem a função de abrigar dentro de seu domínio um item independente. Mas isso não impede que haja elementos não anacolutos em TOP. De qualquer forma, como os anacolutos são justamente elementos que não estabelecem relação sintática, o postulado da ilha ainda não é plenamente justificado, já que em dados como 4.74, o NP não pode ser um anacoluto devido à relação de sujeito que mantém com o verbo, conforme discutido. Isso significa que a existência de anacolutos em TOP não constitui uma justificativa para os demais casos serem classificados dentro dessa mesma classe. A terceira evidência para o postulado das ilhas é a impossibilidade de uma leitura composicional caso se considere que a relação entre TOP-COM seja de *aboutness* pragmática, e não semântica. Os autores dizem que a relação de *aboutness* semântica corresponde a uma proposição e é necessariamente composicional. Esse argumento é problemático porque o próprio conceito de proposição é bastante questionado em Filosofia (cf. QUINE, 1970). Entretanto, para fins argumentativos, não será adotada aqui a linha que nega a existência da entidade proposição. De acordo com os autores, a interpretação do TOP em termos de *aboutness* semântica equivaleria a uma proposição, contudo a interpretação pragmática mostraria algo distinto. O exemplo e as explicações abaixo são de Cresti e Moneglia (2010).

Exemplo 4.77

*U01: e quando un uomo politico si commuove /=TOP= è un cretino
 //COM=

“e quando um homem político se comove /=TOP= é um idiota //COM=”

Semântica: É desaprovado que a propriedade de ser um idiota seja sobre os eventos em que um político se mostra emocionado. A paráfrase é uma proposição.

Pragmática: O ato de desaprovação “ele é um idiota” é sobre o domínio de relevância identificado por “quando um político se mostra emocionado”. A paráfrase corresponde ao enunciado, mas não é uma proposição.

Segundo os autores, a interpretação de *aboutness* pragmática explicita a que se refere o ato de fala no devido contexto, já a interpretação de *aboutness* semântica gera uma proposição que pode ser apropriada ao contexto, mas não especifica seu domínio de relevância, uma vez que sua leitura é composicional. Devido a isso as duas paráfrases não seriam equivalentes. Esse argumento mostra que o nível lógico-proposicional é distinto e não equivale ao nível pragmático. Sabendo que na fala o domínio de relevância é fornecido exclusivamente por meio da prosódia, espera-se que a paráfrase em termos proposicionais não especifique esse domínio, já que a proposição é uma entidade abstrata, sem correlato acústico. Não obstante, mesmo que se aceite que o enunciado possa ser parafraseado por uma proposição, isso não justifica o postulado de que o TOP seja uma ilha sintática. O nível pragmático não entra em conflito com o nível sintático na medida em que ser o domínio de relevância de uma ilocução não diz respeito, por exemplo, a que um NP possa ou não ser sujeito de um verbo qualquer. Isso se deve ao fato de que o nível informacional não pré-especifica a escolha das palavras nem pré-determina a natureza categorial dos itens como pertencentes a uma determinada classe de palavras. Logo, o que decidirá se um NP em TOP possa ou não ser sujeito será a função sintática que ele estabelece com o verbo. De outro modo, qual seria a motivação para que uma ilocução impeça que o conteúdo lexical de seu domínio de relevância fique impossibilitado de estabelecer uma relação oriunda de outro nível linguístico? Em que medida ser o domínio de relevância implica não poder tomar parte numa relação sintática cuja motivação está relacionada ao potencial argumental do verbo (em casos de relação sujeito-predicado)? Essas questões não são esclarecidas pelo argumento dos autores. Adicionalmente, eles afirmam que a noção de *aboutness* semântica não se aplicaria ou, pelo menos, geraria proposições sem sentido nos exemplos em que o TOP apresenta anacolutos, como 4.76. Nesse caso, o argumento mostra mais que a noção de proposição não possui validade empírica do que constitui propriamente uma justificativa para que o TOP seja uma ilha,

tendo em vista que essa unidade pode igualmente abrigar elementos que não são anacolutos.

A quarta evidência que os autores apresentam constitui um argumento cumulativo, isto é, ele só é válido caso se aceite que o TOP nunca possa ter uma leitura composicional, que ele seja sempre um anacoluto e que sua função de especificar o domínio de relevância para a ilocução não seja especificado por uma proposição. Os autores postulam que a identificação e diferenciação entre TOP e sujeito se baseia exclusivamente na prosódia⁴⁷. O TOP teria um perfil prosódico do tipo prefixo (*prefix*), ao passo que o sujeito sempre estaria linearizado no enunciado. O fato é que, da forma como o TOP é definido pela L-AcT, não há uma verdadeira restrição para que um NP como *the penguins* em 4.74 seja impedido de estabelecer a relação sintática de sujeito. Não sendo uma categoria sintática própria que se sobreponha a outras categorias, a unidade de TOP permite que exista um NP sujeito em seu domínio desde que haja as condições sintáticas necessárias para a sua ocorrência. O perfil prosódico de tipo *prefix* difere um enunciado complexo de um enunciado simples, mas não diz respeito necessariamente à possibilidade de existência ou não da categoria sujeito em seu domínio, tendo em vista que a natureza sintática de um NP é determinada por princípios gramaticais⁴⁸. O argumento dos autores é válido em apenas uma direção, isto é, um NP sujeito quando linearizado não pode ser um TOP, já que a prosódia específica de TOP está ausente. Mas isso não torna verdadeiro o fato de que um NP que ocorra em TOP não possa constituir o sujeito da oração, já que um sujeito não é definido exclusivamente com base em características prosódicas. O sujeito é uma categoria sintática e sua identificação se baseia em propriedades gramaticais dos termos da oração (cf. BARÐDAL, 2006). É por isso que em 3.40 existe um NP sujeito mesmo que ele seja realizado com a prosódia de TOP⁴⁹.

A quinta evidência é baseada em restrições semânticas no padrão TOP-COM. Segundo os autores, pronomes pessoais anafóricos, pronomes indefinidos, NPs negativos

⁴⁷ Nas palavras dos autores: “(...) assuming the formal distinction between Topic and Subject on the basis of stress and prosodic features, corpus based investigations provide results that confirm their differential nature” (CRESTI; MONEGLIA, 2010, p. 34).

⁴⁸ Note que não é possível determinar qual NP é o sujeito das seguintes orações com base apenas no fator prosódico que marca a linearização: a. o Pedro matou o Paulo //COM=; b. apita o final de jogo o juiz //COM=.

⁴⁹ Observe que falta uma justificativa à proposta de Cresti e Moneglia (2010) para que ela deixe de constituir um argumento *ad hoc*: “Given that obviously a Subject cannot be a Topic, we must also consider that, conversely, if one expression positively conveying the information function of Topic cannot for this reason also play the role of Subject and that this relation cannot be interpreted in the frame of sentence compositionality” (CRESTI; MONEGLIA, 2010, p. 34).

e NPs indeterminados não podem ocorrer em TOP porque eles não especificam uma informação linguística que permita a individuação (*individuation*) da entidade referida no nível cognitivo, ao passo que como sujeito essas categorias poderiam ocorrer livremente. Contudo, algumas dessas categorias ocorrem na unidade de TOP. Em PB, é possível haver NPs indeterminados em TOP e em inglês é possível haver pronomes pessoais anafóricos também nessa unidade.

Exemplo 4.78 – bfamcv02

*TER: [21] mas /=INP= gente velha /=TOP= já prometeu o [/1]=SCA= os presente /=TOP= garantir que ganhou //COM=

Exemplo 4.79 – bfamd101

*REN: [145] desinfetante /=TOP= a gente precisa //COM=

Exemplo 4.80 – afamcv03

*TOC: [128] he /=TOP= absolutely /=APT= was /=INT= so incredibly upset /=CMM= I couldn't believe this //CMM=

Note que o fato de os autores não encontrarem esse tipo de dado no *corpus* analisado não significa que ele esteja ausente em outros *corpora*. Portanto, é preciso rever o alcance das possíveis restrições. Esse é um tema que merece uma investigação mais aprofundada. Dessa forma, o argumento apresentado ainda não justifica plenamente o estatuto do TOP como uma ilha sintática. A sexta evidência se refere a uma diferença entre TOP e sujeito baseada numa restrição das relações fóricas de clíticos no italiano. Nessa língua, seria agramatical dados em que o objeto de um verbo, em TOP, ocorra sem a presença de um clítico em COM:

Exemplo 4.81

a. il pane /=TOP= *ho già comprato //COM=

“o pão /=TOP= já comprei //COM=”

b. il pane /=TOP= l'ho già comprato //COM=

“o pão /=TOP= já o comprei //COM=”

Segundo os autores, o TOP não toma parte na configuração sintática do VP e, por conseguinte, não satura o argumento do verbo em COM. Logo, o TOP é independente e não composicional com o restante do enunciado. Esse argumento é forte para o italiano, mas não se aplica a todas as línguas. Em PB, existe a possibilidade de que o argumento do verbo seja saturado sem a necessidade de um clítico ou mesmo de um pronome forte em COM, conforme ilustra 4.82. Portanto, o TOP ainda não pode ser considerado uma ilha com base nesse argumento.

Exemplo 4.82 – bfamd102

*BAL: [13] as pilhas /=TOP= eu coloquei aqui //COM=

Ainda nessa mesma linha argumentativa, os autores dizem que não foram encontrados no *corpus* dados de uma relação catafórica entre um clítico em TOP e o seu referente em COM.

Exemplo 4.83

quando l_i 'ho guardato /=TOP= Mario_i ha voltato la testa //COM=
 “quando olhei para $e l_{e_i}$ /=TOP= Mario_i virou sua cabeça //COM=”

Por esse tipo de fenômeno ser possível em dados escritos, isso constituiria uma justificativa para uma diferenciação entre a organização da informação na fala e na escrita. A explicação para que esse fenômeno não ocorra na fala seria a de que o domínio de referência para o COM depende de sua identificação em TOP. Como na catáfora o clítico ocorre antes em TOP, o referente em COM deveria achar sua identificação no próprio COM. Salienta-se que uma investigação diacrônica seria necessária para verificar o percurso desse fenômeno na língua, sendo que ele poderia constituir apenas a conservação de um padrão restrito a alguns gêneros textuais da diamesia escrita que não encontrou lugar na fala por questões extralinguísticas. Ademais, é de se esperar que algumas estruturas da escrita não ocorram na fala, tendo em vista que não falamos como escrevemos, e vice-versa. De qualquer modo, é importante observar que a ausência desse tipo de dado na fala não decorre necessariamente da hipótese de que o referente deve estar disponível em TOP para que o pronome em COM ache sua identificação. Em outros ambientes sintáticos esse fenômeno também não ocorre mesmo se linearizado no enunciado:

Exemplo 4.84

- a. *Ele_i disse que Mário_i viaja sempre // =COM=
- b. *Se_i considera Mário_i inteligente // =COM=

A sétima evidência relaciona-se à ausência de composicionalidade no padrão TOP-COM em função da distribuição de índices modais no enunciado. Segundo Cresti e Moneglia (2010), se um enunciado apresenta índices modais em unidades informacionais diferentes, cada unidade mantém sua própria modalidade, ou seja, o escopo da modalidade não pode ultrapassar a fronteira da unidade informacional. O que sustentaria esse posicionamento seria a falta de sentido da paráfrase, em termos proposicionais, gerada através da interpretação composicional de um enunciado que apresenta dois índices modais em unidades diferentes.

Exemplo 4.85 – ifamcv01

*MAX: [191] secondo me /=TOP= ne dimostrava di più // =COM=
 “na minha opinião /=TOP= ela parecia mais velha
 // =COM=”

De acordo com os autores, a paráfrase proposicional gerada através da interpretação composicional do enunciado não faria sentido: *eu subjetivamente avalio que eu afirmo que ela parecia mais velha*. Isso justificaria a impossibilidade de uma leitura composicional do padrão TOP-COM e, portanto, marcaria a independência sintático-semântica das unidades informacionais. A paráfrase correta, segundo os autores, deveria ser *eu afirmo que ela parecia mais velha, mas é minha avaliação atual*. Essa paráfrase é composta por duas orações coordenadas modalizadas em que cada uma mantém sua própria modalidade. Eles argumentam que se TOP e COM mostram independência em relação à modalidade, não sendo possível analisá-la composicionalmente, os itens desse padrão não poderiam ser partes de uma mesma estrutura sintática. Contudo, há casos em que a modalidade pode ultrapassar a fronteira de TOP. As orações subordinadas condicionais (“se p, então q”) representam um conjunto de dados bastante robusto que invalida esse argumento, porque nelas a prótase “atua como um angulador, que estabelece as condições de validação do discurso subsequente” (ÁVILA, 2014, p. 139).

Exemplo 4.86 – bfamcv04

*BRU: [268] <e se for uma palavra composta /=TOP= cê faz assim> //COM=

Segundo Mello (2016), nas orações condicionais, como 4.86, “o escopo da modalidade por elas expressa pode ultrapassar o limite da unidade informacional” (MELLO, 2016, p. 191). Desse modo, a modalidade não justifica plenamente o estatuto de TOP como uma ilha. Por fim, os autores concluem dizendo que as seguintes relações sintáticas e semânticas podem ocorrer linearizadas no enunciado, mas são barradas quando se desenvolvem no padrão TOP-COM. Não obstante, para cada relação elencada pelos autores, apresenta-se um contraexemplo correspondente que ilustra a possibilidade de uma leitura composicional.

1. *Modificação (NP: Núcleo nominal-Modificador)*

Exemplo 4.87 – bfamcv02

*RUT: [319] **Zé Levi** /=TOP= também //COM=

2. *Regência (VP: Verbo-Objeto direto e objeto indireto⁵⁰)*

Exemplo 4.88 – bfamdl02

*BAL: [13] **as pilhas** /=TOP= eu coloquei aqui //COM=

3. *Predicação (Sentença: Sujeito-Predicado)*

Exemplo 4.89 – apubmn01

*KIR: [365] **the [1] the penguins** /=TOP= are numbered //COM=

“os [1] os pinguins /=TOP= estão numerados //COM=”

4. *Modalização (Proposição: Composicionalidade de índices modais)*

Exemplo 4.90 – bfamcv04

*BRU: [268] <e se for uma palavra composta /=TOP= cê faz assim> //COM=

⁵⁰ Embora numa varredura preliminar não se encontraram exemplos de objeto indireto, acreditamos não ser agramatical esse tipo de ocorrência. Em PB, a preposição geralmente é omitida quando ocorre em TOP, cf. exemplo 4.79.

Da discussão apresentada nesta seção, é possível levantar as seguintes considerações:

- (i) a leitura composicional do padrão TOP-COM não só é possível como também é obrigatória em alguns casos;
- (ii) nem todo sintagma em TOP é um anacoluto;
- (iii) as relações sintáticas e semânticas podem ultrapassar a fronteira da unidade informacional.

Isso indica que nem todos os dados obedecem às generalizações assumidas por Cresti e Moneglia (2010), portanto elas devem ter seu escopo reduzido. Isso implica, por sua vez, que o postulado das ilhas sintático-semânticas precisa ser revisto.

Discutiremos agora a segunda evidência para a noção de ilha sintática, apresentada em Cresti (2014). Essa evidência gira em torno da ausência de composicionalidade sintática entre orações complexas do italiano realizadas, sobretudo, em enunciados distintos. O estatuto de ilha proposto para essas construções se estenderiam para qualquer outra unidade informacional, incluindo a de TOP, tema deste trabalho. Para a atestação da ausência de composicionalidade entre as orações, Cresti recorre a testes clássicos de identificação de constituintes, como clivagem, coordenação negativa e coordenação positiva depois de uma resposta positiva. Essas estratégias de identificação consistem de transformações sintáticas que testam a gramaticalidade do resultado de sua aplicação, no que concerne à estrutura sintática e também ao sentido da oração. Cresti (2014) ilustra os testes que serão utilizados com os exemplos abaixo que mostram sua aplicação com uma oração completiva:

Exemplo 4.91

Carlo ha detto che la terra è piatta.

“Carlo disse que é terra é plana”

Exemplo 4.92 - Clivagem:

E' che la terra è piatta che Carlo ha detto.

“É que a terra é plana que Carlo disse”

Exemplo 4.93 - Coordenação negativa:

Carlo ha detto che la terra è piatta e che non si estende oltre le Colonne d'Ercole.

“Carlo disse que a terra é plana e que não se estende além das Colunas de Hércules”

Exemplo 4.94 - Coordenação positiva depois de uma resposta positiva:

Carlo lo ha detto? Sì, che la terra è piatta.

“Carlo disse isso? Sim, que a terra é plana”

Adicionalmente, a autora apresenta os mesmos testes aplicados a uma oração relativa e a uma subordinada final, que não serão reproduzidos aqui por serem apenas uma repetição dos outros mostrados acima. A evidência para a noção de ilha consistirá da aplicação desses testes a sentenças complexas que estão distribuídas em dois enunciados, ou em turnos dialógicos ou ainda em unidades textuais distintas. A partir do julgamento de gramaticalidade oriundo do resultado desses testes, a autora argumentará que as estruturas são “subordinadas aparentes”, isto é, não são verdadeiras orações subordinadas. As verdadeiras subordinadas seriam apenas aquelas que ocorrem linearizadas no enunciado. As estruturas analisadas pela autora são as orações completiva, relativa não-restritiva, circunstancial, além de outros casos de subordinação entre falantes e turnos dialógicos e entre unidades textuais. É preciso salientar que a autora não aplica os três testes para todas as estruturas analisadas. Acreditamos que é importante a aplicação dos três testes para cada estrutura. Por isso, aplicamos os testes que a autora não considerou e os apresentamos a falantes nativos do italiano para julgamento de gramaticalidade, a fim de que os resultados fossem confrontados com os argumentos de Cresti.

A ideia por trás da aplicação dos testes reside em que caso as noções de ilocução e de estrutura informacional sejam levadas em consideração, os dados de fala não encontrarão equivalência em relação às transformações possibilitadas pelos testes de identificação de constituintes. Portanto, Cresti (2014) acredita que a sintaxe está condicionada não só à estrutura informacional, mas também à ilocução. Contudo, salientamos que o escopo dos testes está na identificação de constituintes sintáticos. Isso significa que eles não conseguem indicar nada a respeito da prosódia. Sendo assim, tais testes não estão sujeitos a nenhum aspecto relacionado à estrutura informacional e à ilocução, ambas veiculadas pela prosódia conforme assume a L-Act. Quando o teste é aplicado, a prosódia desaparece e, por conseguinte, a estrutura informacional também.

Esse é um dos problemas epistemológicos para a demonstração da existência das ilhas sintáticas. Se os testes não se referem à prosódia, como demonstrar a existência de um construto que é essencialmente determinado pelo componente prosódico? Na seção seguinte isso será problematizado. Não será colocada em dúvida a validade dos testes na demonstração das ilhas, uma vez que o objetivo desta seção é justamente analisar os argumentos da autora fazendo uso dos próprios meios que ela forneceu.

A primeira estrutura analisada é a oração completiva realizada em dois enunciados distintos.

Exemplo 4.95 - ifammn12

*FAB: la ceramica ha questa caratteristica /=CMM= insomma //APC= no ?=CMM= che resiste ad altissime temperature //COM=

“A cerâmica tem esta característica, em suma, não? Que resiste a temperaturas muito altas”

A autora diz que o dêitico *questa* não é um bom antecedente para a oração completiva introduzida por *che*, porque os dois itens parecem se opor, o que gera uma estrutura mal formada.

Exemplo 4.96

??E’ questa caratteristica insomma che resiste ad altissime temperature che la ceramica ha.

“É esta característica, em suma, que resiste a temperaturas muito altas que a cerâmica tem”

A incompatibilidade se verificaria no teste de coordenação negativa porque se a interpretação é de completiva o dêitico não poderia desenvolver o papel de determinante⁵¹.

Exemplo 4.97

*La ceramica ha questa caratteristica insomma che resiste ad altissime temperature e che non si cretta.

⁵¹ Contrariamente ao julgamento de Cresti, um de nossos informantes julgou essa sentença como *gramatical*.

“A cerâmica tem essa característica, em suma, que resiste a temperaturas muito altas e não racha”

Cresti diz que no teste de resposta positiva a incompatibilidade se relacionaria a que a oração coordenada deve ser interpretada como uma ecolalia, porque o traço de *caratteristica* já deve ser conhecido se tiver sido referido com um adjetivo dêitico⁵²:

Exemplo 4.98

*La ceramica ha questa caratteristica insomma? Sì, che resiste ad altissime temperature.

“A cerâmica tem esta característica, em suma? Sim, que resiste a temperaturas muito altas”

Segundo a autora, os exemplos se tornariam gramaticais caso o dêitico *questa* fosse substituído pelo artigo *la*, mas essa substituição não pode ser feita, pois isso deformaria a estrutura original. Nota-se, portanto, que a incompatibilidade é mais semântica do que sintática. Caso tivesse ocorrido o determinante *la* em lugar de *questa* – algo perfeitamente possível –, não seria possível provar através dos testes que as duas orações não possuem relação sintática. A autora diz ainda que se na oração completiva a sequência “*che* + pronome nulo anafórico” fosse considerada como um conectivo reforçando o pronome nulo ao invés de uma conjunção subordinativa, a transformação seria gramatical, uma vez que resguardaria a força ilocucionária de cada enunciado.

Exemplo 4.99

La ceramica ha questa caratteristica, insomma. Non è vero? Essa resiste ad altissime temperature.

“A cerâmica tem essa característica, em suma. Não tem? Ela resiste a temperaturas muito altas”

Uma distinção precisa ser feita aqui. Uma estrutura sintática se define por um arranjo de constituintes de forma hierárquica obedecendo a determinada ordem, sendo

⁵² Mais uma vez, contrariamente ao julgamento de Cresti, um de nossos informantes julgou essa sentença como *gramatical*. Dos três testes apresentados, um gera uma estrutura agramatical e os outros dois aparentemente geram estruturas gramaticais. A pergunta que se coloca é como decidir pelos testes se a estrutura não é composicional?

que tais constituintes são formados por itens do léxico. Uma ilocução se define por uma configuração prosódica que veicula uma ação no plano pragmático. Não existe uma correlação categórica entre estrutura sintática e ilocução. Evidentemente, há uma tendência de que os falantes profiram estruturas sintáticas completas por meio de uma ilocução. Todavia, não existe um impedimento que restrinja a distribuição de uma estrutura sintática ao longo de duas ilocuições, e o mesmo vale também para as unidades informacionais. O plano pragmático da ilocução não determina uma completude sintática. Portanto, não se deve confundir a completude pragmática que a ilocução provê com a completude sintática, que é independente do plano pragmático do qual a ilocução faz parte, pois o plano sintático se refere ao arranjo estrutural de itens lexicais e não a um contorno prosódico específico. Observe no exemplo do PB, extraído do *corpus C-ORAL-BRASIL*, que a oração relativa *que tem uma espessura assim* é veiculada por outro enunciado que possui sua própria ilocução, sendo que o NP a que ela se subordina está no enunciado anterior. Não se pode dizer que não se trata de uma oração relativa simplesmente porque ela foi dividida em dois enunciados no plano pragmático.

Exemplo 4.100 - bfamd102

*BAL: [61] cê tá com um jarro d'água // [62] que tem uma espessura assim //

Além disso, observe que aplicando os testes indicados por Cresti é possível extrair sentenças gramaticais, o que mostraria, por esses próprios testes que a autora considera para a atestação da existência das ilhas, que a ilocução não é capaz de dirimir a dependência sintática. Os testes indicam, dessa maneira, a existência de um NP complexo.

Exemplo 4.101

É com um jarro d'água que tem uma espessura assim que cê tá (e não com uma bacia).

Exemplo 4.102

Cê tá com um jarro d'água que tem uma espessura assim e que não mede mais que 30 centímetros.

Exemplo 4.103

Cê tá com um jarro d'água? Sim, que tem uma espessura assim.

A segunda estrutura analisada é a oração relativa não-restritiva realizada em dois enunciados distintos, muito semelhante ao exemplo 4.100 acima.

Exemplo 4.104 - ifammn08

*VAL: un soggetto un po' strano //COM= che era del Connecticut
/=COM_r= ci disse //PAR=

“Uma pessoa um pouco estranha, que era do Connecticut (ele nos disse)”

Cresti afirma que o teste da clivagem não pode ser aplicado a uma sentença nominal. Por isso, ela recorre à inserção de um verbo aleatório para fornecer um valor verbal para a sentença. O verbo selecionado pela autora foi *sembrava* “parecia”. Ela afirma que a estrutura resultante é agramatical nesse caso:

Exemplo 4.105

*Sembrava un soggetto un po' strano che era del Connecticut, ci disse

“Ele parecia uma pessoa um pouco estranha que era do Connecticut, ele nos disse”

Além disso, ela diz que mesmo subtraindo o PAR, a transformação para uma clivada produz uma oração agramatical e com o sentido diferente da original:

Exemplo 4.106

*E' un soggetto un po' strano che era del Connecticut che sembrava

“É uma pessoa um pouco estranha que era do Connecticut que parecia”

Se o pronome relativo for substituído por um pronome pessoal, resultando assim em duas sentenças distintas, a estrutura será gramatical, conforme diz a autora. Isso ocorreria porque cada sentença veicularia duas ilocuções próprias:

Exemplo 4.107

(Sembrava) un soggetto un po' strano. Lui era del Connecticut, ci disse.

“Ele parecia uma pessoa um pouco estranha. Ele era do Connecticut, ele nos disse.

O problema dessa análise é o verbo selecionado pela autora para o teste da clivagem. Observe que com outro tipo de verbo, a oração se torna gramatical, conforme indicaram nossos informantes:

Exemplo 4.108

Ha telefonato un soggetto un po' strano che era del Connecticut.

“Telefonou uma pessoa um pouco estranha que era do Connecticut”

Exemplo 4.109

È stato un soggetto un po' strano che era del Connecticut che ha telefonato.

“Foi uma pessoa um pouco estranha que era do Connecticut que telefonou”

Exemplo 4.110

Ha telefonato un soggetto un po' strano. Lui era del Connecticut.

Telefonou uma pessoa um pouco estranha. Ele era do Connecticut.

Além disso, observe que os outros dois testes não aplicados pela autora nesse exemplo geram estruturas gramaticais, conforme indicaram nossos informantes, e eles mostram, conseqüentemente, a existência de um NP complexo.

Exemplo 4.111

Ha telefonato un soggetto un po' strano, che era del Connecticut e che non è andato in Italia.

“Telefonou uma pessoa um pouco estranha, que era do Connecticut e que não viajou para a Itália”

Exemplo 4.112

Ha telefonato un soggetto un po' strano? Sì, che era del Connecticut.

“Telefonou uma pessoa um pouco estranha? Sim, que era do Connecticut”

É importante observar também que os nossos exemplos 4.100-103 indicam que encontramos estruturas gramaticais para a mesma estrutura analisada por Cresti, isto é, um sintagma nominal seguido de uma relativa separados por dois enunciados distintos, o que mostra que foi encontrado de fato um NP complexo pela aplicação dos testes.

A terceira estrutura analisada é uma oração gerundial realizada em dois enunciados diferentes.

Exemplo 4.113

*SIM: poi Sememmon /=TOP= alza la mano //=COM= e /=DCT= la porta / più piccola / de / l'arena / inizia a aprirsi //=COM= scricchiolando //=COM=

“Então Sememmon levanta a mão. E a menor porta da arena começa a se abrir. Piando.

A autora diz que a transformação para uma sentença clivada resulta numa estrutura agramatical porque não se pode retirar a conjunção “e” da oração principal. Caso essa conjunção seja retirada a clivada se torna gramatical, no entanto perde o valor discursivo veiculado pela conjunção.

Exemplo 4.114

a. *E' scricchiolando che e la porta più piccola de l'arena inizia a aprirsi

“É piando que e a menor porta da arena começa a se abrir”

b. E' scricchiolando che la porta più piccola de l'arena inizia a aprirsi

“É piando que a menor porta da arena começa a se abrir”

O problema dessa análise reside no fato de que a conjunção se encontra numa unidade de DCT que, segundo o arcabouço da L-AcT, trata-se de uma unidade dialógica ou um marcador discursivo. As unidades dialógicas nunca podem ser composicionais

sintática e semanticamente com o restante do enunciado. Portanto, não é possível argumentar que não exista composicionalidade sintática entre as orações porque a aplicação do teste deve incluir uma unidade não composicional. Caso seja argumentado que, neste caso, o DCT possua composicionalidade sintática, a L-AcT precisaria rever suas premissas teóricas. Além disso, o constituinte que está clivado é a oração gerundial e não a oração principal. Portanto, o teste deve se basear em 4.114b e não em 4.114a. Observe que os outros dois testes não aplicados pela autora geram estruturas gramaticais, conforme indicaram nossos informantes, e, portanto, corroboram a existência da oração gerundial:

Exemplo 4.115

(E) la porta più piccola de l'arena inizia a aprirsi scricchiolando e non in silenzio.

“(E) a menor porta da arena começa a se abrir piando e não de forma silenciosa”

Exemplo 4.116

(E) la porta più piccola de l'arena inizia a aprirsi? Sì, scricchiolando.

“(E) a menor porta da arena começa a se abrir? Sim, piando”

A quarta estrutura analisada é uma oração gerundial entre dois turnos dialógicos de dois falantes distintos.

Exemplo 4.117 - ifamcv06

*EMI: <nessuno> / di quelli che organizzavano // =COM= s'andò noi // <oh / abbi pazienza> ...

“Nenhum dos organizadores. Era nós que estávamos lá. Oh, por favor, tenha paciência”

*FRA: <laughter>

“Riso”

*ILA: <a fa' festa> // =COM=

“Nos divertindo”

A versão composicional da sentença seria *s'andò noi a fa' festa* “erámos nós que estávamos lá nos divertindo” dos turnos de EMI e de ILA. De acordo com Cresti, o teste da clivagem resulta numa sentença gramatical, mas muda o sentido original do enunciado.

Exemplo 4.118

E' fa FESTA che s'andò noi
 “É nos DIVERTINDO que estávamos lá”

Segundo a autora, a existência de dois valores ilocucionários distintos nos dois enunciados não conseguem se manter numa única sentença. Contudo, é evidente que quando o enunciado original é transformado numa estrutura sem prosódia, o que antes era ilocucionário deixará de ser, visto que a estrutura transformada não comporta nenhuma entoação. É preciso reforçar que a finalidade dos testes é de isolar os termos para obter possíveis constituintes sintáticos. Logo, eles não indicam nada sobre o valor ilocucionário da sequência lexical, não só pelo fato de não serem objetos com valor prosódico, mas também por essa não ser a finalidade deles. Portanto, o argumento de Cresti não se aplica, já que ele se refere a algo que está fora do escopo dos testes. Se o teste resulta numa estrutura gramatical, significa que um constituinte foi encontrado. Dessa maneira, a aplicação do teste da clivagem consegue mostrar que *a fa' festa* é parte da sequência *s'andò noi*. Observe que os outros dois testes não aplicados pela autora também geram estruturas gramaticais, conforme indicaram nossos informantes:

Exemplo 4.119

Eravamo noi che s'andò a fa festa e non s'andò tristi.
 “Erámos nós que estávamos lá nos divertindo e não estávamos tristes”

Exemplo 4.120

Eravamo noi che s'andò là? Sì, a fa festa.
 “Erámos nós que estávamos lá? Sim, nos divertindo”

A quinta estrutura analisada é uma oração completiva realizada no padrão TOP-COM.

Exemplo 4.121 - ifamcv18

*VAL: io penso che il prossim' anno /=TOP= di sicuro fanno altre nomine // =COM=

“Eu acho que no próximo ano certamente farão outras indicações”

A argumentação que Cresti faz para a ausência de composicionalidade sintática das orações desse enunciado gira em torno do conceito de modalidade. Portanto, a argumentação é semântica, e não sintática. De acordo com a autora, ao normalizar o enunciado numa única sentença as modalidades da oração principal e da subordinada se tornam composicionais. Então o valor alético da oração completiva está encaixado sob o valor epistêmico do verbo principal, sendo que o valor final da proposição é epistêmico. Ela diz que a proposição epistêmica resulta na seguinte implicação lógica:

Exemplo 4.122

Io penso che è sicuro che fanno altre nomine

“Eu acho que é certo que farão outras indicações”

Segundo a autora, o enunciado original não permite essa inferência, uma vez que a asserção do COM é que “certamente indicações serão feitas”. Assim, o escopo da modalidade epistêmica em TOP não poderia ser estendido ao COM. Por isso, de um ponto de vista sintático a transformação que desconsidera tais características modais não poderiam ser permitidas. Essa análise é estritamente semântica, nada se diz a respeito da sintaxe. O que está em jogo é a possibilidade de subordinação da oração, isto é, seu potencial sintático. Isso não pode ser explicado por meio do conceito de modalidade. A autora não chega a aplicar os testes sugeridos por ela, que podem ser verificados abaixo mostrando que as duas últimas estruturas, 4.124 e 4.125, não geram agramaticalidade, conforme indicaram nossos informantes:

Exemplo 4.123

*È che fanno altre nomine che io penso che è sicuro.

“É que farão outras indicações que eu acho que é certo”

Exemplo 4.124

Io penso che è sicuro che fanno altre nomine e che non incorreranno in errori.

“Eu acho que é certo que farão outras indicações e que não incorrerão em erro”

Exemplo 4.125

Io penso che è sicuro? Sì, che fanno altre nomine.

“Eu acho que é certo? Sim, que farão outras indicações”

A sexta estrutura analisada é uma oração completiva realizada no padrão INT-COM.

Exemplo 4.126 - ifammn23

*MAR: quindi avevo pensato /=INT= che sicuramente non [/] non si combina nulla //COM_r=

“Então eu havia pensado que certamente não poderíamos fazer nada”

Mais uma vez a autora recorre à análise semântica da modalidade para negar a existência de uma relação de dependência sintática entre as orações distribuídas em unidades informacionais distintas. Segundo a autora, uma combinação de duas modalidades diferentes geraria um choque entre as duas orações, o que resultaria numa estrutura mal formada caso o teste da clivagem fosse aplicado. O conectivo *quindi* introduziria a primeira pessoa do passado de *avevo pensato*, dando uma perspectiva hipotética à oração, ao passo que o advérbio *sicuramente* introduziria uma avaliação definida negativa à oração subordinada, de modalidade alética.

Exemplo 4.127

*E' che sicuramente non si combina nulla che quindi avevo pensato

“É que certamente não poderíamos fazer nada que eu havia pensado”

Essa justificativa semântica não explica nenhum detalhe a respeito da sintaxe, portanto mesmo que o teste da clivagem resulte numa estrutura agramatical, isso não é explicado em termos sintáticos. É preciso mencionar que os outros dois testes não

aplicados pela autora geram estruturas gramaticais, conforme indicaram nossos informantes:

Exemplo 4.128

Quindi avevo pensato che sicuramente non si combina nulla e che non avrebbe avuto fine.

“Então eu havia pensado que certamente não poderíamos fazer nada e que isso não teria fim”

Exemplo 4.129

Quindi lo avevo pensato? Sì, che sicuramente non si combina nulla

“Então eu havia pensado isso? Sim, que certamente não poderíamos fazer nada”

Por fim, a sétima estrutura analisada é uma oração relativa não-restritiva realizada no padrão TOP-PAR.

Exemplo 4.130 - ifamd102

*LID: invece /=INP= la zia dela mamma /=TOP= che ora l'è tanto che l'è morta /=PAR= la [/] la si chiamava Fiordàlice //COM=

“Em vez disso, a tia da mãe, que está morta há muito tempo, se chamava Fiordàlice”

De acordo com Cresti, a transformação dessa sentença para uma clivada gera uma estrutura gramatical, mas sem uma equivalência semântica com o enunciado original.

Exemplo 4.131

Invece, è la zia dela mamma che ora l'è tanto che l'è morta che la si chiamava Fiordàlice.

“Em vez disso, é a tia da mãe que está morta há muito tempo que se chamava Fiordàlice”

A autora fornece a explicação de que a clivagem faz com que a oração relativa, que corresponde a uma cena epistêmica, perca seu valor não-restritivo, transformando-a numa restritiva. A relativa restritiva pressuporia a existência de mais de uma mãe. O valor

não-restritivo da relativa seria perdido na transformação aplicando-se o teste da clivagem porque não existe aí a prosódia que individualiza o valor não-restritivo da oração relativa do enunciado original. No entanto, isso não indica que no enunciado original não exista uma oração relativa. O valor não-restritivo mostra justamente que a oração é propriamente uma relativa. Quando se passa de uma estrutura com uma prosódia que individualiza certo traço semântico para uma estrutura sem prosódia, é natural que se percam algumas informações, mas isso não justifica o tratamento de ilha à relativa no PAR, que tem seu antecedente em TOP. As construções clivadas são estruturas de foco, logo é previsível que o significado de uma estrutura inserida nesse tipo de construção tenha seu significado alterado parcialmente. O fato é que qualquer estrutura transformada potencialmente pode ter seu sentido alterado. Não obstante, o que os testes indicam, conforme já foi salientado, é a presença de constituintes sintáticos com ou sem alteração de sentido da estrutura transformada.

Cresti (2014) conclui, por meio das supostas evidências apresentadas acima, que toda e qualquer sentença complexa que seja distribuída entre enunciados ou entre unidades informacionais constitui casos de “subordinação aparente”, termo introduzido pela autora. A subordinação aparente deriva de dados em que existe o que ela chama de sintaxe padronizada, isto é, estruturas que se encontram entre unidades informacionais ou enunciados. A verdadeira subordinação seria representada pela sintaxe linearizada, aquela em que as estruturas se encontram na mesma unidade informacional. Contudo, além dos questionamentos ao método de demonstração da subordinação aparente relatados nesta seção, apresentar-se-ão abaixo casos em que as estruturas são distribuídas entre unidades informacionais e, ainda assim, não deixam de ser orações subordinadas. O conceito de subordinação aparente, dessa forma, parece não se aplicar empiricamente. Abaixo há, respectivamente, uma oração infinitiva, uma adverbial temporal, uma adverbial condicional e uma completiva. Todas elas estão em unidades informacionais separadas de suas respectivas orações matrizes.

Exemplo 4.132 - bpubmn01

*SHE: [21] &estu [/1]=EMP= &he /=TMT= trabalhar no Estado /=TOP=
com língua estrangeira /=APT= é lutar contra a maré //COM=

Exemplo 4.133 - bfamdl02

*BEL: [243] quando eu cheguei aqui /=TOP= todas as minhas calças tinham ficado lá hhh //COM=

Exemplo 4.134 - bfamcv04

*BRU: [283] <se for> uma palavra composta /=TOP= né /=PHA= por exemplo duas palavras /=INT= cê faz assim //COM=

Exemplo 4.135 - bfamdl03

*LUZ: [181] porque eu acho que no mesmo concurso /=TOP= cê nã pode fazer duas //COM=

Conclui-se, por conseguinte, que os testes apresentados por Cresti reproduzidos nesta seção não são suficientes para atestar a existência de uma subordinação aparente que se formaria entre enunciados e unidades informacionais. Isso significa que a noção de sintaxe padronizada em oposição à sintaxe linearizada precisa ser revista. A próxima seção apresentará uma discussão aprofundada do estudo da sintaxe da fala de acordo com a perspectiva da L-AcT.

4.7. Discussão sobre a abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala

Para finalizar este capítulo de problematização a respeito da abordagem da L-AcT sobre o estudo da sintaxe, é importante retomar alguns pontos e explorar outros ainda não mencionados. Será apresentada uma visão crítica a respeito desses pontos, tendo por objetivo contribuir com o debate a respeito do que foi proposto inicialmente nos trabalhos de Cresti (2011; 2014).

Segundo Miller (2011), “todo trabalho sintático envolve teoria, embora não necessariamente modelos formais” (MILLER, 2011, p. 1).⁵³ Há nessa passagem duas importantes considerações que mereceriam uma reflexão. Todavia, focar-se-á aqui apenas em uma delas. De acordo com o autor, não existe um estudo sintático atóxico. Essa observação é importante, pois permite desconsiderar possíveis abordagens que pretendem ser baseadas numa descrição sem que esta esteja relacionada a algum aspecto teórico de base. Ou seja, o tratamento dado a qualquer observação a respeito da sintaxe passará

⁵³ Tradução nossa do original: “all syntactic work involves theory, though not necessarily formal models”.

necessariamente por um posicionamento teórico, seja o das categorias mais tradicionais até o das representações mais complexas ou abstratas possíveis. Portanto, é preciso que o seguinte (provável) raciocínio seja evitado: se a prosódia é um componente natural da fala – e considerando que ela esteja alinhada à estrutura informacional do enunciado, que pode ser composto por diferentes unidades informacionais – logo haverá um caminho natural por qual devem passar os constituintes que se encontram entre as unidades informacionais, sendo este caminho constituído única e exclusivamente pela noção de ilhas sintático-semânticas. Em outras palavras, os conceitos de linearização e de padronização propostos pela L-AcT são tão teóricos quanto as categorias tradicionais de sujeito ou de objeto indireto, por exemplo. E na condição de construtos teóricos – e não na de uma suposta relação natural amparada pelo componente prosódico – eles são inteiramente passíveis de verificação empírica, podendo, dessa forma, ser atestados ou refutados, sobretudo por terem sido elaborados a partir de uma perspectiva *corpus-driven*.

A verificação da plausibilidade desses construtos deve ser encarada, portanto, com o intuito de se obter uma otimização de recursos teóricos. Admite-se, por conseguinte, que a noção de ilha sintática não reflete uma relação natural entre os elementos, relação esta que poderia ser recuperada ou evidenciada por meio de um componente natural da língua, isto é, a prosódia. A proposta da insularidade permanente entre os constituintes que se encontram entre unidades informacionais é um construto teórico e merece ser investigado a fim de que seja atestado ou refutado. Nesse sentido, não há uma equivalência entre os construtos teóricos de linearização e de padronização com o estatuto natural encontrado no componente prosódico da linguagem.

Refletir sobre o raciocínio apresentado acima é importante não só para separar o que é natural da linguagem do que é individualizado teoricamente, mas, sobretudo, para desvincular a ideia de que a prosódia determina necessariamente ilhas sintático-semânticas por meio da realização de unidades informacionais, o que está na base da abordagem da L-AcT, como pode ser verificado na seguinte passagem: “Na perspectiva da L-AcT a ‘redução’ sintática da fala é feita em favor de sua funcionalidade pragmática” (CRESTI, 2014, p. 375).⁵⁴ A funcionalidade pragmática, evocada por cada unidade informacional, está diretamente relacionada ao componente prosódico, uma vez que o componente que segmenta a fala em unidades informacionais é justamente a prosódia.

⁵⁴ Tradução nossa do original: “In the L-AcT perspective, the syntactic ‘reduction’ of speech is done in favour of its pragmatic functionality”.

Logo, esse componente fundamental torna-se um veículo natural para que a noção de ilha seja justificada.

A prosódia teria o controle para individualizar o que é de natureza sintática daquilo que é de natureza pragmática, conforme pode ser observado em passagem do trabalho de Mittmann (2012), baseado na perspectiva da L-AcT: “as características prosódicas funcionam como marcas linguísticas que assinalam a escolha do falante por realizar um certo sintagma como Tópico, sujeito ou outro constituinte” (MITTMANN, 2012, p. 155). Não obstante, o que os dados parecem mostrar é que o objeto definido pela L-AcT como Tópico permite que haja constituintes que são sintaticamente sujeitos gramaticais da oração. Não há algo que barre gramaticalmente os constituintes dos exemplos abaixo em unidade de TOP constituírem elementos pertencentes à categoria de sujeito:

Exemplo 4.136 – apubmn01

*KIR: [365] the [/1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=

Exemplo 4.137 – afammn01

*LYN: [84] **and your horse’s foot** /=TOP= is just really wide or something //COM=

Segundo Cresti (2014), “(...) o conteúdo linguístico realizado em mais de uma unidade informacional (isto é, padronizado) não pode desenvolver uma configuração sintática hierárquica através dos limites da unidade informacional” (CRESTI, 2014, p. 374, nota 14).⁵⁵ Contudo, já foi mostrado que essa proposta não se aplica em todos os casos. Considere os exemplos abaixo:

Exemplo 4.138 – bpubmn01

*SHE: [21] &estu [/1]=EMP= &he /=TMT= **trabalhar no Estado** /=TOP= com língua estrangeira /=APT= é lutar contra a maré //COM=

Exemplo 4.139 – bfamcv04

*BRU: [269] <e **se for uma palavra composta** /=TOP= cê faz assim> //COM=

⁵⁵ Tradução nossa do original: “(...) the linguistic content performed for more than one information unit (i.e. patterned) cannot develop a syntactic hierarchical configuration across the information unit boundaries”.

As estruturas em **negrito** são amplamente documentadas na literatura como orações subordinadas, portanto é contraintuitivo assumir que elas estejam flutuando sem apresentar alguma relação sintática com suas correspondentes orações matrizes. Essa análise desconsideraria a natureza de dois tipos diferentes de dados, ou seja, aqueles que apresentam relação sintática e os que de fato não apresentam. Tais orações subordinadas mostram ainda traços gramaticais que de alguma maneira caracterizam seu estatuto convencional de subordinação, ou seja, o uso de verbos no infinitivo e no subjuntivo, respectivamente. Nesse sentido, a proposta da L-AcT confere à prosódia um papel que ela não exerceria, isto é, a ação de determinar a potencialidade categorial de um dado elemento elencado dentro de uma unidade informacional. Isso ocasiona uma destituição do nível linguístico que organiza os elementos em termos de hierarquia em favor de um nível que ocupa outro lugar na organização da cadeia da fala. À estrutura informacional veiculada pela prosódia não caberia o papel de estabelecer o que seja ou não um sujeito ou uma oração subordinada dentro de um enunciado, mesmo que ela comporte funções pragmáticas específicas no texto.

Seguindo essa linha de raciocínio, a prosódia veiculando uma unidade informacional não cumpriria a função de quebrar um aspecto constitutivamente sintático e processualmente morfológico, como ocorre na marcação de caso, na concordância ou no sistema de *switch-reference*, por exemplo. Nesse sentido, se a abordagem da L-AcT for levada em consideração para as línguas de caso – esclarecido o fato de que os elementos podem alocar-se em unidades informacionais diferentes – a prosódia teria de adentrar a estrutura interna da palavra – formada por um processo morfológico de afixação de caso – e extirpar a propriedade primordial do componente sintático revelado, nessas línguas, pela morfologia – isto é, a hierarquia. Em vista disso, a anulação do nível sintático ou da hierarquia de constituintes seria uma função concedida à prosódia para que ela exerça o papel de organização informacional no nível pragmático, resultando no que Cresti (2014) atribui como “a redução sintática da fala”. Sem embargo, não seria razoável conceber que a prosódia carregue uma propriedade que confira a ela certa função (ou que exerça o papel) de anular o significado sintático de um morfema dentro de um sistema altamente convencional, como é o da marcação de caso, por exemplo.

A proposta da L-AcT se aplica de forma adequada a certos casos que, inegavelmente, compõem um conjunto considerável de ocorrências na fala, mas que não justificariam a integralidade da proposta. Considere os exemplos abaixo:

Exemplo 4.140 – ifamdl02

*LID: [86] **i'mi' bisnonno** /=TOP= Pietro //COM=

Exemplo 4.141 – bfamdl03

*LAU: [148] **departamento** /=TOP= Artes Plásticas //COM=

Nesses enunciados, não é estabelecida efetivamente uma relação sintática entre os elementos alocados nas unidades de TOP e de COM. A esse respeito, Cresti (2014) argumenta que “(...) o que é ‘perdido’ numa abordagem sintática composicional é mantido na L-AcT por funções pragmáticas que veiculam o padrão informacional do enunciado” (CRESTI, 2014, p. 374).⁵⁶ De fato, essa proposta é adequada a esse tipo de dado. Mas, o fato é que nem todos os dados são dessa natureza, isto é, nem todas as ocorrências obedecem à organização verificada nos exemplos acima. Observe o seguinte exemplo:

Exemplo 4.142 – afammn02

*ALN: [51] **Marcia** /=TOP= had a relative in Mexico /=COB= or something /=COB= but they'd been down there /=COB= many times //COM=

Considerando a proposta da L-AcT, a interpretabilidade dos enunciados que apresentam elementos sem ligação sintática, como nos exemplos 4.140 e 4.141, é compensada ou recuperada pela função pragmática exercida pela unidade de TOP. Nesse caso, é preciso esclarecer, então, o que determinaria que o NP *Marcia*, no exemplo 4.142, não esteja sintaticamente ligado ao restante do enunciado. O raciocínio da proposta da L-AcT parece se desenvolver do seguinte modo: se em alguns casos (4.140 e 4.141 acima, por exemplo) os elementos da unidade de TOP não estabelecem relação sintática com os elementos da unidade de COM, logo nenhum outro elemento em TOP estabelecerá, e isso valeria para outras unidades informacionais textuais. No entanto, essa proposta teórica acarretaria uma interpretação incorreta para os dados que não obedecem ao padrão de 4.140 e 4.141, o que gera, por sua vez, uma incompatibilidade analítica entre os dois casos. Dessa forma, se esse raciocínio não for levado em consideração, o que se constatará é que nem todos os dados atestarão a proposta da L-AcT das ilhas sintático-semânticas.

⁵⁶ Tradução nossa do original: “(...) what is ‘lost’ from a syntactic compositional framework is maintained within L-AcT by pragmatic functions performing an utterance’s information pattern”.

Argumenta-se, portanto, que o postulado exibido na passagem abaixo não se aplica à totalidade dos casos encontrados nos dados dos *corpora*:

De acordo com a L-AcT, cada unidade informacional de um padrão (identificado por uma unidade prosódica) determina o limite do respectivo *chunk* semântico/sintático correspondente a ela na ativação locucionária. Dado que cada *chunk* linguístico é concebido a fim de desenvolver uma função pragmática, a combinação deles dentro de um enunciado não segue necessariamente regras sintáticas, gerando uma sentença bem formada: a sintaxe do enunciado não corresponde a uma configuração hierárquica unitária, mas à combinação de orações, sintagmas ou fragmentos sintáticos locais (CRESTI, 2014, p. 368, grifo nosso)⁵⁷.

Algo que deve ser observado nessa passagem é a explicação que Cresti (2014) apresenta para justificar a noção de ilha e fragmentar o papel da sintaxe na composição do enunciado. Segundo a autora, o fato de que o conteúdo locutivo seja destinado a desempenhar uma função pragmática dentro de cada unidade informacional resulta na formação de um enunciado sem relações sintáticas entre seus elementos. Entretanto, os dados parecem não sustentar essa assunção. Uma pergunta que pode ser feita nesse sentido é por que considerar que há ilhas sintáticas em enunciados como 4.136. A justificativa giraria em torno do fato de que seus constituintes estão dispostos numa articulação TOP-COM e, dado que cada constituinte está alocado dentro de uma unidade informacional que desempenha determinada função, isso implicaria uma conseqüente ausência de relação sintática entre eles. Ou seja, *the penguins* e *are numbered* são *chunks* linguísticos que se encontram em unidades informacionais diferentes e devido ao fato de que cada unidade desempenha uma função pragmática diferente, chega-se à conclusão de que os *chunks* desse enunciado não estabelecem relação sintática. Não obstante, faltaria um elo baseado numa evidência empírica para que essa explicação não caia numa ideia circular como a seguinte: *the penguins* não é sujeito de *are numbered* porque se encontra em TOP, já que NPs em TOP – respeitadas certas condições morfossintáticas para sua realização – não podem ser sujeitos sintáticos de elementos em COM – algo que necessita de evidência – então *the penguins* não pode desempenhar a função de sujeito. Em outras palavras, qual seria a justificativa para que uma função pragmática determine uma ilha

⁵⁷ Tradução nossa do original: “According to L-AcT, each information unit of an information pattern (identified by a prosodic unit) determines the boundary of the respective semantic/syntactic chunk corresponding to it in the locutionary activation. Given that each linguistic chunk is conceived in order to develop a pragmatic function, their combination inside an utterance does not necessarily follow syntactic rules, generating a well-formed sentence: the syntax of the utterance does not correspond to a unitary hierarchical configuration, but to the combination of local syntactic clauses, phrases, or fragments”.

no nível da sintaxe e da semântica? Por que há a pressuposição de que elementos que recebam o estatuto de *chunks* dentro das unidades informacionais configurem necessariamente ilhas sintático-semânticas?⁵⁸

Acreditamos que o trecho do texto de Cresti (2014) acima pode dar margem a certa confusão do nível da argumentação feita aqui. Portanto, é preciso esclarecer e separar dois objetos de inquirição. O fato de que a unidade de referência da fala seja individualizada pela prosódia e que esse componente também organize o enunciado em unidades internas não faz com que sejam anuladas possíveis relações sintáticas entre os elementos alocados dentro de tais unidades. Esse é o ponto que está sendo desenvolvido neste texto. Não se pretende discutir qual é o lugar da sintaxe ou da prosódia na produção e na organização dos enunciados, isto é, não compete discutir, neste momento, se a L-AcT fornece evidências para afirmar que a prosódia preceda a sintaxe na estruturação da fala. Esse tipo de discussão não é nosso foco e tampouco é algo investigado por Cresti (2014). Trata-se, com efeito, de examinar até que ponto a proposta da L-AcT em seus postulados esteja sendo orientada pela natureza dos dados empíricos, naquilo que se refere ao componente sintático da linguagem em interação com a estrutura informacional. Esse é um fator que interfere no julgamento e na análise dos dados e precisa, portanto, ser avaliado. A sintaxe em interação com a estrutura informacional do enunciado é um ponto específico e argumentos a favor da precedência da prosódia sobre a sintaxe na organização do enunciado é outro ponto distinto.

No que Cresti denomina como “provas da composicionalidade sintática”, a autora apresenta uma aplicação de testes clássicos de validação de sintagma ou de oração, tais como clivagem, coordenação negativa e coordenação positiva depois de uma resposta positiva. Esses testes constituem a demonstração da proposta. Segundo Cresti (2014), apenas em dados que apresentam linearização a aplicação de tais testes não resultará em estranhamento semântico-sintático⁵⁹. A autora pretende demonstrar que os dados em que ocorre padronização não passam nos testes supracitados. Para isso, ela seleciona dados de subordinação sintática em italiano e busca mostrar, por meio da aplicação dos testes, que o que ela denomina como “orações subordinadas aparentes” (*apparent subordinate clauses*) não constituem estruturas governadas por uma real subordinação sintática, ou

⁵⁸ A exceção ficaria com as unidades de Apêndice, conforme mencionado no capítulo 3.

⁵⁹ Ao passo que, segundo a autora, dados que apresentam padronização “(...) the application of tests is stopped or produces odd outputs with unnatural meanings” (CRESTI, 2014, p. 400).

seja, seriam ilhas dominadas pela configuração informacional do enunciado. Faremos alguns comentários gerais a respeito desses testes.

Acreditamos que um problema em potencial é que os tradicionais testes de identificação de sintagmas ou de orações atuam num nível que a L-AcT não explora, isto é, a sintaxe do ato locucionário interna à unidade informacional, aquela concernente às ilhas. Isso mostra, por sua vez, alguns fatos interessantes. Os testes ignoram a prosódia, a principal via de exploração e sustentação da proposta de Cresti (2014). Isso não é, obviamente, um impeditivo para sua aplicação. No entanto, mostra a clara delimitação da governabilidade dos níveis prosódico e sintático, bem como um segundo fator caro à teoria: a omissão da exploração do já referido nível sintático interno à unidade informacional, ou seja, a sintaxe interna das ilhas.

Conforme mencionado acima, para atestar a existência das ilhas, recorre-se a testes que omitem o componente prosódico. Considerando que a prosódia ocupa uma posição importante na proposta, pressupõe-se que tal componente deveria servir também como base para demonstrar o estabelecimento das ilhas sintático-semânticas, no sentido de constituir algo a ser explorado como suporte à proposta. Em outras palavras, na abordagem da L-AcT, a sintaxe da fala é ancorada no componente prosódico, que atua na construção das ilhas sintáticas, mas na demonstrabilidade desses construtos teóricos, esse componente é omitido, voltando-se assim a uma visão mais tradicional da sintaxe, o que revela, por outro lado, a fundamental importância do estudo da sintaxe interna das ilhas, isto é, a sintaxe localizada no nível lexical. Provavelmente, para a efetiva atestação da noção das ilhas sintático-semânticas, seria necessário o desenvolvimento de outros tipos de demonstração, seguindo a adoção de diferentes metodologias, sobretudo na esfera da experimentação.

Cresti (2014) posiciona sua abordagem numa perspectiva do ponto de vista da produção, desconsiderando uma análise do ponto de vista interpretativo, conforme indica o trecho abaixo:

(...) a hipótese de mecanismos sintáticos governando a regência sintática entre os enunciados e para além da atividade do falante é uma análise do ponto de vista do ouvinte. A L-AcT não está interessada numa reconstrução *a posteriori* de possíveis ligações sintáticas no texto falado que não consideram como a fala é realizada (CRESTI, 2014, p. 407, grifo da autora)⁶⁰.

⁶⁰ Tradução nossa do original: “(...) the hypothesis of syntactic mechanisms governing regency across utterances and beyond speaker activity, is an analysis from the point of view of the hearer, L-AcT is not

A crítica de Cresti (2014) relatada nessa passagem diz respeito às análises que tentam recuperar ligações sintáticas inexistentes em dados que apresentam, por exemplo, uma articulação TOP-COM, mas que não exibem elementos que evidenciem tais relações, como no exemplo 4.141, em que não se pode reconstruir uma preposição entre os nomes. Contudo, mesmo que a análise não seja direcionada a reconstruir elos sintáticos que não foram realizados no momento da produção, a proposta de demonstração acerca do postulado que foi analisado segundo o ponto de vista da produção segue um critério de validação de um ponto de vista interpretativo do ouvinte, que busca recuperar, por meio de seu julgamento como falante nativo, a gramaticalidade de uma construção sintática transformada, sem o auxílio da prosódia. Esse fato revela, como já discutido, o reconhecimento de dois níveis muito distintos que estão em interação. Todavia, a interatividade que é estabelecida entre esses níveis não constituiria uma base para assumir que haja uma relação isomórfica em que um atua para anular a potencialidade do outro.

Em uma passagem interessante, Cresti (2011) reconheceria que a sintaxe interna das ilhas pertence a um domínio de atividade cognitivo ao afirmar que

[q]uando o falante coloca em ação algum material linguístico com certa função informacional, ele se comporta de forma pragmática e seu *input* fundamental é um sentimento para com o destinatário; essa atividade pertence ao ato ilocucionário. Quando o falante realiza uma configuração sintática e uma composição semântica, ele desenvolve uma atividade cognitiva e computacional que pertence ao ato locucionário. Mesmo que a ilocução e a locução sejam simultâneas à realização do mesmo ato de fala, elas se referem a faculdades diferentes (CRESTI, 2011, p. 55, grifo nosso)⁶¹.

De um lado, a autora se alinha a uma posição de extensa e notória tradição, reconhecendo que o nível das relações constitutivas da sintaxe tem na sua base uma atividade cognitiva, por outro lado falta um modelo teórico que dê sustentação a uma proposta de análise e esclarecimento de fenômenos relacionados a esse nível de elaboração, tendo em vista que a L-AcT é um modelo restrito a um âmbito específico e

interested in the *a posteriori* reconstruction of possible syntactic links in spoken text which do not consider how speech is performed”.

⁶¹ Tradução nossa do original: “When the speaker puts in action some linguistic material with a certain information function, he behaves in a way pragmatically motivated and his fundamental input is an affect toward the addressee; this activity belongs to the illocutionary act. When the speaker performs a syntactic configuration and a semantic composition, he develops a cognitive and computational activity which belongs to the locutionary act. Even if the illocution and the locution are simultaneous in the performance of the same speech act, they concern different faculties”.

distante de questões relativas ao processo de elaboração e de construção da localidade sintática. As teorias sintáticas contemporâneas buscam justamente explicar os princípios, os fatores e as motivações responsáveis por organizar cognitivamente as estruturas sintáticas. Portanto, esses problemas poderiam ser contornados com a adoção de um modelo teórico adicional adequado, já que a L-AcT ainda não lançou luzes sobre essa questão. O fato de que seja uma teoria *corpus-driven*⁶² pressupõe que em algum momento ela fornecerá um suporte para tratar dessas questões. Todavia, não há, a princípio, uma restrição que torne a adoção de um modelo adicional – podendo configurar opcionalmente uma perspectiva *corpus-based* – um fator impeditivo⁶³.

O estatuto que a sintaxe recebe na L-AcT está condicionado pela pragmática via componente prosódico, que instaura as chamadas ilhas sintático-semânticas. A pragmática é, por definição, um componente não só essencial mas também parte constitutiva do processo comunicativo oral, isto é, não é possível desvincular os aspectos pragmáticos da comunicação entre dois ou mais interlocutores compartilhando o *hic et nunc*. Deste modo, a pragmática via componente prosódico fornece a interpretabilidade do enunciado, algo que está na base explicativa das unidades informacionais como veículos, por parte do locutor, de construção pragmática e de transmissão do enunciado e, por parte do interlocutor, de interpretação da unidade de referência da fala conjuntamente com suas unidades internas. A sintaxe, por seu turno, fornece a gramaticabilidade do nível locucionário do enunciado, organizando-o em unidades hierárquicas. Logo, o estatuto da sintaxe não deveria ser condicionado por um componente que determina a interpretabilidade, e não a gramaticabilidade, do enunciado. São dois âmbitos distintos na esfera da organização linguística, onde atuam diferentes

⁶² Pode haver certa confusão ao se tratar desse ponto. Ora a L-AcT é classificada como *corpus-driven*, ora como *corpus-based*. De acordo com Cresti (2014), “L-AcT is an extension of the Speech Act Theory (...) but is derived from corpus-based and experimental research carried out on large spontaneous speech corpora over the last thirty years” (CRESTI, 2014, p. 367). Na mesma obra, Moneglia e Raso (2014), outros dois ativos colaboradores da teoria, classificam-na diferentemente: “L-AcT is a corpus-driven theory and has been developed with the aim of ensuring an appropriate framework for spontaneous speech studies and providing a means of description and annotation for spoken corpora which fits with the peculiar nature of their language data” (MONEGLIA; RASO, 2014, p. 469). Não é nosso papel determinar o estatuto que orienta a construção da L-AcT. Limitamo-nos a fornecer o contexto para interpretação. De qualquer modo, como as duas passagens possuem o mesmo peso, já que são os próprios teóricos a abordar tema idêntico, poder-se-ia considerar que a L-AcT se estabelece tanto do ponto de vista *corpus-based* quanto *corpus-driven*. Adotou-se a última definição no corpo deste texto pelo fato do texto de Moneglia e Raso (2014) ser um apêndice da obra com o intuito de apresentar o estado da arte sobre a L-AcT, inserindo-a num contexto internacional.

⁶³ No âmbito da semântica, Cresti (2014) parece abrir espaço para a adoção de outro modelo teórico, mais especificamente o dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1985) – chegando a mencionar o trabalho do autor francês, quando diz que “[e]ach linguistic chunk, conceived to perform a certain textual function within an information pattern, corresponds to a *scene*” (CRESTI, 2014, p. 371, grifo da autora).

subcomponentes a fim de regular o uso efetivo e adequado do enunciado na cadeia da fala. À medida em que se desloca o âmbito da interpretabilidade para se definir o estatuto de um componente responsável pelo âmbito da gramaticabilidade, tornando-o impossibilitado de exercer seu papel, gera-se certa irregularidade conceitual.

Ao defender a proposta das ilhas, Cresti (2014) chega a mencionar algo que, embora não tenha recebido um tratamento experimental, merece um comentário. Segundo a autora,

[c]laramente, há uma janela imediata de memória em uso, permitindo com que o falante produza construções adequadas para a interpretabilidade local, por exemplo, reduzindo o trabalho necessário para a concordância, que é governada através de relações anafóricas (CRESTI, 2014, p. 393)⁶⁴.

A assunção acima constitui uma hipótese que mereceria uma investigação no âmbito experimental. Não obstante, seria interessante indagar qual fator garantiria que há um efetivo ganho cognitivo no processamento de ilhas em detrimento de outro tipo de processamento. Seria necessário também explorar o raciocínio utilizado pela autora para elaborar sua hipótese. As línguas que apresentam um sistema de *switch-reference*, em que a concordância desempenha um papel importante na interpretação do sujeito das orações subordinadas, referendariam essa proposta? Acreditamos que há várias questões a serem respondidas nesse sentido. Desse modo, a adoção de novas metodologias no escopo da L-AcT é algo que precisa ser estimulado. Haveria um ganho muito grande para a exploração dos fenômenos sintáticos.

Além das questões levantadas até aqui, destaca-se também um problema no uso de certos termos pela L-AcT. É preciso ressaltar, contudo, que esse não é um problema exclusivo dessa teoria, é, na realidade, um grave problema da Linguística. O termo *ilha*, por exemplo, refere-se a qualquer unidade sintática que funciona como barreira para atuação de processos sintáticos numa sentença (cf. ROSS, 1967; 1986; BOECKX, 2012). Conforme assim definido, faz sentido que a L-AcT tome esse termo emprestado. Contudo, a natureza das unidades que podem barrar relações sintáticas difere substancialmente daquilo que é proposto pela L-AcT. As estruturas sintáticas que funcionam como ilhas barram elementos de se movimentarem na sentença, proibindo

⁶⁴ Tradução nossa do original: “[c]learly, there is an immediate window of memory in use, allowing the speaker to produce constructions adequate for local interpretability, for instance reducing the work necessary for agreement, which is ruled through anaphoric relations”.

assim a extração de unidades sintáticas, o que, por sua vez, impede uma relação de dependência à distância. Talvez o caso mais clássico seja a impossibilidade de extração de NPs em orações relativas ilustrado abaixo.

Ao serem movidos, os sintagmas-wh são interpretados na mesma posição onde são gerados:

Exemplo 4.143

- a. Rafaela comprou [que carro]?
- b. [Que carro] Rafaela comprou __?

A distância entre o sintagma-wh e a posição de objeto onde ele é interpretado poderia ser expandida de forma indefinida sem causar agramaticalidade:

Exemplo 4.144

- a. [Que carro] Lorena perguntou se Rafaela comprou __?
- b. [Que carro] Jaqueline acha que Lorena perguntou se Rafaela comprou __?

Contudo, há unidades sintáticas que barram a extração do sintagma-wh independentemente da distância entre o local de origem e o local para onde ele foi extraído. Esses casos incluem, por exemplo, NPs que se encontram em orações relativas:

Exemplo 4.145

- a. Rosamaria excluiu a mensagem [que continha o código]
- b. *Que código Rosamaria excluiu a mensagem que continha __?

A oração relativa constitui, desse modo, uma ilha para a extração de elementos, barrando assim o movimento do sintagma-wh. Outros exemplos que constituem ilhas nesse mesmo contexto incluem orações factivas, subjetivas e coordenadas. O termo *ilha*, portanto, se insere dentro de um paradigma da sintaxe formal, mais especificamente da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1957; 1965; 1981; 1995), e pressupõe noções muito particulares dessa teoria. Nesse sentido, o uso desse termo seria, de certo modo, inadequado, uma vez que a L-AcT não compartilha dos pressupostos gerativistas.

Outro exemplo seria o caso da unidade de TOP. Embora haja uma vasta literatura sobre o Tópico relacionando-o a outras noções como informação dada, parte pressuposta, tema etc. (cf. BARBOSA, 2005, para uma revisão), grande parte dos teóricos entendem que existe uma diferença entre Tópico e sujeito – ainda que haja outros que assumam uma sobreposição entre essas categorias em determinados contextos. Lambrecht (1994), por exemplo, afirma que “(...) em inglês, pelo menos, não é possível equiparar o tópico com uma categoria gramatical única como o sujeito. Se isso fosse possível, não seria necessária nenhuma categoria separada de ‘tópico’” (LAMBRECHT, 1994, p. 131)⁶⁵. Os constituintes que geralmente constituem a categoria de Tópico são elementos anacolúuticos, como ilustram os dados de vários autores que discutem a questão (cf., por exemplo, LI; THOMPSON, 1976; para o PB, cf. PONTES, 1987). Cresti (2011) possivelmente influenciada por essa corrente mantém, em sua teoria, o estatuto anacolúutico do Tópico, conforme pode ser constatado no seguinte trecho:

Nenhuma estrutura sintática de atribuição ou predicação está em ação entre os constituintes que se comportam como Tópico ou Comentário. De um ponto de vista sintático eles são sempre *anacolutos*⁶⁶, e se comportam como ilhas semânticas. (CRESTI, 2011, p. 57, grifo da autora)⁶⁷.

O fato é que para grande parte da literatura o Tópico é identificado por aspectos puramente morfossintáticos, seja envolvendo movimento de constituintes, seja por sua natureza anacolútica, ou até mesmo por uma partícula morfológica (caso do japonês e do coreano, por exemplo) – alguns não chegam a mencionar haver uma prosódia específica em sua realização. Para a L-Act, contudo, o Tópico é entendido como uma unidade informacional veiculada por características prosódicas próprias. O TOP, nessa teoria, não corresponde, pois, a uma categoria sintática como comumente é assumido. O fato de o TOP ser identificado necessariamente por um padrão prosódico particular não excluirá, portanto, a possibilidade de que haja elementos atuando como sujeito, uma vez que seu domínio é constitutivamente prosódico-pragmático, e não sintático. A opção de Cresti

⁶⁵ Tradução nossa do original: “(...) in English, at least, it is not possible to equate topic with a single grammatical category like subject. If this were possible, no separate category ‘topic’ would be needed”.

⁶⁶ De acordo com a própria autora, “[t]he traditional term used by rhetoric for this kind of relation is *anacoluton*, and it denotes expressions clearly bound within a same broader semantic entity, but lacking any syntactic link” (CRESTI, 2011, p. 57).

⁶⁷ Tradução nossa do original: “No syntactic structure of attribution or predication is in action between constituents behaving as Topic and Comment. From a syntactic point of view they are always *anacholuta*, and behave such as semantic islands”.

(2011) por considera-lo um anacoluto sintático permanente envolve outra questão. A autora parece transferir o estatuto anacolítico encontrado em alguns dados para todo o restante. Basta comparar os dois exemplos abaixo, em que o primeiro mostra uma relação anacolítica entre TOP e COM, mas, em relação ao segundo, não é possível dizer que exista a mesma relação:

Exemplo 4.146 – bfamdl03

*LAU: **Departamento** /=TOP= Artes Plásticas //COM=

Exemplo 4.147 – bfamdl03

*LUZ: [87] **mas o Antônio** /=TOP= &he /=TMT= cobrou muito dela isso //COM=

Toda a discussão feita até aqui mostra que o componente sintático ocupa um nível altamente governado pela prosódia e pela estrutura informacional. O ganho desse posicionamento se reflete numa abordagem coerente com a diamesia da fala. Ou seja, a L-AcT mostra que a unidade de referência da fala não é regida por princípios sintáticos, mas pela prosódia, portanto o ganho se reflete em considerar esse aspecto em detrimento de uma abordagem que considere o enunciado como uma sentença falada, por exemplo. A perda, entretanto, fica mais evidente quando se analisam dados em que a prosódia e a estrutura informacional não dirimem a dependência sintática entre os constituintes. Na L-AcT, contudo, esses casos são contornados com um postulado que permite não a recuperação de uma relação sintática, mas a realização da articulação completa do enunciado ou o seu *output* final – casos em que ocorre a chamada padronização. Contudo, o fato de que a prosódia governe o estabelecimento da estrutura informacional e da unidade de referência da fala não faz com que esse componente assuma automaticamente o papel de marcar níveis de dependência sintática.

Uma relação de interface entre os componentes informacional e sintático seria uma saída mais viável para o problema em questão. Tal relação, por definição, não envolve a completa subordinação de um componente sobre o outro. Numa relação de interface há uma interconexão entre os níveis, sem que estejam necessariamente numa relação isomórfica. É uma relação de interface entre aspectos sintático-cognitivos que permitiria, por exemplo, que haja alguma restrição lexical no TOP (cf. KUMASHIRO; LANGACKER 2003). Ressalta-se que pode haver alguma indagação a esse respeito, isto

é, considerando que haja alguns elementos barrados em TOP, haveria assim uma justificativa para o estatuto de ilha atribuído a essa unidade. Sem embargo, é preciso dizer que um fator não está correlacionado ao outro, ou seja, haver elementos que aparentemente são barrados em TOP não seria uma justificativa para considerar essa unidade como uma ilha. Observe que a restrição que implica que alguns elementos não ocorram em TOP se deve à função cognitiva que essa unidade estabelece com o COM, que envolve a formação de um domínio de relevância, conforme apontam Cresti e Moneglia (2010). A prosódia não constitui uma barreira articulatória para a realização de qualquer elemento barrado nessa unidade, ao contrário, por exemplo, das unidades dialógicas, em que não só funcionalmente, mas também prosodicamente seria impossível realizar uma articulação sintaticamente complexa em seus domínios, no sentido da elaboração de uma sentença completa com argumentos e adjuntos, por exemplo.

O isomorfismo que a L-AcT propõe entre a unidade informacional e o componente sintático na fala ressalta a ideia de que há um alinhamento completo entre a sintaxe e a estrutura informacional. Nesse tipo de análise, o componente sintático é governado pela organização informacional sendo veiculada pela prosódia, de onde emergem as unidades informacionais no enunciado, que, por sua vez, restringem o conteúdo locutivo em forma de ilhas sintático-semânticas. A sintaxe é concebida, por conseguinte, como um nível de fragmentos sintagmáticos locais que têm sua natureza hierárquica determinada pelo componente pragmático que se desenvolve em termos de estruturação informacional. Contudo, buscou-se mostrar os problemas que essa concepção pode trazer, considerando a gama de contraexemplos que ocorrem na fala espontânea.

Além disso, o fato de que a estrutura informacional concebida pela L-AcT seja uma proposta poderosa do ponto de vista empírico e proporcione resultados produtivos no nível de descrição da fala não constituiria uma consequência lógica para a elaboração de uma abordagem determinística. A natureza da linguagem e de sua estrutura sintática não parece obedecer, em sua totalidade, a critérios determinísticos. Cada vez mais os estudos se inclinam a conceber os mais variados fenômenos naturais, incluindo a linguagem, como elementos de natureza probabilística (cf. MANNING, 2003; VOGELS; VAN BERGEN, 2017; SZMRECSANYI *et al.*, 2017, entre outros). Essa abordagem traz diversas vantagens e procura refletir uma interpretação coerente com a natureza dos fenômenos, embora não agrade a todos possivelmente pela inexistência do tratamento de “certeza” que uma abordagem determinista busca oferecer. No campo da Física, por exemplo, houve certa relutância a uma mudança de um paradigma determinista para um

paradigma probabilístico quando a teoria quântica começou a se expandir, como mostra o trecho abaixo:

O advento da mecânica ondulatória suscitou a conhecida questão: ondas de quê? Inicialmente, havia alguma disposição para supor que poderia tratar-se de uma questão de ondas de matéria, de modo que era o próprio elétron que estava espalhando dessa forma ondulatória. Born logo percebeu que essa ideia não funcionava, porque não dava conta de propriedades corpusculares. Em vez disso, eram ondas de probabilidade que a equação de Schrödinger descrevia. Esse desenvolvimento não agradou a todos os pioneiros, pois muitos retiveram intensamente os instintos deterministas da física clássica. Tanto De Broglie quanto Schrödinger ficaram desiludidos com a física quântica quando se depararam com sua natureza probabilística (POLKINGHORNE, 2016, p. 39).

A ideia de uma aplicação probabilística ao estudo da sintaxe da fala será abordada na seção 5.2. Por ora, é preciso dizer que apresentar uma alternativa aos problemas elencados nesta seção não é tarefa simples. O início de uma nova proposta começa com o reconhecimento das limitações de uma abordagem anterior. A partir daí, é necessário tomar uma série de medidas para propor uma alternativa viável. Nesse sentido, este estudo pretende ser apenas o início de uma alternativa, e não a resolução final de um extenso programa de pesquisa a ser desenvolvido.

O próximo capítulo destina-se a apresentar uma fundamentação teórica complementar, considerando as noções de dependência sintática e quebra prosódica e de probabilidade em sintaxe.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA COMPLEMENTAR

Os problemas sobre a abordagem da L-AcT para a sintaxe da fala discutidos no capítulo anterior se convergem numa única direção, isto é, a falta de uma fundamentação teórica que permita explorar com maior profundidade como a sintaxe se desenvolve na fala. A L-AcT é muito bem fundamentada nos seus pressupostos de descrição e de exploração da fala espontânea. Essa teoria é fundamentada em três grandes áreas do conhecimento: a Filosofia, a Linguística e a Psicologia. O insumo que vem da Filosofia, conforme foi discutido anteriormente, refere-se à Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962), que envolve as noções de ato locucionário, ilocucionário, perlocucionário, a relação entre entoação e ilocução etc. A fundamentação da Linguística evidentemente é

mais ampla – ainda que abordada de forma divergente de outras teorias sob vários aspectos – e contempla a noção de estrutura informacional, que remonta ao séc. XIX (cf. VON HEUSINGER, 2002, para uma revisão), incluindo categorias muito estudadas previamente como o Tópico (GRUBER, 1967; HORNBY, 1971; LI, 1976; REINHART, 1981) e o Parentético (EMONDS, 1973; NOSEK, 1973; REINHART, 1975; CORUM, 1975), toda a noção do componente prosódico, que tem como insumo, sobretudo, os estudos de D. Crystal e do grupo holandês IPO (CRYSTAL, 1969; 1975; ‘t HART et al. 1990), a noção de marcadores discursivos (SCHIFFRIN, 1982; ERMAN, 1987; FRASER, 1988), entre outras. Da Psicologia vem a noção de pulsão afetiva (FREUD, 1980/1915)⁶⁸, que está na base da explicação sobre o que leva os interlocutores a realizarem ilocuções e perlocuções (cf. CRESTI, 1992)⁶⁹ – ainda que não seja muito discutida. Nota-se, portanto, que a L-AcT é uma teoria muito bem fundamentada nos princípios de descrição da fala espontânea. Por outro lado, no que concerne à sintaxe, percebe-se que falta fundamentação – algo necessário para qualquer teoria. Cresti se limita a uma descrição de base muito genérica e se concentra mais nos pressupostos individualizados pela L-AcT e em considerações particularizadas por meio da investigação empírica.

O grande desafio que se coloca, então, é conciliar uma teoria que tenha um caráter gramatical com o que já está consolidado a respeito da descrição e da representação da fala espontânea – algo que se encontra bem estabelecido pela L-AcT. Em última análise, é necessário compreender a natureza abstrata do componente sintático e se fundamentar numa teoria que contemple os aspectos gramaticais – já que a L-AcT é uma teoria de base pragmática – no intuito de observar com maior profundidade como a sintaxe se organiza na fala e de que modo explorar o que emerge dos dados empíricos. Além disso, conforme foi discutido no capítulo 5, é preciso levar em consideração a natureza probabilística da linguagem. Tendo isso em vista, esta seção tem por objetivo (i) explicar o que está na base dos contraexemplos analisados no capítulo anterior que faz com que eles constituam

⁶⁸ Embora a noção de pulsão afetiva seja originariamente de Freud, Cresti (2000) adota a perspectiva dessa mesma noção a partir da obra do psiquiatra italiano Massimo Fagioli. De acordo com esse autor, a verbalização se realiza por meio de uma base pulsional. O afeto é a ativação pulsional de um esquema motor que se comporta intervindo no mundo, constituindo o ato de responder a um estímulo, voltado ao interlocutor. Por isso, é considerado como a base da atividade ilocutiva. Esse é um aspecto pouquíssimo desenvolvido na L-AcT, portanto não nos comprometeremos a aprofundar os pressupostos de Freud ou mesmo de Fagioli neste texto.

⁶⁹ “En ce qui concerne le sens de ce principe pragmatique, nous aurions dû ouvrir une très longue parenthèse qui impliquerait une nouvelle définition de la perlocution et indiquerait ce qu’est la motivation générale de la parole. D’après nous, celle-ci ne peut pas être définie en termes de pensée consciente, mais en termes de pulsions inconscientes” (CRESTI, 1999, p. 177, nota, 11).

um conjunto de dados que devam ser analisados de forma diferente do que a L-AcT propõe, (ii) mostrar por que a probabilidade é importante para os estudos sintáticos e (iii) apresentar e justificar a escolha de um arcabouço teórico de base gramatical que seja compatível com a exploração de dados empíricos.

5.1. Dependência sintática e quebra prosódica

A noção de dependência remonta ao gramático Pāṇini (cf. PERCIVAL, 1990) e tem sido desenvolvida em várias teorias modernas agrupadas sob o rótulo de *dependency-based theories* (cf. NIVRE, 2005). O conceito de dependência diz respeito às relações estruturais que se estabelecem entre elementos linguísticos. Sintaticamente, tais relações se definem por “uma razão de um-para-um (elementos para nós) resultando em estruturas sintáticas governadas” (KAHANE; OSBORNE, 2015, p. 51)⁷⁰. Esse conceito está relacionado contemporaneamente à noção de função gramatical porque, de acordo com Kahane e Osborne (2015), é a única forma de se distinguir entre os possíveis papéis que os elementos dependentes desempenham conjuntamente com seus respectivos governantes. A função gramatical, contudo, seria um primitivo linguístico, constituindo apenas uma instância da dependência, que pode ser definida tanto do ponto de vista sintático quanto semântico ou morfológico⁷¹.

De acordo com Tesnière (2015/1959), as palavras de uma sentença não são elementos isolados como se dispõem num dicionário. Nossa mente percebe conexões que são estabelecidas entre cada palavra e seu entorno lexical, sendo que a totalidade dessas conexões forma o esqueleto da sentença. O autor adverte, no entanto, que tais conexões não são indicadas por nada. Não obstante, é crucial que a mente seja capaz de percebê-las, uma vez que sem essa percepção não seria possível interpretar as sentenças (TESNIÈRE, 2015/1959). Como exemplificação ele diz que

(...) uma sentença do tipo *Alfred speaks* não é composta de dois elementos, *Alfred* e *speaks*, mas sim de três elementos, o primeiro sendo *Alfred*, o segundo *speaks*, e o terceiro a conexão que os une – sem a qual não haveria sentença. Dizer que uma sentença do tipo *Alfred speaks* consiste de apenas dois elementos é analisá-la de forma

⁷⁰ Tradução nossa do original: “a one-to-one ratio (elements to nodes) resulting in headed syntactic structures”.

⁷¹ Gamallo, por exemplo, propõe que “[a] syntactic dependency will be semantically defined as a binary operation that takes as arguments the denotations of the two related words (both the *head* and the *dependent*, and gives as a result a more elaborate arrangement of their denotations” (GAMALLO, 2008).

superficial, puramente morfológica, enquanto se negligencia o aspecto essencial, que é a ligação sintática (TESNIÈRE, 2015/1959, p. 3)⁷².

A dependência sintática é, portanto, um terceiro elemento que justamente une as duas palavras em torno de uma relação. Tal relação será definida a partir de uma hierarquia assimétrica na qual cada item subordinado só pode depender de um único governante, mas um governante pode governar múltiplos subordinados (TESNIÈRE, 2015/1959). O que interessa compreender é que nessa abordagem as únicas unidades sintáticas são as palavras e as dependências. As últimas são responsáveis por estabelecerem conexões hierárquicas que possibilitam a interpretação da sentença pela decodificação mental da fala. Evidentemente, há condições linguísticas que impõem restrições a uma palavra estabelecer uma conexão de dependência com outra qualquer. Tais condições também são alvo de estudo.

O que a abordagem da L-AcT parece desconsiderar é o fato de que uma quebra prosódica, mesmo que apresente um valor informacional, não é capaz de quebrar uma dependência sintática estabelecida entre as palavras. Considere o exemplo abaixo:

Exemplo 5.1 – bfamdl02

*BAL: [36] a **Estefânia** /=TOP= apanhou //COM=

Embora do ponto de vista prosódico-pragmático um enunciado do tipo TOP-COM seja diferente comparado a outro com o mesmo conteúdo locutivo realizado apenas por meio de uma unidade de COM, a fronteira prosódica não seria capaz de quebrar uma relação de dependência entre as palavras da unidade de TOP e de COM, tendo em vista que a relação sintática de dependência é construída entre palavras e não entre grupos tonais-informacionais. Em outras palavras, o que faz com que a prosódia conjuntamente com a pragmática, sob a rubrica da estrutura informacional, quebrem uma relação sintática de dependência? Os falantes entenderiam que *a Estefânia* não é o sujeito do verbo *apanhar* pelo único fato de a configuração prosódico-pragmática do enunciado comportar certa característica distinta de um padrão sem quebra? Uma pesquisa psicolinguística poderia elucidar melhor essa questão. Mas o fato é que, na ausência de

⁷² Tradução nossa do original: “(...) a sentence of the type *Alfred speaks* is not composed of the two elements, *Alfred* and *speaks*, but rather of three elements, the first being *Alfred*, the second *speaks*, and the third the connection that unites them – without which there would be no sentence. To say that a sentence of the type *Alfred speaks* consists of only two elements is to analyze it in a superficial manner, purely morphologically, while neglecting the essential aspect that is the syntactic link”.

qualquer tentativa de recuperação anafórica por meio de categorias vazias, não há razão teórica para que a relação de dependência entre os itens de uma oração que pode ser realizada através de diferentes padrões prosódico-pragmáticos seja rompida. Essa posição parece ser assumida também por Silber-Varod (2011)⁷³ e por Izre'el (2018)⁷⁴, na investigação do hebraico moderno falado. Tal consideração se estenderia para os outros contraexemplos discutidos previamente.

Por fim, é preciso dizer também que há exemplos em que não se observa uma relação sintática, conforme já foi discutido. O exemplo abaixo ilustra esse caso:

Exemplo 5.2 – bfamcv01

*LEO: [127] **os cara que são bem mais /=SCA= boleiros /=TOP= eles**
 /=SCA= com <certeza> vão saber alguma coisa //COM=

O fato de haver elementos entre unidades informacionais que podem ou não estabelecer relação sintática com itens de unidades subsequentes é um dos fatores que levam a uma abordagem probabilística para o estudo da sintaxe, algo que será discutido na próxima seção.

5.2. Probabilidade e sintaxe

De acordo com Manning (2003), durante a década de 1950 havia perspectivas para o desenvolvimento do uso de métodos probabilísticos na Linguística em parte devido a uma influência advinda da Teoria da Informação (SHANNON, 1948). É importante dizer que técnicas estatísticas já vinham sendo usadas pelo menos desde o início do séc. XX, com os estudos de M. Swadesh no campo da Linguística Diacrônica, por exemplo. Destacam-se também as importantes contribuições de G. Zipf, P. Menzerath, Z. Harris, entre tantos outros. Manning (2003) apresenta a tradição que se instalou como linha majoritária nos estudos linguísticos. Tal tradição entendia os fenômenos sempre do ponto de vista categórico. Isso era comum, por exemplo, entre alguns estruturalistas, conforme se observa no seguinte trecho de texto de M. Joos: “A Linguística é uma mecânica

⁷³ “Due to the immediate accessibility characteristic and the structural role that *leads* play in defining the syntactic structure, an IU that ends with a CE boundary does not break the syntactic structure” (SILBER-VAROD, 2011, p. 177).

⁷⁴ “It should be emphasized, that a major boundary does NOT define a syntactic unit but an informational one, although prosody has a role also in the definition of predicate in that it may signal modality and focus” (IZRE'EL, 2018, p. 1700).

quântica no sentido mais extremo. Toda continuidade, todas as possibilidades de gradação infinitesimal são empurradas para fora da Linguística em uma ou outra direção” (JOOS, 1950, p. 702)⁷⁵.

O trabalho de Harris (1954), por outro lado, é muito importante, pois ele não só estabelece um panorama probabilístico para o estudo da linguagem dando ênfase à empiria, mas também fornece as bases para uma análise distribucional do conteúdo linguístico levando em conta, entre outros fatores, o papel da dependência. O autor chega a dizer, por exemplo, que “(...) no que concerne à ocorrência de um membro particular de uma classe relativa ao membro particular de outra classe, seria necessário falar em termos de probabilidade, baseando-se na frequência daquela ocorrência numa amostra” (HARRIS, 1954, p. 146)⁷⁶. Além disso, ele demonstra uma preocupação a respeito de uma formulação matemática dos princípios da linguagem ao mencionar que “(...) a investigação de uma língua implica (...) a busca matemática por um conjunto simples de enunciados ordenados que expressarão os fatos empíricos” (HARRIS, 1954. P. 148)⁷⁷.

No entanto, apesar do crescente interesse e do esforço para que se estabelecesse uma tradição de estudos probabilísticos na Linguística, Manning (2003) diz que a área da sintaxe, sobretudo, foi afetada pelas ideias de N. Chomsky a respeito dos modelos probabilísticos⁷⁸. Contudo, essa equivocada posição felizmente tem sido revertida na contemporaneidade. Há não só um contínuo interesse mas um real esforço para que modelos probabilísticos sejam cada vez mais usados nos estudos sintáticos (cf. VOGELS; VAN BERGEN, 2017; SZMRECSANYI et al. 2017, HUNDT et al. no prelo, entre outros). Isso pode ser compreendido na medida em que se considera que a sintaxe envolve diretamente operações cognitivas – posição assumida mesmo por Cresti (2011). Fato é que a cognição humana envolve probabilidade: “nós continuamente temos que raciocinar através de informações incompletas e incertas sobre o mundo, e a probabilidade nos fornece uma ferramenta bem fundamentada para fazer isso” (MANNING, 2003, p. 290)⁷⁹.

⁷⁵ Tradução nossa do original: “Linguistics is a quantum mechanics in the most extreme sense. All continuity, all possibilities of infinitesimal gradation, are shoved outside of linguistics in one direction or the other”.

⁷⁶ Tradução nossa do original: “(...) for the occurrence of a particular member of one class relative to a particular member of another class it would be necessary to speak in terms of probability, based on the frequency of that occurrence in a sample”

⁷⁷ Tradução nossa do original: “the investigation of a language entails (...) the mathematical search for a simple set of ordered statements that will express the empirical facts”.

⁷⁸ “It must be recognized that the notion ‘probability of a sentence’ is an entirely useless one, under any known interpretation of this term” (CHOMSKY, 1969, p. 57).

⁷⁹ Tradução nossa do original: “we continually have to reason from incomplete and uncertain information about the world, and probabilities give us a well-founded tool for doing this”.

Portanto, considerar que as relações sintáticas não podem ultrapassar as unidades informacionais limitar-nos-ia a um arcabouço categórico para o estudo da sintaxe, algo que caminha na contramão do que atualmente se tem pensado a respeito da cognição humana e da atuação do componente sintático na organização do sistema linguístico.

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, observa-se que é necessário levar em consideração o papel da dependência sintática, abdicar do tratamento dos elementos sob uma abordagem fundamentalmente categórica, bem como considerar o papel da probabilidade na investigação da linguagem humana. Além disso, a prosódia e a estrutura informacional do enunciado também são imprescindíveis para o estudo da sintaxe. Para esses dois últimos componentes, a L-AcT é, a nosso ver, a teoria mais adequada. Não obstante, é preciso fundamentar os dois primeiros pontos numa teoria que os levem em conta, ou seja, que forneça uma instrumentalização para as relações gramaticais, considerando o papel da cognição nas operações sintáticas, assim como dê importância ao fator da dependência que existe entre os elementos sintáticos e, por fim, que seja compatível com o panorama probabilístico, e, de preferência, passível de investigação empírica e experimental. A teoria que se mostra mais adequada a esses princípios seria a Gramática Cognitiva (LANGACKER 1987; 1991; 2008; 2012) – tema do próximo capítulo. A justificativa para a adoção da Gramática Cognitiva será explorada a seguir.

6. A GRAMÁTICA COGNITIVA

Este capítulo tem por objetivo abordar de forma sucinta considerações básicas a respeito da Gramática Cognitiva (GC), focando primeiramente em alguns de seus pressupostos teóricos. Em seguida, serão apresentadas as noções de sujeito e de Tópico nessa teoria – categorias importantes para o estudo de caso que será desenvolvido na segunda parte deste trabalho. Será mostrado que a noção de Tópico na GC é não só compatível, de certo modo, com a proposta da L-AcT, mas também explica os casos que constituem um problema para a segunda teoria. A exposição sobre a GC não será exaustiva, tendo em vista que nem todos os conceitos dessa teoria serão utilizados. O intuito é fornecer um panorama para compreender parte de seus pressupostos, a fim de que situem e forneçam base para alguns pontos da proposta que será desenvolvida como estudo de caso na segunda parte deste trabalho. A GC apresenta algumas vantagens em relação a outras teorias de base gramatical por mostrar maior flexibilidade em relação aos

conceitos, à representação das relações gramaticais, além de ser compatível com a pesquisa empírica (cf. MUKHERJEE, 2004; GRIES, 2012; CLAES, 2017) e experimental (cf. TOMLIN; MYACHYKOV, 2015; KALYAN, 2016). Isso constitui um ponto de convergência para que o estudo da sintaxe da fala contemple os aspectos necessários para sua prospecção e investigação não só do ponto de vista da prosódia e da estrutura informacional, como a L-AcT já estabelece, mas também que aborde os outros aspectos que essa teoria não contempla, como o papel da cognição e da gramática na elaboração das estruturas sintáticas, bem como de insumos metodológicos de outra natureza, como modelos estatísticos apropriados e investigação experimental.

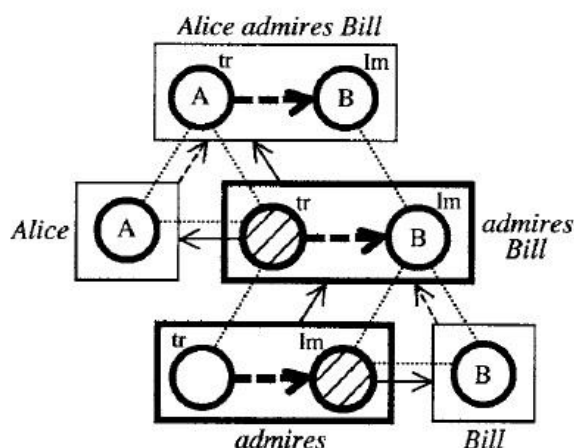
6.1. Alguns pressupostos teóricos

A Gramática Cognitiva (GC) é uma teoria gramatical de forte base semântica que aborda a estrutura cognitiva da linguagem. Ela dá especial atenção à realidade psicológica da língua, propondo uma interface de análise das categorias e dos fenômenos linguísticos com fatores de ordem cognitiva, como a memória, a percepção, a atenção, a categorização etc. (LANGACKER, 1987; 1990; 1991; 2008). Isso confere uma plausibilidade do ponto de vista psicológico na elaboração de seus construtos teóricos. As bases para a construção dessa teoria – inicialmente denominada *Space Grammar* (LANGACKER, 1982) – tem início nos anos de 1970, surgindo como uma alternativa ao paradigma teórico dominante na época – o Gerativismo (cf. LANGACKER, 1976). A GC se insere dentro de um paradigma mais amplo de estudos denominado Linguística Cognitiva (GEERAERTS; CUYCKENS, 2007). Esse paradigma descende da tradição funcionalista, o que já o coloca em oposição à corrente formalista (cf. MICHAELIS, 2006). Para citar apenas algumas teorias desenvolvidas na área da Linguística Cognitiva, poder-se-iam mencionar a Gramática de Construções (FILLMORE et al. 1988; GOLDBERG, 1995; 2006; CROFT, 2001), a Teoria da Metáfora Conceitual (LAKOFF; JOHNSON, 1980), a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1985) e a Semântica Cognitiva (TALMY, 2000).

Para a GC, a gramática é entendida como um inventário de unidades simbólicas convencionalizadas a partir do uso. Uma unidade simbólica é constituída por um polo fonológico e por um polo semântico ligados através de um elo simbólico – o que forma uma construção, nos termos da Gramática de Construções. O léxico e a gramática constituem um *continuum* dessas unidades, ou seja, não existem módulos específicos para a gramática e o léxico. A linguagem é entendida como uma faceta integral da cognição,

mantendo uma estreita interface com outras habilidades e atividades cognitivas. A gramática consiste de montagens (*assemblies*) de estruturas simbólicas. Essas estruturas são formadas a partir do perfilamento (*profiling*) das categorias que a língua codifica por meio de uma relação perfilada (*profiled relationship*)⁸⁰. Por exemplo, os nomes perfilam coisas, ao passo que as outras categorias gramaticais perfilam interconexões entre as coisas.

Figura 8 – Montagem (assembly) de uma oração simples do inglês



Fonte: Langacker (2008)

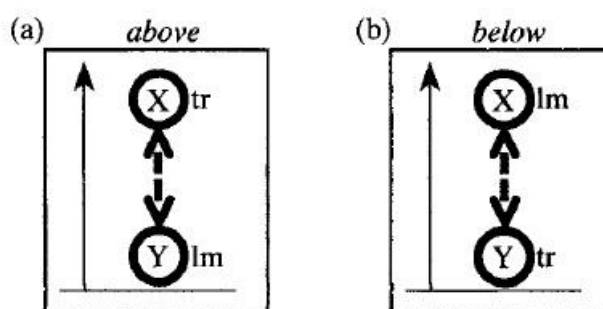
O perfilamento é o realce conceptual de algum aspecto de um domínio, num processo em que um aspecto de uma base é selecionado. Em termos lexicais, por exemplo, o substantivo *cotovelo* perfila uma subestrutura de BRAÇO que, nesse caso, é a base. A base é, então, parte de um domínio necessário para a compreensão do perfilamento. O domínio, por sua vez, é uma entidade conceptual que constitui uma estrutura de conhecimento de qualquer nível de organização ou complexidade. Nesse exemplo, é o conhecimento das propriedades que formam um *braço*, servindo como um contexto para que outros elementos conceptuais sejam compreendidos.

Há graus de proeminência atribuídos aos participantes numa relação perfilada. O participante mais proeminente é chamado de trajetador (*tr*) (*trajector*), que constitui a entidade “interpretada como sendo localizada, avaliada ou descrita” (LANGACKER,

⁸⁰ É importante mencionar que, em alguns casos, as montagens são comparáveis aos diagramas arbóreos da tradição gerativista. Contudo, as primeiras são mais flexíveis e acomodam mais potencialidades além de uma relação clássica de dependência de constituintes (cf. LANGACKER, 2012).

2008, p.70)⁸¹ e é caracterizada como o foco primário da relação perfilada. O segundo participante é chamado de marco (lm) (*landmark*) e é caracterizado como o foco secundário da relação. Na figura 6.1, o trajetor corresponde ao sujeito da oração (*Alice*), ao passo que o marco corresponde ao predicado (*admires Bill*). Esse tipo de proeminência é que será a base para a definição de sujeito e de Tópico, que serão discutidas nas próximas seções. A oposição trajetor/marco é baseada numa noção mais abrangente da Psicologia da Gestalt denominada organização Figura/Fundo. Tal organização se manifesta no campo perceptual, quando reconhecemos, por exemplo, objetos (figura) inscritos numa folha de papel (fundo). Para além do campo visual, essa noção pode ser estendida também para o outros campos, como o auditivo, por exemplo, quando percebemos um barulho (figura) numa situação de silêncio (fundo). Langacker (2008) diz que algumas expressões podem possuir o mesmo conteúdo e perfilar a mesma relação, mas podem diferir no significado justamente porque há escolhas diferentes do trajetor e do marco. Como exemplo, o autor cita o caso das preposições *above* e *below*, do inglês.

Figura 9 – Perfilamento de duas preposições do inglês



Fonte: Langacker (2008)

Na figura acima é possível notar que as preposições possuem o mesmo conteúdo, ou seja, indicam uma localização espacial entre duas entidades de acordo com o eixo vertical. Além disso, as duas preposições perfilam a mesma relação, isto é, referencialmente *X above Y* possui a mesma relação de *Y below X*. Compare-se, por exemplo, com *X through Y* ou *X onto Y*, em que ambas as preposições perfilam relações diferentes de *above* e *below*. Portanto, a única diferença é no grau de proeminência, ou seja, na escolha do trajetor e do marco, que é dado aos participantes da relação perfilada,

⁸¹ Tradução do original: "(...) construed as being located, evaluated, or described".

conforme é possível observar nos diagramas acima, em que X (trajetor) está acima de Y (marco), em *above*, ao passo que em *below*, Y (trajetor) se encontra abaixo de X (marco).

Os elementos gramaticais tem significado em sua integralidade, isto é, mesmo palavras abstratas como as preposições e os determinantes, bem como as montagens ou construções possuem significado, uma vez que elas comportam necessariamente um polo semântico. O significado para a GC é ancorado na experiência humana por meio de esquemas imagéticos (*image schemas*), definidos como “padrões de atividade abstraídos da experiência corpórea humana, sobretudo pertencendo à visão, ao espaço, ao movimento e à força” (LANGACKER, 2008, p. 32)⁸². Tais esquemas são concebidos como estruturas pré-conceptuais, em que deles serão elaboradas concepções mais abstratas. Qualquer expressão linguística expressa ou uma coisa ou uma relação. As classes gramaticais são, dessa forma, elencadas dentro dessas duas possibilidades. Sua definição envolve a noção de arquétipos conceptuais, tais como um objeto físico, um objeto se movendo através do espaço, o corpo humano etc. A partir desses arquétipos serão abstraídos os protótipos para as classes gramaticais. A classe dos nomes, por exemplo, tem como protótipo um objeto físico, já a classe dos verbos apresenta como protótipo um evento de força dinâmica. Ambos os protótipos são abstraídos a partir de certos arquétipos conceptuais.

No campo das relações gramaticais, Langacker critica a importância que se dá à noção de constituição nas teorias sintáticas, bem como à forma de representá-la. Para ele, os diagramas arbóreos não representam relações gramaticais, mas sim relações de parte/todo entre algumas estruturas inclusivas. Não obstante, ele assume a possibilidade de representação da constituição nos diagramas da GC, conhecidos por montagens (*assemblies*). O autor esclarece que as relações de dependência assumidas por várias teorias são mais importantes que aquelas representadas pela constituição⁸³. Essa posição pode ser observada na seguinte passagem:

A Gramática Cognitiva concorda com tais abordagens ao reconhecer a primazia das dependências e representá-las explicitamente (na forma de linhas correspondentes). Ao mesmo tempo, ela reconhece a constituição (no sentido das relações parte/todo entre estruturas

⁸² Tradução nossa do original: “(...) patterns of activity abstracted from everyday bodily experience, especially pertaining to vision, space, motion, and force”.

⁸³ Em entrevista recente, Langacker diz que “[f]or many years, it has been recognized in CG that constituency is less essential than the semantic relations reflected in dependency diagrams” (LANGACKER, 2018).

sucessivamente maiores) e usa representações semelhantes a árvores para representá-las (LANGACKER, 1997, p. 3)⁸⁴.

Nota-se, portanto, que a noção de dependência está em consonância com a GC e é um importante instrumento para evidenciar as relações superpostas pela L-AcT em função do componente prosódico-pragmático, conforme argumentado anteriormente. Em outras palavras, a função informacional de uma unidade veiculada pela prosódia não é capaz de quebrar uma relação de dependência sintática entre elementos alocados em unidades diferentes. Tais relações de dependência, amplamente exploradas por Tesnière (2015/1959), também são consideradas pela GC, o que mostra a compatibilidade dessa teoria com noções importantes para o estudo da sintaxe da fala e que são consideradas na argumentação dos contraexemplos à proposta da L-AcT.

As próximas seções abordarão as noções de sujeito e de Tópico na GC. Os conceitos brevemente expostos nesta seção serão retomados durante a explicação da definição tanto de sujeito quanto de Tópico. Eles formam a base para compreender como a GC entende essas categorias. É preciso dizer que o arcabouço teórico da GC é muito mais amplo e complexo do que foi apresentado nesta seção. Contudo, como mencionado anteriormente, o objetivo não é fazer uma apresentação completa e exaustiva dessa teoria, mas sim fornecer algum suporte para a compreensão das noções das categorias de sujeito e de Tópico.

6.2. O sujeito na GC

A categoria de sujeito é caracterizada pela maioria dos linguistas por meio de traços gramaticais, como ordem de palavras, marcação de caso, concordância com o verbo, possibilidade de ser o antecedente de um pronome anafórico, marcação especial em uma oração de uma sentença complexa indicando a (não-)correferencialidade dos participantes etc. Para a GC, todos esses recursos são válidos para a identificação do sujeito numa oração, contudo eles não formariam uma base para uma caracterização universal dessa categoria. Muito disso se deve ao fato de que o comportamento gramatical do sujeito exibido em uma língua pode ser diferente em outra. Nesta seção, serão

⁸⁴ Tradução nossa do original: “Cognitive grammar agrees with such approaches in recognizing the primacy of dependencies and representing them explicitly (in the form of corresponding lines). At the same time, it both acknowledges constituency (in the sense of part-whole relationships between successively larger structures) and uses tree-like representations to show it”.

reportados dois trabalhos de R. Langacker que discutem a noção de sujeito. O primeiro apresenta uma problematização e mostra o que serviu de base para a caracterização do que o autor explorou posteriormente com uma proposta mais substancial para a categoria de sujeito.

6.2.1. Langacker (1991)

O objetivo da seção 7.3.1 do trabalho de Langacker (1991) é problematizar a noção de sujeito, propondo uma caracterização mais geral dessa categoria até chegar ao ponto de elaborar uma proposta mais esquemática possível, de modo a servir como suporte para qualquer língua, independentemente da variação em sua realização gramatical. De acordo com o autor, o fato de que o sujeito geralmente assuma um papel central na estrutura gramatical revelaria que há uma saliência cognitiva que o torna acessível. Uma das possibilidades seria considerar que tal saliência se estabelece em torno da noção de topicalidade (*topicality*) (cf. GIVÓN, 1976; 1978; 1979; 1983; 1984). Os fatores envolvidos na topicalidade se estabelecem a partir de um grau de objetividade, sendo que o fator mais objetivo seria o papel semântico de uma entidade. O fato de que o sujeito prototípico seja um agente faz com que a escolha por um participante que carregue a noção de agentividade seja a opção *default* para a expressão do sujeito.

O segundo fator se refere à posição do participante numa hierarquia de empatia (*empathy hierarchy*) que reflete um acesso egocêntrico a partir das entidades que constituem nossa realidade: falante > ouvinte > humano > animal > objeto físico > entidade abstrata. O mais alto grau de empatia na escala é, naturalmente, o próprio falante, já que ele está comprometido com seus próprios interesses. O terceiro fator diz respeito à definitude, sendo que o sujeito tenderia a ser o elemento mais definido, o que indica a posição do participante em outra escala: definido > específico indefinido > não-específico indefinido.

O último fator está relacionado à organização figura/fundo. As predicções confeririam uma proeminência a um dos participantes. Tal proeminência corresponde ao trajector, que estaria relacionado, de certo modo, à figura. Uma outra entidade que receberia uma proeminência secundária se refere ao marco. O autor adota o alinhamento trajector/marco em detrimento da noção de figura/fundo pelo fato de julgar a última noção mais subjetiva em termos gramaticais, bem como porque tal alinhamento está presente

em qualquer nível de complexidade estrutural, o que inclui não só os itens lexicais como também o nível da oração.

A partir da análise desses pontos, Langacker conclui que o sujeito prototípico é agentivo, humano, definido e corresponde à figura de uma relação perfilada. Não obstante, o autor declara que tal comportamento não está associado exclusivamente à categoria de sujeito, tampouco esse inventário de informações é o mesmo em línguas diferentes. Nas palavras dele, as informações levantadas “(...) são sintomáticas da proeminência especial de sujeitos, mas não constituem per se uma caracterização do estatuto de sujeito [subjecthood] que, ao contrário, é de natureza conceptual” (LANGACKER, 1991, p. 309)⁸⁵.

Langacker apresenta uma série de exemplos que confrontam as características do sujeito prototípico. À medida que esses dados são apresentados, ele busca construir as características conceptuais intrínsecas da categoria de sujeito. De acordo com o autor, o sujeito de uma oração transitiva seria o núcleo em relação à porção perfilada de uma cadeia acional (*action chain*). Tal definição também acomodaria fontes de energia inanimadas (6.1), bem como, por extensão metafórica, domínios não-físicos (6.2):

Exemplo 6.1

This locomotive can pull 100 loaded boxcars.

Exemplo 6.2

The blackmail note should persuade him to keep quiet.

Contudo, ele salienta que a noção de núcleo de uma cadeia de ação não pode ser universal para o sujeito de orações transitivas, devido ao fato de que há muitos dados que não envolvem transferência de energia. Entre essas orações estão aquelas em que o sujeito é o experienciador que estabelece contato mental ou perceptual com o objeto:

Exemplo 6.3

I remember my childhood very well.

Exemplo 6.4

⁸⁵ Tradução nossa do original: “(...) are symptomatic of the special prominence of subjects but do not per se constitute a characterization of subjecthood, which is claimed instead to be conceptual in nature”.

The nurse noticed a tear in the oxygen tent.

Langacker diz que é uma definição esquemática de sujeito de orações transitivas que permitirá incluir tais expressões dentre aquelas baseadas numa cadeia acional. Inicialmente, ele propõe a seguinte definição para o sujeito: o participante ativo num relacionamento assimétrico. Segundo o autor, numa cadeia acional a interação é assimétrica na medida em que a energia flui apenas numa direção, sendo que o sujeito é o participante ativo por constituir a fonte de energia. Nos casos em que o sujeito é um experienciador, há uma assimetria na direcionalidade do caminho mental, bem como no envolvimento do sujeito que, de alguma forma, é energético. O fato de que o sujeito seja o *locus* da experiência mental torna-o um participante ativo. Por mais que essa definição seja altamente esquemática, ela ainda não consegue cobrir todos os casos. Langacker menciona orações que descrevem situações puramente estáticas (6.5) e (6.6), considerando ainda que algumas, a princípio, poderiam apresentar um relacionamento simétrico (6.7) e (6.8):

Exemplo 6.5

A fence surrounds his property.

Exemplo 6.6

Sharon's apartment faces the courtyard.

Exemplo 6.7

Line A intersects line B.

Exemplo 6.8

Joshua resembles Jonathan.

Em relação à possível simetria das orações em 6.7 e 6.8, o autor explica que mesmo elas podem ser consideradas assimétricas devido ao fato de que caso os elementos que estão na posição de objeto sejam realizados na posição de sujeito, não serão sinônimas com (6.9) e (6.10):

Exemplo 6.9

Line B intersects line A.

Exemplo 6.10

Jonathan resembles Joshua.

Ele ainda defende que os sujeitos dessas orações podem ser considerados participantes ativos por se destacarem como um foco de interesse, o que por si só já constitui uma relação assimétrica em uma relação de perfilamento. O autor alerta que a noção de foco de interesse pode parecer vaga. Contudo, ele esclarece que tal noção se reduz ao fenômeno da organização figura/fundo já bem estabelecido. Nas palavras do autor:

o que todos os sujeitos transitivos têm em comum não é um papel semântico particular, mas sim o status de *figura* dentro do perfil oracional [clausal profile]. É claro que essa caracterização não está inerentemente ligada à transitividade – ela é igualmente aplicável a sujeitos intransitivos (LANGACKER, 1991, p. 312, grifo do autor)⁸⁶.

A identificação do sujeito como um trajetor no nível da oração se ampara num princípio basilar da cognição, isto é, seria uma instância de um fenômeno cognitivo atencional mais amplo – a organização figura/fundo. Langacker conclui dizendo que o sujeito oracional é a figura de uma relação perfilada. Essa noção capturaria a saliência cognitiva que o sujeito apresenta, bem como permitiria uma maior flexibilidade para acomodar uma gama de tipos e perfis de elementos que podem compor essa categoria.

6.2.2. Langacker (1999)

O trabalho de Langacker (1999) propõe uma caracterização da categoria de sujeito a partir da metodologia da GC. Inicialmente, o autor apresenta as premissas teóricas e os princípios metodológicos em torno dos quais a discussão sobre o objeto de estudo será elaborada. Os construtos teóricos e os mecanismos de análise da GC são discutidos de forma sucinta, a fim de compor um referencial para a caracterização da categoria de sujeito a partir da análise dos dados. É importante destacar duas noções já discutidas na seção 6.1, a de perfilamento (*profiling*) e a de trajetor/marco (*trajector/landmark*). A primeira se refere a uma manifestação linguística de um fenômeno cognitivo – o foco

⁸⁶ Tradução nossa do original: “[w]hat all transitive subjects have in common is not a particular semantic role, but rather the status of *figure* within the clausal profile. Of course, this characterization is not inherently tied to transitivity – it is equally applicable to intransitive subjects”

atencional, isto é, o perfilamento seria o contraste de algum aspecto de uma base. Por exemplo, no nível lexical a palavra *tia* evoca como sua base a concepção de um conjunto de relações de parentesco. Contudo, esse nome perfila apenas um elemento dentro desse conjunto. Assim, o perfilamento envolve a seleção de um aspecto conceptual a partir de uma base.

Outra noção relevante apresentada por Langacker é a organização trajetor/marco, que se refere à proeminência dos participantes numa relação perfilada. Nesse tipo de relação, o participante selecionado como trajetor se destaca como o elemento focal primário, “no sentido de ser a entidade que a expressão localiza, caracteriza ou acessa em relação às outras” (LANGACKER, 1999, p. 31)⁸⁷. Outro possível participante que constitua uma proeminência focal secundária é chamado de marco. A plausibilidade psicológica dessa organização residiria no fato de ela ser uma instância de um fenômeno cognitivo mais amplo conhecido como organização figura/fundo, sendo o trajetor caracterizado como a figura primária e o marco como a figura secundária numa relação perfilada.

A partir dessas noções Langacker caracteriza o sujeito em certo nível da organização gramatical “como um elemento nominal que especifica o trajetor de uma relação perfilada naquele nível”, e o objeto como “um elemento nominal que especifica o marco num dado nível” (LANGACKER 1999, p. 32)⁸⁸. Langacker é cauteloso em relação a essa definição. Embora o autor ressalte que ela tenha o potencial de ser aplicada a uma gama de línguas, constituindo um domínio mais geral e possivelmente universal, ele menciona que o grau de universalidade dependerá da aplicação a um vasto conjunto de construções das línguas naturais, a fim de que seja firmemente estabelecida como uma definição propriamente universal. Ela apresenta certa flexibilidade para ser aplicada a fenômenos em outras línguas como o estatuto do absolutivo em línguas ergativas. Como os dados que o autor estuda em seu texto se referem apenas ao inglês, os tipos de sujeito que essa definição representa de forma relativamente apropriada seria os do conjunto de línguas conhecido sob o rótulo de *Standard-Average-European*.

Langacker acredita que algumas habilidades cognitivas inerentes podem ser estendidas e instanciar categorias fundamentais, tais como sujeito, objeto, nome, verbo e

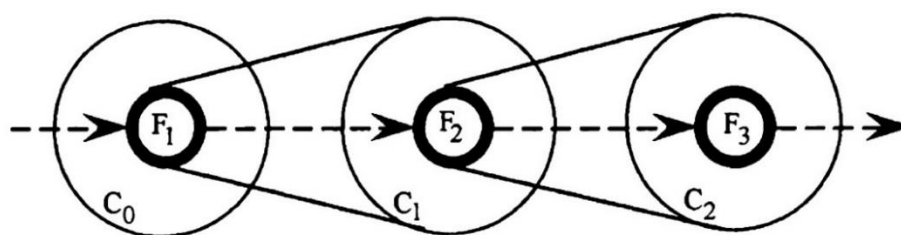
⁸⁷ Tradução nossa do original: “in the sense of being the entity the expression is concerned with locating, characterizing, or assessing in relation to others”.

⁸⁸ Tradução nossa do original: “(...) a nominal element which specifies the trajector of the relationship profiled at that level”; “(...) a nominal element which specifies the landmark at a given level”.

possessivo. Além disso, essas categorias mantêm afinidades com os arquétipos conceituais. Segundo o autor, “as habilidades se manifestam inicialmente em arquétipos, possibilitando a experiência estruturada que os constitui, e são posteriormente estendidos a outros domínios” (LANGACKER, 1999, p. 40)⁸⁹. Tanto as habilidades quanto os arquétipos funcionariam como caracterizações esquemáticas e prototípicas das categorias resultantes. No caso do sujeito, a habilidade cognitiva básica que permite uma caracterização esquemática seria a organização figura/fundo – relacionada ao fato de focalizar-se um participante numa relação ou conceptualização. Os arquétipos conceituais envolvidos na manifestação de eventos prototípicos incluem, em primeiro lugar, a atividade agentiva do sujeito, e, em segundo lugar, um tema ou um paciente.

A organização trajetor/marco também pode ser analisada como uma cadeia de ponto de referência (*referente-point chain*). Essa proposta é baseada na ideia de que a estrutura conceptual é dinâmica e se desenvolve através de uma dimensão temporal de processamento. Um dos aspectos da dinamicidade se desdobra na concepção de estruturas complexas que comportam numerosos caminhos naturais (*natural paths*), sendo que a origem de um caminho natural é denominada um ponto de partida (*starting point*). Um caminho natural consiste de uma cadeia de focos. Cada foco evoca um contexto para que o próximo foco seja encontrado. Tal cadeia de foco é denominada uma cadeia de ponto de referência (*reference-point chain*). Langacker diz que o contexto que um foco ou um ponto de referência evoca constitui seu domínio (*dominion*) e o foco seguinte é o alvo (*target*).

Figura 10 – Cadeia de foco



Fonte: Langacker (1999)

⁸⁹ Tradução nossa do original: “[t]he abilities are initially manifested in the archetypes, making possible the structured experience which constitutes them, and are subsequently extended to other domains”.

O autor explica que a organização trajetor/marco é uma cadeia de foco e que o trajetor e o marco são, respectivamente, o primeiro e o segundo focos no caminho natural. O trajetor é analisado como um ponto de referência, “criando o potencial para a concepção de relações que são, desse modo, construídas com referência a ele” (LANGACKER, 1999, p. 44)⁹⁰. O marco, por outro lado, é analisado como um segundo foco que é evocado para pavimentar “a concepção de uma relação específica ‘ancorada’ pelo trajetor” (LANGACKER 1999, p. 44)⁹¹. A plausibilidade psicológica dessa proposição residiria, mais uma vez, na organização figura/fundo. Langacker cita o estudo de Talmy (1978), que verificou propriedades de figura naquilo que o primeiro autor denomina como trajetor. Assim, no exemplo abaixo a bicicleta representa a escolha natural de figura devido ao seu tamanho e capacidade de mobilidade:

Exemplo 6.11

The bicycle is next to the church vs. ?*The church is next to the bicycle

Como evidência experimental da proposta, Langacker menciona o trabalho de Tomlin (1995), que testou a seguinte hipótese – consistente com a caracterização do sujeito proposta acima: “No momento da formulação do enunciado, o falante codifica o referente no momento presente da ATENÇÃO FOCAL como o SUJEITO SINTÁTICO do enunciado” (LANGACKER, 1999, p. 49)⁹². O experimento se baseou na apresentação de um evento em que um peixe vermelho comia um peixe azul. Os participantes eram levados a produzir uma sentença ativa ou passiva de acordo com a atenção direcionada a um dos peixes. A atenção era controlada por uma seta direcionada a um dos peixes a 150ms antes de o evento apresentado acontecer. O autor verificou que em absolutamente todos os casos os participantes produziam uma sentença ativa, caso a atenção fosse focada no peixe vermelho, indicando-o como sujeito gramatical da oração (*The red fish swallowed the blue fish*), ao passo que eles produziam uma sentença passiva indicando o peixe azul como sujeito gramatical da oração, caso a atenção fosse focada nesse último peixe (*The blue fish was swallowed by the red fish*).

⁹⁰ Tradução nossa do original: “creating the potential for the conception of relationships which are thereby construed with reference to it”.

⁹¹ Tradução nossa do original: “the conception of a specific relationship ‘anchored’ by the trajetor”.

⁹² Tradução nossa do original: “At the time of utterance formulation, the speaker codes the referent currently in FOCAL ATTENTION as the SYNTACTIC SUBJECT of the utterance”.

Outro fato que comprovaria a proposta de Langacker estaria realçado em orações que apresentam relações pronominais anafóricas. O pronome anafórico deve ocorrer no domínio acessível via ponto de referência. Considerando que o sujeito estabelece o ponto de referência para outros nominais subsequentes, não seria possível transpor essa propriedade:

Exemplo 6.12

- a. **Tom** likes **his** mother.
- b. ***He** likes **Tom's** mother.
- c. Jenny put **the kitten** in **its** box
- d. *Jenny put **it** in **the kitten's** box.

Por fim, o autor menciona mais duas evidências a favor de sua caracterização do sujeito: a tendência de um quantificador sujeito assumir escopo amplo sobre outros quantificadores e a potencialidade de haver uma assimetria entre o sujeito e o predicado de orações equacionais com plurais genéricos:

Exemplo 6.13

Five students read three novels.

Exemplo 6.14

- a. Kangaroos are marsupials.
- b. *Marsupials are kangaroos.

O fato de o quantificador sujeito ter escopo amplo significa que qualquer outro quantificador “faz parte da propriedade comum atribuída a cada um dos indivíduos quantificados” (LANGACKER, 1999, p. 53)⁹³. Dessa forma, os elementos que o sujeito quantifica são diretamente acessados, ao passo que outros elementos são acessados apenas através dos primeiros, “como parte de um tipo de processo, cujas instâncias são distribuídas entre eles” (LANGACKER, 1999, p. 53)⁹⁴. No caso das orações equacionais,

⁹³ Tradução nossa do original: “is part of the common property ascribed to each of the individuals quantified”.

⁹⁴ Tradução do original: “as part of a process type, instances of which are distributed across them”.

o sujeito especifica a identidade dos referentes nominais atribuindo o estatuto de ponto de acesso do referente, o que corresponde a uma relação assimétrica.

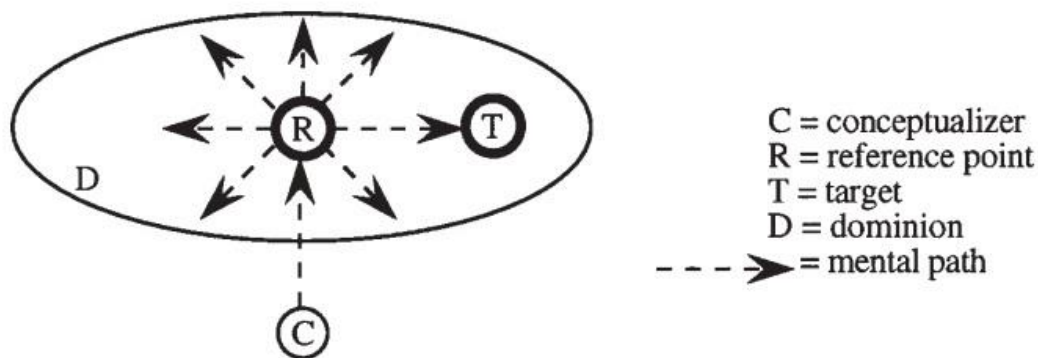
Langacker ainda comenta brevemente as afinidades que existem entre sujeito, Tópico e possuidor. Não abordaremos a relação entre o possuidor com as demais categorias, já que fugiria do escopo deste trabalho. A próxima seção buscará explicar o Tópico segundo a GC e sua relação de afinidade com o sujeito, bem como sua compatibilidade com a proposta da L-AcT, sobretudo naquilo que constitui um problema para a segunda teoria.

6.3. O Tópico na GC em comparação com a unidade de TOP da L-AcT

A noção de Tópico da GC se aproxima bastante do objeto definido pela L-AcT como a unidade de TOP. Certamente, existem algumas diferenças entre o que é entendido como Tópico pela GC daquilo que a L-AcT concebe sob o mesmo rótulo. Contudo, o intuito é mostrar que trata-se de noções muito compatíveis e, de certo modo, complementares.

Langacker (2001a) define o Tópico como um ponto de referência cujo alvo é uma proposição. Primeiramente, é preciso dizer que o estabelecimento de um ponto de referência (*reference-point*) é uma habilidade cognitiva que abarca diferentes fenômenos. Essa habilidade diz respeito ao fato de evocarmos a concepção de uma entidade como um ponto de referência por meio do qual será possível estabelecer contato mental com outra entidade. No cotidiano, isso ocorre, por exemplo, quando identificamos a tecla para ligar um aparelho baseando-nos no objeto como um todo. A entidade acessada via ponto de referência (R) denomina-se alvo (T, do inglês *target*). O conjunto de possíveis alvos para os quais R poderá dar acesso constitui o domínio (D, do inglês *dominion*) de R. A conceptualização desse fenômeno se desenvolve dinamicamente através do tempo e do processamento.

Figura 11 – A relação de ponto de referência



Fonte: Kumashiro e Langacker (2003)

Essa caracterização possivelmente explicaria porque a unidade de TOP sempre ocorre antes do COM. Há uma relação de assimetria, ou seja, a entidade a que a ilocução do COM necessita ser aplicada deve ser acessada via TOP. Considerando que o TOP constituiria um ponto de referência para um alvo (a ilocução em COM) – que deve ser acessada justamente via TOP – logo, o TOP seria evocado em primeiro lugar na cadeia temporal. Segundo Kumashiro e Langacker (2003), nos fenômenos que evocam o ponto de referência, “sua assimetria (em que uma entidade é acessada mentalmente por meio de outra) explica sua irreversibilidade” (KUMASHIRO; LANGACKER, 2003, p. 10)⁹⁵. Isso explicaria, mais uma vez, por que não seria possível haver um enunciado organizado no padrão informacional COM-TOP, por exemplo.

Um dos pontos de divergência entre a GC e a L-AcT sobre o Tópico diz respeito ao fato de a GC considerar que essa categoria tem como alvo uma proposição. Isso se constata não apenas na definição, como também se reflete nos exemplos apresentados por Langacker (2001a):

Exemplo 6.15

My car, the motor is just about to shot.

Exemplo 6.16

Jack, he's always complaining.

Exemplo 6.17

⁹⁵ Tradução nossa do original: “its asymmetry (wherein one entity is mentally accessed via another) accounts for their irreversibility”.

Bill I admire.

Conforme a perspectiva da L-AcT, verifica-se empiricamente e de forma bastante clara que o material seguinte ao TOP ou a articulação TOP-COM nem sempre coincidirá com uma proposição. Não obstante, isso não impede que sejam adotados os pressupostos a respeito do Tópico na perspectiva da GC. De acordo com a ideia do Tópico como um ponto de referência, a GC assume que “o tópico evoca um domínio de conhecimento (seu domínio) no qual a proposição alvo deve ser integrada” (LANGACKER, 2001a, p. 26)⁹⁶. O exemplo apresentado por Kumashiro e Langacker (2003) ilustra bem essa proposta:

Exemplo 6.18

The lottery, I never have any luck.

Os autores dizem que a falta de sorte do falante só é interpretada com respeito à loteria, não ao amor, à roleta ou à vida em geral. Isso se deve ao fato de que o Tópico evoca um domínio no qual o alvo deve ser situado. O alvo, nesse caso, corresponde a uma proposição. Adequando essa proposta aos pressupostos da L-AcT, o alvo deveria ser uma ilocução e, portanto, tal ilocução deve ser interpretada com referência ao TOP. Segundo Kumashiro e Langacker (2003), “[uma] proposição ocorre no domínio de um tópico no sentido de que esse domínio de conhecimento fornece o contexto para sua adequada interpretação” (KUMASHIRO; LANGACKER, 2003, p. 12)⁹⁷. Essa assunção não se difere muito do que é proposto pela L-AcT como uma das características da unidade de TOP – a exceção fica, mais uma vez, à questão da necessidade de um alvo proposicional na perspectiva da GC.

De acordo com Cresti e Moneglia (2010), “a função informacional do Tópico é identificar o domínio de relevância para a força ilocucionária da unidade de Comentário, selecionando, por meios linguísticos, seu domínio pragmático de aplicação” (CRESTI; MONEGLIA, 2010, p. 18)⁹⁸. Como uma teoria da fala espontânea, evidentemente a L-AcT focalizará não em aspectos da produção de uma proposição, mas à veiculação de um

⁹⁶ Tradução nossa do original: “topic evokes a domain of knowledge (its dominion) in which the target proposition is to be integrated”.

⁹⁷ Tradução nossa do original: “[a] proposition occurs in a topic’s dominion in the sense that this domain of knowledge provides the context for its proper interpretation”.

⁹⁸ Tradução nossa do original: “[t]he information function of the Topic is to identify the domain of relevance for the Comment illocutionary force selecting, through linguistic means, its pragmatic domain of application”.

ato de fala, em que pode ou não haver a expressão de uma proposição em sua realização. Isso indica, portanto, uma relação pragmática, e não semântica. Contudo, o fato de a unidade de TOP constituir um domínio de relevância para a ilocução em COM é perfeitamente compatível com a ideia de que o Tópico, para GC, constitua um domínio de conhecimento sobre o qual a proposição deverá ser interpretada. Isso significa que a substancialidade da função da categoria Tópico permanece praticamente idêntica, embora sejam analisadas em âmbitos distintos nas duas teorias – o semântico, para a GC e o pragmático, para a L-AcT.

Assim como o Tópico, a GC caracteriza o sujeito como um fenômeno de ponto de referência. Isso decorre da proposta de que uma relação é conceitualmente dependente de seus participantes, no sentido de pressupô-los e incorporá-los em sua concepção. De acordo com Kumashiro e Langacker (2003), não se pode conceber, por exemplo, alguém admirando algo sem que o experienciador e o objeto de admiração não sejam conceptualizados. Os autores dizem então que

devido ao fato de que os participantes focais sustentam e tornam possível a concepção de uma relação perfilada, eles são razoavelmente descritos como fornecedores de acesso mental a ela. E como elementos focalizados através dos quais outro elemento focalizado é acessado mentalmente, eles se qualificam como pontos de referência em relação a ela (KUMASHIRO; LANGACKER, 2003, p. 14-15)⁹⁹.

Nesse sentido, o trajetor e o marco seriam pontos de referência intrínsecos à concepção de uma relação perfilada. Assim, para os focos nominiais primário e secundário serem acessados, é necessário que o trajetor e o marco constituam pontos de referência numa relação perfilada destinada a esse propósito.

Como o sujeito e o Tópico são analisados como pontos de referência, torna-se necessário distingui-los para que não constituam categorias uniformes. A GC estabelece que a diferença entre essas duas categorias reside no âmbito de organização em que elas operam. O Tópico opera no nível do discurso, portanto ele é extrínseco à oração alvo, podendo não corresponder a nenhum elemento nuclear da oração – o exemplo 6.18 ilustra esse fato. O sujeito, por sua vez, atua no nível da oração, estabelecendo o trajetor de uma relação perfilada, que é intrínseco a sua concepção. Essa abordagem permite que haja

⁹⁹ Tradução do original: “[b]ecause the focal participants support and make possible the conception of a profiled relationship, they are reasonably described as providing mental access to it. And as focused elements through which another focused element is mentally accessed, they qualify as reference points with respect to it”.

uma independência entre as categorias, sem que uma tome o lugar da outra ou sem que uma seja analisada do ponto de vista da outra. Portanto, ela permite pensar uma solução para um problema no âmbito da L-AcT para o qual até então não havia uma proposta de esclarecimento. Exemplos como o de 6.19 abaixo, em que há nitidamente uma relação de sujeito (em TOP) e predicado, podem ser explicados por meio dos pressupostos da GC discutidos acima.

Exemplo 6.19 – apubmn01

*KIR: [365] the [/1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=

E, de fato, a GC já previa casos como esse. Kumashiro e Langacker (2003) explicam que é possível que um NP possa constituir o ponto de referência extrínseco do enunciado, isto, é, pode ser o Tópico, sem que isso impeça que esse NP possa também corresponder à estrutura interna da oração. Nas palavras dos autores: “Além disso, é possível que um tópico seja estabelecido por um sintagma nominal que é estruturalmente interno à oração alvo” (KUMASHIRO; LANGACKER, 2003, p. 16)¹⁰⁰. Os autores observam que no inglês esse NP é realizado por meio de um “acento contrastivo” (*contrastive stress*). Como os dados da GC são em sua maioria criados e essa teoria não se desenvolveu em interface com a prosódia oriunda de dados empíricos, acreditamos que o que os autores mencionam como “acento contrastivo” pode indicar tanto que a realização de um efetivo acento contrastivo (o que não impede que ainda assim o constituinte seja o TOP), mas também que a percepção deles está em consonância com a prosódia comumente utilizada para a realização do Tópico no inglês e refletida em dados de *corpora* orais dessa língua, ou seja, nem sempre haverá contrastividade na realização de um TOP. O dado que eles mostram para ilustrar que o sujeito pode se desenvolver numa estrutura de Tópico não apresenta o sinal sonoro:

Exemplo 6.20

SCOTCH is awesome, BOURBON is just plain awful.

(KUMASHIRO; LANGACKER, 2003, p. 16)

¹⁰⁰ Tradução nossa do original: “It is further possible for a topic to be established by a noun phrase that is structurally internal to the target clause”.

No entanto, isso não impede que essa ideia possa ser aplicada a outras realizações prosódicas que incluam aquela entoação típica do Tópico. Em outra passagem, Kumashiro e Langacker (2003) reconhecem que “o NP tópico é estruturalmente externo à oração alvo e é comumente separado dela entoacionalmente” (KUMASHIRO; LANGACKER, 2003, p. 21)¹⁰¹. O mais importante da proposta é que ela sustenta que o sujeito de uma oração pode ser estabelecido por meio de um TOP. Para tanto, é importante pensar, em primeiro lugar, que Tópico e sujeito são categorias independentes, e, sobretudo, que uma não é capaz de determinar ou suprimir a outra. Nesse sentido, Langacker (2001a) esclarece que “(...) o ponto de referência de um sujeito ou de um objeto per se – *qua* sujeito ou objeto – é independente de qualquer estatuto discursivo particular” (LANGACKER, 2001a, p. 42)¹⁰². Isso indica que a categoria de sujeito não pode ser determinada pela presença de um TOP ou, em outras palavras, a categoria de sujeito se mantém mesmo se for realizada dentro de um TOP¹⁰³.

O próximo capítulo resume a proposta que foi construída a partir das considerações desta primeira parte do trabalho.

7. RESUMO: UMA PROPOSTA INTEGRADA PARA O ESTUDO DA SINTAXE DA FALA

A primeira parte deste trabalho buscou fornecer uma discussão sobre como tratar a sintaxe da fala. Em primeiro lugar, é preciso caracterizar e descrever a fala espontânea. Para isso, a L-AcT provê os recursos teóricos necessários, embasados numa ampla investigação empírica e fundamentada em várias correntes de pensamento que foram conjugadas de acordo com a pesquisa de *corpora* adequados a essa finalidade, recebendo ora um tratamento próprio. O papel da metodologia para o objeto que essa teoria busca descrever é essencial, isto é, a fala deve ser caracterizada com a pesquisa de *corpora* e as análises devem ser feitas levando em conta a prosódia. No que concerne à sintaxe, a L-AcT apresenta considerações teóricas próprias. Esses conceitos particulares foram amplamente discutidos com base em uma série de contraexemplos com uma forte

¹⁰¹ Tradução nossa do original: “the topic NP is structurally external to the target clause and is commonly set off from it intonationally”.

¹⁰² Tradução nossa do original: “the reference point role of a subject or object per se – *qua* subject or object – is independent of any particular discourse status”.

¹⁰³ Langacker (2001a) ainda diz que “[a] nominal that specifies a clause’s trajector is its subject, as a matter of definition. It may or may not be a discourse topic as well” (LANGACKER, 2001a p. 45).

argumentação desfavorável à proposta da L-AcT. Possivelmente, os dois problemas principais dessa abordagem são (i) a falta de uma fundamentação embasada em conceitos gramaticais, bem como (ii) um tratamento categórico a dados que são tratados mais adequadamente sob o ponto de vista probabilístico. Para o primeiro ponto, argumentou-se a favor da adoção de uma teoria que considerasse (iii) os aspectos gramaticais, bem como (iv) o papel da cognição no estudo da sintaxe, tendo em vista que mesmo a L-AcT reconhece que isso é parte natural do componente sintático da linguagem. A GC seria a teoria mais adequada a essa proposta, uma vez que ela considera os pontos (iii) e (iv) e permite uma investigação empírica dentro de uma perspectiva probabilística, além de ser passível de testagem experimental. Ressalta-se que outros estudos já foram desenvolvidos nessas duas linhas de pesquisa. Em relação ao ponto (ii), argumentou-se a favor do uso de modelos probabilísticos de investigação no estudo da sintaxe. Isso ficará mais evidente no estudo de caso que será objeto da segunda parte deste trabalho. A proposta apresentada nesta primeira parte constitui uma tentativa para subsidiar a investigação da sintaxe da fala considerando a complexidade desse componente, bem como a utilidade de recursos teóricos pertinentes e abordagens metodológicas adequadas à pesquisa nessa área. Assim como a trajetória para se chegar a proposta apresentada não foi simples, a aplicação dessa proposta também constitui um grande desafio que envolve, sobretudo, esforço e diálogo com outras áreas de pesquisa.

PARTE II – APLICAÇÃO EMPÍRICA

A segunda parte deste trabalho é uma aplicação a dados empíricos da proposta que foi construída na primeira parte, desenvolvendo-se num estudo de caso. A L-AcT como a teoria referente à descrição da fala, a contribuição cognitivista da GC, o papel da dependência sintática, bem como o aporte probabilístico serão fatores considerados nesse estudo. Dessa forma, pretende-se explorar a proposta elaborada na primeira parte por meio do estudo de um fenômeno específico. Os dados desse estudo serão extraídos de *corpora* de três línguas: português brasileiro, espanhol e inglês. Com isso, pretende-se prover maior consistência empírica à proposta e, por se tratar de línguas diferentes, contribuir, até certo ponto, para a comparação interlinguística. A exploração de diferentes fenômenos em línguas tipologicamente variadas é algo que deve ser estimulado, tendo em vista a alta variabilidade do arcabouço gramatical que as línguas exibem. A

constatação desse fato através da investigação das mais variadas línguas frequentemente resulta na revisão de hipóteses e de postulados teóricos.

8. ESTUDO DE CASO: OS NPs EM TOP

Conforme discutido no capítulo 3, a L-AcT entende que o *locus* de praticamente toda e qualquer relação sintática é a unidade informacional. Esse pressuposto se traduz em dois conceitos que estão em estreita relação com a configuração prosódica do enunciado. Quando os elementos lexicais se encontram dentro de uma mesma unidade informacional num molde prosódico composicional, as relações sintáticas são estabelecidas, sendo que tal configuração é denominada por linearização. Por outro lado, quando os elementos estão arrolados entre unidades informacionais num molde prosódico de combinação, não há relações sintáticas entre os itens. A essa configuração dá-se o nome de padronização. Em outras palavras, existe relação sintática se os itens estão linearizados no enunciado. Caso eles estejam padronizados, qualquer relação sintática é substituída pela função informacional da respectiva unidade, ficando os elementos impossibilitados de estabelecerem as relações sintáticas que exerceriam caso estivessem linearizados. O que foi constatado e argumentado na primeira parte deste trabalho é que essa proposta se aplicaria a exemplos como 8.1, mas claramente não seria aplicado a dados do tipo do exemplo 8.2:

Exemplo 8.1 – bfamcv01

*LEO: [127] **os cara que são bem mais /=SCA= boleiros /=TOP= eles**
 /=SCA= com <certeza> vão saber alguma coisa //COM=

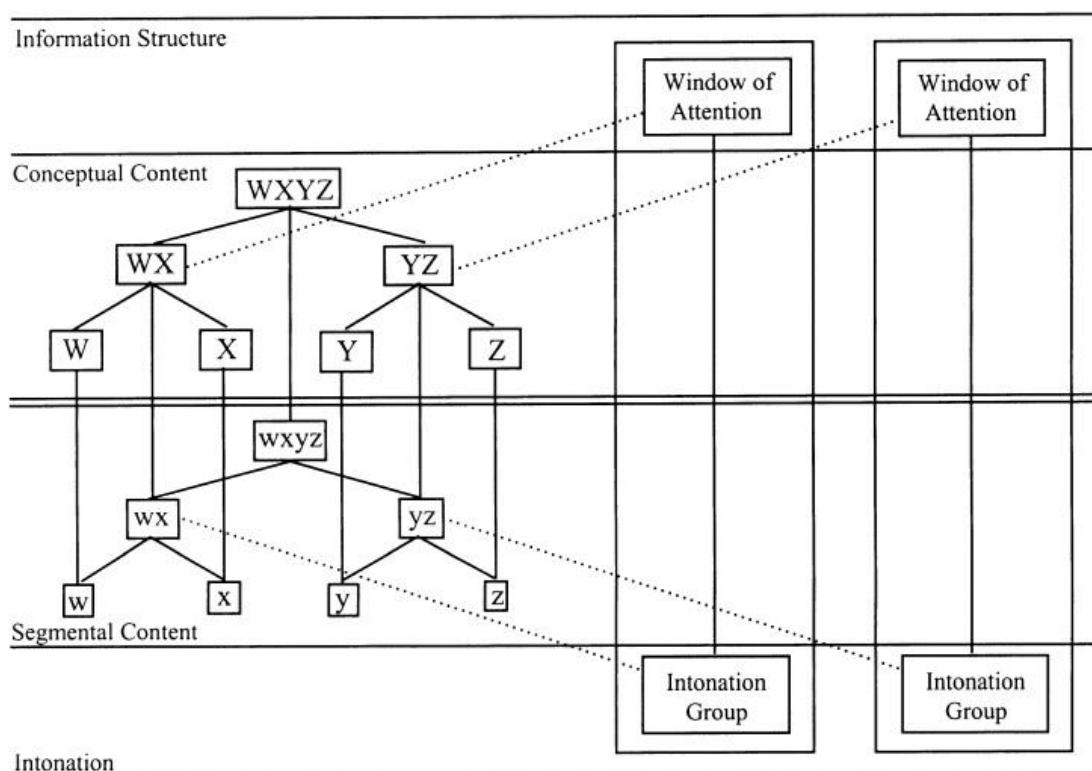
Exemplo 8.2 – bfamd102

*BAL: [36] **a Estefânia /=TOP= apanhou //COM=**

Argumentou-se que a explicação que Cresti (2014) fornece para explicar dados como 8.2 é inadequada, pois não é possível ignorar a relação de dependência sintática que se estabelece entre os elementos alocados nas unidades de TOP e de COM em função de seu estatuto pragmático-informacional. Ou seja, o que está sendo proposto através de ampla discussão, conforme exposto na primeira parte deste trabalho, é que fronteira prosódica com valor informacional nem sempre coincidirá com fronteira sintática sem

valor de dependência. Isto é, não há razão para postular que uma fronteira prosódica, independentemente de seu valor informacional, destitua o potencial sintático dos elementos alocados dentro dessa mesma fronteira. O fato de haver exemplos como 8.2 revelaria uma comprovação empírica do modelo de discurso elaborado por Langacker (2001b). De acordo com o autor, as expressões linguísticas consistem de montagens complexas de elementos simbólicos, organizados, em grande medida, hierarquicamente. Tais elementos estão dispostos na cadeia da fala numa sequência sucessiva de unidades tonais que correspondem diretamente a unidades no nível informacional, sendo que essas últimas compreendem janelas de atenção (*windows of attention*) que indicam um corpo ativo de informação disponível durante sua realização. A figura abaixo ilustra esse modelo:

Figura 12 – Mapeamento sintático no discurso



Fonte: Langacker (2001b)

Essa figura mostra o mapeamento de uma estrutura sintática no discurso. As letras maiúsculas na montagem indicam o polo semântico, que compreende o conteúdo conceitual da oração, ao passo que as letras minúsculas indicam o polo fonológico, sendo desenvolvido por meio do conteúdo segmental. No nível entoacional, o polo fonológico

é mapeado em grupos entoacionais ou unidades tonais. Já no nível informacional, o polo semântico é mapeado em janelas de atenção que, conjuntamente com os grupos entoacionais, se desenvolvem em *frames* atencionais (*attentional frames*). Esses *frames* são bipolares e simbólicos, tendo em vista que consistem do agrupamento de conteúdo conceptual em unidades entoacionais. O modelo de Langacker (2001b) prevê dados como 8.2, caso considerássemos que WX poderia ser perfeitamente o sujeito de uma oração e YZ o predicado. O estudo de caso a ser desenvolvido, portanto, leva em consideração tal modelo discursivo, bem como as noções de sujeito e de Tópico apresentadas, respectivamente, nas seções 6.2 e 6.3. Essa concepção resolveria o problema identificado a partir da abordagem da L-AcT e permite com que exemplos como 8.2 sejam analisados como uma relação comum entre sujeito-predicado. O estudo de caso desenvolvido nesta segunda parte do trabalho envolverá o estudo dos NPs em unidade de TOP nas duas condições exemplificadas em 8.1 e 8.2 acima, isto é, NPs em TOP sem relação sintática com o material na unidade posterior ou com relação de sujeito. O intuito do estudo é verificar a probabilidade da ocorrência de um ou outro caso dada a presença de algumas variáveis. A partir dos resultados obtidos, será proposta uma discussão com vista a elucidar o que ocorre com esses tipos de dados do ponto de vista cognitivo. Desse modo, espera-se contemplar os aspectos da estrutura e do discurso, considerando a possível relação de dependência, bem como o fator probabilístico que incide sobre o fenômeno em questão. Os objetivos mais específicos serão apresentados a seguir.

8.1. Objetivos

Este estudo de caso tem como objetivos específicos:

- a. Mapear os NPs em TOP que funcionam como sujeito da oração e aqueles que não estabelecem relação sintática, em três línguas: português brasileiro, espanhol europeu e inglês americano. No segundo caso, isto é, NPs sem relação sintática com o conteúdo posterior, deve haver um verbo na unidade seguinte, para fins comparativos. Ou seja, se estamos observando a relação sujeito-predicado, condição que envolve necessariamente um verbo, é preciso que na segunda condição – NP em TOP sem relação com o conteúdo da unidade seguinte – também haja um verbo, como ilustrado em 8.1, por exemplo.

- b. Organizar os dados em planilhas e analisá-los qualitativamente considerando algumas variáveis que serão apresentadas na seção 8.2.3. Haverá uma justificativa para a escolha de cada variável, bem como uma hipótese preliminar para cada uma relativa ao fenômeno analisado. Isso pode ser parafraseado da seguinte maneira: se a variável X indica Y, espera-se que ela atue favoravelmente a uma das duas condições, a depender do fator relevante para uma ou outra condição.
- c. Prosseguir a uma análise quantitativa utilizando um método estatístico apropriado para observar a probabilidade de cada variável. A escolha do método também será justificada na próxima seção.
- d. Discutir e explicar os resultados a partir da perspectiva da GC em seus pressupostos teóricos. Espera-se que assim este estudo de caso forneça uma aplicação completa da proposta apresentada na primeira parte deste trabalho. A proposta de uma investigação unificada entre estrutura, discurso e processamento, conforme propõe Langacker (2012). Contudo, ela ainda não será alcançada integralmente tendo em vista que este trabalho não aborda o último passo.

A próxima seção será dedicada aos aspectos metodológicos, em que serão expostos os *corpora* utilizados, a seleção das variáveis e o método estatístico.

8.2. Metodologia

Esta seção abordará os principais passos metodológicos conduzidos nesta pesquisa. Em primeiro lugar, serão apresentados os *corpora* de onde os dados foram extraídos. Em seguida, serão mostrados a plataforma de busca utilizada para extrair os dados, bem como os procedimentos de busca e os parâmetros que guiaram a filtragem dos dados. Como este estudo tem na sua base de análise uma abordagem probabilística, na seção 8.2.3 será apresentada a seleção das variáveis, sendo que haverá uma discussão para cada variável elencada para ser testada. Essa discussão não pretende ser exaustiva, uma vez que o conteúdo teórico que cada variável contempla renderia um estudo à parte. É preciso dizer que se pressupõe uma explicação para cada variável, mas a problematização que pode ser pensada para cada uma é algo que foge ao escopo deste trabalho. Dessa forma, os parâmetros que guiaram a análise qualitativa de cada variável

serão apresentados a fim de que fique claro qual noção foi utilizada no momento dessa análise. Por fim, o modelo estatístico que foi escolhido para a análise quantitativa será exposto.

8.2.1. Os corpora

Os dados extraídos para esta pesquisa foram coletados em amostras de três *corpora* comparáveis. O primeiro *corpus* é o C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012) – projeto inspirado no *corpus* C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005) – e que apresenta textos do português brasileiro. O segundo *corpus* é uma amostra do *Santa Barbara Corpus of Spoken American English* (DU BOIS et al. 2000-2005). E o terceiro *corpus* é o C-Or-DiAL (NICOLÁS MARTÍNEZ, 2012), que reúne textos do espanhol europeu. Esses *corpora* são compostos por textos de fala espontânea registrados em contextos reais de produção, sendo estes oriundos da mais variada gama de interações de fala. O principal objetivo das amostras de tais *corpora* que serão utilizadas neste trabalho é justamente apresentar o maior número possível de variação diafásica, a fim de capturar diferentes atos de fala. Elas foram arquitetadas seguindo os pressupostos teóricos da L-AcT. Portanto, os excertos de fala são segmentados de acordo com a percepção dos aspectos prosódicos que sinalizam as quebras prosódicas, tanto não-terminais quanto terminais, o que resulta na individuação e na representação do enunciado e de suas partes internas. É preciso ressaltar, no entanto, que apenas os *minicorpora*, isto é, as amostras representativas dos *corpora* mencionados recebem um tratamento de etiquetagem das unidades informacionais.

Nas subseções seguintes, serão apresentadas brevemente algumas informações sobre as três amostras dos *corpora* de onde foram extraídos os dados desta pesquisa, bem como sobre a plataforma utilizada para tal fim.

8.2.1.1. O projeto C-ORAL-ROM

O C-ORAL-BRASIL – *corpus* de onde são extraídos os dados do PB – é inspirado no projeto C-ORAL-ROM. Portanto, é importante introduzir de forma sucinta alguns aspectos desse projeto antes de apresentar o *minicorpus* do PB. O C-ORAL-ROM é um *corpus* que reúne textos do espanhol, francês, italiano e português europeu. Cada seção desse *corpus* contém cerca de 300.000 palavras, totalizando 121:43:07 horas de gravação,

que estão divididas em 772 textos. Isso garante uma comparabilidade que permite a possibilidade de estudos interlinguísticos entre as quatro línguas. Tal comparabilidade se configura em torno de cinco parâmetros estabelecidos para a compilação do *corpus*: a estrutura da interação (monológica, dialógica ou conversação, contando essa última necessariamente com mais de dois participantes), o contexto social (interações em ambiente familiar/privado ou público), o canal comunicativo (face a face, telefônico ou midiático – rádio e televisão), o registro linguístico (situações formais e informais) e parâmetros sociolinguísticos (faixa etária, sexo, nível de escolaridade, ocupação e origem dos participantes).

Para a efetiva análise da fala, é preciso que haja não só os arquivos de áudio e de transcrição, mas que seja estabelecida uma forma de analisá-los concomitantemente, isto é, a possibilidade de ouvir de uma porção do áudio da gravação ao mesmo tempo em que se observa a respectiva transcrição daquele trecho. Isso é importante pois garante que o texto falado não seja analisado apenas por sua transcrição – prática corrente em vários estudos linguísticos, e que não reflete aquilo que efetivamente distingue a fala da escrita, ou seja, o componente prosódico e sua atuação nos diversos fenômenos linguísticos, seja no nível basilar de individuação da unidade de referência da fala, seja em fenômenos mais específicos, caso da focalização, por exemplo (cf. MELLO; SILVA, 2015). O C-ORAL-ROM oferece uma alternativa a essa questão ao fornecer junto com os arquivos de áudio e de transcrição um arquivo de alinhamento texto-som, que pode ser visualizado por meio do *software* WinPitch (MARTIN, 2017). Além disso, o WinPitch permite a visualização de várias informações acústicas, como o espectrograma, a curva de f_0 , de intensidade, bem como conta com várias funções de manipulação do áudio.

Dessa maneira, todos os textos do C-ORAL-ROM apresentam quatro arquivos: áudio, transcrição, alinhamento e metadados (com informações específicas a respeito da qualidade acústica da gravação, duração do áudio, número de palavras do texto, breve descrição da situação de fala e dos principais tópicos abordados na interação, dados sociolinguísticos dos participantes e registro de formas linguísticas não previstas nos critérios de transcrição). As transcrições seguem o formato CHILDES-CLAN (MACWHINNEY, 1994), com anotação da segmentação baseada nos critérios prosódicos considerados pela L-AcT em quebras não-terminais e terminais, todas atestadas com base na percepção do falante nativo. Vale salientar que essa anotação foi

validada estatisticamente por meio do teste de concordância Kappa¹⁰⁴ (FLEISS, 1971), alcançando altos índices de concordância em cada seção do *corpus* (cf. CRESTI; MONEGLIA, 2005).

8.2.1.2. O minicorpus do português brasileiro

O *minicorpus* do PB (PANUNZI; MITTMANN, 2014) é composto por textos da parte informal do *corpus* C-ORAL-BRASIL¹⁰⁵. Esse *corpus* foi construído de forma a ser comparável ao C-ORAL-ROM, portanto ele segue basicamente os mesmos critérios adotados no projeto europeu. A parte informal já publicada conta com 208.130 palavras divididas em 139 textos, sendo 159.364 palavras em gravações de contexto familiar/privado e 48.766 de contexto público. As transcrições seguem o sistema CHAT (MACWHINNEY, 2000), com anotação da segmentação baseada nos critérios prosódicos estabelecidos pela L-AcT. Assim como o C-ORAL-ROM, o C-ORAL-BRASIL também busca representar uma alta variação diafásica em seus textos, o que permite capturar como os participantes usam a língua em diversas situações de fala e, por conseguinte, os mais variados atos de fala. No que concerne à variação diatópica, esse *corpus* representa majoritariamente o português falado na região metropolitana de Belo Horizonte. Houve também uma validação estatística da anotação da segmentação prosódica, que alcançou um alto índice no teste Kappa (cf. RASO; MELLO, 2012).

O *minicorpus* do PB foi criado para atender a demanda dos estudos voltados para o que a L-AcT concebe como a estrutura informacional do enunciado. Dessa forma, o *minicorpus* recebe uma etiquetagem nas unidades informacionais elencadas pela teoria. Os critérios que guiaram a escolha dos textos para a composição de um *minicorpus* representativo do C-ORAL-BRASIL são de ordem textual-tipológica (diálogos e conversações cobrem dois terços dos textos, e os monólogos, um terço), situacional-comunicativa (maior abrangência diafásica possível), acústica (os textos apresentam uma boa qualidade acústica, dentro do que é possível em interações reais de fala em ambientes variados), além de haver uma diversidade de falantes e diferentes conteúdos textuais. A

¹⁰⁴ “O coeficiente *kappa* é um procedimento estatístico que leva em consideração no seu cálculo a probabilidade de concordância ao acaso (...). Assim, esse coeficiente pode ser definido como a proporção de concordância entre os juízes após ser retirada a proporção de concordância devido ao acaso (...)” (MATOS, 2014, p. 305).

¹⁰⁵ A parte formal do corpus está em fase de ajustes finais.

tabela abaixo mostra a composição dos textos do *minicorpus* do PB, com algumas informações sobre a interação e a gravação.

Tabela 6 – Situações, número de falantes por sexo e durações das gravações do minicorpus C-ORAL-BRASIL

Texto	Situação	Masc	Fem	Duração
Total		28	27	03:58:36
Conversações		15	9	01:07:28
bfamcv01	Conversa entre amigos	4	0	00:07:00
bfamcv02	Conversa entre senhoras	0	3	00:07:51
bfamcv03	Amigos jogam sinuca	5	0	00:06:50
bfamcv04	Amigos jogam Imagem e Ação	2	2	00:07:30
bpubvc01	Empregados em banco de sangue explicam seu trabalho	1	3	00:08:30
bpubcv02	Reunião política	3	1	00:29:47
Diálogos		6	8	01:45:28
bfamdl01	Duas amigas fazem compras do mês	0	2	00:14:39
bfamdl02	Dois amigos guardam o equipamento de gravação	1	1	00:07:26
bfamdl03	Casal faz viagem de carro	1	1	00:10:30
bfamdl04	Domésticas lavam a louça	0	2	00:19:32
bfamdl05	Corretor mostra apartamento para a irmã*	1	1	00:11:28
bpubdl01	Engenheiro e pedreiro trabalham na construção	2	0	00:26:08
bpubdl02	Cliente e vendedor em loja de sapatos*	1	1	00:15:45
Monólogos		7	10	01:05:04
bfammn01	Homem conta história sobre uma cobra	2	0	00:05:02
bfammn02	Avó fala de seu tio famoso ao neto	1	1	00:07:23
bfammn03	Pai conta duas histórias divertidas para a família*	3	3	00:07:08
bfammn04	Mulher conta sobre sua experiência no hospital*	0	1	00:06:57
bfammn05	Mulher conta a história da adoção de sua filha*	0	2	00:09:52
bfammn06	Homem explica sua trajetória profissional para a filha	1	1	00:10:02
bpubmn01	Professora avalia seu trabalho na escola pública	0	2	00:19:16

*presença de pequenas intervenções de terceiros não identificados

Fonte: Mello (2016)

Observa-se por meio da tabela que houve uma procura por balanceamento em termos de número de participantes, bem como uma alta variabilidade diafásica, o que

assegura maior representatividade da fala espontânea em contexto natural, característica que certamente diferencia o C-ORAL-BRASIL de outros *corpora* disponíveis do PB.

A tabela abaixo indica o número de palavras do *minicorpus* de acordo com os dois principais contextos, isto é, familiar/privado e público:

Tabela 7 – Número e proporção de palavras por ramificação do minicorpus

Contexto	Total	Conversações		Diálogos		Monólogos		
Total	31318	100%	9774	31%	11331	36%	10213	33%
Familiar/privado	23272	74%	6348	20%	8352	27%	8599	27%
Público	8046	26%	3426	11%	3006	10%	1614	5%

Fonte: Mello (2016)

Nota-se que também há um balanceamento da porcentagem de palavras por interação tipológica, isto é, as conversações contam com 31% das palavras, diálogos, com 36%, e monólogos, com 33%. É preciso ressaltar que conversações e diálogos são tipologias que devem ser agrupadas sob um mesmo domínio, diferente dos monólogos, que apresentariam um caráter mais textual, contrariamente às outras duas tipologias, que apresentam forte interatividade, dinamicidade e acionalidade. Portanto, um *minicorpus* considerado balanceado deve apresentar 2/3 de tipologia interacional e 1/3 de tipologia monológica.

A próxima seção será destinada a apresentar o *minicorpus* do inglês americano.

8.2.1.3. O minicorpus do inglês

O *minicorpus* do inglês (CAVALCANTE; RAMOS, 2016) é um conjunto de 20 textos extraídos do *Santa Barbara Corpus of Spoken American English* (DU BOIS et al. 2000-2005). Esse *minicorpus* foi criado a fim de ser comparável com os *minicorpora* do PB e do italiano. Portanto, ele segue os mesmos parâmetros que envolvem os outros *corpora* da família C-ORAL. A variabilidade diafásica, o equilíbrio entre vozes masculinas e femininas, bem como o balanceamento em termos do número de palavras foram alguns dos critérios adotados para a construção desse *minicorpus*. A transcrição se baseou no formato CHAT (MACWHINNEY, 2000) e a anotação prosódica segue os parâmetros do C-ORAL-BRASIL. Abaixo segue uma tabela que mostra a composição dos textos do *minicorpus* do inglês de acordo com o parâmetro da variação diafásica.

Tabela 8 – Situações, número de falantes por sexo e durações das gravações do minicorpus do inglês

Texto	Situação	Masc	Fem	Duração
Total		24	30	02:26:57
Monólogos		6	12	00:54:35
afammn01	Um estudante explica seus estudos em ciência equina na sala de um trailer	0	2	00:07:33
afammn02	Dois amigos/colegas de trabalho conversam sobre seus interesses no trabalho	1	1	00:09:15
afammn03	Dois primos conversam depois de um longo tempo separados	0	2	00:06:59
afammn04	Um homem fala sobre suas experiências como gay em casa	1	1	00:08:30
afammn05	Dois amigos conversam enquanto assistem TV em casa	1	1	00:03:41
afammn06	Dois amigos do sexo masculino conversam sobre ciência e natureza humana em casa	2	0	00:02:01
apubmn01	Uma mulher fala sobre pinguins em uma reunião num aquário*	1	5	00:16:36
Diálogos		10	6	00:59:11
afamd101	Dois primos conversam em casa	2	0	00:06:18
afamd102	Um casal deitado na cama conversa sobre um livro	1	1	00:10:23
afamd103	Mãe e filhas conversam em casa depois do trabalho	0	2	00:05:56
afamd104	Um homem e uma mulher conversam durante uma visita ao rancho dela	1	1	0:06:43
afamd105	Um casal joga copas numa casa de verão	1	1	00:06:55
apubdl01	Uma conversa de trabalho em uma torre de controle de tráfego aéreo entre um controlador experiente e um inexperiente*	2	0	00:07:09
apubdl02	Um proprietário e um engenheiro conversam em casa sobre sistemas de ar condicionado*	2	0	00:06:50
apubdl03	Um vendedor e um compradora conversam em uma loja sobre diferentes tipos de fitas cassete*	1	1	00:08:57
Conversações		8	12	00:33:11
afamecv01	Três amigos conversam sobre viagens, saúde e vitaminas na sala de estar	1	2	00:05:36
afamecv02	Duas irmãs e a mãe delas conversam num restaurante enquanto decidem o que comerão	0	4	00:07:59
afamecv03	Amigos conversam numa festa	3	1	00:10:12
afamecv04	Os membros de uma família conversam numa festa de aniversário	2	3	00:04:21
afamecv05	Amigos conversam num jantar	2	2	00:05:03

*Interações públicas

Fonte: Adaptado de Cavalcante e Ramos (2016)

Procurou-se fazer uma compilação de textos para que abrangesse o máximo possível de variação diafásica, além de capturar interações que envolvessem outras atividades desempenhadas pelos participantes enquanto conversavam. Isso garante com que diferentes atos de fala sejam usados durante as interações. Esses textos totalizam 26.470 palavras distribuídas em 02:30h de gravação, sendo que a média de palavras por cada texto é de 1.300.

Tabela 9 – Tamanho do minicorpus do inglês: palavras e enunciados

	Monólogos		Diálogos		Conversações		Total
Palavras	9359	35,4%	10647	40,2%	6464	24,4%	26470
Enunciados	992	28,7%	1382	40%	1078	31,2%	3452
Enunciados simples	450	24%	774	41,3%	650	34,7%	1874
Enunciados complexos	542	34,3%	608	38,5%	428	27,1%	1578

Fonte: Cavalcante e Ramos (2016)

A tabela acima mostra a distribuição das palavras em monólogos, diálogos e conversações, além de apresentar o número de enunciados simples e complexos, bem como suas respectivas porcentagens. Nota-se que 35,4% das palavras estão em interações monológicas e 64,6% em diálogos e conversações. O *minicorpus* é, portanto, balanceado, já que 1/3 das palavras compreendem interações monológicas e 2/3 abarcam interações dialógicas e conversações. Por fim, é importante mencionar que os textos foram anotados informacionalmente seguindo os critérios e os pressupostos teóricos da L-AcT.

A próxima seção apresenta brevemente o *minicorpus* do espanhol.

8.2.1.4. O minicorpus do espanhol

O *minicorpus* do espanhol (NICOLÁS MARTÍNEZ; LOMBÁN SOMACARRERA, 2018) é composto por uma amostra de textos do *corpus* C-Or-DiAL (NICOLÁS MARTÍNEZ, 2012) e por textos gravados para fins exclusivos de composição desse *minicorpus*. Ele abarca 40.586 palavras distribuídas em 37 textos, representando interações privadas e públicas. Assim como os outros *minicorpora*, este também foi elaborado a fim de apresentar uma alta variação diafásica, um equilíbrio entre falas

masculinas e femininas, o máximo nível de espontaneidade do discurso e gravações de alta qualidade acústica, considerando evidentemente aquilo que é possível obter de um contexto de fala espontânea. O *minicorpus* também apresenta etiquetagem informacional, o que permite fazer estudos comparativos com as outras línguas. Abaixo segue uma tabela com informações referentes ao número de palavras e de enunciados de cada seção que reúne um grupo de textos.

Tabela 10 – Tamanho do minicorpus do espanhol: palavras e enunciados

Contexto da interação	Tipo de interação	Textos	Palavras	Enunciados
Familiar/privado	monólogos	7	7941	915
	diálogos	7	7200	1345
	conversações	8	8014	1693
Público	monólogos	3	3151	362
	diálogos	7	8179	1203
	conversações	5	6101	929
Total		37	40586	6447

Fonte: Adaptado de Nicolás Martínez e Lombán Somacarrera (2018)

Vale mencionar que Nicolás Martínez e Lombán Somacarrera (2018) não apresentam informações relacionadas à duração de cada gravação, ao número de falantes e às especificidades das situações interacionais de cada texto. Por isso, não apresentamos uma tabela como aquelas das seções anteriores.

Na próxima seção, será apresentada a plataforma de busca utilizada neste trabalho para a extração dos dados da pesquisa.

8.2.2. A plataforma DB-IPIC e o procedimento de busca

A plataforma DB-IPIC (PANUNZI; GREGORI, 2011) é uma linguagem de consulta XML usada primordialmente para estudar as relações informacionais das línguas disponíveis. Ela é alimentada com os *minicorpora* da família C-ORAL, e atualmente conta com dados das seções informais do espanhol, do italiano e do PB. Como os princípios teóricos adotados para a arquitetura dos *minicorpora* são os mesmos, há a possibilidade de se realizarem estudos comparativos entre as referidas línguas (PANUNZI; MITTMANN, 2014). Para a construção da plataforma, foi adicionado para cada gravação um documento XML, incluindo os metadados da gravação e as transcrições

anotadas – tanto prosódica quanto informacionalmente. Posteriormente, todas essas transcrições em formato XML foram inseridas num banco de dados. O produto resultante roda com o sistema de gestão de dados eXist (para mais especificações técnicas, cf. PANUNZI; GREGORI, 2011).

Figura 13 – Página inicial da plataforma DB-IPIC

The screenshot shows the DB-IPIC interface. At the top left is a logo with a database cylinder icon. The main title is 'DB - IPIC' with the subtitle 'DataBase for Information Patterning Interlinguistic Comparison'. Below this, there's a 'Source selection' section with 'Corpus' set to 'Spagnolo' and 'Collection' set to 'None'. There's also a 'Custom file set' link. The 'General filters' section includes a 'Reference Unit filter' set to 'Utterances and Stanzas' and a 'Metadata Filter' with 'Type of interaction' and 'Communicative context' both set to 'Any'. The 'Search for Information Pattern' section has two rows of search criteria, each with a 'Select' dropdown and 'Word restrictions' input. There are checkboxes for 'Start of utterance' and 'End of utterance', and an 'Add' button. To the right is a 'Linear relation between selected units' section with radio buttons for 'Strict', 'Standard', 'Enlarged', 'Enlarged +', and 'Free'. The 'Utterance restrictions' section has two boxes: 'Restrictions on Information Units' and 'Restrictions on Words'. The 'Restrictions on Words' box has fields for 'Form', 'Lemma', and 'PoS'. At the bottom, there's a 'Results per page' dropdown set to '20' and a 'Search' button.

Fonte: Elaboração do autor

A imagem acima mostra a página inicial da plataforma DB-IPIC. É possível notar as várias possibilidades de busca que a plataforma oferece: por *minicorpus* (espanhol, italiano ou português), tipo de interação (conversação, diálogo ou monólogo), contexto comunicativo (familiar ou privado), unidade informacional, enunciado ou estrofe (*stanza*), lema ou POS.

A busca realizada para esta pesquisa procedeu do seguinte modo. Primeiramente, selecionou-se o *minicorpus* de interesse, ou seja, espanhol e PB. Depois, a seleção foi

feita indicando todos os enunciados que apresentassem a unidade informacional de TOP. Uma vez feito isso, a plataforma retornou todos os enunciados que apresentavam o padrão escolhido, além da possibilidade de salvar aquela busca em uma planilha em formato CSV passível de ser aberta por meio do Excel. A partir daí, foram filtrados os enunciados que constituiriam os dados da pesquisa. Os seguintes tipos de dados foram excluídos:

- a. Enunciados que apresentavam interrupção ou palavras ininteligíveis em qualquer ponto depois do TOP:

Exemplo 8.3 – efamcv01e

*PIZ: [1] <porque además yo creo /=TOP= yo no [/1] yo no> +=EMP=

Exemplo 8.4 – bfamcv04

*HEL: [76] <objeto /=TOP= eu acho que yyyy> //COM=

- b. Enunciados que não continham NPs em TOP:

Exemplo 8.5 – efamcv02a

*CAR: [29] entonces si no cabe todo /=TOP= cómo hacemos /=COM=
<hija>?=ALL=

Exemplo 8.6 – bfamdl02

*BAL: [156] na verdade /=TOP= <assim/=PHA= até viu> //COM=

- c. Enunciados que continham NPs em TOP, mas que não poderiam constituir relações de sujeito:

Exemplo 8.7 – efamcv06

*PIL: [154] <este año> [/2] esta semana /=TOP= creo que no han sacado ninguno //COM=

Exemplo 8.8 – bfamdl01

*FLA: [85] esses dias /=TOP= a gente tava procurando toalha /=COB=
pa cobrir o /=SCA= carneirinho //COM=

- d. Enunciados que contavam com verbos que não recebem sujeito:

Exemplo 8.9 – efamdl02

*DOR: [77] **ahora** /=INP= **la sopas de ajo** /=TOP= hay quien las hace /=COB= con un poquito el pan refrito /=COB= y [/1] y otros sin refreír el pan //COM=

Os dados que eram de interesse da pesquisa constituem um grupo em que há um NP em TOP que se estabelece como o sujeito da oração, como em 8.10 e 8.11, ou o caso de esse NP não estabelecer relação sintática com o conteúdo subsequente, mas que esse conteúdo apresente um verbo que, em outra configuração, poderia apresentar um NP sujeito, como em 8.12 e 8.13:

Exemplo 8.10 – efamcv04

*ANA: [77] **pero la tía Mari** /=TOP= luego /=TOP= dejó de fumar //COM=

Exemplo 8.11 – bfamdl02

*BAL: [36] **a Estefânia** /=TOP= apanhou //COM=

Exemplo 8.12 – efammn06

*PRO: [104] **porque <cualquier película> con veinte años** /=TOP= el passe eh debe costar doscientos euros //COM=

Exemplo 8.13 – bfammn01

*DUD: [92] pô /=EXP= Mailton /=ALL= eu nũ entendo muito de cobra não /=CMB= **mas essa história daí** /=TOP= eu acho que quem marou o cara foi a mulher dele /=COM= hein //PHA=

Os dados que apresentavam tais características foram separados numa planilha Excel e foram analisados, num primeiro momento, qualitativamente, através de oitiva e do julgamento das propriedades que constituiriam as variáveis para um estudo quantitativo do ponto de vista probabilístico. Dessa forma, a relação entre o conteúdo que ocorre em TOP, nesse caso o NP, com o restante do enunciado não é entendida como uma forma de marcação categórica como propõe a L-AcT. Haveria a possibilidade de esse NP manter relação sintática com o COM e isso é passível de ser investigado através do estabelecimento de possíveis variáveis que influenciariam o fenômeno, bem como por meio de métodos estatísticos apropriados para tal tipo de análise. O fato de que o

fenômeno seja entendido probabilisticamente provoca uma forte mudança na proposta da L-AcT, isto é, o TOP juntamente com as outras unidades informacionais textuais não são mais tratadas como o *locus* onde as relações sintáticas se desenvolvem. Contrariamente, essas relações podem ultrapassar as unidades, sendo que isso seria estabelecido com base na probabilidade. Um dos desafios é, então, identificar quais variáveis estão em jogo no processo de qualquer fenômeno nesse nível.

A seguir serão apresentadas as variáveis que foram selecionadas para este estudo.

8.2.3. A seleção das variáveis

Este é o primeiro estudo no âmbito da L-AcT que apresenta uma proposta efetiva de tratamento da sintaxe sob um ponto de vista probabilístico, com base em um programa de pesquisa fundamentado no que estudos dedicados à sintaxe propõem como o *locus* desse componente no sistema linguístico (cf. LANGACKER, 2012; TESNIÈRE, 2015/1959; HARRIS, 1954) sob testagem em *corpora* (cf. CLAES, 2017; GAMALLO, 2017; SZMRECSANYI et al. 2017). Evidentemente, esta proposta é uma primeira tentativa que deve ser aprimorada com mais estudos e com amplo diálogo com outras correntes teóricas, bem como com as demais áreas possíveis de interface. Nesse sentido, a seleção das variáveis evidentemente não se estabeleceu tomando como base o que a L-AcT propõe, uma vez que essa abordagem é inexistente dentro dessa teoria. A seleção se deu, então, de modo a identificar aquilo que incide sobre NPs, e que se mostra capaz de contribuir significativamente para a exploração de aspectos gramaticais, bem como considerar o que já foi discutido na literatura e que serviu de base para análises semelhantes, mas não necessariamente idênticas (cf. HAN et al. 2017; VOGELS; VAN BERGEN, 2017; HUNDT et al. no prelo), tomando, dessa forma, um caráter de base mais exploratória. Outros estudos dentro do escopo da *probabilistic grammar* fornecem um arcabouço bastante robusto de variáveis de natureza distinta que foram testadas. O fato de que haja uma limitação no número de dados desfavorece, no entanto, o acúmulo de muitas variáveis que em outras circunstâncias, possivelmente, acrescentariam maior clareza ao estudo do fenômeno.

8.2.3.1. Estatuto do referente

A noção de estatuto do referente apresenta bastante variação na literatura, sendo que não há um real consenso sobre como defini-la e analisá-la (cf. PRINCE, 1981; 1992; GIVÓN, 1983; CHAFE, 1987; ARIEL, 1990, LAMBRECHT, 1994, DRESCHLER, 2015, entre outros). A própria terminologia das duas principais categorias que compõem essa noção reflete tal fato: há, de um lado, termos como informação dada, pressuposta, familiar, acessível, inferível, e de outro, informação nova, não-pressuposta, não-acessível etc. Apesar disso, inúmeros estudos mostram como essa noção interfere na expressão gramatical de alguns componentes linguísticos (cf. VIRTANEN, 1992; LAMBRECHT, 1994; MEURMAN-SOLIN et al. 2012, entre outros). O fato de que o estatuto do referente esteja intimamente relacionado à estrutura informacional na maior parte da literatura não é relevante para este trabalho, uma vez que a L-AcT entende que a estrutura informacional do enunciado não se desenvolve numa progressão de elementos dados e novos, mas, conforme discutido na seção 2.3, por meio de parâmetros prosódicos e funções pragmáticas específicas independentemente do conteúdo lexical transmitido.

A dificuldade de operacionalizar o estatuto do referente em dados de *corpora* é um grande entrave para a análise e para o aprofundamento da caracterização dos fenômenos relacionados a essa noção. Seoane (2012) aponta tal fato dizendo que “alguns estudos nem mesmo mostram como aplicar sua categorização a um texto, além de fornecerem apenas exemplos prontos para suas categorias” (SEOANE, 2012, p. 140)¹⁰⁶. A abordagem de Lambrecht (1994), por exemplo, é um tanto quanto complicada de ser operacionalizada, nesse sentido. Além de o autor basear sua análise apenas em dados criados, ele diz que o estatuto de identificabilidade de um referente é mantido no discurso, “a menos que o falante assuma que o interlocutor se esqueceu da existência do referente” (LAMBRECHT, 1994, p. 89)¹⁰⁷.

Há, pelo menos, dois grandes problemas na tentativa de operacionalizar a abordagem de Lambrecht com *corpora* de fala. A primeira delas é que o autor usa apenas dados de introspecção. Isso significa que ele pode controlar absolutamente todos os fatores que interveriam na noção de estatuto do referente, além de basear-se em um padrão discursivo que ocorre com baixa frequência em dados reais, isto é, o contexto de uma pergunta seguida de uma resposta. Logicamente, numa gravação de uma situação real de

¹⁰⁶ Tradução nossa do original: “some studies do not even show how to apply their categorization to a text, but provide only ready-made examples of their categories”.

¹⁰⁷ Tradução nossa do original: “unless the speaker assumes that the addressee has forgotten the existence of the referent”.

fala não há nenhum controle por parte do pesquisador naquilo que os participantes realizaram antes ou durante o processo, nem no nível de relacionamento existente entre eles. Portanto, a análise se baseia apenas naquilo de que o pesquisador dispõe, como ocorre com qualquer pesquisa baseada em dados empíricos. Entre os fatores passíveis de controle para quem usa dados de introspecção, há um pressuposto, expresso na citação acima, que é impraticável em análise de *corpora* – o que acaba por constituir o segundo problema.

O fato de que se faça qualquer assunção a respeito do que o interlocutor tem em sua mente no momento da interação discursiva é algo bastante subjetivo e difícil de ser analisado com base apenas em pistas lexicais. Além disso, os participantes da interação discursiva podem ter introduzido o referente, por exemplo, um dia ou até mesmo uma semana antes – portanto ele pode ter sido preservado durante todo esse tempo na mente dos interlocutores – e ser mencionado como informação dada mesmo num contexto em que aparentemente seria informação nova. A questão que se coloca é como saber que o interlocutor se esqueceu do referente, isto é, quais referentes estão preservados na mente dos interlocutores no momento da interação que foi registrada? Essa é uma análise muito difícil de ser operacionalizada com dados de *corpora*.

Além disso, os *corpora* C-ORAL apresentam apenas um trecho de toda a gravação que foi realizada. Por exemplo, no processo de compilação do *corpus*, pode haver uma gravação que chegou a durar cerca de 2 horas. Contudo, não se utiliza toda a gravação para a composição de um texto do *corpus*. Seleciona-se apenas um trecho, que deve conter cerca de 1500 palavras. Esse trecho não constitui necessariamente o ponto inicial da gravação. Aliás, é indicado que um trecho mais posterior seja selecionado justamente para evitar uma situação em que os participantes ainda estejam muito cientes e inibidos com a presença dos microfones – algo que acontece geralmente no ponto inicial da gravação. Dessa forma, há a possibilidade de o referente já ter sido introduzido num trecho anterior que não foi selecionado para compor o texto transcrito.

Algumas abordagens, como a de Prince (1981), consideram uma série escalar da manifestação do estatuto do referente, dividindo-a nas fontes que o ouvinte dispõe para apreender o estatuto do referente: sua própria mente e o contexto discursivo. Dessa forma, um conteúdo pode ser novo do ponto de vista do discurso, mas dado do ponto de vista do ouvinte, por exemplo. Apesar de ser uma abordagem mais refinada analiticamente, na dimensão do processamento, ela parece ser reduzida, conforme aponta Givón (1987). De acordo com o autor, “enquanto as dimensões psicocognitivas subjacentes à semântica e à

pragmática podem ser de fato escalares e não-discretas, os imperativos do processamento dentro de um tempo finito requerem discretização e redução ao longo de qualquer *continuum* cognitivo-funcional” (GIVÓN, 1987, p. 185)¹⁰⁸. Além disso, na pesquisa empírica a limitação do número de dados não raro faz com que se agrupem subcategorias dentro de uma macrocategoria comum (cf. HUNDT et al. no prelo, por exemplo). A categoria de inferível que Prince (1981) elenca em sua análise, ainda que seja de certa forma intuitiva, é muitas vezes difícil de ser aplicada aos dados empíricos. Com dados criados, é bastante claro dizer que o estatuto do nome *motor* é inferível num contexto discursivo em que se esteja falando sobre carros. Considere o trecho criado abaixo:

Exemplo 8.14

Falante A: Pretendo comprar um carro ano que vem, mas tenho dúvidas sobre qual escolher.

Falante B: Há vários modelos interessantes. Mas isso dependerá do quanto você pretende desembolsar.

Falante A: É verdade.

Falante B: Uma coisa que eu recomendo é que você evite carros com o motor Evo 1.0 da FIAT, pois ele é considerado um dos piores por alguns especialistas.

Contudo, individualizar o estatuto inferível nem sempre é tão intuitivo dessa maneira, sobretudo em dados dos *corpora* C-ORAL, em que as situações de fala apresentam um nível de dinamicidade muito alto – algo que certamente se reflete no discurso. Isso faz com que definir o que seria inferível para o interlocutor em dado contexto seja uma tarefa mais subjetiva.

Em busca de um critério mais objetivo para observar o impacto do estatuto do referente no fenômeno analisado sem entrar em aspectos de julgamento mais subjetivo e considerando a natureza dos dados e as limitações que esse tipo de dados impõem, buscou-se classificar o NP em dado e novo apenas. O NP seria classificado como dado caso já tivesse sido mencionado formalmente no discurso. Se o NP não foi mencionado em nenhuma parte do texto até a sua realização, ele seria considerado novo. Abaixo seguem dois exemplos do parâmetro de classificação estabelecido¹⁰⁹:

¹⁰⁸ Tradução nossa do original: “[w]hile the psycho-cognitive dimensions which underlie semantics and pragmatics may indeed be scalar and non-discrete, the imperatives of processing within finite time require discretization and reduction along any functional-cognitive continuum”.

¹⁰⁹ Observe que as possíveis objeções acerca dessa escolha se limitam apenas às análises dos referentes considerados como informação nova pelo critério adotado, uma vez que os referentes considerados dados receberiam esse estatuto em qualquer outro tipo de escolha analítica.

Exemplo 8.15 – bfamcv01: Referente dado

*LEO: [1] o Juninho <foi> //COM=
 *GIL: [2] <ô /=CNT= mas> /=DCT= voltando à questão /=TOP= falando em [/2]=EMP= e também falando em povo mascarado /=TOP= esse povo do Galáticos é muito palha /=COB= eu acho que es nũ deviam mais participar /=COM= e <tal> //UNC=
 *LUI: [3] <não> //COM=
 *LEO: [4] <não> //COM=
 *LUI: [5] <eu acho não> //COM=
 *LEO: [6] <com certeza> //COM=
 *LUI: [7] <com certeza es nũ vão participar /=COM= uai> //PHA=
 *LEO: [8] <eles são piores do que o> **Durepox** //COM=
 *EVN: [9] é /=CMB= pois <é> //COM=
 *LUI: [10] <agora> manda uma barrinha <minha> //COM=
 *EVN: [11] <porque o **Durepox**> /=TOP= pelo menos jogava bola
 //COM=

Exemplo 8.16 – bfamcv02: Referente novo

*RUT: [1] e a Dani /=COB= já escolheu os padrim do casamento
 //COM=
 *TER: [2] não //CMM= ainda não //CMM=
 *TER: [3] inda <nada> //COM=
 *RUT: [4] <ai ai> //COM=
 *RUT: [5] Nossa <Senhora> //COM=
 *TER: [6] <aí ea tá> assim /=INT= Rute //COM_r=
 *TER: [7] sabe que que é //COM_r=
 *TER: [8] é que ea ganhou tudo /=COM= né //PHA=
 *TER: [9] ganhou tudo /=COB= dos lado do Anderson //COM=
 *RUT: [10] oh /=CMM= <que maravilha> //CMM=
 *JAE: [11] <ganhou não> //COM=
 *RUT: [12] <chama só o lado do> Anderson /=COB= pa ser <padrim da Dani> //COM=
 *TER: [13] <o'> //COM=
 *TER: [14] <escuta> //COM=
 *JAE: [15] <ganhou /=TOP= não> //COM=
 *TER: [16] <não> //COM=
 *JAE: [17] vai ganhar /=COM= <né> //PHA=
 *TER: [18] <vai ganhar /=CMM= mas> +=EMP=
 *JAE: [19] <ea nũ tem nada> na mão //COM=
 *TER: [20] ô Jael //COM=
 *TER: [21] mas /=INP= **gente velha** /=TOP= já prometeu o
 [/1]=SCA= os presente /=TOP= <já /=SCA= pode> garantir que ganhou
 //COM=

De acordo com a estratégia dado-novo (CLARK; HAVILAND, 1974; CLARK; CLARK, 1977), que postula haver uma tendência no discurso para que a informação dada preceda a informação nova, a categoria de sujeito tenderia a constituir informação dada,

compartilhada pelos interlocutores (cf. GIVÓN, 1979; ITAGAKI; PRIDEAUX, 1985). Nesse sentido, espera-se que NPs sem relação sintática (SRS) apresentem maior probabilidade de ocorrerem como referente novo no discurso. Por se tratar de conceituações distintas do que constituiria informação dada/nova, a análise dessa variável é mais exploratória, embora não seja de todo incompatível testá-la com a hipótese mencionada (cf. nota 109).

8.2.3.2. Definitude

A definitude é uma categoria gramatical bastante complexa. Ela envolve não só noções semânticas, mas também apresenta um forte correlato pragmático. Mesmo uma marca morfológica que indica um sintagma definido não será suficiente para classificá-lo como tal, tendo em vista que seu estatuto está sujeito a mudança a depender do contexto linguístico-pragmático em que ele está inserido (cf. KRÁMSKY, 1972; HARRIS, 1979; LYONS, 1999, ABBOTT, 2006, entre outros). Há várias hipóteses acerca do conceito de definitude que recorrem a outras noções para explicar essa categoria: familiaridade, identificabilidade, singularidade (*uniqueness*) e inclusão (*inclusiveness*) são algumas delas.

Como o próprio nome já diz, a familiaridade indica que o NP é familiar para os interlocutores, seja situacionalmente, anaforicamente, associativamente ou por meio de conhecimento geral. Os exemplos de Lyons (1999, p. 3) abaixo ilustram essas noções:

Exemplo 8.17

Put these clean towels in **the bathroom** please.

(No momento de fala, os interlocutores compartilham um mesmo espaço, portanto o NP é familiar para os dois)

Exemplo 8.18

An elegant, dark-haired woman, a well-dressed man with dark glasses, and two children entered the compartment. I immediately recognized **the woman**. **The children** also looked vaguely familiar.

(Através do processo anafórico, os referentes se tornam familiares porque já foram introduzidos no discurso)

Exemplo 8.19

I had to get a taxi from the station. On the way **the driver** told me there was a bus strike.

(Táxis são conduzidos por motoristas, portanto o referente se torna familiar por associação entre os elementos de uma cena)

Exemplo 8.20

The moon was very bright last night.

(A lua é um referente de conhecimento geral geralmente associada ao satélite natural do nosso próprio planeta)

A identificabilidade, grosso modo, se relaciona à possibilidade de recuperação do referente pelo interlocutor, por meio do uso de um artigo definido. O ouvinte, nesse caso, está apto a associar o referente a uma entidade do mundo que ele pode ver, ouvir ou pelo menos inferir sua existência. Nas palavras de Lyons, “(...) enquanto na abordagem da familiaridade *the* indica ao ouvinte que ele sabe qual, na abordagem da identificabilidade ele indica que o ouvinte sabe ou consegue descobrir qual” (LYONS, 1999, p. 6)¹¹⁰. O autor apresenta uma situação em que Ann está tentando pendurar um quadro na parede e, sem olhar para trás, diz para Joe (LYONS, 1999, p. 6):

Exemplo 8.21

Pass me **the hammer**, will you?

O autor diz que Joe olha ao redor e vê um martelo numa cadeira. Isso indica que embora, o referente não seja familiar, ele é passível de identificação não só pela presença do artigo, mas também pelo verbo *pass*, que já pressupõe uma ação que está ao alcance de o interlocutor realizar.

A singularidade (*uniqueness*), por sua vez, diz respeito ao fato de o artigo definido sinalizar que, num determinado contexto, há apenas uma entidade que preenche a descrição que está sendo usada. Dessa forma, a singularidade nem sempre é absoluta, ela está sujeita a um dado contexto. O exemplo de Lyons (1999, p. 7) ilustra essa noção:

Exemplo 8.22

I've just been to a wedding. **The bride** wore blue.

¹¹⁰ Tradução nossa do original: “(...) while on the familiarity account *the* tells the hearer that he knows which, on the identifiability account it tells him that he knows or can work out which”.

Na situação descrita, o falante informa que esteve presente num casamento e que a noiva vestia azul. Só há uma noiva num casamento, logo o NP é definido por indicar um referente singular naquela dada situação.

A noção de inclusão (*inclusiveness*) diz respeito à possibilidade de a referência indicar a totalidade de objetos num contexto que satisfaça a descrição (HAWKINS, 1978). O NP é entendido, então, como um conjunto, e não como um indivíduo. Considere abaixo o exemplo de Lyons (1999, p. 10):

Exemplo 8.23

[Nurse about to enter operating theatre]
I wonder who **the anaesthetists** are.

A referência do NP no exemplo acima indica os anestesistas como um conjunto, portanto todos aqueles que podem participar da operação.

Com a exposição dessas quatro noções, já foi possível mostrar a dificuldade de se identificar um NP definido. Alguns estudos probabilísticos preferem amalgamar as categorias de definido/dado e indefinido/novo, assumindo que se o falante é capaz de identificar o referente, por meio de um NP definido, logo tal referente é compartilhado, portanto constituiria informação dada (cf. VOGELS; VAN BERGEN, 2017, por exemplo). Caso um NP seja indefinido, considera-se que ele não é acessível, constituindo, dessa forma, informação nova no discurso. Para individualizar se o NP é definido ou indefinido, esses estudos geralmente consideram o fator lexical (presença ou ausência de artigo), e relacionam o estatuto do referente a uma escala de definitude: pronome pessoal > nome próprio > NP definido > NP indefinido específico > NP não-específico (cf. AISSIN, 2003; CROFT, 1988; GIVÓN, 1976; GUNDEL et al. 1993). Os elementos mais à esquerda marcariam informação tópica – com referentes altamente acessíveis – num *continuum* que se desenvolveria até os dois últimos elementos, que indicariam informação não-tópica – com referentes inacessíveis. Ressalta-se que essa é uma escolha teórica que carrega suas particularidades. Procurou-se, neste trabalho, separar as noções de definitude e de estatuto do referente não só pelo fato de que foi utilizado outro critério para analisar a segunda noção, mas também pela própria complexidade que cada categoria exhibe. Não se sabe até que ponto o emparelhamento das duas resulta em considerações fidedignas com os dados de fala espontânea em diferentes situações interativas. Considere o trecho abaixo:

Exemplo 8.24 – bfammn06

*JOR: [55] se o brasileiro nũ lê os manuais /=TOP= hhh no mercado de reposição /=TOP= &auto [/1]=SCA= de autopeça /=APT= eles acham que abrir **uma empresa** é comprar um produto por um real /=CMB= na base cem /=PAR= e vender por dois /=CMM= acha que tá ganhando o &do [/2]=SCA= o dobro //CMM=

*JOR: [56] na verdade nũ é assim que isso funciona //COM=

*JOR: [57] **uma empresa** /=TOP= tem a sua despesa administrativa tributária fiscal /=CMB= é lucro bruto pa poder projetar o lucro líquido //COM=

É possível observar através desse exemplo que o NP no enunciado 57 é indefinido mesmo possuindo claramente um estatuto de referente dado. O mesmo participante já havia introduzido o NP *uma empresa* no discurso, conforme pode ser constatado por meio da inspeção do enunciado 55. Deste modo, equiparar a categoria de definitude com o estatuto do referente nem sempre é uma estratégia confiável, embora seja mais prática do ponto de vista da pesquisa que dispõe de um alto número de dados. De qualquer maneira, a análise da definitude é inerentemente mais interpretativa. Assim, o contexto pragmático-discursivo deve ser levado em consideração. NPs que exibiam as noções de singularidade, identificabilidade, familiaridade ou inclusão nos referidos contextos foram considerados definidos, já os NPs genéricos ou não-específicos foram considerados indefinidos. O NP do exemplo acima apresenta a noção de não-especificidade, isto é, o falante não se refere a uma empresa específica.

No exemplo abaixo, duas amigas estão fazendo compras no supermercado. Num dado momento, REN pergunta para FLA se elas precisavam comprar desinfetante. O NP apresenta uma leitura genérica, portanto foi incluído na categoria dos indefinidos.

Exemplo 8.25 – bfamd101

*REN: [145] **desinfetante** /=TOP= a gente precisa //COM=

*FLA: [146] precisa //COM=

*FLA: [147] desinfetante /=TOP= não //COM=

*FLA: [148] &he /=TMT= aquele negócio de pôr na água //COM=

*REN: [149] então /=CMM= desinfetante //CMM=

A literatura aponta que há uma tendência para que NPs sujeitos sejam definidos (KEENAN, 1976). Em algumas línguas, tais como o samoano, é mesmo uma condição necessária que todos NPs em posição de sujeito sejam definidos (HYMAN, 1984). Espera-se, portanto, que NPs SRS tenham maior probabilidade de ser indefinidos.

8.2.3.3. Animacidade

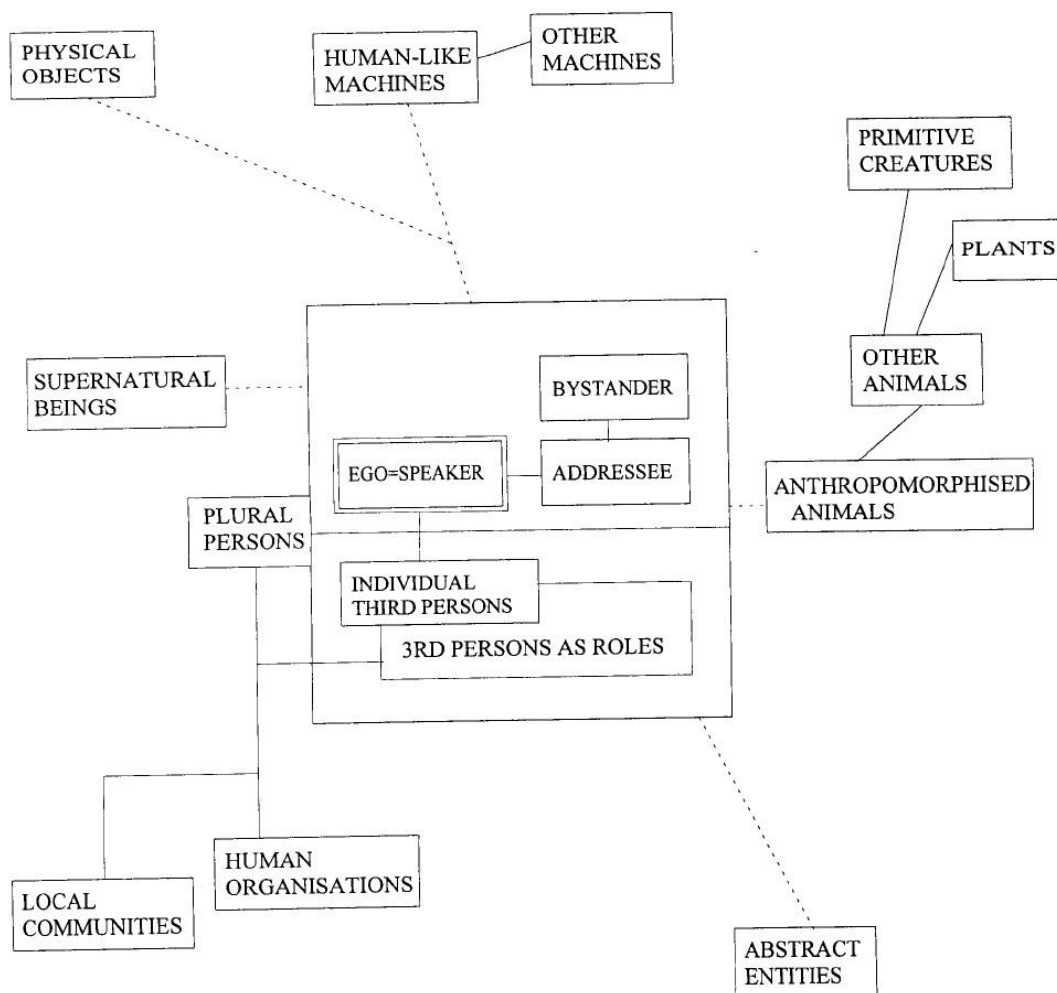
A animacidade é uma propriedade inerente dos nomes e abarcaria uma escala hierárquica que se desenvolve em humano > animal > inanimado (COMRIE, 1989). Em algumas línguas, essa categoria se relaciona com outras, como número e caso, por exemplo (cf. CORBETT, 2000; MALCHUKOV, 2008). Vale mencionar que essa escala pode sofrer alguma variação de acordo com a língua em análise. Segundo Hall (1990), na língua kashaya, o clítico *-yac* indicaria uma subcategoria denominada pela autora como sobreanimado. Quando esse clítico se afixa a pronomes, o referente é entendido como mais velho, mais sábio e, portanto, mais animado, digno de mais respeito do que homens e mulheres comuns. Quando esse clítico é afixado a um antropônimo ou a um termo de parentesco, ele indica que o referente já está falecido e, portanto, além do nível da animação. Quando *-yac* se afixa a um sujeito humano, “ele o move para um nível sobrehumano no qual os participantes, quer vivos ou mortos, são percebidos como tendo aumentado a compreensão mundana e espiritual” (HALL, 1990, p. 119)¹¹¹. A escala que a autora elabora para o kashaya é a seguinte: sobreanimado > humano > animal > inanimado. A forma como uma língua conceptualiza um referente incidiria, então, sobre o nível de animação que ele induz culturalmente. Isso é evidenciado com clareza no kashaya. Além disso, Zaenen et al. (2004) chegaram a distinguir onze categorias dentro do espectro da animacidade. Isso demonstra a dificuldade de uma codificação universal para esse conceito.

Yamamoto (1999) apresenta uma escala gradiente da animacidade, com o centro ocupado pelos seres humanos, entendidos dessa maneira como protótipos, já que seríamos seres egocêntricos. Além disso, há uma gradiência em relação à própria categoria de humanos, sendo que o falante se coloca como mais empático/animado do que o ouvinte ou terceiros numa escala de empatia que se desenvolve em falante > ouvinte > humano > animal > objeto físico (LANGACKER, 1991; SILVERSTEIN, 1976). Isso se deve ao fato de que a interação se dá entre os interlocutores que estão presentes fisicamente numa dada situação. Logo, a referência direta, formalizada com o uso de pronomes de primeira e segunda pessoa, está relacionada aos objetivos comuns entre falante e ouvinte,

¹¹¹ Tradução nossa do original: “it moves the subject to a level above human in which participants, whether alive or dead, are perceived as having increased worldly and spiritual understanding”.

codificando assim a percepção de intencionalidade e sensibilidade – traços que pressupõem alto nível de animacidade.

Figura 14 – Animacidade: Gradiência radial com subcategorização humana



Fonte: Yamamoto (1999)

O impacto que a animacidade exerce em fenômenos gramaticais é bastante amplo (cf. YAMAMOTO, 1999), o que faz com que essa variável seja muito explorada em estudos probabilísticos (VOGELS; VAN BERGEN, 2017; SZMRECSANYI et al. 2017; HUNDT et al. no prelo, entre outros). Tais estudos relatam que NPs sujeitos têm maior chance de ser animados. Logo, espera-se que NPs SRS em TOP tenham maior probabilidade de ser inanimados. Abaixo seguem dois exemplos da classificação estabelecida nas subcategorias animado e inanimado:

Exemplo 8.26 – epubcv02: referente animado

*RMA: [166] porque **Dolores** /=TOP= nos explicó también en el Consejo que /=SCA= es que a estas sustancias no vale con ponerles límites //COM=

Exemplo 8.27 – efammn07b: referente inanimado

*ALV: [12] el [/1] las [/1] **los estudios de Derecho** /=TOP= los comencé /=SCA= en el mes de octubre de mil novecientos setenta y siete /=COB= en un momento en el que estaba &l [/1] terminándose la transición española /=COB= y ya empezaba <la vida> democrática en el país //COM=

Evidentemente, assim como é preciso afunilar as subcategorias de estatuto do referente e de definitude, também é necessário fazer o mesmo com a animacidade. Não foram consideradas outras subcategorias além de animado ou inanimado. Portanto, tanto animais quanto humanos ocuparam a categoria de animado. Não se distinguiu um nível de animacidade em termos de gradiência, então pronomes de primeira e de segunda pessoa foram alocados dentro da mesma categoria de animado. Entidades ou conceitos abstratos (*las matemáticas, ese viaje, aquel envite*) e entidades sem vida (*el chalecito, el baño, la nevera* etc.) foram classificados como inanimados.

8.2.4. O método estatístico

O método estatístico utilizado para analisar os dados foi o modelo logístico misto com efeitos aleatórios cruzados. A regressão logística é caracterizada por ser uma técnica que permite estimar valores levando em conta uma variável categórica binária, por meio de uma série de variáveis independentes, sejam binárias ou contínuas, a partir de um conjunto de observações. Essa técnica permite

prever uma variável dependente categórica com base em variáveis independentes contínuas e/ou categóricas; determinar o efeito de variáveis independentes numa variável dependente; classificar a importância relativa de variáveis independentes; avaliar os efeitos de interação; e entender o impacto de variáveis explicativas controle (GARSON, 2014, p. 12)¹¹².

Um modelo misto de regressão logística apresenta efeitos fixos e aleatórios. Segundo Pinheiro e Bates (2000), os efeitos fixos são parâmetros associados com uma

¹¹² Tradução nossa do original: “to predict a categorical dependent variable on the basis of continuous and/or categorical independent variables; to determine the effect size of the independent variables on the dependent variable; to rank the relative importance of independent variables; to assess interaction effects; and to understand the impact of covariate control variables”.

população inteira ou com certos níveis de fatores experimentais e os efeitos aleatórios são unidades individuais experimentais tomadas aleatoriamente de uma população. De acordo com os autores, os modelos mistos são usados para descrever relações entre uma variável resposta e algumas variáveis explicativas em dados que estão agrupados em um ou mais fatores de classificação. Constituem dados agrupados os dados longitudinais, dados que apresentam medidas repetidas, dados multinível etc. Esse tipo de modelo é indicado para este estudo porque permite avaliar a propensão e a significância dos efeitos na escolha de um ou outro fator da variável dependente NP, bem como permite considerar, por meio da inserção dos efeitos aleatórios, a variação idiossincrática presente no conjunto de dados, tais como o falante que realiza mais de um enunciado que compõe parte do conjunto de dados, assim como os textos que comportam cada um mais de um dado. O modelo foi aplicado utilizando-se o *software* R (R CORE TEAM, 2018), fazendo uso adicionalmente do pacote lme4 (BATES et al. 2015).

Na próxima seção, os resultados serão apresentados e analisados tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo.

8.3. Resultados e análise dos dados

Nesta seção, os resultados da pesquisa realizada com três línguas diferentes serão apresentados. Discutir-se-ão alguns aspectos descritivos antes de prosseguir para a análise de regressão.

8.3.1. Estatística descritiva

Os resultados mostrados nesta subseção dizem respeito apenas a fatores descritivos. Qualquer tendência mostrada deve ser verificada com uma ampliação de dados, uma vez que foi analisada apenas uma amostra dos *corpora* selecionados, bem como merece ser validada com a aplicação de testes estatísticos. Os parâmetros mostrados se referem à realização do NP em TOP, isto é, com função de sujeito ou sem relação sintática com o conteúdo posterior, ao estatuto do referente, à definitude e à animacidade.

8.3.1.1. NP sujeito vs. NP sem relação sintática

Primeiramente, é importante notar que o número de NP sujeito é sempre maior do que o de NP sem relação sintática (doravante, SRS)¹¹³. Apesar de que o PB apresenta certo equilíbrio no que concerne a essa distribuição. Considerando apenas o nosso universo de dados, tal resultado refletiria o que a literatura diz a respeito dessa língua, ou seja, o PB seria tanto uma língua de Tópico quanto de sujeito (PONTES, 1987; ORSINI; VASCO, 2007)¹¹⁴. O número de sujeito nas três línguas abarca 64% dos dados. Isso indica algo grave em relação à proposta da L-AcT. Caso se levasse em consideração a ideia de que a fronteira prosódica que marca a unidade de TOP indica necessariamente uma fronteira sintática que destitui o potencial de dependência, mais da metade dos dados do grupo de NPs seriam analisados de forma incorreta. Portanto, é possível notar que a inviabilidade da proposta de Cresti (2014) também emerge em termos quantitativos, causando grande perda de poder exploratório. Se tal proposta for estendida para outros elementos e suas demais relações sintáticas, o valor do conjunto de dados analisados incorretamente aumentará. Dessa forma, isso constitui mais uma justificativa para a inviabilidade empírica da abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala.

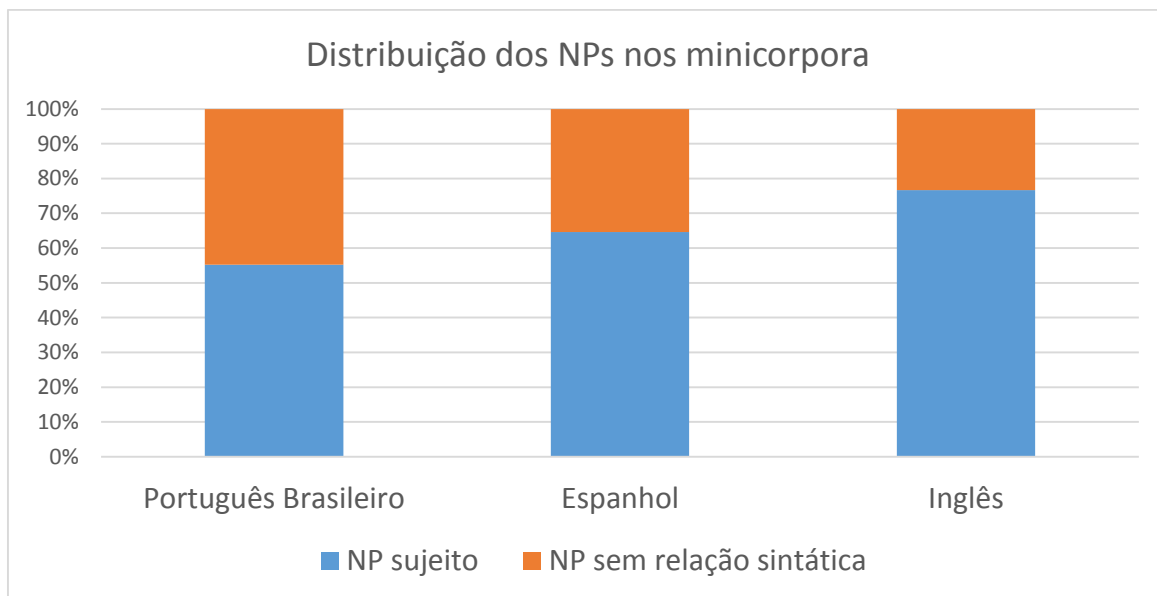
Tabela 11 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas

	NP sujeito	NP SRS	Total
Português Bras.	84	68	152
%	(55)	(45)	
Espanhol	166	91	257
%	(65)	(35)	
Inglês	82	25	107
%	(77)	(23)	
Total	332	184	516
%	(64)	(36)	

Gráfico 1 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas

¹¹³ O termo *ilha* não será utilizado para se referir a NPs que não estabelecem relação sintática com o restante no enunciado devido ao fato já mencionado de que tal termo possui um emprego bastante específico e faz parte do arcabouço terminológico de uma teoria que não mantém afinidade com a pesquisa baseada em *corpus*. NP sem relação sintática é um termo genérico utilizado para fins de exposição, não constituindo dessa maneira um termo técnico.

¹¹⁴ Não se distinguem aqui as categorias de anacoluto, topicalização ou deslocamento à esquerda ao reportarmos esses dados.



Fonte: Elaboração do autor

Tomando o PB como referência, a proporção de NP sujeito aumenta no espanhol e atinge um pico no inglês, que apresenta um valor altíssimo de NP sujeito, chegando a cobrir 77% dos dados. Com a ressalva mais uma vez de que estamos considerando somente o nosso universo de dados apresentados de forma apenas descritiva, esse resultado refletiria de forma empírica a assunção de que o inglês é uma língua de sujeito (*subject-prominent language*), conforme aponta a literatura (LI; THOMPSON, 1976). Essa também é a principal razão pela qual não será feita a análise de regressão para essa língua. Como o inglês é uma língua com forte predominância de NP sujeito, não seriam alcançados resultados significativos para esse tipo de análise. Caso essa tendência reflita de fato como os NPs se distribuem, nem mesmo uma amostra maior seria capaz de contornar esse problema. Dessa forma, a análise de regressão só será aplicada ao PB e ao espanhol.

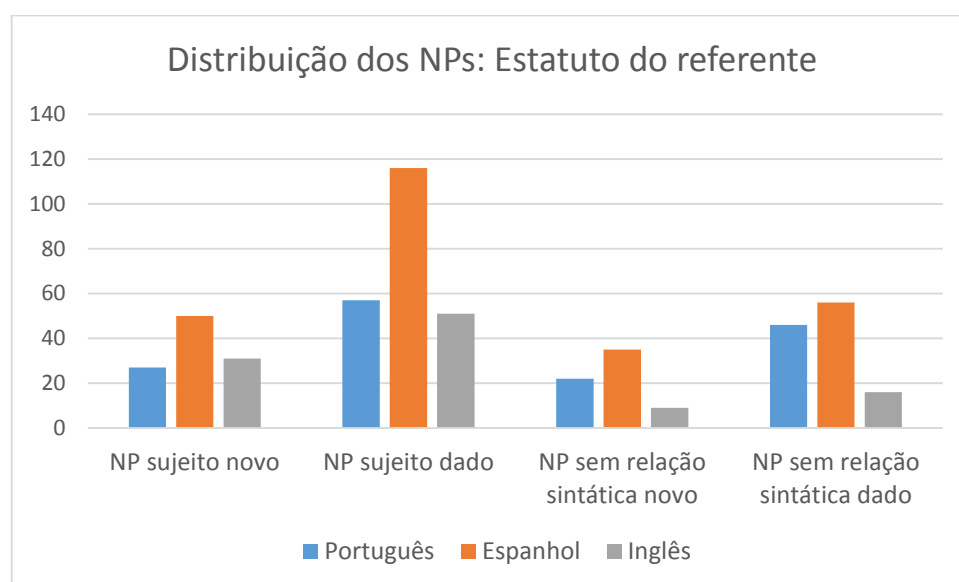
8.3.1.2. Estatuto do referente

Sobre o parâmetro estatuto do referente, é possível observar que nas três línguas o NP sujeito ocorre mais vezes como referente dado no discurso. No PB, 38% de NPs sujeito são dados, ao passo que 18% são novos. No espanhol, 45% desses NPs são dados, 19% são novos. No inglês, 48% são dados e 29% são novos. A tendência contrária ocorre com os NPs SRS, isto é, houve um predomínio de NPs SRS novos. Isso se refletiu mesmo nos poucos dados dessa categoria no inglês.

Tabela 12 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Estatuto do referente

	NP sujeito novo	NP sujeito dado	NP novo	SRS	NP dado	SRS	Total
Português Brasileiro	27	57	22		46		152
%	(18)	(38)	(14)		(30)		
Espanhol	50	116	35		56		257
%	(19)	(45)	(14)		(22)		
Inglês	31	51	9		16		107
%	(29)	(48)	(8)		(15)		
Total	108	224	66		118		516
%	(21)	(43)	(13)		(23)		

Gráfico 2 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Estatuto do referente



Fonte: Elaboração do autor

Tais resultados mostrariam que, a princípio, o nosso universo de dados converge com o que foi postulado para a categoria de NPs sujeito em relação ao estatuto do referente, ou seja, eles tendem a ser elementos dados no discurso (GIVÓN, 1979).

8.3.1.3. Definitude

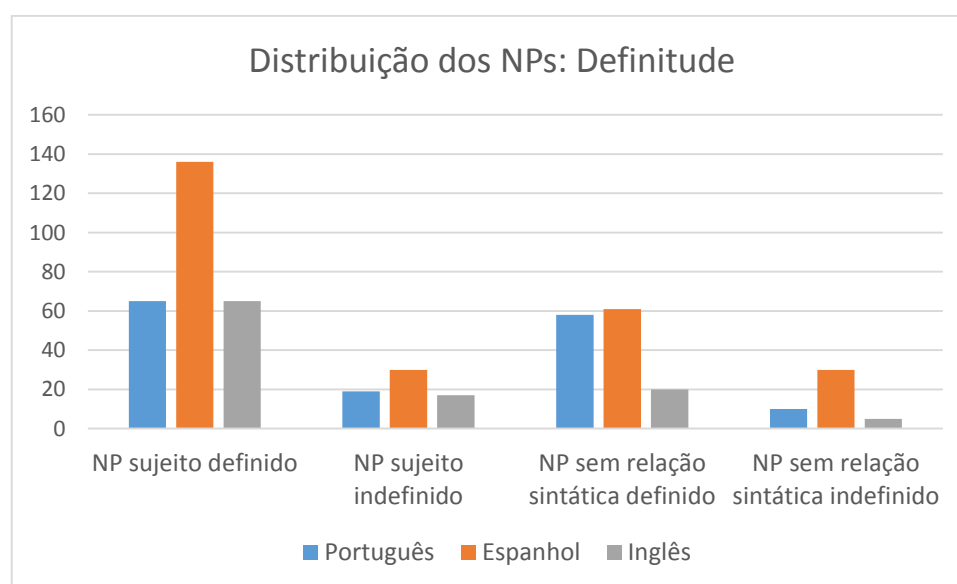
Em relação ao parâmetro da definitude, é possível notar que tanto no conjunto de NP sujeito quanto no de NP SRS a presença de referentes definidos é maior nas três línguas, sendo que isso se acentua mais nos NPs com função de sujeito. No PB, 43%

desses NPs são definidos, ao passo que apenas 13% são indefinidos. No espanhol, 53% são definidos e somente 12% são indefinidos. Por fim, no inglês 61% são definidos e 16% são indefinidos.

Tabela 13 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Definitude

	NP sujeito definido	NP sujeito indefinido	NP SRS definido	NP SRS indefinido	Total
Português Brasileiro	65 (43)	19 (13)	58 (37)	10 (7)	152
Espanhol	136 (53)	30 (12)	61 (23)	30 (12)	257
Inglês	65 (61)	17 (16)	20 (19)	5 (4)	107
Total	266 (52)	66 (13)	139 (26)	45 (9)	516

Gráfico 3 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Definitude



Fonte: Elaboração do autor

Acreditamos que esses resultados reflitam uma tendência geral na língua de se usar mais NPs definidos do que indefinidos. Provavelmente, o uso de indefinidos estaria mais relacionado às situações monológicas, em que existe a construção de uma narrativa longa que permite maior articulação textual (cf. MITTMANN, 2013). Isso poderia contribuir para a exploração de mais recursos linguísticos, bem como da ampliação de entidades introduzidas no discurso. Nas conversações e nos diálogos, em que a

dinamicidade das situações provoca menor articulação textual (cf. MITTMANN, 2013), haveria, provavelmente, também um menor número de entidades no discurso e a maior parte delas já estariam ao alcance dos interlocutores no ambiente espacial em que se encontram. Não obstante, todas as considerações feitas acima mereceriam uma investigação mais aprofundada com um corpo maior de dados, verificando também os NPs em outras realizações sintáticas para eventual atestação.

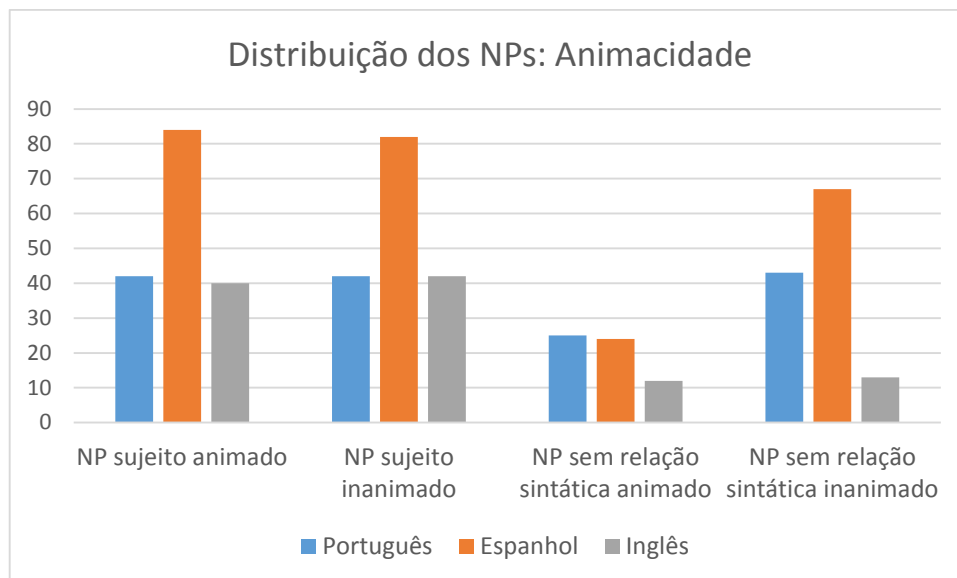
8.3.1.4. Animacidade

Em relação ao parâmetro da animacidade, é curioso notar que a distribuição do NP sujeito animado em comparação com o NP sujeito inanimado foi muito próxima nas três línguas. Tal distribuição é bastante equilibrada: no PB 28% de NPs sujeito são animados e outros 28% são inanimados. No espanhol, 33% são animados e 32% são inanimados. Por fim, no inglês 37% são animados e 39% são inanimados. Para os NPs SRS, essa distribuição equilibrada não ocorre. Tanto no PB quanto no espanhol há maior predominância de NPs SRS inanimados. No inglês, os NPs SRS apresentam uma distribuição idêntica entre animados (12%) e inanimados (12%). Contudo, ressalta-se mais uma vez que foi escassa a ocorrência de NPs SRS nessa língua, o que pode ter contribuído para essa distribuição.

Tabela 14 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Animacidade

	NP sujeito animado	NP sujeito inanimado	NP SRS animado	NP SRS inanimado	Total
Português Brasileiro	42	42	25	43	152
%	(28)	(28)	(16)	(28)	
Espanhol	84	82	24	67	257
%	(33)	(32)	(9)	(26)	
Inglês	40	42	12	13	107
%	(37)	(39)	(12)	(12)	
Total	166	166	61	123	516
%	(32)	(32)	(12)	(24)	

Gráfico 4 – Distribuição de NPs em TOP em três línguas: Animacidade



Fonte: Elaboração do autor

Os pronomes pessoais, os antropônimos, bem como as demais entidades animadas foram agrupadas sob uma única categoria neste trabalho. Não obstante, é interessante observar que o nosso limitado universo de dados não parece mostrar que somos tão egocêntricos na perspectiva de utilizar mais referentes animados do que inanimados na posição de sujeito de NPs realizados em TOP. Nesse sentido, dentro de um escopo mais amplo de explicação, poder-se-ia dizer que a dinamicidade das situações comunicativas, em sua efetiva manifestação, exigiria num mesmo grau tanto uma ancoragem dos indivíduos humanos, refletido no uso de expressões linguísticas referentes a esse grupo, quanto a ancoragem das demais entidades do mundo, refletidas nas expressões linguísticas referentes a objetos inanimados.

8.3.2. Modelo misto de regressão logística

Como mencionado na seção anterior, a análise de regressão não foi conduzida para os dados do inglês, uma vez que essa língua apresentou 77% de NPs sujeito, número incompatível para a análise proposta nesta seção. Inicialmente, foram rodados um modelo para o espanhol e outro para o português, levando em consideração os mesmos efeitos. Como efeitos fixos foram elencados o estatuto do referente, a animacidade e a definitude. Como havia mais de um dado dentro de um mesmo texto, bem como poderia haver mais de um dado proferido por um mesmo falante, os efeitos aleatórios selecionados foram o texto e o participante. Contudo, quando os modelos foram rodados, o efeito texto não

mostrou nenhum nível de explicação (variância 0), portanto foi excluído. Dessa forma, o único efeito aleatório considerado nos modelos finais foi o falante.

Abaixo segue uma tabela mostrando os resultados obtidos com a aplicação do modelo misto para os dados do espanhol. É importante notar que é mostrado apenas um valor para cada efeito fixo. Isso ocorre porque um fator de cada efeito é comparado com os fatores que estão no nível de referência. No nosso caso, o nível de referência é NP SRS, referente dado, animado e definido. Os fatores NP sujeito, referente novo, inanimado e indefinido serão comparados, dessa forma, com seu respectivo fator do nível de referência. No *software* R, o nível de referência é escolhido com base na ordem alfabética dos fatores de cada efeito. Para fins didáticos, existe a possibilidade de alteração de fatores do nível de referência, contudo estatisticamente, isso não altera os resultados. Os valores da coluna “Estimativa” indicam os coeficientes relacionados à chance de cada efeito ocorrer comparando-o ao nível de referência. Esses valores são transformados em escala logarítmica (conhecidos pelos termos *log odds* ou *logits*). Eles são centralizados em 0, porque o logaritmo natural de 1 (isto é, quando a chance de ocorrência dos dois fatores da variável dependente – NP sujeito e NP SRS – é igual) é 0. Os valores podem variar, portanto, de $-\infty$ para $+\infty$. Quando o coeficiente é negativo, aumentará a chance de o fator do nível de referência ocorrer – nesse caso seria o fator NP SRS. Por outro lado, quando o coeficiente é positivo, aumentará a chance de o segundo fator ocorrer, no caso, NP sujeito. Contudo, esse coeficiente só será considerado caso seja estatisticamente significativo. Isso pode ser verificado por meio dos valores da última coluna. Caso o valor seja menor que 0,05 a hipótese nula é rejeitada e o coeficiente pode ser interpretado. A tabela abaixo mostra os resultados obtidos com a aplicação do modelo.

Tabela 15 – Modelo misto: espanhol

Efeitos fixos				
	Estimativa	Erro padrão	z value	Pr (> z)
Intercepto	1,6656	0,3705	4,495	6,95e-06 ***
Referente novo	-0,2914	0,3448	-0,845	0,39800
NP inanimado	-1,1817	0,3655	-3,233	0,00122 **
NP indefinido	-0,8220	0,3792	-2,168	0,03016 *
Efeito aleatório				
Variável	Variância	Desvio-padrão		
Falante (intercepto)	1,396	1,181		
AIC	BIC	logLik	desvio	df.resid
302,6	320,4	-146,3	292,6	252

Fonte: Elaboração do autor

O modelo mostra que quando o NP é inanimado, há mais chances de que ele seja um NP SRS, o que está de acordo com a hipótese arrolada na seção 8.2.3.3. Além disso, o modelo também indica que há mais chances de que o NP seja um NP SRS caso apresente a propriedade de indefinido. Tal resultado também está de acordo com a hipótese lançada na seção 8.2.3.2. Em relação ao estatuto do referente, não se pode explorá-lo, já que não houve um resultado estatisticamente significativo para esse efeito (0,39). Caso esse resultado fosse significativo e mantivesse um valor próximo do que foi alcançado com esse modelo, a interpretação seria de que há mais chances de um NP ser SRS caso constitua informação nova no discurso.

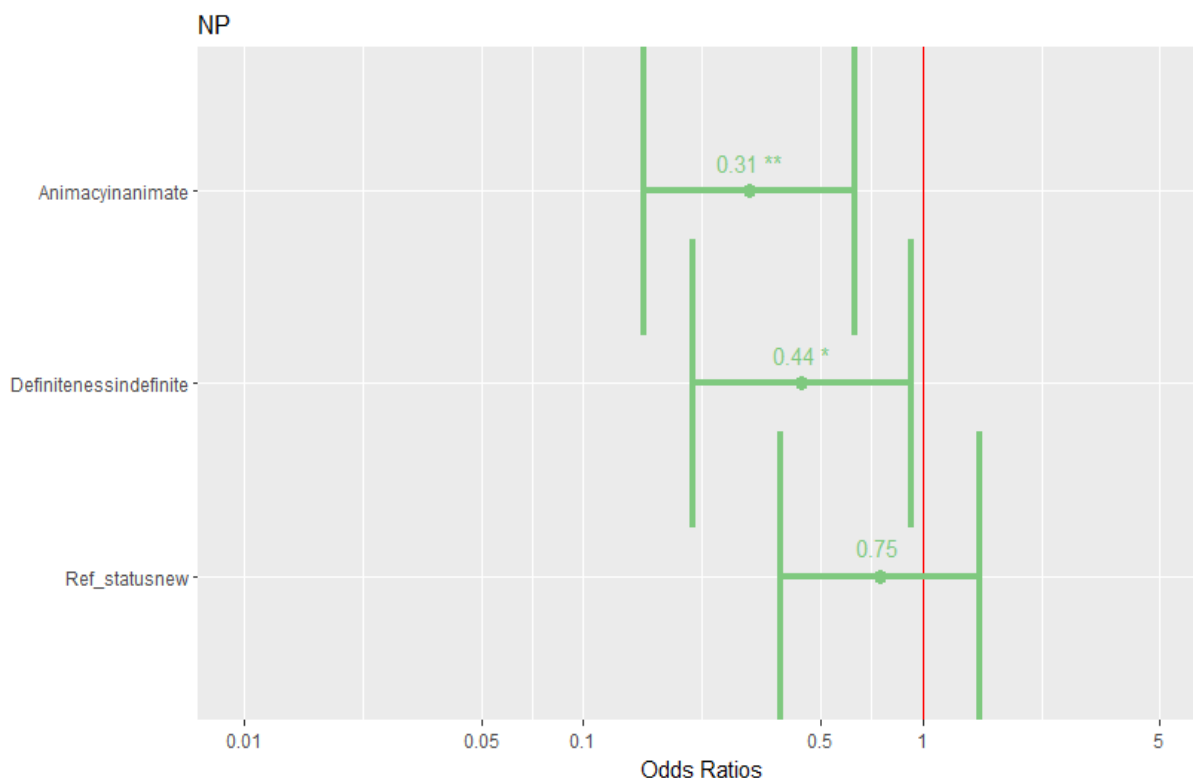
O primeiro valor reportado, isto é, o intercepto deve ser interpretado do seguinte modo: o coeficiente do intercepto indica maior chance de ocorrência de um ou outro fator da variável dependente quando todos os efeitos fixos estão no nível de referência. Em outras palavras, o coeficiente do intercepto indicará se há maior chance de haver um NP sujeito ou um NP SRS quando tal NP for animado, definido e constituir informação dada no discurso. Portanto, observando o valor do intercepto, pode-se notar que há mais chances de ocorrência de um sujeito quando o NP é animado, definido e constitui informação dada no discurso. Mais precisamente, quando o NP apresenta essas propriedades, a chance de ocorrência (*simple odds*)¹¹⁵ de um sujeito é de 5,28. As chances simples são a razão da probabilidade de um evento sobre a probabilidade de outro evento ou a frequência de X sobre a frequência de não-X. Se os valores estão entre 0 e 1, a chance de ocorrência de um NP SRS é menor. Caso o valor seja maior do que 1, a chance de ocorrência de um NP sujeito é maior. Portanto, quando o NP está alinhado com os efeitos no nível de referência, a chance de ocorrer um NP sujeito é 5,28 mais do que a de um NP SRS.

O gráfico abaixo mostra os resultados do modelo misto¹¹⁶. Observe que os valores estão abaixo de 1, portanto isso indica que os fatores dos efeitos fixos mostrados à esquerda favorecem a ocorrência de um NP SRS. A linha vermelha traçada no valor 1 indica que as chances de ocorrer NP sujeito e NP SRS são iguais. Note que nenhum efeito alcançou esse valor e que o valor do efeito de estatuto do referente não é estatisticamente significativo.

¹¹⁵ Para obter o valor de chance simples basta exponenciar o valor do *logit*.

¹¹⁶ Este gráfico foi elaborado com o uso do pacote sjPlot (LÜDECKE, 2018).

Gráfico 5 – Modelo para o espanhol: Efeitos fixos em razão de chances



Fonte: Elaboração do autor

O modelo misto de regressão logística também foi aplicado aos dados do PB. A tabela abaixo mostra os resultados gerados pela aplicação do modelo no R.

Tabela 16 – Modelo misto: português brasileiro

Efeitos fixos				
	Estimativa	Erro padrão	z value	Pr (> z)
Intercepto	0,5519	0,3461	1,595	0,111
Referente novo	-0,1326	0,3830	-0,346	0,729
NP inanimado	-0,5562	0,3726	-1,493	0,135
NP indefinido	0,4767	0,4794	0,994	0,320
Efeito aleatório				
Variável	Variância	Desvio-padrão		
Falante (intercepto)	0,302	0,5494		
AIC	BIC	logLik	desvio	df.resid
213,3	228,4	-101,7	203,3	147

Fonte: Elaboração do autor

Como é possível observar, nenhum efeito fixo apresentou resultado estatisticamente significativo. Acreditamos que isso se deve ao fato de haver um número menor de dados se comparado ao conjunto de dados do espanhol. Dessa forma, poder-se-iam obter resultados estatisticamente significativos se a amostra aumentasse, tornando-a pelo menos comparável a do espanhol.

8.3.3. Discussão dos resultados

Inicialmente, é preciso dizer que as explicações por detrás do fenômeno analisado serão elaboradas de forma provisória e buscarão considerar as tendências encontradas na análise estatística. Isso significa que casos particulares podem receber uma interpretação distinta. Não obstante, o que interessa nas explicações é aquilo que foi mostrado em termos de chances pela análise de regressão. A análise estatística desenvolvida por meio do modelo misto de regressão logística considera a possibilidade de que um NP seja sujeito ou não caso ele ocorra numa unidade de TOP, isto é, não há uma barreira para a dependência sintática entre o NP que eventualmente seja realizado na unidade de TOP e o conteúdo subsequente do enunciado. A abordagem determinística da L-AcT não permite capturar esse importante fato. Ao adotar essa orientação, ela não só limita o campo exploratório de análise, mas também faz previsões equivocadas. A abordagem probabilística tem a vantagem de ser mais realista com a natureza dos dados ao capturar a gama de possibilidades que um fenômeno pode apresentar, ajustando em termos matemáticos o que isso representa. Com isso, abre-se um vasto campo analítico, incluindo as interfaces com os pressupostos e com as categorias das teorias de base gramatical e com aspectos mais específicos da prosódia.

Langacker (2001a) sustenta que o sujeito é o nominal que participa como o trajetor numa relação perfilada no nível oracional. O TOP, por sua vez, é sempre extrínseco a uma oração, apesar de também constituir um trajetor. Disso depreendem-se dois níveis distintos, isto é, o nível da oração, onde ocorrem no léxico as operações gramaticais, e o nível do discurso, caracterizado por uma organização mais ampla que inclui a estrutura informacional, a cadeia temporal e de processamento, as janelas de atenção etc. O que os dados parecem nos mostrar é que o trajetor do nível oracional pode coocorrer com o trajetor do nível discursivo, como nos exemplos 8.28 e 8.29. Ou seja, os NPs *el chalecito* e *la tía Mari* são os sujeitos das respectivas orações, portanto são os trajetores no nível oracional. Nota-se também que eles são realizados na unidade de TOP – o trajetor no

nível do discurso. Logo, é possível postular que existe uma congruência entre os trajetores nos dois níveis da organização linguística, dois focos primários alinhados numa mesma direção na cadeia temporal.

Exemplo 8.28 – efamcv01e

*CAR: [7] **el chalecito** /=TOP= tenía muchísimo encanto //COM=

Exemplo 8.29 – efamcv04

*PIU: [76] **la tía Mari** /=TOP= no soltaba el pitillo //COM=

O nível oracional está relacionado às operações aplicadas aos itens lexicais. O TOP pertence ao nível do discurso e opera com base na interface entre o componente prosódico e o componente pragmático. Logo, ele não está relacionado diretamente às operações do léxico, uma vez que é sempre extrínseco à oração. Nesse sentido, em contraposição aos exemplos 8.28 e 8.29, observa-se que há vários casos em que a articulação informacional não constitui uma oração canônica, como em 8.30 e 8.31.

Exemplo 8.30 – efamcv04

*PIU: [106] **también Ana** /=TOP= están todos los nietos de <todos> //COM=

Exemplo 8.31 – efamcv04

*CHU: [164] <**la boquilla dorada**> /=TOP= eso era lo más //COM=

Nesses casos, o trajetor do nível oracional está ausente e apenas o trajetor do nível discursivo é estabelecido no enunciado. Qualquer NP em TOP que não apresente relação sintática com o conteúdo subsequente deixará de operar como um trajetor no nível oracional, já que não existe trajetor sem marco ou figura sem fundo. Cresti (2014) propõe que os elementos entre unidades informacionais deixam de realizar suas funções sintáticas e o que emergem são as funções informacionais. Vimos que isso nem sempre ocorre. Contudo, considerando os dados que estão sendo analisados, pode-se dizer que para os casos em que efetivamente não se observa relação sintática entre os elementos, o NP deixa de funcionar como trajetor e, portanto, o que prevalece é o papel de trajetor do TOP com todas as suas possíveis funções discursivo-pragmáticas e informacionais.

E aqui é preciso esclarecer que considerar que um elemento não estabelece relação sintática com outros que se encontram em outra unidade informacional não significa dizer que isso se deve ao papel pragmático-informacional veiculado pela prosódia. As classes, os fenômenos e as categorias que compõem o arcabouço teórico da L-AcT são individualizados prosodicamente. Assim, o ato de fala, a atitude e a estrutura informacional e o enunciado são objetos pragmáticos que têm sua realização delineada pela prosódia. Cresti parece estender o estudo da sintaxe tratando-a também como um objeto delineado e subordinado aos aspectos prosódicos. Há, evidentemente, uma forte relação de interface entre a prosódia e a sintaxe. Contudo, não se pode reduzir a sintaxe a um objeto de excelência prosódica. São dois níveis que interagem, mas que preservam separadamente sua natureza. O nível prosódico-informacional, por conseguinte, não interfere de forma categórica nas operações que ocorrem no nível lexical.

Considerando a proposta acima, as figuras que seguem ilustram os respectivos exemplos:

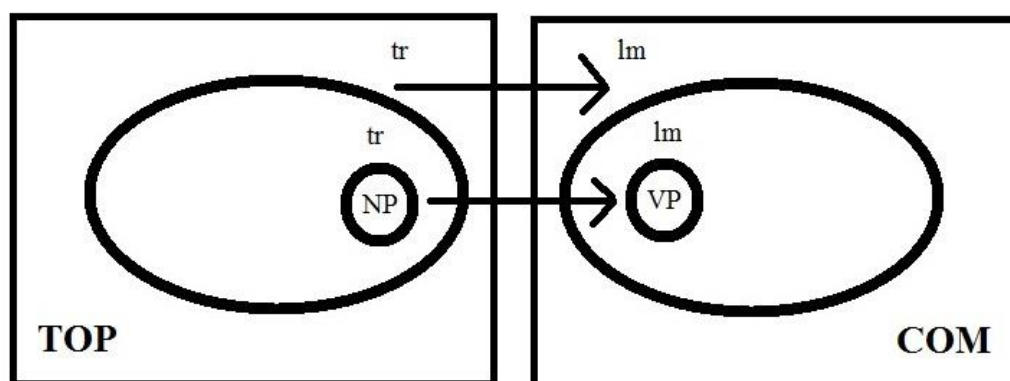
Exemplo 8.32 – emfacv04

*PIU: [187] <la tía Elvira /=TOP= fumó de soltera> //COM=

Exemplo 8.33 – epubdl02b

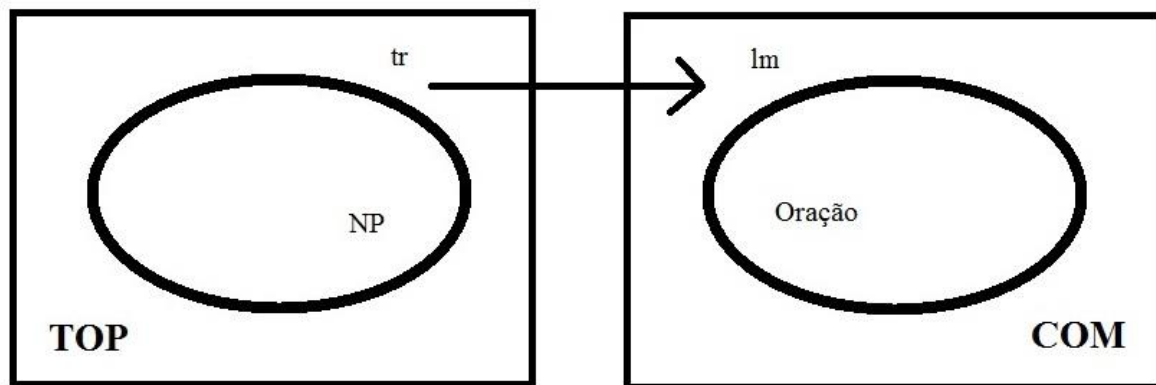
*COC: [102] número /=TOP= yo les doy ahora /=COM= corazón //ALL=

Figura 15 – Alinhamento trajetor e marco nos níveis oracional e discursivo



Fonte: Elaboração do autor

Figura 16 – Alinhamento trajetor e marco o nível discursivo



Fonte: Elaboração do autor

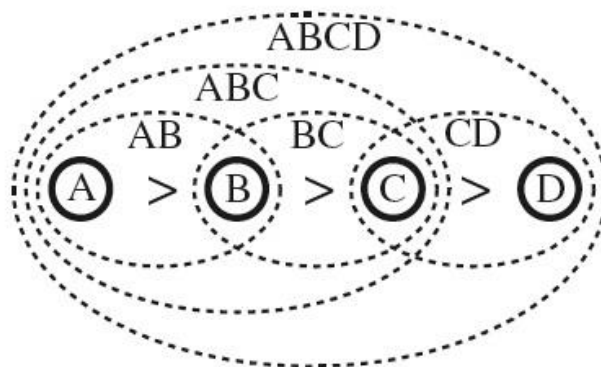
O fenômeno estudado pode ser descrito, de forma mais abrangente, como uma organização de assimetria de *baseline* (B) e *elaboration* (E), em que B é um objeto estabelecido e E é uma função de mapeamento que forma uma estrutura de nível superior BE, conforme estabelecido por Langacker (2016b). B fornece, assim, o âmbito para que uma operação seja levada a cabo por E. Esse tipo de organização é dividido sucessivamente em estratos, sendo que cada substrato constitui a B para o próximo, criando, dessa forma, estruturas mais complexas. Em termos conceituais, haveria a possibilidade de um acesso serial, em que cada elemento é acessado individualmente, mas não de forma isolada. Como a sequência não é acidental, ou seja, ela possui uma base, ativar um elemento facilita a ativação do próximo. Langacker (2016b) ilustra o acesso serial mencionando a recitação do alfabeto, que comporta elementos comparáveis distribuídos numa certa sequência espaçada: A > B > C > D... No momento de recitação, cada letra é focalizada momentaneamente na sua própria janela de atenção (A) > (B) > (C) > (D)... Cada letra subsequente é apreendida em relação à anterior num processo serial. Sobre essa questão, o autor diz que

[e]lementos sucessivos devem, portanto, ser conectados através de relações manifestadas em janelas de processamento maiores. Assumo que o processamento seja executado simultaneamente em diferentes escalas de tempo, em janelas de duração diferente, cada uma delas com um escopo de atenção que permite que elementos co-ocorrentes formem relações (LANGACKER, 2016b, p. 408)¹¹⁷.

¹¹⁷ Tradução nossa do original: "Successive elements must therefore be connected via relationships manifested in larger processing windows. I assume that processing runs concurrently on different time scales, in windows of different duration, each a scope of awareness allowing co-occurring elements to form relationships".

No acesso serial, cada janela de atenção é ativada respectivamente por janelas prosódicas apresentadas de forma sucessiva. Em termos estruturais ou de elaboração estrutural, essa concepção é traduzida em estruturas autônomas (A) e dependentes (D). Uma estrutura dependente necessita de um suporte de uma estrutura autônoma para sua plena manifestação. Nesse sentido, D elabora A a fim de formar uma estrutura de nível superior AD, sendo que o resultado consiste na construção de camadas (*layering*): (((A) D_A) D_A) D_A). Essa elaboração estrutural ocorreria no caso da articulação TOP-COM, já que o TOP é uma unidade dependente do COM, em termos prosódico-informacionais. Do ponto de vista sintático, as estruturas que consistem de elementos dependentes como 8.28 e 8.29 podem ser compreendidas com a representação em camadas. Do ponto de vista conceptual, seu acesso se construiria via ativação serial, como mostra a ilustração abaixo.

Figura 17 – Acesso serial em diferentes janelas de atenção



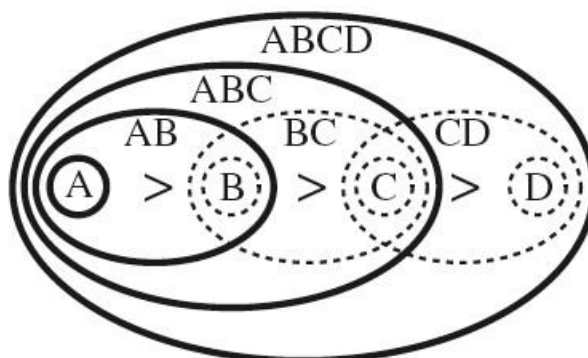
Fonte: Langacker (2016b)

Conceptualmente, o acesso também pode se dar por meio de uma atenção global (*global awareness*) de todos os elementos ativados até então, consistindo de uma série de grupos maiores ocorrendo em janelas também de duração maior. Esse tipo de acesso, denominado cumulativo, representa sucessivamente estruturas emparelhadas: (A) > ((A)B) > (((A)B)C) > ((((A)B)C)D). Os casos em que essas estruturas ocorrem de forma predominante recebe o nome de soma (*summation*). Langacker (2016b) menciona que o discurso tem um aspecto cumulativo. Nas palavras do autor, “a soma de conteúdo conceptual resulta numa apreensão mais e mais elaborada da situação sob discussão” (LANGACKER, 2016b, p. 410). É preciso dizer que o acesso serial pode resultar num crescimento incremental via soma, portanto há não só uma gradação, mas também um

continuum conceptual de acesso. O autor apresenta como exemplo estruturas possessivas que são apreendidas cumulativamente via apresentação serial: *Joe > Joe's wife > Joe's wife's mother > Joe's wife's mother's estate*.

Nesse sentido, a articulação TOP-COM tem seu acesso serial no nível discursivo, que pode resultar numa estruturação em camadas, como também pode ter um acesso serial que será incrementado via soma. A soma seria o tipo de elaboração estrutural que ocorreria nos casos da articulação informacional em que não se observa uma efetiva relação sintática entre os elementos, como nos exemplos 8.30 e 8.31. Nesses casos, não há dependência no nível lexical, os elementos que se encontram em TOP e em COM são autônomos do ponto de vista sintático, portanto seriam apreendidos a partir de um tipo de acesso cumulativo que leva em consideração a soma dos elementos ativados desde o início do enunciado. De outro modo, haveria alguma incompatibilidade se sua elaboração fosse apreendida em termos de camadas que comportam relações de dependência.

Figura 18 – Acesso cumulativo em diferentes janelas de atenção



Fonte: Langacker (2016b)

Langacker (1991) explica o papel do artigo indefinido remetendo-se à teoria dos espaços mentais (FAUCONNIER, 1985). De acordo com o autor, o indefinido ocorre geralmente em contextos opacos, isto é, contextos em que a substituição de uma expressão por outra de referência idêntica altera o valor de verdade da sentença. Para ilustrar, ele apresenta os seguintes exemplos:

Exemplo 8.34

Ollie hopes to marry a blonde.

Exemplo 8.35

Ollie hopes to marry the Princess of Eastern Herzegovina.

Haveria duas leituras em relação ao exemplo 8.34. A primeira seria uma leitura específica, em que Ollie tem em mente alguma loira em particular com que ele deseja se casar – o uso de *certain* forçaria uma leitura desse tipo. A segunda seria uma leitura não-específica, ou seja, a mulher em questão poderia ser qualquer loira. Caso a loira seja a Princesa do Leste da Herzegovina, a verdade de 8.34 não implicaria que Ollie deseja se casar com tal princesa, já que ele pode não saber que a loira é uma princesa e ele pode ainda odiar princesas. De acordo com Langacker (1991), em termos da teoria dos espaços mentais, a estrutura que ocorre em contextos opacos constitui um espaço mental distinto de seu espaço “paterno”. No exemplo 8.34, o espaço paterno ou o espaço principal seria a realidade presente, isto é, o espaço em que Ollie deposita suas esperanças, ao passo que a concepção de se casar com uma loira constitui um espaço separado e subordinado representando a situação que Ollie deseja. Nomeando o espaço principal R, que reside na mente do falante S, e o espaço subordinado R’, que reside na mente de um falante substituto (*surrogate speaker*) S’, Langacker diz que podem-se representar as relações desses espaços como S(R) e S’(R’), sendo que S’(R’) é um componente de R, portanto R inclui indiretamente R’ como subespaço. Na leitura não-específica de 8.32, a loira habita R’, mas não tem nenhuma conexão independente com S’ ou S. Na leitura específica, S’ tem necessariamente um contato mental pré-existente com a loira, portanto S’ tem alguém particular em mente. Já S pode saber quem Ollie tem em mente ou pode não ter conhecimento de quem seja especificamente.

Analisar os dados em termos de espaços mentais requereria uma inspeção de ordem mais qualitativa, observando cada caso em particular. Contudo, ressaltando o que qualquer generalização implica, uma possível explicação para o fato de que haja maior chance de que NPs indefinidos em TOP não apresentem relação sintática com o conteúdo subsequente do enunciado talvez possa residir na tendência de que indefinidos geralmente introduzem um novo elemento num espaço mental distinto (FAUCONNIER, 1985). Esse espaço mental seria abrigado na unidade de TOP justamente para resguardar a função discursiva sem perder a condição interpretativa do enunciado. Seria por isso que uma estrutura sem relação sintática como essa dificilmente ocorreria numa mesma unidade informacional de COM. Para individualizar-se como um espaço mental distinto e para resguardar a interpretabilidade do enunciado, o NP seria realizado numa unidade separada

e que cumpre ainda a função de trajecto discursivo mesmo estando desativado o trajecto do nível oracional. Isso resultaria num acesso diferente daquele em que o NP mantém relação de sujeito com o conteúdo de COM.

Outra possível explicação para que haja maior chance de que NPs indefinidos e inanimados em TOP não estabeleçam relação sintáctica com o conteúdo de COM residiria na tendência de indefinidos e inanimados ocorrerem na posição de objeto (YAMAMOTO, 1999). A animacidade está fortemente correlacionada a servir como uma fonte de energia (LANGACKER, 1991). Como o sujeito prototípico reflete essa tendência, ou seja, o sujeito tende a ser a fonte por meio da qual a energia será aplicada, os NPs inanimados, ao ocuparem a posição inicial na cadeia temporal do enunciado abrigando-se na unidade de TOP, desvincular-se-iam da relação prototípica de objeto e, por isso, preservar-se-iam numa unidade com potencial de barrar as eventuais relações sintáticas que possam estabelecer com o conteúdo subsequente. Não por acaso o intercepto mostrou que há mais chances de que um NP em TOP funcione sujeito caso seja animado, definido e dado.

Ressaltamos que essas são explicações provisórias para um fenómeno bastante complexo do ponto de vista cognitivo, ainda que os resultados estejam em conformidade com o que a literatura aponta como características prototípicas da categoria de sujeito (cf. LANGACKER, 1991).

9. MODELO DE ÁRVORE DE DECISÃO PARA OS DADOS DO ESPANHOL

Afim de aprofundar a análise de alguns aspectos adicionais com os dados do espanhol, procedeu-se a um segundo estudo que complementa o primeiro. Constitui-se de uma análise baseada no método estatístico da árvore de decisão ou *conditional inference tree* (CIT). Os dados do espanhol foram seleccionados porque formam o único conjunto a apresentar resultados estatisticamente significativos no método de regressão logística. O método da CIT permite considerar os dados a partir de outro ângulo, observando possíveis interações entre as variáveis e como tais interações se distribuem hierarquicamente no gráfico gerado pela aplicação do modelo. A seguir os objetivos deste estudo serão apresentados.

9.1. Objetivos

Os objetivos deste segundo estudo são:

- a. A partir da coleta de dados e da análise apresentada no primeiro estudo, aprofundar o estudo do fenômeno elencando outras variáveis, bem como outro método estatístico – a *conditional inference tree* ou árvore de decisão. O intuito é verificar o que mostram as novas variáveis incorporadas.
- b. Analisar o produto final do método aplicado tanto em termos empíricos quanto teóricos.

9.2. Metodologia

Esta seção dedica-se a informações relacionadas aos aspectos metodológicos da pesquisa. A seção 9.2.1 fornece informações sobre as fontes de dados utilizados, especialmente a base de dados ADESSE, a seção 9.2.2 trata das variáveis selecionadas para o estudo e a seção 9.2.3 versa sobre o método estatístico escolhido para a análise.

9.2.1. Fonte de dados

Além do *minicorpus* do espanhol, de onde os dados para o primeiro estudo foram extraídos e reutilizados neste estudo, fez-se uso também da base de dados ADESSE (GARCÍA-MIGUEL; ALBERTUZ, 2005) para verificação da classe a que pertencia cada verbo dos enunciados extraídos do *minicorpus*. Como o *minicorpus* já foi descrito na seção 8.2.1.4, apenas a descrição do projeto ADESSE será apresentada nesta seção.

9.2.1.1. ADESSE

O projeto ADESSE [Alternancias de Diátesis y Esquemas Sintáctico-Semánticos del Español] (GARCÍA-MIGUEL; ALBERTUZ, 2005) é uma base de dados de classificação dos verbos do espanhol contemporâneo segundo características e propriedades sintático-semânticas, utilizando-se sentenças provenientes de textos escritos extraídos do BDS [Base de datos sintácticos del español actual] (ROJO, 2001) – um banco de dados contendo 160.000 sentenças anotadas sintaticamente. O objetivo primordial do

projeto é analisar os dados relacionando funções sintáticas a papéis semânticos de forma a possibilitar a anotação de informações concernentes aos dois níveis analíticos mencionados. O produto dessa análise resulta não só na classificação dos verbos, mas também em importantes informações a respeito das alternâncias de diáteses, das realizações sintáticas do papel semântico dos participantes e das construções sintáticas de um domínio semântico específico.

A unidade básica de análise é o verbo, sendo que a classificação que se desdobra em várias e refinadas subclasses exhibe generalizações acerca das possíveis configurações argumentais do verbo. Dessa forma, tal classificação busca resultar numa análise categorial mais esquemática do que a do projeto FrameNet (FILLMORE et al. 2003), por exemplo (cf. GARCÍA-MIGUEL; ALBERTUZ, 2005). Uma observação importante é que uma das diretrizes do projeto ADESSE assume certa separação entre o sentido do verbo e o significado da construção. Isso indica que os sentidos dos verbos não são capturados simplesmente com base em alternâncias construcionais. Os eventuais sentidos de um mesmo verbo são atribuídos a sua estrutura argumental. Vale ressaltar que os autores dizem que as classes resultantes das análises não são conjuntos empiricamente bem definidos, isto é, é possível que haja casos de sobreposição conceitual ou de fronteiras difusas (GARCÍA-MIGUEL; ALBERTUZ, 2005).

Apresenta-se abaixo as classes em que se agrupam os mais variados verbos, conforme consta no *site* do projeto.

Tabela 17 – Classificação dos verbos do espanhol segundo o projeto ADESSE

Macroclasse	Classe	Subclasse	Subclasse inferior
Mental	Sensación Percepción Cognición Elección	Volición	-
		-	-
		Conocimiento	-
		Creencia	-
		-	-
Relacional	Atribución Posesión	Relación	-
		Propriedad	Medida Apariencia
		Denominación	-
		Cambio de estado	-
		Adquisición	-
		Transferencia	-
		-	-
Material	Espacio	Desplazamiento	-
		Localización	-
		Postura-posición	-
		Orientación	-
		Manera movimiento	-
		-	-

		Unión	-
	Cambio	Creación	-
		Modificación	Cuidado corporal
		Destrucción	-
	Otros hechos	Metereología	-
		Emisión	-
		Contacto	Contacto simple
			Impacto
			Presión
			Fricción
			Contacto afectivo
		Control	-
		Uso	Consumo
		Sustitución	-
		Actividad	-
		Competición	-
	Comportamiento	Fisiología	Ingestión
		Relaciones sociales	-
Verbal	Comunicación	Petición	-
	Valoración	-	-
	Emisión de sonido	-	-
Existencial	Existencia	-	-
	Fase-tiempo	Fase	-
		Tiempo	-
	Vida	-	-
Modulación	Causación	Inducción	-
		Permiso	-
		Obligación	-
	Disposición	-	-
	Aceptación	-	-
	Verbos de apoyo	-	-

Adaptado de: <<http://adesse.uvigo.es/data/clases.php>>

Devido ao perfil de análise, bem como à quantidade de dados que configuram nosso universo de representação do objeto de estudo, optou-se por não se adentrar nas refinadas subclassificações dos verbos do projeto ADESSE. Dessa maneira, foram consideradas apenas as seis macroclasses listadas na tabela 9.1 que, apesar de formarem um grupo bastante heterogêneo dos verbos do espanhol, é suficiente para uma exploração quantitativa condizente com o número de dados de que dispomos.

9.2.2. As variáveis selecionadas

As variáveis elencadas no primeiro estudo foram consideradas novamente. Além disso, foram incluídas outras duas variáveis: a classe do verbo que ocorre no enunciado e o tipo de TOP. As duas últimas constituem variáveis exploratórias e serão descritas nas próximas seções.

9.2.2.1. A classe do verbo

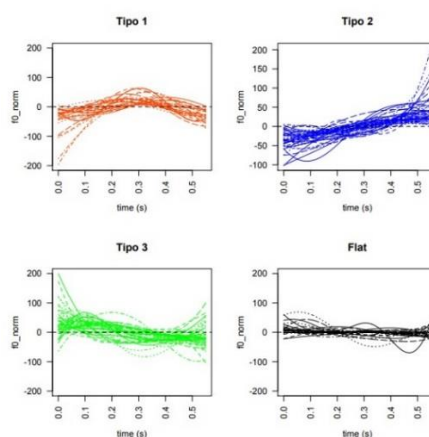
Vários estudos reportam a importância da classe verbal no desenvolvimento de diferentes fenômenos linguísticos. Por exemplo, Orozco (2015) reporta que verbos de fala, de cognição, de percepção e verbos copulativos favorecem o uso de pronomes sujeito realizados no espanhol colombiano, ao passo que verbos de movimento desfavorecem tal uso. O trabalho de Kuznetsova (2015) investiga a influência das flexões verbais masculina e feminina de diferentes classes de verbos no uso de sujeitos masculinos ou femininos no russo. De acordo com a autora, os verbos das várias classes e suas flexões mostrariam pressupostos ou estereótipos culturais relacionados aos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. O estudo mostrou que essas marcas associam o homem a atividades profissionais e a mulher à maternidade e a trabalhos domésticos. Decadt e Daelemans (2004) utilizaram um algoritmo de aprendizagem de máquina para prever a classe semântica – considerando a classificação de Levin (1993) – a que pertence o verbo baseado em informações sintáticas. O algoritmo foi capaz de prever a classe correta do verbo com cerca de 58% de acurácia, o que mostra a interação entre a semântica do verbo e o comportamento sintático.

É preciso mencionar que as macroclasses provenientes do ADESSE consideradas neste estudo foram a *mental*, a *relacional*, a *material*, a *verbal*, a *existencial* e a *modulación*. Para classificar os verbos recorreu-se ao contexto oracional em que eles ocorriam, tendo em vista que um mesmo verbo pode apresentar mais de um sentido a depender do contexto em que se encontra. Como ainda parece não haver um estudo correlacionando a classe verbal com a possibilidade de um NP ser sujeito ou não poder estabelecer relação sintática com o verbo na unidade informacional seguinte, considerou-se essa variável de um ponto de vista exploratório. Portanto, não é traçada nenhuma hipótese de correlação a respeito de tal variável do tipo de que verbos materiais tenderiam a favorecer a ocorrência do NP sujeito em TOP, por exemplo.

9.2.2.2. O tipo do TOP

A unidade informacional de TOP apresenta quatro formas melódicas denominadas tipo 1, tipo 2, tipo 3 e *flat*¹¹⁸ (RASO et al. 2017). Tais formas foram verificadas por meio de análise acústica realizada no *software* Praat e passaram por uma validação estatística envolvendo os métodos de Análise de Dados Funcionais, Análise Funcional de Componentes Principais e Análise de Variância para sua atestação como objetos efetivamente distintos (cf. CAVALCANTE et al. 2019). Prosodicamente, a forma de tipo 1 apresenta movimento de f0 ascendente-descendente na última sílaba tônica e eventuais pós-tônicas das palavras realizadas na unidade, a forma de tipo 2 conta com movimento de f0 ascendente na última sílaba tônica e eventuais pós-tônicas, a forma de tipo 3 exibe um núcleo dividido em dois seminúcleos com uma possível interpolação de sílabas sem valor informacional, sendo que o primeiro núcleo geralmente apresenta valores de f0 altos e o segundo compõe-se de valores baixos, a forma de *flat* é semelhante à forma de tipo 3 por apresentar a possibilidade de realização de um núcleo descontínuo dividido em dois seminúcleos e um movimento global descendente, mas exibe uma variação de f0 bem menor. As figuras abaixo mostram as formas prosódicas dos quatro tipos de TOP. A primeira figura exibe os contornos entoacionais suavizados e alinhados temporalmente por meio do método de Análise de Dados Funcionais, já a segunda figura mostra os modelos das formas prosódicas obtidas por meio da Análise Funcional de Componentes Principais.

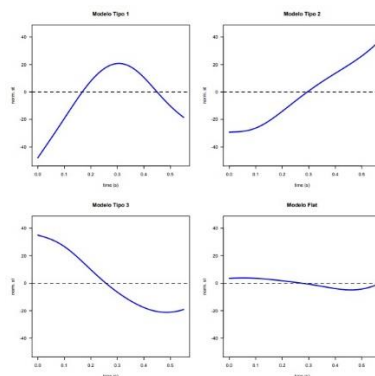
Figura 19 – Formas do TOP segundo Análise de Dados Funcionais



Fonte: Cavalcante et al. (2019)

¹¹⁸ Ainda há estudos buscando verificar se a forma *flat* é uma variante da forma de tipo 3 ou se é de fato uma forma independente.

Figura 20 – Formas do TOP segundo Análise Funcional de Componentes Principais



Fonte: Cavalcante et al. (2019)

Raso et al. (2017) chamam a atenção para o fato de que uma polimorfia sem motivação é algo raro na língua. Portanto, eles buscam explicar a razão de haver quatro tipos de formas prosódicas do TOP translinguisticamente através da análise de dados do português brasileiro, do inglês norte-americano e do italiano. Os autores dizem que explicações cognitivas, correlações sintáticas, tamanho silábico e estrutura acentual das palavras nucleares não constituem justificativas suficientes. Em vista disso, a conclusão a que eles chegam é a de que “(...) elementos da estrutura fonética/fonológica de cada língua conduzem a um padrão diferente de predomínio das formas” (RASO et al. 2017)¹¹⁹, apesar de eles não apontarem especificamente quais elementos estariam relacionados a cada padrão, ou seja, essa conclusão constitui apenas uma hipótese de pesquisa. Embora não seja nosso interesse aprofundar a questão, é importante ressaltar que o parâmetro de correlação sintática pode não ser de todo insuficiente como apontam os autores. Acreditamos que esse parâmetro deveria ser investigado mais consistentemente, pois a análise apresentada por eles para descartar o papel sintático diz respeito somente a uma classificação em termos do sintagma formado a partir dos elementos presentes em cada unidade de TOP. A classificação, portanto, é mais morfossintática do que propriamente sintática, uma vez que seria preciso analisar as funções sintáticas desempenhadas por cada sintagma a fim de conduzir uma análise dos termos das sentenças. Contudo, acreditamos que os autores não desenvolveram essa análise pelo fato de entenderem que o TOP nunca pode apresentar composicionalidade sintática com o restante do enunciado, conforme sustenta a proposta das ilhas sintáticas no arcabouço da L-AcT.

¹¹⁹ Tradução nossa do original: “(...) elements of the phonetic/phonological structure of each language lead to a different pattern of prevalence of forms”.

O fato é que não há efetivamente uma explicação que responda à pergunta relativa ao porquê de haver quatro formas prosódicas distintas para uma mesma função informacional. Considera-se essa variável como exploratória justamente por não existir nenhum estudo até o momento que investigue a correlação entre NP sujeito e NP sem relação sintática com as quatro formas prosódicas da unidade de TOP. Dessa maneira, assim como ocorre na variável classe do verbo, não se traçou nenhuma hipótese de correlação com respeito à variável tipo do TOP. Nossa análise de cada ocorrência de TOP nos dados do espanhol foi baseada na verificação das formas melódicas por meio do *software* Praat através da técnica da *close copy*¹²⁰.

9.2.3. O método estatístico

A *conditional inference tree* (CIT) ou árvore de decisão é um método que busca prever qual fator de uma variável dependente é mais provável de ocorrência dado um conjunto de variáveis independentes, classificando-as por meio de uma partição em ramos binários. Embora o alvo primordial seja o mesmo daquele de uma regressão logística, esses dois métodos utilizam técnicas diferentes para alcançar seu objetivo. A regressão logística se desenvolve com base em uma equação matemática, ao passo que as árvores geradas pelo algoritmo da CIT dizem, por tentativa e erro, se uma variável independente efetivamente pode ser considerada um preditor confiável do fenômeno estudado (TAGLIAMONTE; BAAYEN, 2012).

De acordo com Tagliamonte e Baayen (2012) “uma árvore de inferência condicional fornece estimativas da probabilidade do valor da variável resposta (...) com base em uma série de perguntas binárias sobre os valores das variáveis preditoras” (TAGLIAMONTE; BAAYEN, 2012, p. 22)¹²¹. O algoritmo testa, portanto, se as variáveis independentes estão associadas à variável dependente, selecionando aquelas que estão mais fortemente correlacionadas à variável dependente de modo a dividir os fatores das variáveis independentes em ramos binários. Os ramos A e B criados a partir desse algoritmo conterão todas as ocorrências do subconjunto A assim como todas as

¹²⁰ A *close copy* é uma síntese em que se eliminam os movimentos de f0 involuntários, ou seja, aqueles que não causam diferença de percepção com relação ao áudio original. Assim, ficam preservadas as apenas as variações relevantes do ponto de vista perceptual.

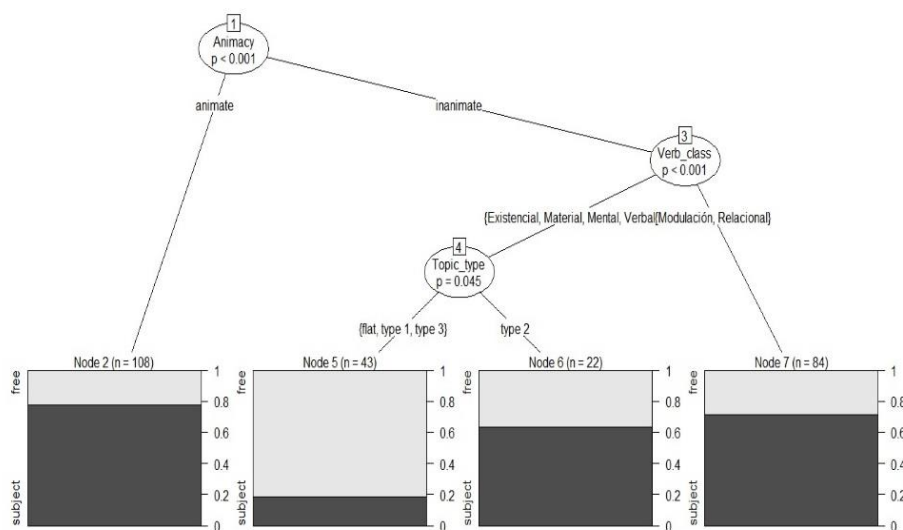
¹²¹ Tradução nossa do original: “[a] conditional inference tree provides estimates of the likelihood of the value of the response variable (...) on the basis of a series of binary questions about the values of predictor variables”.

ocorrências do subconjunto B. Esse procedimento é repetido recursivamente para os subconjuntos de cada eventual ramo até que não haja mais variáveis associadas à variável dependente no nível de significância estatística.

9.3. Resultado e análise dos dados

Abaixo é apresentada a árvore gerada através do pacote party (HOTHORN et al. 2006) por meio do *software* R. Sua interpretação deve considerar cada nódulo ilustrado, sendo que o nível de significância estatística, o p-valor, é fornecido abaixo do nome das variáveis. Os nódulos onde se encontram as variáveis são divididos em duas partes ou num ramo binário, conforme indicado na seção anterior. Os nódulos que se encontram debaixo de outro nódulo dizem respeito aos fatores de interação. Por exemplo, a variável tipo de TOP é contingenciada pela variável classe de verbo, pois a primeira é dominada pela última no sentido de que se encontram numa relação visualmente assimétrica.

Figura 21 – CIT da distribuição de NPs em TOP em razão de sujeito e SRS



Fonte: Elaboração própria

O nódulo 1 indica uma diferença estatisticamente significativa para NPs animados e inanimados. A CIT mostra que quando o NP é animado existe maior chance de que ela seja sujeito, como é possível observar no nódulo 2 um número muito maior de NP sujeito do que o de NP SRS. Esse resultado está em conformidade com o que foi obtido anteriormente por meio da análise do modelo misto de regressão logística. Por outro lado, quando o referente é inanimado, dois fatores regem a distribuição dos NPs: a classe do

verbo e o tipo de TOP. NPs em enunciados cujos verbos são das classes *modulación* e *relacional* apresentam maior chance de que sejam o sujeito da oração, conforme se nota no nóculo 7. Os verbos das demais classes integram um fator contingencial relacionado ao tipo de TOP. Ou seja, quando NPs que ocorram em enunciados cujos verbos pertençam às classes *existencial*, *material*, *mental* e *verbal*, há maior chance de que sejam o sujeito da oração se o TOP for do tipo 2 e SRS quando o TOP for dos tipos 1, 3 ou *flat*, conforme mostram os nóculos 5 e 6. As variáveis definitude e estatuto do referente não foram consideradas estatisticamente significativas neste modelo.

O fato de que um NP animado apresente maior chance de ser sujeito pode residir em aspectos da cognição humana. De acordo com Bock (1982), conceitos nominais animados são lexicalizados mais fácil e rapidamente do que conceitos nominais inanimados, uma vez que os falantes processam a informação de um ponto de vista egocêntrico e estão mais atentos aos primeiros do que aos últimos. Nomes animados tendem a ser mais facilmente lembrados do que nomes inanimados (cf. ROHRMAN, 1970; GLANZER; KOPPENNAAL, 1977). Por serem, portanto, mais acessíveis, os sintagmas que comportam nomes animados tenderiam a ocorrer em posições iniciais da sentença. Bock (1982) também destaca o papel do processamento egocêntrico da informação pelos humanos como um fator relevante para que seres animados ocorram no início da sentença. Segundo a autora,

(...) várias das teorias sobre o ordenamento do constituinte (...) assumem que os humanos processam a informação egocentricamente e estão, portanto, predispostos a prestar atenção a estímulos pessoalmente relevantes. Entre tais estímulos pessoalmente relevantes estão outros seres animados, especialmente seres humanos. Assim, as entidades animadas tendem a ocorrer mais cedo nas sentenças do que as entidades inanimadas (BOCK, 1982, p. 15)¹²².

A tendência de que os NPs em TOP sejam sujeito dos verbos das classes *modulación* e *relacional* poderia indicar que o referente de tal conjunto de verbos deve estar ligado imediatamente à propriedade conceptual expressa pelo verbo. A maior parte dos dados da classe *relacional*, por exemplo, comporta o verbo *ser*, que é um verbo que tem pouco significado independente (CRYSTAL, 2008), sendo que uma de suas

¹²² Tradução nossa do original: “(...) several of the theories of constituent ordering (...) assume that humans process information egocentrically and are, therefore, predisposed to attend to personally relevant stimuli. Among such personally relevant stimuli are other animate beings, particularly human animate beings. Thus, animate entities should tend to occur early in sentences more often than inanimate entities”.

principais funções é de ligar justamente o sujeito a um predicado (PUSTET, 2003). A classe de *modulación* apresenta um número reduzido de dados, o que nos impede de traçar uma tendência nesse sentido. Uma investigação semântica mais refinada seria algo necessário para explorar mais em profundidade o que há de especial nos verbos das outras classes que fazem com que um NP em TOP, em interação com os tipos 1, 3 e *flat*, não constitua o sujeito da oração.

O fator tipo de TOP mostra que movimentos prosódicos específicos podem estar relacionados com aspectos gramaticais na língua, isto é, o movimento do tipo 2, ascendente na última sílaba tônica e eventuais pós-tônicas, está mais associado à realização de NP sujeito do que NP SRS, ao passo que os outros movimentos do TOP estão mais associados a NPs SRS. Embora aparentemente não haja estudos correlacionando aspectos prosódicos mais finos da estrutura informacional com características gramaticais, acreditamos que não seja de todo implausível hipotetizar que o resultado estatisticamente significativo que encontramos com relação à unidade de TOP possa potencialmente se estender também a outras unidades, ou seja, provavelmente existe alguma correlação entre características prosódicas específicas com aspectos gramaticais. Por exemplo, algumas ilocuições podem estar associadas com estruturas gramaticais específicas, tanto no nível da sintaxe quanto no nível morfológico. Outras unidades poderiam apresentar também certa associação. Não por acaso alguns itens lexicais estão fortemente correlacionados com a unidade de INT, como *verba dicendi* (falar, dizer, perguntar, responder, exclamar) e *verba putandi* (acreditar, pensar, esperar) (cf. ROCHA, 2011). Contudo, essas hipóteses devem ser confrontadas com os dados empíricos e amparadas por métodos estatísticos da pesquisa quantitativa para que sejam efetivamente atestadas.

10. RESUMO: A ABORDAGEM PROBABILÍSTICA PARA O ESTUDO DE NPs EM TOP

O estudo desenvolvido na segunda parte deste trabalho analisou o estatuto dos NPs realizados na unidade de TOP por meio da abordagem elaborada na primeira parte. Considerando que a dependência sintática entre os elementos pode ultrapassar a fronteira prosódico-informacional, duas possibilidades de realização de NPs em TOP são analisadas: NPs que desempenham a função de sujeito e aqueles que não apresentam relação sintática com o conteúdo da unidade subsequente. Os dados foram extraídos de três *minicopora* anotados informacionalmente segundo as premissas da L-Act. Dessa

forma, formou-se um conjunto incluindo dados do português brasileiro, do espanhol e do inglês. Num primeiro momento, constatou-se que o inglês apresenta um número muito alto de NPs que funcionam como sujeito, em conformidade com a literatura que aponta que o inglês é uma língua de sujeito. Constatou-se também que nos dados do português brasileiro houve certo balanceamento em relação aos NPs sem relação sintática (SRS) e aqueles que funcionam como sujeito, em conformidade com a literatura que indica que essa é uma língua tanto de Tópico quanto de sujeito. Evidentemente, salientou-se que esses achados devem ser interpretados cautelosamente, tendo em vista que eles se aplicam a um conjunto restrito de dados e não contam com uma validação estatística.

Num segundo momento, um modelo misto de regressão logística foi aplicado aos dados do português brasileiro e do espanhol, já que nos dados inglês esse tipo de análise seria inviável, uma vez que o inglês apresentou um número altíssimo de NP sujeito. As variáveis elencadas foram o estatuto do referente (dado ou novo), a animacidade (animado ou inanimado) e a definitude (definido ou indefinido). Essas variáveis são alvo de muito debate na literatura e, na maioria dos casos, não há um real consenso sobre sua representação. Contudo, neste estudo elas foram individualizadas seguindo determinados pressupostos estabelecidos por meio de uma discussão da literatura. A aplicação do modelo para os dados do português brasileiro não apresentou resultados estatisticamente significativos. Isso provavelmente se deve à baixa quantidade de dados. Dessa forma, pretende-se ampliar o número de dados a fim de testar o modelo novamente. Para os dados do espanhol, houve resultados estatisticamente significativos para as variáveis animacidade e definitude, bem como para o intercepto. O modelo mostrou que há mais chances de que um NP em unidade de TOP não apresente relação sintática com o conteúdo subsequente caso seja inanimado ou indefinido. O intercepto mostrou que há mais chances de que um NP desempenhe a função de sujeito caso seja animado, definido e constitua informação dada no discurso.

Posteriormente, os resultados foram interpretados segundo a GC. Uma análise provisória apontou que para os casos em que o NP é sujeito, haveria uma congruência no alinhamento de trajetores em TOP, tanto no nível oracional quanto no nível discursivo, ao passo que nos NPs SRS o alinhamento se manifesta apenas no nível discursivo entre as unidades de TOP e de COM. Em termos da assimetria *baseline* e *elaboration*, indicou-se que o acesso da articulação TOP-COM é serial e é ativado em janelas de atenção através de dois tipos elaboração conceptual. Para os casos em que o NP é sujeito, a elaboração resulta em camadas de dependência, já para os dados em que o NP é SRS, a

elaboração resulta na soma das janelas ativadas até o final do enunciado. Uma possível explicação para a haja maior probabilidade de que indefinidos sejam SRS residiria no espaço mental distinto fornecido por grande parte dos contextos em que esse tipo de NP ocorre. Como esse espaço mental é justamente abrigado na unidade de TOP, a chance de que haja elementos sem relação sintática dentro de uma mesma unidade de COM é muito baixa. Uma outra possível explicação para os resultados encontrados residiria na tendência de que NPs indefinidos e inanimados atuem mais como objeto. Por estarem abrigados na unidade de TOP, eles tenderiam evidentemente a reorganizar seu estatuto sintático.

Num terceiro momento, os dados do espanhol foram utilizados para a análise a partir de outro método estatístico. Como o espanhol foi a língua cujos dados apresentaram significância estatística no modelo de regressão logística, os dados de tal língua foram aproveitados para a aplicação da árvore de decisão – um método estatístico que busca prever qual fator de uma variável dependente é mais provável de ocorrência dado um conjunto de variáveis independentes, classificando-as por meio de uma partição em ramos binários. As variáveis selecionadas foram, além daquelas previamente elencadas no modelo de regressão, o tipo de verbo e o tipo de TOP. A análise do tipo de verbo levou em consideração a classificação da plataforma ADESSE, observando cada dado e julgando a que classe pertencia de acordo com o contexto de ocorrência do verbo. A análise do tipo de TOP se baseou na observação da curva de f0 por meio do *software* Praat. A aplicação do modelo dividiu os dados inicialmente de acordo com a variável animacidade, isto é, os NPs animados tendem a ser sujeito do verbo em COM, ao passo que os NPs inanimados apresentam uma interação maior com as outras variáveis. Caso os NPs sejam inanimados e o verbo da unidade seguinte seja das classes verbais *modulación* e *relacional*, os NPs tendem a ser sujeito. Se os verbos forem das demais classes (*existencial*, *material*, *mental* e *verbal*), há ainda a interação com o tipo de TOP, isto é, se os verbos pertencem às classes supracitadas e se o TOP for do tipo 2, os NPs tendem a ser sujeito, ao passo que se o TOP for do tipo 1, 3 ou *flat*, os NPs tendem a ser SRS.

PARTE III – PROPOSTA DE UM DOMÍNIO NA SINTAXE DA FALA

Na primeira parte deste trabalho, delineou-se uma diretriz de estudos para a investigação da sintaxe da fala que conjuga a investigação empírica, por meio de *corpora*

orais, direcionada aos aspectos prosódico-pragmáticos da fala, os pressupostos de uma teoria gramatical, de modo a fornecer base teórica para explicar o comportamento dos dados, e o aporte experimental, de forma a testar as hipóteses aventadas nos estágios anteriores, abrindo a possibilidade de acessar e revelar aspectos que a pesquisa empírica não permite, bem como de possibilitar novas formulações teóricas a partir de descobertas ulteriores. Essa diretriz se baseia também no pressuposto probabilístico da investigação linguística, desenvolvendo-se por meio de diferentes métodos estatísticos para exploração de fenômenos na interface sintaxe-prosódia. Na segunda parte, formulou-se um estudo condizente com a diretriz estabelecida na primeira parte – embora o aporte experimental ainda não tenha sido conduzido.

Ainda na primeira parte, mostrou-se que as unidades informacionais não podem ser o domínio exclusivo da sintaxe da fala. Nesse sentido, o objetivo desta terceira parte é formular uma proposta que seja direcionada a este problema, isto é, se as unidades informacionais não são o domínio da sintaxe, onde ela se funda? Essa proposta se insere exclusivamente no âmbito da L-AcT, na medida em que tenciona responder à questão que foi deixada em aberto na primeira parte. Dessa forma, as considerações que serão elaboradas procuram servir aos propósitos e pressupostos teóricos da L-AcT, já que a diretriz formulada na primeira parte e o estudo realizado na segunda parte são propostas relativamente independentes, ainda que tenham como suporte o pressuposto da estrutura informacional da L-AcT.

Como a L-AcT é uma teoria *corpus-driven*, muitos aspectos importantes da investigação linguística não são abordados devido ao evidente alcance que esse tipo de metodologia pode oferecer. Isto é, para responder à questão levantada é necessário considerar não apenas o que a pesquisa de *corpus* revela, mas, sobretudo, identificar os fatores-chave que pesquisas ambientadas em outras orientações teóricas e abordagens metodológicas sugerem sobre o tema. Dito de outro modo, o *corpus* oferece apenas uma parte do que é preciso para compreender tão complexo problema e para responder à pergunta deixada em aberto. Por isso, é importante buscar, em outras fontes, informações que complementem os aspectos que o estudo empírico não explora.

11.1. Pré-requisitos

A elaboração de uma proposta acerca do domínio da sintaxe da fala exige que alguns aspectos sejam levados em consideração. Neste capítulo, serão discutidos três pré-

requisitos fundamentais para que a proposta apresente maior solidez. O objetivo deste capítulo é mostrar a importância de aspectos que julgamos ser essenciais para compor a base de formulação de uma proposta mais robusta. Serão discutidos a atribuição gramatical, o processo de construção da sentença e o aspecto tipológico dos fenômenos que estão relacionados à sintaxe.

11.1.1. A atribuição gramatical

Propor onde se encontra o domínio da sintaxe na fala envolve o manejo de categorias sintáticas que, a rigor, são frutos de teorias gramaticais. Constituintes, orações e operações gramaticais são elementos emergentes de abstrações teóricas a partir da observação de regularidades na cadeia sonora da fala ou na disposição das palavras na escrita. Grosso modo, os itens que compartilham traços em comum no nível morfológico são agrupados em classes rotuladas sob determinado termo, no caso das classes de palavras. As regularidades que envolvem a formação de blocos de palavras que podem ser combinadas de alguma forma são organizadas em outro grupo, no caso da formação de constituintes. Por fim, a distribuição hierárquica e restritiva dos constituintes na formação de uma unidade maior de organização se desenvolve em operações gramaticais relacionadas a funções sintáticas, que é rotulada seguindo observáveis parâmetros em comum, no caso das orações. Desnecessário dizer que o quadro é bem mais complexo do que essa breve descrição e que envolve tantos outros aspectos e dispositivos linguísticos. De qualquer forma, isso indica que a elaboração de uma proposta sobre o domínio da sintaxe na fala implica algum posicionamento teórico de ordem gramatical. Nesse sentido, pode haver outro paradoxo, pois as teorias gramaticais geralmente não são elaboradas a partir da observação da fala.

Uma abordagem moderada a esse respeito assumiria que é possível abstrair categorias homogêneas a partir de regularidades encontradas na fala e na escrita. Essa abordagem afirmaria que alguns dados que podem ocorrer na fala não seriam ortogonalmente o oposto daqueles que podem ocorrer escrita, isto é, na fala pode haver, por exemplo, “sentenças” conhecidas por um ordenamento denominado “S(ujeito)V(erbo)O(bjeto)” realizadas em uma única unidade tonal com perfil terminal, assim como nos exemplos de introspecção ou de escrita que analisam o mesmo tipo de dado considerando-o como uma unidade completa. No que concerne ao aspecto sintático, essas sentenças na fala teriam, portanto, o mesmo tratamento teórico dado à escrita, uma

vez que apresentam o mesmo ordenamento hierárquico. Ou seja, seria possível considerar categorias sintáticas homogêneas nas duas diamesias.

Nesse tipo de abordagem, seria desnecessária, a princípio, a elaboração de uma nova categoria correspondente, por exemplo, ao objeto direto analisado em dados escritos ou de introspecção, para a sintaxe da fala. A questão que surge, nesse caso, não seria criar uma nova categoria para a fala, mas sim definir em que consiste um objeto direto nas línguas a partir de dados “SVO”, capazes de ser realizados tanto na fala quanto na escrita. Em outras palavras, quais traços em comum nos permitiriam agrupar, sob um mesmo rótulo, diferentes realizações de uma mesma categoria sintática nas mais variadas línguas naturais? O componente informacional da fala não alteraria, pois, essa categoria sintática, visto que as informações da categoria não dizem respeito ao nível pragmático. É preciso salientar, contudo, que a criação de novas categorias a partir de um insumo de *corpora* de fala não é algo impraticável.

Essa discussão nos leva a um primeiro pré-requisito para a proposta do domínio da sintaxe da fala e se refere à *plausibilidade gramatical*. Uma abordagem empirista mais radical abandonaria toda a descrição gramatical existente e a partir da observação dos dados elaboraria novas categorias. No entanto, como isso ainda não foi feito, não se sabe até que ponto os resultados seriam muito diferentes daquilo que conhecemos por meio das categorias já existentes. O fato é que o ato de identificar e definir categorias gramaticais envolve certa metodologia que compete a uma teoria que se disponha analisar profundamente o nível lexical. Para a análise da fala, o posicionamento teórico nessa fase torna-se fundamental, já que diferentes teorias podem identificar e categorizar elementos gramaticais de formas distintas. Portanto, as categorias que servirão de base para uma proposta do domínio da sintaxe da fala são oriundas de teorias de base gramatical, constituem importantes unidades de análise e são o ponto de partida para a identificação da estrutura sintática na cadeia da fala. Como fato decorrente, torna-se imperativo definir o que se entende por categoria sintática.

De acordo com Rauh (2010) uma categoria sintática “é o conjunto de itens que pode ocupar as mesmas posições nas estruturas das sentenças de uma dada língua” (RAUH, 2010, p. 8)¹²³. A autora defende que as classes de palavras (*parts of speech*) não

123 Tradução nossa do original: “A syntactic category is the set of linguistic items that can occupy the same positions in the structures of the sentences of a given language”.

devem ser confundidas com as categorias sintáticas¹²⁴. A primeira descrição das classes de palavras, proveniente de Dionísio da Trácia, propõe que elas sejam definidas sobretudo através de suas propriedades morfológicas, mas também a partir de traços semânticos. As categorias sintáticas, por outro lado, devem ser definidas de acordo com outros critérios. A depender da teoria, elas serão definidas em termos estritamente formais ou nocionais. Por isso, os critérios podem apresentar certa variação. Mas, segundo Rauh (2010), há uma orientação que guia a identificação e a definição das categorias sintáticas mesmo em teorias diferentes. Tais categorias geralmente são definidas com base “(...) em conjuntos lexicalmente especificados de traços que interagem com princípios, esquemas ou regras da sintaxe” (RAUH, 2010, p. 393)¹²⁵. As categorias sintáticas são formadas, por conseguinte, a partir do conjunto de itens lexicais que compartilham a mesma combinação de traços. Rauh (2010) diz que a combinação desses traços envolve propriedades referenciais, das realizações de estruturas argumentais, bem como da especificação morfossintática dos membros das categorias lexical e funcional.

No nosso caso, é preciso delimitar as categorias de sujeito e de predicado, uma vez que esta proposta surge da investigação feita a partir da análise de dados concernentes a essas categorias. Neste trabalho, adotamos inicialmente a perspectiva esquemática de sujeito seguindo a abordagem de Langacker (1991). Embora sua definição seja mais nocional e esquemática, é preciso salientar que o autor passa pelos principais traços gramaticais relacionados à identificação do sujeito para elaborar sua proposta, conforme mostrado na seção 6.2, os quais ele denomina como “sintomáticos” para a definição da categoria. Fato é que não há uma definição universal de sujeito aceita unanimemente pelos teóricos. O trabalho de Pontes (1986), por exemplo, analisa os vários problemas envolvidos em torno do sujeito, mas, ao fim e ao cabo, a autora não apresenta uma definição própria que responderia a todos os problemas levantados.

Uma das principais barreiras comumente citada para uma definição universal de sujeito vem do grupo de línguas ergativo-absolutivas, em que o NP de orações com verbos intransitivos (S) recebe a mesma marcação de caso de objetos diretos de sentenças com verbos transitivos (O), colapsando-se numa categoria denominada absoluto, ou seja, S

124 A esse respeito, Rauh afirma que “(...) syntactic categories and the traditional parts of speech represent two fundamentally distinct types of categorization. Many forms that have different syntactic properties but are either assigned to the same part of speech or whose assignment to any part of speech is problematic, represent distinct syntactic categories. Consequently, the set of syntactic categories by far exceeds the set of the traditional parts of speech” (RAUH, 2010, p. 395).

125 Tradução nossa do original: “(...) lexically specified sets of features that interact with principles, schemas, or rules of the syntax”.

e O estão alinhados morfológicamente. A categoria ergativa recebe outra marcação e refere-se ao sujeito de orações com verbos transitivos (A)¹²⁶. Sendo assim, a morfologia de S não corresponderia ao sujeito tradicional, tendo em vista que S apresenta o mesmo afixo de O. Não obstante, a definição de sujeito foi elaborada a partir da investigação de línguas que exibiam o alinhamento S-A, o que justifica parcialmente o problema (ANDERSON, 1979).

Polêmicas à parte, consideramos que os dados analisados das três línguas não parecem apresentar uma característica particular ou mesmo uma idiossincrasia que motivem uma nova proposta de análise do sujeito na fala. Desse modo, de um ponto de vista estritamente sintático, a proposta de análise do sujeito que o define como o nome com o qual o verbo concorda em número e pessoa é suficiente para os dados de fala analisados, em que pese os problemas que essa definição possa abarcar (cf. PONTES, 1986). Do mesmo modo, considerando particularmente o aspecto sintático, a noção de predicado como o elemento verbal associado ao desenvolvimento de estruturas argumentais específicas, isto é, o verbo e seus potenciais argumentos dependentes, dentro da oração também é suficiente para demonstrar o padrão que os dados de fala exibiram regularmente nos *corpora* analisados. É importante reconhecer que, pelo menos nas línguas estudadas, esse nível de organização das palavras não é afetado pela estrutura informacional. Isso se deve ao fato de que existem propriedades lexicais intrínsecas que fundam a dependência no nível gramatical independentemente da configuração prosódico-informacional.

Uma vez definidas as categorias sintáticas para análise, é necessário compreender como a sentença é formada, já que as palavras não se agrupam de forma absolutamente aleatória. Este é o tema da próxima seção.

11.1.2. O processo de construção da sentença

Os dados de *corpora* são valiosas fontes de onde se podem observar os mais variados fenômenos linguísticos efetivamente realizados tanto na fala quanto na escrita. As potencialidades da pesquisa com *corpora* são inúmeras e abarcam uma série de áreas de exploração, como a fonética, a sintaxe, a semântica etc., bem como os possíveis níveis

126 A ergatividade pode ser realizada de outras formas, por concordância verbal, por exemplo. Há línguas que apresentam tanto o alinhamento ergativo-absolutivo quanto o nominativo-acusativo (sistema em que S e A estão alinhados) a depender do significado do verbo. Para mais informações sobre o tema, cf. Dixon (1994).

de interface. Contudo, os *corpora* apresentam o produto do uso da linguagem em seu estágio final. Propor onde reside o domínio da sintaxe da fala exige também uma observação dos estágios de pré-produção da fala e seu percurso em tempo real. É preciso dizer que a pesquisa com *corpora* é igualmente importante nesse sentido, pois os dados de erros de produção, por exemplo, constituem uma peça-chave para a investigação dos processos psicolinguísticos envolvidos na produção da fala (cf. FROMKIN, 1971; SHATTUCK, 1974). Esse tipo de dados fornece evidências para a postulação de modelos que teorizam a realidade psicológica da linguagem e seus principais correlatos, como a fonologia, a sintaxe, a morfologia etc. e as demais regras elaboradas acerca desses níveis.

Não obstante todas as potencialidades que os *corpora* oferecem, há certo limite na metodologia empírica. Explorar a realidade psicológica da linguagem exige um aporte experimental levado a cabo sobretudo pela área da Psicolinguística. Tal aporte é fundamental para compreender os processos envolvidos na produção da fala que fundamentam a implementação da sintaxe¹²⁷. De acordo com Fromkin (1971), “(...) um modelo de desempenho linguístico deve fornecer informações quanto ao sequenciamento de eventos em tempo real” (FROMKIN, 1971, p. 27)¹²⁸. Conforme mencionado acima, o *corpus* fornece o estágio final da produção linguística. Sem embargo, por meio da metodologia experimental é possível acessar as informações que ocorrem em curso durante a produção da linguagem. A consequência desse fato abarca um segundo pré-requisito para a elaboração de uma proposta sobre o domínio da sintaxe na fala, isto é, a *plausibilidade psicolinguística*, que requer justamente a investigação do processo de produção do enunciado através de uma metodologia apropriada a essa finalidade.

A produção da fala se desenvolve basicamente em três passos: conceptualização, formulação e articulação (LEVELT, 1989). O primeiro passo diz respeito, grosso modo, ao que deve ser expressado, à transformação de uma intenção comunicativa numa representação semântica, o segundo a como expressar tal conteúdo, à construção de uma representação gramatical e fonológica através do *input* da mensagem pretendida na conceptualização, e o terceiro à sua efetiva veiculação, à forma fonética articulada por meio do aparelho fonador. O desenvolvimento desses passos consiste em etapas que ocorrem de forma incremental, ou seja, de modo que cada fragmento de informação possa

¹²⁷ Embora chamamos a atenção para a metodologia experimental nesta seção, as pesquisas experimentais serão reportadas na seção 11.4.1.

¹²⁸ Tradução nossa do original: “(...) a model of linguistic performance must provide information as to the sequencing of events in real time”.

ser processado a partir de um *output* incompleto operando, assim, serial e paralelamente durante a construção da sentença (KEMPEN; HOENKAMP, 1987; LEVELT, 1989). Há, evidentemente, várias etapas intermediárias que se desenvolvem entre as três etapas mencionadas. O *output* da conceptualização, por exemplo, passa por um codificador gramatical (*grammatical encoder*) que acessará as informações da categorização sintática do lema para estabelecer o procedimento sintático adequado, organizando as palavras de acordo com sua natureza lexical ou funcional (LEVELT, 1989). O *output* do codificador gramatical, por sua vez, resulta numa estrutura sintática para a sentença, servindo incrementalmente como *input* para o estágio seguinte de codificação prosódica (FERREIRA, 1993). A tabela abaixo mostra as etapas do processo de produção da fala divididas em módulos de processamento envolvidos no acesso lexical.

Tabela 18 – Módulos de processamento na geração da fala e sua relação com as fases de acesso lexical

PROCESSADOR	ENTRADA	SAÍDA	RELAÇÃO COM O ACESSO LEXICAL
1. Conceptualizador	intenção comunicativa	mensagem verbal	pré-criar as condições conceptuais de um item lexical
2. Codificador gramatical	mensagem verbal	pré-estrutura superficial	recuperação do lema, isto é, tornar disponíveis as propriedades sintáticas do item, dadas as condições conceptuais ou sintáticas apropriadas
3. Codificador da forma sonora	estrutura superficial	planejamento fonético ou articulatório para o enunciado	recuperação do lexema, isto é, as especificações armazenadas da forma sonora do item, e sua integração fonológica no planejamento articulatório
4. Articulador	planejamento fonético	fala executada	executar o programa articulatório

dependente do
contexto do item

Fonte: Adaptado de Levelt e Schriefers (1987)

Ferreira e Engelhardt (2006) apresentam argumentos para os modelos de dois estágios da codificação gramatical (*two-stage models of grammatical encoding*), como o de Bock e Levelt (1994), por exemplo. De acordo com esse modelo, a codificação gramatical se inicia no nível do processamento funcional (*functional-level processing*). Nesse nível, o lema, que contém as informações semânticas e sintáticas essenciais sobre a palavra, é recuperado e se atribuem potenciais funções gramaticais. O segundo nível, chamado de nível posicional (*positional level*), opera sobre a representação do nível anterior. É nesse estágio que as funções gramaticais criadas previamente se organizam num constituinte linearizado impondo-se hierarquicamente assim a ordem das palavras (FERREIRA; ENGELHARDT, 2006). Uma das principais evidências para uma argumentação favorável a esse tipo de modelo vem dos erros de produção linguística. Segundo os autores, casos de substituição semântica ou troca de palavras, como em *my cat terrifies the boy the next door* (pretendido *the girl next door*) e *my boy terrifies the cat next door* (pretendido *my cat terrifies the boy next door*) indicam que há um nível de processamento em que se escolhem a categoria gramatical e os papéis para os lemas. Os casos de substituição fonológica ou *stranding*, como em *rut the cote* (pretendido *cut the rope*) e *I went to get my park trucked* (pretendido *I went to get my truck parked*) indicam que há um nível de processamento em que se organizam os fones e a ordem serial e que o morfema flexional é parte intrínseca do *phrasal frame*.

Outro tipo de erro que constitui importante evidência a favor dos modelos de dois estágios vem da computação da concordância gramatical na produção do enunciado. Em NPs complexos, como *the spokesman who defended the actions*, existe uma chance de o núcleo do sintagma não concordar com o eventual verbo seguinte ou de o verbo concordar com o nome da oração relativa, como em *the spokesman who defended the actions were kind*. Isso sugere que a computação da concordância opera numa representação que indica dominância, e não numa relação de linearidade. Em exemplos como *the helicopter for the flights are safe* e *are the helicopter for the flights safe?*, a chance de ocorrência do erro de concordância é a mesma, embora as posições lineares do núcleo nominal sejam diferentes. Ferreira e Engelhardt (2006) dizem que isso “sugere que as relações de concordância são computadas a partir de uma representação sintática criada antes de a linearização ocorrer” (FERREIRA; ENGELHARDT, 2006, p. 66). Todas essas

considerações fornecem evidência para o postulado de que as estruturas sintáticas são geradas em dois estágios diferentes.

É preciso mencionar, por fim, que os erros fonético-fonológicos ocorrem somente após a codificação gramatical. Isso é uma consideração importante, pois permite inferir que a sintaxe é gerada, a princípio, segundo critérios provenientes das informações contidas no léxico, e não a partir de informações de ordem fonético-fonológica. A esse respeito, Ferreira e Engelhardt (2006) afirmam que “as representações sintáticas usadas para a produção da linguagem são aquelas em que as estruturas podem ser geradas diretamente dos lemas em vez de através do acesso de modelos sintagmáticos sem conteúdo” (FERREIRA; ENGELHARDT, 2006, p. 72). Dessa forma, é possível concluir que as estruturas sintáticas são ancoradas lexicalmente.

Além da delimitação gramatical e do processo de formação de sentenças, é necessário conhecer as diferenças tipológicas entre as línguas, pois isso pode exercer impacto nas considerações de ordem teórica. A próxima seção abordará este tema.

11.1.3. A questão tipológica

Da forma como entendemos que a questão da identificação do domínio da sintaxe na fala deve ser direcionada, é preciso antes esclarecer que a proposta a ser desenvolvida referente a essa questão é apenas um primeiro passo, tendo em vista que ela emerge no âmbito de uma investigação sobre um fenômeno sintático em apenas três línguas. O ideal não seria elaborar uma proposta completa com a intenção de solucionar um problema de tal magnitude desconsiderando tantos outros fenômenos sintáticos oriundos de uma gama de línguas naturais. A sintaxe é um terreno muito movediço para a elaboração de generalizações universais, sobretudo se se considera que existem 7111 línguas faladas no planeta (ETHNOLOGUE, 2019). Há vários casos que desafiam teorias e postulados a respeito de categorias e fenômenos morfossintáticos. Por exemplo, Schachter (1976) afirma que algumas línguas das Filipinas, especialmente o tagalog, são línguas em que não é possível identificar a categoria de sujeito¹²⁹. De acordo com o autor, “(...) não há, de fato, nenhuma categoria sintática nas línguas filipinas que corresponda à categoria identificada como o sujeito em outras línguas” (SCHACHTER, 1976, p. 513)¹³⁰. Kinkade

129 Para uma abordagem alternativa, cf. Kroeger (1991).

130 Tradução nossa do original: “(...) there is in fact no single syntactic category in Philippine languages that corresponds to the category identified as the subject in other languages”.

(1983) diz que as línguas salishanas do noroeste da América do Norte não apresentam as categorias de nome e verbo¹³¹. Nas palavras do autor,

[n]omes e verbos são definidos de várias maneiras para outras línguas. Mas se observado morfológica, sintática, semântica ou logicamente, e se em um nível superficial ou profundo, as noções ‘nome’ e ‘verbo’ (bem como outras classes de palavras tradicionais) não são relevantes em salish (KINKADE, 1983, p. 25)¹³².

Segundo Gil (2005), um dialeto do indonésio falado na província de Riau possui apenas uma categoria gramatical aberta, denominada S, correspondente à noção de sentença, não apresenta distinção entre nomes, adjetivos e verbos, bem como entre categorias lexicais e funcionais, além de não apresentar uma ordem básica da estrutura da sentença¹³³. Everett (2005) argumenta que o pirahã não possui termos para quantificação e cores, não apresenta recursividade, comporta os sistemas pronominal e de termos de parentesco mais simples conhecidos, bem como ausência de criação de mitos e ficção, pinturas ou outras artes¹³⁴. Além do pirahã, a língua iatmul também parece não apresentar recursividade (cf. FOLEY, 1986). Mesmo as generalizações no nível do sintagma ou da sentença apresentam exceções, ou seja, constituem tendências, o que indica, por outro lado, que o tratamento tipológico baseado em noções categóricas pode gerar problemas teóricos em alguns casos. De acordo com Greenberg (1966), as línguas VO são harmônicas com preposições, ao passo que as línguas OV são harmônicas com posposições. Sem embargo, existem línguas OV com preposições, como o curdo, e línguas VO com posposições, como o tepehuán do norte (cf. DRYER, 2007)¹³⁵. As tendências, portanto, não podem ser alçadas a generalizações de ordem categórica, seja no nível do sintagma, da sentença ou ainda da interface entre sintaxe-prosódia. Além disso, não raro os postulados teóricos passam por refinadas revisões com a descoberta de

131 Para uma abordagem alternativa, cf. Van Eijk e Hess (1986).

132 Tradução nossa do original: “Nouns and verbs are variously defined for other languages. But whether looked at morphologically, syntactically, semantically, or logically, and whether at a surface or deep level, the notions ‘noun’ and ‘verb’ (as well as other traditional parts of speech) are not relevant in Salish”.

133 Para uma abordagem alternativa, cf. Yoder (2010).

134 O debate sobre o pirahã é muito amplo. Para mais informações, v. Everett (1986; 2005; 2007; 2009; 2013). Para uma abordagem alternativa, cf. Nevins et al. (2009a; 2009b) e Sauerland (2010).

135 É preciso esclarecer que Greenberg não trata dessa questão de forma categórica, conforme é possível notar no universal 4, por exemplo: “With overwhelmingly greater than chance frequency, languages with normal SOV word order are postpositional” (GREENBERG, 1966, p. 79). Os “contraexemplos” ao universal correspondente às adposições feita nesse trecho são usados apenas para fins de argumentação. Eles evidentemente não invalidam a proposta dos universais no que tange a essa questão, uma vez que tais universais, como propostos por Greenberg, não têm caráter determinístico.

diferentes fenômenos sintáticos em línguas de tipologia diversa ou mesmo de diferentes fenômenos de uma mesma língua já estudada (no âmbito da teoria gerativa, cf. LARSON, 1988, para a cisão do VP na concha v-VP; e ABNEY, 1987, para a hipótese DP).

Quando generalizações são feitas em interface com a prosódia, o terreno é ainda mais pantanoso, pois adiciona-se outro nível analítico que carrega características tão singulares quanto aquelas referentes à organização sintática que, em conjunto, formam uma unidade estrutural bastante complexa. Portanto, as generalizações elaboradas acerca de fenômenos sintáticos em interface com a prosódia requerem ou o estudo de línguas com certa variedade tipológica ou a redução do escopo das generalizações propostas. Considere o exemplo 11.1 do alemão extraído do corpus *Datenbank für Gesprochenes Deutsch* (SCHMIDT, 2014) e adaptado segundo os pressupostos teóricos e as normas de transcrição, segmentação e anotação informacional da L-AcT.

Exemplo 11.1

und den Kerl /=TOP= habe ich immer noch nicht //COM=
 e o-SG.ACC garoto ter-1SG.PRS.IND eu ainda não
 “e eu não tenho o garoto ainda”

De acordo com a proposta das ilhas semântico-sintáticas discutida na primeira parte deste trabalho, cada unidade informacional tem modalidade própria e autonomia sintática, o que se traduz no postulado de que os elementos morfossintáticos de uma unidade informacional são incapazes de estabelecer relações sintáticas com os elementos de outra unidade informacional, exceto nas unidades de Apêndice, que herdam a modalidade das respectivas unidades a que se referem. O exemplo do alemão acima desafia tal postulado na medida em que mostra um sintagma com um morfema acusativo exigido pelo verbo, algo que já evidencia uma relação sintática com a oração posterior. Além disso, mais interessante ainda é observar como os sintagmas estão distribuídos na oração em COM. Como o alemão é uma língua V2, o constituinte que se encontra na primeira posição força a ocorrência do sujeito para uma posição pós-verbal para resguardar o verbo em sua posição canônica, visto que a posição do sujeito já está ocupada por um sintagma acusativo (cf. MÜLLER 1995). Na ordem canônica, o sujeito ocorre sempre em posição pré-verbal: *Ich habe den Kerl immer noch nicht*. Portanto, o fenômeno em questão evidencia que as relações sintáticas podem ultrapassar as unidades

informativos. E esse é o principal problema que nos move a apresentar uma abordagem alternativa desconsiderando traços categóricos.

O que se extrai a partir desta discussão é que uma proposta sobre o domínio da sintaxe na fala deve apresentar um terceiro pré-requisito, referente à *plausibilidade tipológica*. Não obstante, isso é praticamente um paradoxo no nosso contexto. Remetemos à seção 4.5 que discute essa problemática. Elencamos como principais entraves (i) o fato de grande parte das descrições sintáticas de línguas não indo-europeias ser baseadas na eliciação de sentenças, (ii) a não disponibilização dos dados, para aqueles estudos que fazem uso de dados de fala espontânea e (iii) a falta de tratamento dos dados sob a perspectiva da L-AcT – transcrição, segmentação, anotação informacional e alinhamento –, para aqueles que disponibilizam os dados. O último fator torna-se crucial em face da afirmação de que “[e]mbora as quebras prosódicas sejam proeminentes também para não-nativos, eles não podem julgar de fato sua natureza terminal ou não-terminal” (CRESTI; MONEGLIA, 2018, p. 3)¹³⁶. Isso significa que mesmo que os dados de outras línguas sejam disponibilizados, apenas um falante nativo seria capaz de segmentar e anotar os textos. A justificativa para essa afirmação seria, segundo Cresti e Moneglia (2018), a de que “(...) a identificação da qualidade terminal de uma quebra prosódica não decorre de propriedades prosódicas intrínsecas (tons de fronteira ascendentes vs. descendentes), mas exige estritamente o acesso à competência linguística que fundamenta a interpretação pragmática” (CRESTI; MONEGLIA, 2018, p. 4)¹³⁷. Dessa maneira, a tarefa de segmentação envolve muito mais uma atividade de interpretação daquilo que ocorre no texto sob o ponto de vista informacional e de atos de fala – as categorias pragmáticas do arcabouço da L-AcT – bem como de construção textual do que propriamente a identificação de variações prosódicas que delimitam as quebras do ponto de vista da percepção. Dessa forma, perceber a qualidade (terminal e não-terminal) das quebras envolve o acesso ao léxico e, por conseguinte, aos aspectos gramaticais da língua, uma vez que a distribuição do léxico não se organiza de forma absolutamente randômica na fala espontânea. Com o uso de um áudio deslexicalizado, pressupõe-se que o falante não seria capaz de extrair a qualidade exata da quebra, e isso

136 Tradução nossa do original: “Although major prosodic breaks are prominent also to non-natives, they cannot really judge their terminal or non-terminal nature”.

137 Tradução nossa do original: “(...) the identification of the terminal quality in a major boundary does not follow from intrinsic prosodic properties (rising vs falling boundary tones), but strictly requires the access to the language competence which grounds the pragmatic interpretation”.

passa, conforme mencionado acima, pela competência relativa ao nível léxico-gramatical. Mas, salienta-se que só se pode ter certeza disso caso seja testado experimentalmente.

Do ponto de vista dos dados de *corpora*, nossa proposta não tem caráter universal, embora não desconsidere fenômenos sintáticos que possam interferir num nível mais abstrato na relação entre sintaxe-prosódia, como a morfologia de caso presente em muitas línguas. A proposta, portanto, emerge estritamente do estudo sobre a relação sujeito-predicado em espanhol, PB e inglês.

11.1.4 Resumo

Este capítulo mostrou que existem pré-requisitos específicos para a elaboração de uma proposta sobre o domínio da sintaxe da fala. Tais pré-requisitos estão relacionados desde particularidades estruturais das línguas até a escolha metodológica, que potencializa uma exploração mais profunda sobre a natureza da elaboração sintática na produção linguística. A investigação tipológica permite elaborar uma proposta mais robusta, tendo em vista que as generalizações no nível sintático são facilmente falseadas caso formuladas a partir da investigação de poucas línguas. Todavia, a elaboração de uma proposta será sempre incompleta, uma vez que não há dados de fala disponíveis de várias línguas que exibiriam importantes fenômenos inexistentes em línguas de que se dispõem de dados, deixando de contribuir, dessa maneira, para maior solidez da proposta. Esse cenário só emerge, evidentemente, se não se adota uma abordagem categórica para o tratamento dos dados. Neste capítulo, mostrou-se também que uma proposta sobre o domínio da sintaxe da fala deve dispor de um tratamento de categorização gramatical dos elementos sintáticos. Esse tratamento envolve informações teóricas formuladas a partir da observação do comportamento dos dados. Como o estudo da sintaxe tem longa tradição, embora a maior parte não relacionada propriamente ao estudo da fala, as teorias gramaticais apresentam um arcabouço de categorias sintáticas que pode ser utilizado para a análise da fala, desde que seu estatuto seja empírica e neurocognitivamente plausível. Dessa forma, a elaboração de uma nova categoria para o que se conhece sob o rótulo de objeto direto, por exemplo, seria desnecessária. Mostrou-se também a importância do papel da metodologia experimental como insumo para uma proposta sobre o domínio da sintaxe da fala. A abordagem psicolinguística permite explorar aspectos que o estudo de *corpora* não alcança. A relevância de se conhecer o que ocorre em tempo real durante a produção da fala é fundamental, pois elucida os estágios e os processos de elaboração do

enunciado até a sua emissão pelo locutor. A sintaxe perpassa por esses estágios para ser gerada, portanto é necessário compreender a maneira como esse processo acontece. Os dados relacionados a erros de produção admitem a elaboração de modelos de produção da fala. O que se observa, no que se refere à sintaxe, é o importante papel do léxico, que comporta as informações disponíveis para a organização sintática do enunciado, bem como a criação da estrutura sintática antes da ocorrência do processo de linearização. O próximo capítulo se destina a explorar alguns aspectos da relação entre a sintaxe e a prosódia do ponto de vista da produção linguística.

11.2. Algumas relações entre a sintaxe e a prosódia relacionadas à produção

Como não há enunciado sem prosódia e dada a importância da prosódia em vários aspectos da fala, é importante observar a relação entre esse componente e a sintaxe. Isso permitirá a elucidação do domínio e das fronteiras que se estabelecem entre o componente sintático e o prosódico. A ênfase deste capítulo será dada à produção em detrimento da percepção, uma vez que o que se identificará como o domínio da sintaxe da fala se fundamenta no processo de produção linguística, ou seja, é através da produção que se observam os estágios de elaboração sintática que culminam no produto que os *corpora* apresentam, isto é, nos enunciados veiculados pelos falantes. O escopo deste capítulo refere-se ao papel da prosódia em termos estritamente gramaticais, ou seja, em que medida a prosódia atua na composição gramatical do enunciado. Não nos interessam as demais funções pragmáticas, extra e paralinguísticas que a prosódia desempenha, já que elas, a princípio, não alteram a estrutura do sistema gramatical da língua.

Primeiramente, é preciso definir o que se entende por prosódia, dado que há vasta literatura sobre a sua relação com a sintaxe, porém esboçada sob diferentes perspectivas técnico-teóricas. Cutler et al. (1997) reportam esse problema ao afirmarem que o termo prosódia é usado de diferentes maneiras. Há desde um extremo que apresenta uma definição abstrata sem remeter à realização linguística propriamente dita, algo como “a estrutura que organiza o som”, até o outro extremo que o define a partir de uma perspectiva da realização, sendo usado, nesse caso, como sinônimo do conjunto dos traços suprasegmentais (*pitch*, intensidade, duração, pausa etc.), ou seja, nessa abordagem a prosódia seria a camada suprasegmental da fala. A segunda definição é a que foi considerada neste trabalho e o foco de interesse na relação entre a sintaxe e a prosódia reside no potencial de alcance dos traços suprasegmentais na estrutura sintática do

enunciado, isto é, como e de que modo esses traços afetam a organização e a construção da sintaxe.

11.2.1. O nível lexical: acento, alongamento silábico e tom

O acento distingue nomes de verbos no inglês, por exemplo, *récord* (nome) e *recórd* (verbo), sendo que os nomes dissílabos geralmente são acentuados na primeira sílaba e os verbos dissílabos, na segunda (cf. KELLY, 1992; LIBERMAN; PRINCE, 1977). A distinção que ocorre entre nomes e verbos no inglês está relacionada à duração dos segmentos, ou seja, a um correlato prosódico-acústico do acento (cf. SORENSON et al., 1978). Cooper et al. (1978) apresentam um princípio, denominado *Node Height Principle*, que estabelece que “(...) o alongamento no final de um constituinte é proporcional à sua altura na representação estrutural”¹³⁸ (COOPER et al., 1978, p. 174). O que esse princípio indica é que haverá um alongamento segmental numa determinada sílaba de uma palavra que se encontra na fronteira sintática de um constituinte, ocupando uma posição alta na estrutura sintática. Em sentenças ambíguas como *My Uncle Abraham presented his talk naturally*, em que o advérbio *naturally* tanto pode estar anexado ao VP indicando o modo com o tio Abraham apresentou sua palestra, quanto estar ligado diretamente no nóculo da sentença, indicando que é óbvio que o tio Abraham apresentou sua palestra, de acordo com esse princípio, haverá um alongamento silábico maior no segundo caso do que no primeiro.

Algumas línguas fazem distinção de palavras e entre classes palavras por meio do tom – o que se conhece por tom lexical. A língua mpi, da família sino-tibetana, falada na Tailândia, distingue nomes de verbos por meio de três padrões tonais, bem como palavras de uma mesma classe por meio de tons distintos. No exemplo abaixo, todas essas distinções acontecem a partir de um mesmo conteúdo segmental.

Tabela 19 – Padrões de tom lexical em mpi

	Nomes		Verbos
Tom alto	sí ‘quatro’	Tom médio-alto	sĩ ‘rolar’
Tom médio	sĩ ‘uma cor’	Tom baixo-médio	sĩ ‘estar pútrido’

138 Tradução nossa do original: “(...) lengthening at the end of a constituent is proportional do its height in the structural representation”.

Tom baixo	sì ‘sangue’	Tom alto-baixo	sî ‘morrer’
------------------	-------------	-----------------------	-------------

Fonte: Adaptado de Hyman (2016)

Além do tom lexical, algumas línguas apresentam o tom gramatical, isto é, um tom que distingue informações de ordem gramatical na palavra. O tom gramatical se refere “(...) ao tom que é atribuído pela gramática independentemente dos morfemas segmentais aos quais ele possa, em última instância, se vincular” (HYMAN, 2016, p. 6)¹³⁹. As possibilidades de informações que o tom gramatical pode exprimir são caso (em maasai), transitividade verbal (em kalabari), tempo (em gokana), entre outras (cf. HYMAN, 2016). O exemplo do maasai abaixo mostra como o tom gramatical pode indicar a categoria de caso.

Tabela 20 – Casos indicados por tom gramatical em maasai

	Nominativo	Acusativo	
Classe I	èlòkònyá	èlókónyá	‘cabeça’
	èncòmàtá	èncómátá	‘cavalo’
Classe II	èndèrònì	èndèrónì	‘rato’
	ènkólòpà	ènkòlópà	‘centopeia’
Classe III	òlmérégèsh	òlmèrègèsh	‘carneiro’
	òlósówùàn	òlósòwùàn	‘búfalo’
Classe IV	òmótònyî	òmótònyî	‘pássaro’
	òsínkìrrí	òsínkìrrí	‘peixe’

Fonte: Adaptado de Hyman (2016)

Na classe I, o padrão do nominativo é o último tom alto precedido por tons baixos, já no acusativo é o primeiro tom baixo seguido por tons altos. Na classe II, o nominativo é marcado por tons baixos, exceto na segunda sílaba, já no acusativo os tons são baixos, exceto na terceira sílaba. Na classe III, o nominativo tem dois tons altos e o acusativo apenas um. Já na classe IV, os tons não são marcados para caso. Para Hyman (2016), não há nada que o tom gramatical possa fazer que o tom lexical não faça (e vice-versa), e isso se deve ao fato de que ambos os tons são expoentes de morfemas. Vale destacar, portanto,

139 Tradução nossa do original: “(...) tone which is assigned by the grammar independently of the segmental morphemes to which it may be ultimately link”.

que essas informações gramaticais estão codificadas no léxico, embora sejam veiculadas com auxílio da prosódia – uma vez que o caso, por exemplo, é atribuído geralmente a nominais.

11.2.2. O nível sintático: ambiguidade estrutural

Há uma vasta literatura que analisa a relação entre sintaxe e prosódia em orações que apresentam ambiguidade estrutural, mas a maior parte dos estudos estão relacionados ao ponto de vista da percepção. O papel da prosódia na desambiguação estrutural é um fenômeno importante, pois ilustra como traços suprasegmentais podem interferir na distribuição dos constituintes. O estudo de Price et al. (1991), baseado em 35 pares de sentenças foneticamente semelhantes representando 7 tipos de ambiguidade estrutural¹⁴⁰, mostrou que os falantes conseguem separar os significados com base em diferenças de ordem prosódica. Contudo, isso ocorreu com apenas parte dos dados, isto é, a prosódia não funcionou como desambiguadora em todos os casos¹⁴¹. Do ponto de vista fonológico, os autores notaram que os falantes tendem a associar quebras prosódicas mais longas com fronteira de constituinte. O estudo de Scott (1982) indicou que os ouvintes usam informação rítmica e, em menor medida, de duração e de pausa¹⁴², para localizar uma fronteira de constituinte em sentenças ambíguas, como *Kate or Pat and Tony will come*. Contudo, Lehiste (1973) verificou que em casos de ambiguidade estrutural, os falantes só fazem uso de recursos prosódicos quando estão ativamente tentando desambiguar a sentença, ou seja, quando são pedidos explicitamente para fazê-lo.

140 Os tipos de ambiguidade estrutural do estudo foram (a) orações parentéticas vs. orações subordinadas não-parentéticas, (b) posições vs. sintagmas nominais ou preposicionais anexados, (c) orações matrizes ligadas por conjunções coordenativas vs. uma oração matriz e uma oração subordinada, (d) *tag questions* vs. sintagmas nominais anexados, (e) ligação distante vs. ligação perto do sintagma final, (f) ligação à esquerda vs. ligação à direita do sintagma intermediário, (g) partículas vs. preposições.

141 De modo geral, as situações de ambiguidade não são muito frequentes na fala espontânea, e o contorno prosódico nem sempre causa um efeito de total desambiguação. De certa feita, durante uma compra realizada por mim, a atendente do caixa informou o valor dizendo “vinte / e nove //”, mas logo em seguida especificou “vinte reais e nove centavos //”. Nesse caso, mesmo realizando uma quebra prosódica para diferenciar duas frações monetárias distintas, havia uma ambiguidade no enunciado causada pela omissão das respectivas frações (e sem possibilidade de desambiguação pela entoação emitida) – logo identificada pela falante, que percebeu que a informação prosódica não era suficiente para desfazê-la e sentiu a necessidade de realizar outro enunciado dessa vez não ambíguo. Ou seja, a quebra prosódica nesse caso específico não serviu para diferenciar duas estruturas, isto é, dois numerais em coordenação de um único numeral.

142 O que alguns autores denominam como “pausa” corresponderia ao objeto que na L-AcT se denomina como “quebra”. Preferiu-se manter o termo conforme o original dos textos.

Segundo Beach (1991), o *pitch* e a duração podem influenciar a predição de estruturas com ambiguidade temporária, como em *Jay believed the gossip...*, em que o complemento do verbo pode ser um objeto direto ou uma oração completiva. Os resultados indicaram que os falantes identificaram uma ou outra estrutura quando há uma prosódia típica associada para cada estrutura, ou seja, os falantes usam a informação prosódica como predição para uma eventual estrutura sintática. No entanto, a autora defende que não existe um limiar de mapeamento de 1:1 entre um padrão prosódico e uma estrutura sintática. Ela diz que a influência que a prosódia exerce na identificação de uma estrutura está relacionada a uma restrição sobre uma interpretação sintática baseada no grau relativo entre um padrão prosódico típico e os eventuais membros de um conjunto de possíveis estruturas sintáticas. Isso significa que há uma relação probabilística entre padrões prosódicos e estruturas sintáticas armazenadas na memória.

Apesar de haver vários estudos indicando a influência da prosódia na interpretação de sentenças ambíguas, esse tipo de estrutura parece estar mais relacionada à pesquisa linguística do que algo corrente na fala e na consciência dos falantes. Allbritton et al. (1996) desenvolveram um estudo comparando a realização de pistas prosódicas de dois grupos de falantes (treinados e não treinados) sob duas condições (falantes informados sobre o propósito do experimento e falantes não informados), na leitura de sentenças com ambiguidade. O grupo de falantes treinados era composto por atores amadores e profissionais, bem como por radialistas. Os falantes deveriam ler um texto contendo algumas orações ambíguas, sendo que o contexto de cada parágrafo demandava um significado específico para cada oração. Os autores descobriram que a maior parte dos falantes tanto treinados quanto não treinados não produziram pistas prosódicas para a desambiguação das sentenças. Eles afirmam que os falantes treinados só produziram a prosódia apropriada para cada tipo de contexto quando se mostravam os dois significados lado a lado e quando se pedia para pronunciar a mesma sentença duas vezes, uma vez para cada significado, isto é, quando eram instruídos a respeito do que deveriam fazer. A conclusão dos autores consiste de uma crítica a respeito do paradigma experimental na investigação desse tipo de fenômeno. Eles dizem que

[a] prosódia produzida pelos falantes em nossos experimentos estava claramente sob seu controle volitivo – eles produziram pistas confiáveis quando pedimos a eles para fazê-lo. O que não sabemos é se essas pistas são as mesmas que seriam produzidas para sentenças ambíguas geradas espontaneamente em um ambiente natural. A consequência direta é que não se pode descobrir com resultados típicos de cenários experimentais

quais pistas prosódicas para a sintaxe (se houver) os mecanismos da compreensão humana usam em um ambiente natural (ALLBRITTON et al. 1996, p. 731).

Os autores ainda oferecem duas possíveis explicações para os resultados: ou a importância da prosódia para determinar um significado específico para uma estrutura sintática ambígua é relativamente mínima se comparada com outras informações presentes no contexto discursivo, ou o que os participantes produzem em condições experimentais não reflete o que ocorreria numa situação natural de fala espontânea. Diante disso, é preciso compreender até onde a prosódia atua gramaticalmente na fala espontânea, algo que será abordado na próxima seção.

11.2.3. Abrangência e restrições na relação entre prosódia e sintaxe

A incursão que foi feita neste capítulo, bem como o que já havia sido discutido nas duas partes anteriores deste trabalho mostra que a prosódia atua gramaticalmente no nível lexical para distinguir palavras, classes de palavras, indicar caso, transitividade, tempo etc., e no nível oracional para fornecer uma interpretação específica para possíveis sequências ambíguas. No nível pragmático, a prosódia segmenta constituintes sintáticos em unidades informacionais e essas unidades podem abrigar elementos que não apresentam relação sintática com outros elementos de outras unidades informacionais. Na segmentação informacional, a prosódia ainda pode dividir orações complexas e, em alguns casos, fazer distinção semântica entre orações (como causa direta e indireta). Os fenômenos que ocorrem na interface entre sintaxe e estrutura informacional e em outras categorias pragmáticas, como foco, são amplos. Contudo, o escopo da prosódia, em termos gramaticais, isto é, excetuando sua contribuição pragmática, é restrito. Todos os aspectos gramaticais em que a prosódia age parece obedecer a critérios de economia linguística. Dispor de um conjunto de itens em que se codificam na camada suprasegmental informações que poderiam ser expressas por outros itens constituiria um princípio econômico no sistema linguístico.

Em relação à ambiguidade estrutural, o único estudo a que tivemos acesso e que analisa essa questão com uso de *corpus* de fala não faz menção à prosódia como candidata ao papel de desambiguação de sentenças no holandês (cf. JANSEN, 2005). A ambiguidade considerada no estudo diz respeito ao posicionamento do sujeito e do objeto (S-O e O-S), sendo possível ambas as ordens na fala. O autor lista quatro desambiguadores: caso, concordância, semântica e contexto – a semântica e o caso foram

os componentes que mais atuaram na desambiguação das estruturas analisadas. Embora não fique claro se a prosódia atua efetivamente na desambiguação de sentenças na fala, o que se nota é que existe um princípio de economia linguística, uma vez que há duas estruturas que poderiam indicar duas interpretações diferentes, talvez refletindo num nível mais elevado o que já ocorre no nível lexical em termos de polissemia. Usando o exemplo ilustrado na seção 11.2.1 – *My Uncle Abraham presented his talk naturally* – é possível observar que a ambiguidade ocorre, em parte, devido ao fato de o advérbio possuir três significados, conforme informa o Cambridge Dictionary: 1. As you would expect, “*Naturally he was disappointed to fail the exam*”, 2. In a normal way, “*Relax and try to act naturally*”, 3. Existing or happening as part of nature and not made or done by people, “*Most fruit is naturally sweet*”. A ambiguidade deixaria de existir caso fosse usado o advérbio *obviously*, por exemplo, que apresenta apenas um significado conforme aponta o mesmo dicionário consultado. Ademais, a ambiguidade da sentença poderia ser desfeita pelo contexto linguístico-pragmático, que possivelmente exigiria apenas uma das duas interpretações possíveis. De qualquer maneira, o mesmo princípio que atua no nível lexical também parece atuar no nível oracional. Os âmbitos em que a prosódia desempenha uma função gramatical e de regulação da estrutura sintática são muito restritos para considerá-la o domínio da sintaxe da fala – isso evidentemente não diminui sua importância nos fenômenos de natureza pragmática que estão em interface. Apesar disso, a prosódia pode fornecer pistas importantes para identificar o domínio da sintaxe da fala.

Embora não seja o escopo deste trabalho, as sequências interrompidas levantam um ponto importante. O fato de que haja a possibilidade de uma sequência linguística ser interrompida mostra que a estrutura sintática se mantém ativa mesmo com a inserção de elementos dentro de seu domínio. Essas interrupções são de natureza textual-pragmática e não interferem no processo de formação ou no potencial de dependência dos constituintes. A estrutura sintática provavelmente já está formada antes de esse tipo de interrupção acontecer. Dessa forma, o falante provavelmente manteria em sua memória a estrutura outrora planejada e, durante a execução da fala, cindiria essa estrutura inserindo um conteúdo linguístico geralmente independente entre unidades sintáticas, por motivos manifestos na função das próprias unidades informacionais. Não por acaso as unidades que interrompem as estruturas sintáticas são relativamente curtas e têm uma taxa de articulação elevada em comparação com o restante do enunciado. São geralmente unidades de PAR ou algumas dialógicas – a função do PAR é justamente fornecer

informações adicionais sobre o texto. Retirar o conteúdo do PAR não altera a estrutura sintática e o sentido das orações. Os seguintes exemplos ilustram esse fenômeno no inglês (CAVALCANTE; RAMOS, 2016).

Exemplo 11.2 - afamcv03

*TOC: [238] **my friend** /=TOP= Bob Heins /=PAR= stayed for twenty years //COM=

Exemplo 11.3 - afamvn06

*JIM: [28] and [/1]=EMP= and /=AUX= to me that [/1]=SCA= that always symbolized /=i-COM= kinda rather clearly /=PAR= **the limitations of the scientific method** //COM=

Exemplo 11.4 - afamd104

[182] we have several scars /=COB= in this barn /=PAR= **from people bouncing off of trees hhh** //COM=

Exemplo 11.5 - afamvn01

[49] you know /=AUX= there isn't /=i COB= really /=PAR= **any girl farriers** /=COB= around anywhere //COM=\$

Nos exemplos acima, cada unidade de PAR interrompe uma estrutura sintática: sujeito, objeto direto, adjunto e um verbo de ligação, respectivamente. De acordo com estudos psicolinguísticos, os falantes produzem uma estrutura sintática e depois atribuem informações prosódicas, como duração e acento, (cf. FERREIRA, 1993; COOPER, 1980). Isso poderia explicar o fato de que as interrupções que acontecem por meio da unidade de PAR sempre ocorrem em pontos sintagmáticos específicos, e não de forma desordenada, entre determinante e nome, por exemplo. A taxa de articulação elevada marca o contraste entre um conteúdo que não faz parte da oração e a estrutura sintática planejada antes da interrupção. Além disso, parece que na grande maioria dos casos, a segmentação informacional respeita os constituintes sintáticos. Portanto, não seria muito frequente a ocorrência de dados como 11.6a na fala espontânea, em que a estrutura interna do adjunto se encontra em unidades diferentes:

Exemplo 11.6

- a. o cinzeiro de /=TOP= vidro fica aqui //COM=
- b. o cinzeiro /=TOP= de vidro /=TOP= fica aqui //COM=
- c. o cinzeiro de vidro /=TOP= fica aqui //COM=
- d. o cinzeiro de vidro fica aqui //COM=

A segmentação informacional, nesse caso, parece quase sempre respeitar o limite dos constituintes, sendo menos provável dividir o PP de seu respectivo nome interno – ainda que isso não seja impossível. O que isso significa é que em termos de frequência, provavelmente cisões como 11.6a ocorram em menor número na fala espontânea. Ou o modificador é segmentado resguardando o constituinte formado pelo PP como em (b), ou a segmentação ocorre num nível maior em que o NP e seu modificador se separam informacionalmente do VP como em (c), ou ainda este NP pode não ser segmentado, como em (d). Isso poderia evidenciar que a segmentação de enunciados em unidades informacionais específicas ocorre num domínio distinto daquele da construção da sentença. E isso se deve mais à motivação pragmática de segmentação do que a uma propriedade intrínseca da sentença ou da dominância da prosódia sobre a construção da sentença. Elementos internos do constituinte podem ser divididos em casos de SCA ou de TMT, mas esses tipos de quebra prosódica assinalam apenas disfluências da fala e não constituem unidades com valor informacional, ou seja, não são unidades com motivação pragmática, emitidas voluntariamente.

Outra consideração importante é que tampouco se espera que constituintes sem relação sintática ocupem uma posição dentro da mesma unidade informacional. Na parte II deste trabalho, investigou-se justamente a possibilidade de NPs estando em TOP manterem relação sintática com o conteúdo da unidade seguinte, sendo que todos aqueles que não estabeleciam relação, evidentemente, também ocupavam a unidade de TOP. A língua parece barrar sequências de itens sem relação sintática dentro de uma mesma unidade informacional. Do ponto de vista de distribuição lexical, uma das funções das unidades informacionais seria, portanto, abrigar estruturas sintaticamente independentes. É preciso dizer que as unidades informacionais não são unidades motivadas sintaticamente, mas refletem princípios de distribuição sintática na medida em que possíveis restrições atuam na alocação de itens lexicais dentro de seus domínios, bem como refletem as possibilidades de cisão de constituintes de forma regularizada. A partir dessas considerações, uma proposta para o domínio da sintaxe da fala começa a ser delineada.

Observar a produção linguística de sujeitos que têm a sintaxe comprometida pode lançar luzes sobre as questões discutidas nesta seção, bem como sobre a proposta a ser elaborada. Para explorar essa questão, no próximo capítulo será discutida a realização de enunciados em indivíduos com afasia.

11.3. O desempenho do componente sintático nas afasias

O termo afasia recobre variantes de um mesmo distúrbio relacionado amplamente à compreensão e/ou elaboração da linguagem em razão da existência de lesões em algumas áreas do cérebro (cf. DAMASIO, 1992). A essência da afasia seria “um distúrbio do processamento linguístico, uma ruptura dos mecanismos de tradução do pensamento para a linguagem” (DAMASIO, 1992, p. 531). Disso pode resultar no comprometimento de praticamente qualquer faceta da linguagem, desde o processamento da representação escrita até dificuldades relacionadas à fonologia, passando pela morfologia, sintaxe, léxico etc.

As afasias são classicamente definidas em fluentes e não fluentes, anteriores e posteriores ou expressivas e receptivas. As afasias fluentes são aquelas em que o sujeito consegue falar de forma relativamente plena, sem muitas hesitações ou dificuldades de se expressar, embora as palavras possam não transmitir o sentido que foi pretendido pelo falante. Devido ao fato de que nesse tipo de afasia há maior dificuldade na compreensão do que na produção, ela também recebe o nome de receptiva. Por fim, o termo posterior pode se aplicar em função da tendência de esse tipo de afasia estar relacionada a lesões no lobo temporal do cérebro (cf. HALLOWELL, 2017; EDWARDS, 2005).

As afasias não fluentes, por sua vez, são aquelas em que o sujeito apresenta maior dificuldade na produção da linguagem – por isso, também se usa o termo afasia expressiva – que está associada à realização de poucas palavras, geralmente, com ausência de itens funcionais para articulação do discurso. Esse tipo de afasia recebe o nome de anterior por estar relacionada a lesões no lobo frontal (cf. HALLOWELL, 2017; MENN et al. 1995). Não obstante, Hallowell (2017) menciona que apesar das classificações e dos rótulos, os sujeitos dificilmente se encaixam em todos os parâmetros que compõem um subtipo de afasia, sobretudo pelo fato de que os sintomas podem mudar com o passar do tempo. Embora haja diferentes afasias, interessa-nos as denominadas clássicas, isto é, a afasia de Broca e a afasia de Wernicke. A importância de considerar a fala de sujeitos acometidos por afasia reside no fato de que se pode observar com maior transparência as camadas

estruturais da linguagem. Quando prejudicados, os aspectos sintáticos ou semânticos, por exemplo, podem ser de certa maneira isolados para análise linguística, sobretudo, ao serem comparados com a fala normal, podendo-se revelar, dessa maneira, como a linguagem é construída a partir de componentes fundamentais em estado corrompido.

11.3.1 Afasia de Broca

Na afasia de Broca, a produção e o processamento da sintaxe são prejudicados. Esse tipo de afasia é caracterizado por “(...) uma conversa não fluida, pela diminuição da expressão verbal, maior esforço para falar, menor extensão das orações realizadas, disprosódia¹⁴³ e agramatismo” (LOVE; WEBB, 1988)¹⁴⁴. A compreensão de estruturas gramaticalmente mais complexas também é comprometida. Por exemplo, os sujeitos com afasia de Broca tendem a apresentar dificuldade na compreensão da passiva reversível, como em *Filipe foi beijado por Andressa*, em que seria plausível que tanto Filipe quanto Andressa realizassem a ação de beijar, diferentemente da passiva não reversível como *A bola foi chutada por Ronaldo*, em que apenas Ronaldo tem a capacidade de realizar a ação de chutar. Embora essa dificuldade não seja uma regra para todos os sujeitos (BERN et al. 1996). O conhecimento das regras gramaticais da língua parece, em alguns casos, não ser afetado pela afasia, tendo em vista que alguns sujeitos afásicos conseguem julgar a gramaticalidade de certas estruturas num nível acima da chance (LU et al. 2000). Nesse caso, o problema parece estar mais relacionado à implementação das regras.

O agramatismo é caracterizado pela ausência de palavras funcionais (preposições, conjunções, pronomes, verbos auxiliares) na fala. Como o discurso agramático se desenvolve majoritariamente por meio de palavras de conteúdo (nomes, verbos, adjetivos, advérbios), permeado por orações curtas e sintagmas simples, a fala dos sujeitos recebe o nome de telegráfica. Ausência de flexão ou flexão inapropriada no verbo também é um traço característico na afasia de Broca (FAROQI-SHAH; THOMPSON, 2007). Além disso, pode haver disnomia – incapacidade de nomear objetos mesmo quando são percebidos ou dificuldade para encontrar as palavras (COELHO et al. 2000) e

143 A disprosódia é entendida como “un mutamento delle qualità vocali che in alcuni pazienti dà origine alla sindrome del cosiddetto “accento straniero”, generalmente associata alle forme di afasia non fluente e che comporta principalmente lesioni dell’emisfero destro. In questo caso, gli aspetti emotivi possono rimanere intatti, implicando unicamente compromissione degli aspetti articolatori del discorso associati alla produzione, pronuncia e intonazione dell’enunciato” (BALCONI, 2008, p. 27).

144 Tradução nossa do original: “(...) una conversación no fluida, disminución de la expresión verbal, mayor esfuerzo para hablar, menor longitud en las oraciones expresadas, disprosodia y agramatismo”.

circumlocações – uso de descrições para definir uma palavra simples, o que popularmente se conhece como rodeio, por exemplo, a descrição *o lugar onde se vende coisas* em substituição à palavra *loja* (STEIN, 2004). Como consequência a todos problemas relacionados a esse tipo de afasia, as disfluências na fala dos sujeitos afásicos chegam a ser três vezes mais frequentes do que na fala normal (YAIRI et al. 1981). A qualidade de vida dos sujeitos, incluindo atividades relativas à socialização, tende a ser pior do que a dos indivíduos normais, o que causa danos psicológicos e emocionais (PALLAVI et al. 2018).

Apresenta-se abaixo um trecho da fala de um sujeito com afasia de Broca¹⁴⁵. Constitui-se de uma pequena entrevista que foi transcrita, segmentada, alinhada e anotada informacionalmente por nós nos moldes dos *corpora* C-ORAL seguida da tradução. É possível notar que vários dos traços reportados acima estão presentes na fala do sujeito.

Exemplo 11.7 – Fala de indivíduo com afasia de Broca (inglês)

*MEG: [1] can you tell us your name //COM=
 *MIK: [2] I /=SCA= Mike Caputo //COM=
 *MEG: [3] and Mike /=INT= when was your stroke //COM=
 *MIK: [4] I was [/2]=EMP= &he /=TMT= seven /=SCA= years /=SCA= ago //COM=
 *MEG: [5] okay //COM=
 *MIK: [6] and +=EMP=
 *MEG: [7] and /=AUX= what did you used to do //COM=
 *MIK: [8] &he /=TMT= well /=AUX= &he /=TMT= worked //COM= [9] &he /=TMT= Autodesk //COM= [10] &he /=TMT= seven [/1]=EMP= seven /=SCA=
 *WIF: [11] sales //COM=
 *MIK: [12] / sales //COM= [13] sales /=COB= and /=AUX= worldwide //COM=
 [14] and /=AUX= very good //COM= [15] yeah //COM=
 *MEG: [16] okay //COM= [17] and who are you looking at over there //COM= [18] when you <turn your head> //COM=
 *MIK: [19] <that's my> /=SCA= wife //COM=
 *MEG: [20] okay //COM= [21] and why is she helping you /=COM= to talk //APC=
 *MIK: [22] &he /=TMT= she is [/2]=EMP= &he /=TMT= speech //COM= [23] &he /=TMT=
 *MEG: [24] so you have trouble with your speech //COM=
 *MIK: [25] / yeah //COM= [26] yeah //COM=
 *MEG: [27] and what's that called //COM=
 *MIK: [28] &he /=TMT= phasia //COM=
 *MEG: [29] alright //COM= [30] and /=AUX= so why don't you work now //COM=
 *MIK: [31] &he /=TMT= I [/1]=EMP= I [/1]=EMP= well /=AUX= I /=SCA= do //COM=

¹⁴⁵ Os trechos de fala de sujeitos com afasia mostrados nesta seção e na próxima foram retirados do *site* da instituição Tactus Therapy.

*MEG: [32] and what do you do now //COM=
 *MIK: [33] &he /=TMT= Voices of Hope /=COB= Aphasia //COM=
 *MEG: [34] and what is Voices of Hope //COM=
 *MIK: [35] &he /=TMT= Peterburgh / &he /=TMT= Peterburgh //COM= [36]
 and /=AUX= &he /=TMT= doctor /=SCA= Hinckley /=TOP= and /=AUX= &he
 /=TMT= and /=AUX= &he /=TMT= my / self / &he /=TMT= founder //COM= [37]
 founder /=SCA= for me //COM= [38] and /=AUX= &he /=TMT= I [/1]=EMP= I
 [/1]=EMP= &he /=TMT= members [/1]=EMP= &he /=TMT= members [/1]=EMP= &he
 /=TMT= the [/1]=EMP= the /=SCA= &he /=TMT= members /=SCA= probably
 /=SCA= seven /=SCA= six /=SCA= zero /=SCA= people //COM=
 *MEG: [39] so /=AUX= sixty people /=TOP= are part of Voices of Hope
 //COM=
 *MIK: [40] yes //COM=
 *MEG: [41] which is an aphasia support group //COM=
 *MIK: [42] yes //COM=
 *MEG: [43] that you founded //COM=
 *MIK: [44] yes //COM=
 *MEG: [45] and doctor Jackie Hinckley is part of that //COM=
 *MIK: [46] yes //COM=
 *MEG: [47] okay //COM= [48] great //COM=
 *WIF: [49] it's not a support group //COM=
 *MIK: [50] no //COM=
 *WIF: [51] <it's a /=SCA= program> //COM=
 *MIK: [52] <it's /=SCA= programs> //COM= [53] it's [/1]=EMP= it's
 /=SCA= &he /=TMT= three / month [/2]=EMP= three /=SCA= days /=COB= &he
 /=TMT= &he /=TMT= Monday /=COB= Wednesday /=COB= Friday //COM= [54]
 and /=AUX= the [/1]=EMP= the [/1]=EMP= &he /=TMT= and they /=SCA= laugh
 /=COB= and [/1]=EMP= and /=AUX= talked /=COB= &he /=TMT= music /=SCA=
 hear //COM= [55] this [/1]=EMP= this beautiful /=COB= it's [/1]=EMP=
 you know //COM=
 *MEG: [56] great //COM=
 *MIK: [57] yeah //COM=
 *MEG: [58] can you tell me /=TOP= &he /=TMT= what does it feel like
 /=SCA= to have aphasia //COM=
 *MIK: [59] &he /=EMP= it's [/1]=EMP= it's /=SCA= hard //COM= [60] it's
 /=SCA= &he /=TMT= well /=AUX= it's [/1]=EMP= speech /=TOP= it's /=SCA=
 like / &he /=TMT= words that don't /=SCA= understand //COM= [61] brain
 is good //COM= [62] you know //COM= [63] &he /=TMT= but it's /=SCA=
 &he /=TMT= speech / like /=SCA= &he /=TMT= I don't know /=COB= it's like
 /=SCA= &he /=TMT= words /=SCA= yuk hhh //COM=
 *MEG: [64] okay //COM=
 *MIK: [65] yeah //COM=
 *MEG: [66] alright /=AUX= thank you so much //COM= [67] bye bye //COM=
 *MIK: [68] bye bye //COM=

Exemplo 11.8 – Fala de indivíduo com afasia de Broca (tradução)

*MEG: [1] você pode nos dizer seu nome //
 *MIK: [2] eu / Mike Caputo //
 *MEG: [3] e Mike / quando ocorreu seu avecê //
 *MIK: [4] eu estava [/2] &he / sete / anos / atrás //
 *MEG: [5] certo //
 *MIK: [6] e +

*MEG: [7] e / o que você costumava fazer //

*MIK: [8] &he / bem / &he / trabalhava // [9] &he / Autodesk // [10] &he / sete / sete /

*WIF: [11] vendas //

*MIK: [12] / vendas // [13] vendas / e / mundo todo // [14] e / muito bom // [15] sim //

*MEG: [16] certo // [17] e para quem você está olhando ali // [18] quando você <vira a cabeça> //

*MIK: [19] <essa é minha> / esposa //

*MEG: [20] certo // [21] e por que ela está te ajudando / a falar //

*MIK: [22] &he / ela está [/2] &he / fala // [23] &he /

*MEG: [24] então você tem problemas com sua fala //

*MIK: [25] / sim // [26] sim //

*MEG: [27] e como isso se chama //

*MIK: [28] &he / fasia //

*MEG: [29] tudo bem // [30] e / por que você não trabalha agora //

*MIK: [31] &he / eu / eu [/2] bem / eu / trabalho //

*MEG: [32] e o que você faz agora //

*MIK: [33] &he / Voices of Hope / Aphasia //

*MEG: [34] e o que é Voices of Hope //

*MIK: [35] &he / Peterburgh / &he / Peterburgh // [36] &he / e / &he / doutora / Hinckley / e / &he / e / &he / eu / mesmo / &he / fundador // [37] fundador / para mim // [38] e / &he / eu / eu [/2] &he / membros / &he / membros / &he / os [/1] os / &he / membros / provavelmente / sete / seis / zero / pessoas //

*MEG: [39] então / sessenta pessoas fazem parte do Voices of Hope //

*MIK: [40] sim //

*MEG: [41] que é um grupo de apoio à afasia //

*MIK: [42] sim //

*MEG: [43] que você fundou //

*MIK: [44] sim //

*MEG: [45] e a doutora Jackie Hinckley faz parte disso //

*MIK: [46] sim //

*MEG: [47] certo // [48] ótimo //

*WIF: [49] não é um grupo de apoio //

*MIK: [50] não //

*WIF: [51] <é um> / programa //

*MIK: [52] <são / programas> // [53] é [/1] é / &he / três / meses [/2] três / dias / &he / segunda-feira / quarta-feira / sexta-feira // [54] e / o [/1] o [/1] &he / e eles / riem / e [/1] e / conversaram / &he / música / ouvir // [55] isso [/1] isso bonito / é [/1] sabe //

*MEG: [56] ótimo //

*MIK: [57] sim //

*MEG: [58] você pode me dizer / &he / como é / ter afasia //

*MIK: [59] &he / é [/1] é / difícil // [60] é / &he / bem / é [/1] fala / é / como / &he / palavras que não / entendo // [61] o cérebro está bom // [62] sabe // [63] &he / mas é / &he / fala / como / &he / não sei / é como / &he / palavras / yuk hhh //

*MEG: [64] tudo bem //

*MIK: [65] sim //

*MEG: [66] certo / muito obrigado // [67] tchau tchau //

*MIK: [68] tchau tchau //

Em primeiro lugar, chama atenção o quanto a disfluência afeta a fala de MIK, seja pela alta quantidade de escansão, tomada de tempo ou *retracting*. Isso faz com que o tempo de cada turno seja consideravelmente mais longo quando há maior elaboração do conteúdo linguístico, ainda que a produção não reflita uma articulação sintática complexa. Também é bastante perceptível a fala de estilo telegráfico, composta majoritariamente por nomes, adjetivos e verbos, além de expressões fixas como *you know*, *it's like* e itens reguladores do discurso como *and* e *well*. Quando o conteúdo linguístico é mais complexo, o falante tende a produzir, da maneira como lhe é possível, palavras ajustadas a uma entoação que indica um sinal de continuidade discursiva. A baixa articulação sintática causada pela ausência de morfemas funcionais é compensada pela informação prosódica que, além de garantir a manutenção do turno, tende a substituir a função evocada por tais morfemas, a fim de gerar o efeito semântico de composicionalidade outrora prejudicado pelos problemas que a afasia provoca.

Alguns traços da fala de MIK dignos de nota são as ausências do verbo de ligação no enunciado 2, do pronome sujeito no enunciado 8, da preposição no enunciado 9 (MIK trabalhava na área de vendas da empresa de desenvolvimento de *softwares* chamada Autodesk), o *priming* da palavra *seven* mencionada no enunciado 4 com o intuito de produzir a palavra *sales* no enunciado 10, ausência de sujeito e verbo de ligação no enunciado 14, nomes em substituição a conteúdos mais complexos do ponto de vista lexical e sintático, como *speech* no enunciado 22 (provavelmente, MIK desejava dizer que sua esposa estava ajudando-lhe com questões relacionadas à fala, tendo em vista que ele tem problemas nessa área), esse fenômeno se repete nos enunciados 33 e 35, ausência de verbo de ligação no enunciado 36 e do determinante e morfema plural em *founder*, ausência de verbo no enunciado 38, decomposição dos numerais setenta ou sessenta pelas suas contrapartes representacionais escritas, isto é, 60 (seis e zero) e 70 (sete e zero), flexão de passado inapropriada em *talked* no enunciado 54, ausência de articulação sintática e verbo inapropriado em *music hear* (provavelmente, MIK queria dizer *they listen to music*) no enunciado 54, ausência de verbo de ligação no enunciado 55. Além disso, parece haver uma troca do centro semântico ativo do qual os argumentos se distribuem em torno do verbo, o que gera uma reestruturação sintática “apassivada” da marcação de núcleos característica de uma língua VO como o inglês para a estruturação de uma língua OV como o japonês, tal como ocorre em *founder for me* em substituição a *I'm one of the founders* (adposição+nome para nome+adposição), *music hear* em substituição a *they listen to music* (verbo+objeto para objeto+verbo), *words that don't*

understand em substituição a *I don't understand some words* (verbo+objeto para objeto+verbo, nesse caso o complementizador é exigido para desfazer a interpretação ativa que a oração teria se ele não estivesse presente).

11.3.2. Afasia de Wernicke

Na afasia de Wernicke, a capacidade de compreensão do significado de palavras e sentenças é afetada, embora a produção de fala articulada se mantenha relativamente inalterada. Os sujeitos conseguem realizar sentenças gramaticalmente corretas e com prosódia comum, apesar de que tais sentenças não façam muito sentido do ponto de vista semântico. As principais características desse tipo de afasia incluem a criação de neologismos, parafasias, logorreia, pressão de fala, perseverança contínua e graves dificuldades com leitura e escrita (HALLOWELL, 2017). As parafasias dizem respeito à substituição de palavras ou parte de palavras. Esse fenômeno ocorre no nível semântico ou fonêmico (BUTTERWORTH, 1979; LEWIS; SOARES, 2000). Por exemplo, a substituição de *orelha* por *nariz* (palavras do mesmo campo semântico) ou de *carro* por *escada* (palavras de campos semânticos diferentes), assim como a substituição de fonemas em *tegetal* para *vegetal*. A logorreia se refere a uma produção excessivamente fluente ou, dito de outra maneira, uma compulsão para falar que resulta num discurso sem sentido com uma profusão de sentenças desconexas (ARSENI; DĂNĂILĂ, 1977). A pressão de fala (*press of speech*) indica que o falante segue produzindo seu discurso mesmo quando aquilo que é dito não faça o menor sentido para seu interlocutor, de forma a quebrar convenções sociais relacionadas à interação linguística (GOODGLASS; KAPLAN, 1983). A perseverança contínua diz respeito a um comportamento linguístico repetitivo a partir de um estímulo prévio. Por exemplo, depois de dizer *piano*, quando lhe é apresentado a imagem de um piano, o sujeito continua dizendo a palavra *piano* para imagens que ilustram violino, violoncelo, viola etc. Esse fenômeno ocorre nos níveis lexical, semântico e fonêmico (JAKOBSON, 1956; DAMASIO, 1992; BASTIAANSE et al. 1996).

O trecho de fala a seguir é de um sujeito com afasia de Wernicke causada por um AVC. É possível observar vários dos fenômenos mencionados acima na fala de BYR. Um fato a ser destacado é a aparente incongruência entre o contorno prosódico e o conteúdo semântico de sua fala, isto é, a entoação que ele imprime é relativamente inapropriada

pragmaticamente para algumas partes do conteúdo que ele profere, algo típico de sujeitos com afasia de Wernicke.

Exemplo 11.9 – Fala de indivíduo com afasia de Wernicke (inglês)

*MEG: [1] hi Byron // =COM= [2] how are you // =COM=
 *BYR: [3] I'm happy / =COB= are you pretty // =COM= [4] you look good // =COM=
 *MEG: [5] what are you doing today // =COM=
 *BYR: [6] we stayed with the water over here at the moment / =COB= and talk with the people / =COM= for them over there // =APC= [7] they're diving for them / =COM= at the moment // =APC= [8] but they'll save in the moment / =COB held water / =TOP= very soon // =COM= [9] for him // =COM= [10] with luck // =COM= [11] for him // =COM=
 *MEG: [12] so we're on a cruise / =COB= and we're about <to get to Juneau> +=EMP=
 *BYR: [13] <we will sort right> here / =TOP= and they'll save their hands right there // =COM= [14] <for them> // =COM=
 *MEG: [15] <and> +=EMP= [16] what were we just doing with the iPad // =COM=
 *BYR: [17] &he / =TMT= right at the moment / =TOP= they don't show a darn thing hhh // =COM=
 *MEG: [18] with the iPad / =COM= that were we doing // =APC= [19] we [/1]=EMP= like / =SCA= here // =COM=
 *BYR: [20] I'd like my change for me / =COB= and change hands for me // =COM= [21] it would happy // =COM= [22] I would talk with Donna sometimes // =COM= [23] we're out with them // =COM= [24] other people are working with them and them // =COM= [25] I'm very happy with them // =COM=
 *MEG: [26] good // =COM=
 *BYR: [27] this girl with verly good // =COM= [28] and happy // =COM= [29] and I play golf // =COM= [30] and hit up trees / =COB= we play out with the hands / =COB= we save a lot of hands on hold for peoples / =COM= for us // =APC= [31] other hands // =COM= [32] I don't know what you get / =CMM= but I talk with a lot of hand for him // =CMM= [33] sometime // =COM= [34] am I talk of anymore to saying // =COM=
 *MEG: [35] alright // =COM= [36] thank you very much // =COM=
 *BYR: [37] thank you very much / =COB= I appreciate it / =COB= and I hope the world lasts for you // =COM=
 *MEG: [38] thank you / it's been a pleasure // =COM= [39] bye-bye // =COM=
 *BYR: [40] have a good day // =COM=

Exemplo 11.10 – Fala de indivíduo com afasia de Wernicke (tradução)

*MEG: [1] oi Bryron // [2] como vai //
 *BYR: [3] estou feliz / você é bonita // [4] você parece bem //
 *MEG: [5] o que você está fazendo hoje //
 *BYR: [6] nós ficamos com a água aqui por agora / e conversamos com as pessoas / para eles por ali // [7] eles estão mergulhando para eles / por agora // [8] mas eles vão guardar no momento / contiveram a água / em breve // [9] para ele // [10] com sorte // [11] para ele //
 *MEG: [12] então nós estamos num cruzeiro / e estamos <chegando em

Juneau> +
 *BYR: [13] <nós vamos separar por> aqui / e eles vão guardar suas mãos lá // [14] <para eles> //
 *MEG: [15] <e> + [16] o que estávamos fazendo com o iPad //
 *BYR: [17] &he / por agora / eles não mostram droga nenhuma hhh //
 *MEG: [18] com o iPad / o que nós estávamos fazendo // [19] nós [/1] como / aqui //
 *BYR: [20] eu queria meu troco para mim / e trocar as mãos para mim // [21] seria feliz // [22] eu conversaria com a Donna às vezes // [23] estamos fora com eles // [24] outras pessoas estão trabalhando com eles e eles // [25] estou muito feliz com eles //
 *MEG: [26] ótimo //
 *BYR: [27] essa garota com muito (*verly*) bom // [28] e feliz // [29] e eu jogo golf // [30] e acerto árvores / nós jogamos com as mãos / nós guardamos muitas mãos suspensas para pessoas / para nós // [31] outras mãos // [32] eu não sei o que você ganha / mas falo com muita mão para ele // [33] em algum momento // [34] eu falo mais para dizer //
 *MEG: [35] está certo // [36] muito obrigada //
 *BYR: [37] muito obrigado / agradeço / e eu espero que o mundo dure para você //
 *MEG: [38] obrigada / foi um prazer // tchau tchau //
 *BYR: [40] tenha um bom dia //

O primeiro fato que se nota ao se comparar a fala de BYR com a de MIK é o número muitíssimo reduzido de disfluências. As disfluências que ocorrem na fala de BYR estão no nível do que se espera de uma fala normal, ou seja, ele parece não apresentar nenhuma dificuldade de produção linguística, diferentemente do que ocorre com MIK. Contudo, o discurso de BYR é bastante desconexo devido ao fato de o componente semântico estar severamente afetado. Essa é a principal razão para que o seu discurso não faça sentido. Mesmo que tenhamos uma capacidade de inferência bastante sofisticada, é difícil compreender o que BYR diz porque suas escolhas lexicais refletem muito pouco o que se passa no contexto pragmático-discursivo. Um exemplo disso é a resposta dada à pergunta de MEG no enunciado 18. Qual seria a relação do conteúdo da cadeia formada pelos enunciados 20 a 25 com a pergunta feita no enunciado 18? É possível notar que seu discurso é permeado por logorreia e pressão de fala, como ocorre nos enunciados 27 a 35. Em termos prosódicos, exceto o fato de que a entoação em alguns casos pode apresentar certa incongruência com conteúdo transmitido lexicalmente, parece não haver nenhuma anomalia, isto é, a prosódia se desenvolve normalmente do ponto de vista articulatório.

Ao contrário da fala de MIK, o discurso de BYR se desenvolve majoritariamente por meio de orações que incluem os elementos funcionais provendo a articulação sintática. As estruturas, em sua maioria, são bem formadas sintaticamente, ou seja, a constituição dos sintagmas e a estrutura argumental estão relativamente preservadas, ao

contrário do que ocorre na fala de MIK, em que a estrutura argumental é parcialmente afetada, podendo apresentar, por exemplo, verbos sem sujeito. Na fala de BYR, há inadequação semântica de adjuntos, como no enunciado 7 (*for them*) e no enunciado 25 (*with them*), de complemento, como no enunciado 30 (*a lot of hands*) e de coordenação, como no enunciado 24 (*and them*). Além de haver várias inadequações pragmáticas que compõem o texto, manifestas sobretudo no âmbito lexical e na sequência em que se distribuem os constituintes e as orações. Isso causa uma desarticulação discursiva e gera anomalias no sentido, provocando estranheza no interlocutor. Por exemplo, *I would talk with Donna sometimes* e *we're out with them* são orações adjacentes, mas essa distribuição não fornece umnexo semântico justamente por não haver relação do conteúdo lexical entre uma oração e outra nem a outro conteúdo mencionado previamente. Há uma ruptura de sentido causada pelo conteúdo da segunda oração. Para desfazer essa anomalia a oração seguinte deveria estar relacionada léxico-semânticamente com a anterior, como em *I would talk with Donna sometimes, She is very nice/I like her/Past five days I couldn't* etc. Apesar da carga semântica que um argumento ou um adjunto realizado inadequadamente produz, as estruturas que os comportam não são agramaticais. Há aparentemente apenas um caso de agramaticalidade. A estrutura do enunciado 27 é mal-formada porque parece faltar um núcleo nominal no sintagma *with verly good*, tal como em *this girl with verly good tastes (will show us nice places to visit abroad)*. Ressalta-se que a palavra *verly* poderia ser um neologismo ao invés de uma possível variante do advérbio *very*, já que no enunciado 37 BYR usa a forma convencional desse advérbio.

11.3.3. Comentários sobre o componente sintático nas afasias

Considerando o inglês padrão, sequências como, *I Mike Caputo, worked Autodesk, sales and worldwide and very good, this beautiful* (função predicativa), *music hear* e *this girl with verly good* seriam, pelo menos, parcialmente agramaticais, pois, em última análise, faltam itens que conectem os elementos. Do ponto de vista semântico, *but I talk with a lot of hand for him, we save a lot of hands on hold for peoples* e *am I talk of anymore to saying* seriam sequências anômalas. A depender do nível de agramaticalidade, é possível processar o texto e compreendê-lo. Isso ocorre no caso do discurso de MIK, em que mesmo na ausência de elementos que conectem os sintagmas ou orações, conseguimos processar cognitivamente e compreender o que está sendo proferido. Do

ponto de vista sintático, pode-se dizer que o mesmo ocorre no caso do discurso de BYR. Isso significa que as estruturas sintáticas são processadas ainda que não façam sentido semanticamente. Dito de outra forma, a anomalia semântica nesse caso não impede a compreensão da estrutura sintática. Evidentemente, a compreensão global do texto é afetada, já que o conteúdo semântico não corresponderia de forma integral à realidade da situação ou do mundo exterior.

Nossa capacidade de inferência nos habilita a compreender de forma relativamente eficaz o discurso de MIK e de forma muito menos eficaz o discurso de BYR. Por exemplo, sabendo que BYR estava num cruzeiro, torna-se mais compreensível inferir o significado da oração *we stayed with the water over here at the moment*, provavelmente algo como ‘as pessoas a bordo do navio, incluindo BYR, tinham como horizonte de visão até aquele momento apenas o mar’. Mais difícil é compreender o sentido da oração *but I talk with a lot of hand for him*, já que não existe uma pista pragmática que nos possibilite alcançar minimamente seu significado via inferência. Já no discurso de MIK, a ausência do pronome sujeito e da preposição em *worked Autodesk*, por exemplo, não impede a realização do processo de inferência a respeito de ‘quem trabalhava em qual lugar’. Um primeiro ponto a ser levantado é, portanto, a efetiva compreensão das estruturas sintáticas que ocorrem nos textos das duas seções anteriores. Mesmo no caso de agramatismo, isto é, na ausência de itens funcionais na fala, conseguimos processar as sequências textuais em muitos casos como constituintes ou orações que fazem parte, por conseguinte, de uma estrutura, ainda que esteja afetada pelos efeitos da afasia.

Um segundo ponto a ser observado é a baixa variabilidade informacional que existe sobretudo no discurso de MIK. Devido ao fato da dificuldade de produzir um discurso sintaticamente articulado, o conteúdo linguístico que MIK produz se desenvolve majoritariamente por meio de sequências ilocucionárias com ou sem disfluências durante a realização dos enunciados. Isso limita o potencial informacional de sua fala, restringindo-se, sobretudo, a unidades de COM ou COB. A dificuldade de iniciar e manter de forma fluente seu discurso conjuntamente a uma sintaxe precária diminui radicalmente a realização completa da estruturação informacional dos enunciados. A variabilidade informacional, portanto, depende em grande medida da complexidade estrutural ou da capacidade de organização sintática do léxico. Isso implica que quanto maior a possibilidade de complexidade sintática, maior a chance de haver uma variabilidade informacional decorrente da organização pragmática das estruturas. Inversamente, quanto

menor a complexidade sintática, menor será a possibilidade da distribuição das estruturas em torno de um empacotamento informacional complexo. Embora haja maior complexidade sintática na fala de BYR, a variabilidade informacional também é reduzida, mas evidentemente numa escala menor do que na fala de MIK. Provavelmente, isso decorre de outros fatores, tais como a taxa de articulação dos enunciados. Isto é, quanto mais rápido ocorre a realização de uma estrutura mesmo complexa, menor será a chance de haver variação na estrutura informacional. De modo geral, a fala dos norte-americanos parece ser orientada a uma taxa de articulação mais elevada, conforme nota-se nos dados do *minicorpus* do inglês utilizado na segunda parte deste trabalho. Num estudo do inglês com dados oriundos de narrativas, a taxa de orações correspondentes a uma única unidade prosódica ou um *Intonation Phrase* (IP) foi de 70-75% (CHAFE, 1987), o que ilustra um padrão semelhante encontrado no discurso de BYR também na fala normal norte-americana. Fatores emocionais também têm impacto na prosódia e poderiam igualmente contribuir na redução da variabilidade das unidades informacionais dos enunciados. Como a qualidade de vida dessa população tende a ser menor se comparada a pessoas sem afasia (ROSS; WERTZ, 2003), esses fatores poderiam facilmente emergir, impactando dessa maneira na realização do discurso oral.

Um terceiro ponto a ser mencionado é a adequação dos constituintes e orações em unidades informacionais dedicadas nos dois discursos. A distribuição das orações da fala de BYR sempre respeitam a unidade prosódico-informacional ainda que sejam desconexas semanticamente. Ou seja, a anomalia semântica não engatilha uma distribuição desordenada das estruturas sintáticas entre unidades informacionais distintas. Os constituintes e as orações ficam preservados de uma possível interferência na segmentação prosódico-informacional. As ocorrências de PPs em 9-11 como enunciados autônomos revela que esse tipo de sintagma é suficiente para abrigar a força ilocucionária veiculada através da prosódia. O papel dos constituintes é, portanto, muito importante na fala, uma vez que eles não só organizam a estrutura sintática como também atuam como veículo de transmissão das ilocuções quando possuem autonomia prosódico-pragmática. No caso da fala de MIK, apesar de faltarem palavras funcionais as estruturas são processadas como constituintes, já que compreendemos o significado das expressões dessa maneira. Por exemplo, caso não processássemos *worked Autodesk* como *I've worked at Autodesk*, ou seja, *Autodesk* como um PP destituído de preposição, a construção do sentido se daria de outra forma e carregaria uma interpretação semântica distinta daquela intencionada pelo falante e compreendida por nós, qual seja, a de que MIK

trabalhou na empresa Autodesk. Isso implica que a realidade psicológica do constituinte não é afetada pela ausência das palavras funcionais. Caminha-se, desse modo, para uma proposta de que o constituinte seja o domínio da sintaxe na fala. A próxima seção abordará essa proposta mais detalhadamente.

11.4. O domínio da sintaxe na fala

Conforme defendido nesta tese, identificar o domínio da sintaxe na fala requer atestações empíricas e experimentais. É preciso dizer que embora não testemos experimentalmente nossa proposta, ela se baseará em estudos que investigaram o componente sintático a partir desse paradigma metodológico, o que garante relativa plausibilidade psicolinguística. Como aporte empírico, será importante ter em conta a pesquisa desenvolvida na segunda parte e as considerações apresentadas nas seções anteriores desta terceira parte. Dessa forma, salienta-se que os princípios que serão elaborados na seção 11.4.2 devem ser verificados em outros conjuntos de dados a fim de que sejam atestados, tendo em vista que há evidentes limitações naquilo que se pode fazer em termos de pesquisa empírica, ou seja, não é possível pesquisar todas as estruturas sintáticas a fim de elaborar uma proposta completa. A pesquisa é algo constante e os aprimoramentos teóricos são frutos naturais da continuidade dos trabalhos. Inicialmente, o foco consistirá em justificar a realidade psicológica da sintaxe e de unidades linguísticas. A partir daí, remeter-se-á à importância do constituinte na construção das estruturas sintáticas que são realizadas na fala. Vale mencionar que o constituinte é entendido como a unidade linguística que carrega uma palavra ou um grupo de palavras que funciona como uma única unidade dentro de uma estrutura hierárquica.

11.4.1 Contraparte experimental

Como discutido na seção 11.1.2, a geração da fala envolve etapas de processamento linguístico. As estruturas que são realizadas na fala passam por determinados estágios antes de ocorrerem nos moldes prosódico-informacionais classificados pela L-AcT. As descrições das estruturas sintáticas que são formuladas a partir da observação do padrão informacional têm, portanto, uma realidade psicológica. Dessa maneira, é preciso entender como acontece a formação de uma estrutura até que ela seja emitida na fala. Só assim será possível estabelecer um domínio para as estruturas

orais. Nesse sentido, as descrições dos dados de *corpora* devem ser passíveis de apresentar uma contraparte neurocognitiva para que não constituam apenas classificações de padrões regulares. Por exemplo, nomes e verbos exibem uma realidade psicológica na medida em que pacientes com lesões no córtex temporal esquerdo têm dificuldades de produção de palavras da categoria dos nomes e pacientes com lesões na região frontal esquerda têm dificuldades na produção de verbos (DANIELE et al. 1994). Isso não decorre necessariamente de um léxico específico de suas respectivas línguas nativas, já que mesmo com o uso de pseudo-palavras os pacientes com lesões no córtex temporal esquerdo eram incapazes de produzir um pseudo-nome como *the wugs*, ao passo que os pacientes com lesões no lobo frontal esquerdo não produziam um pseudo-verbo como *he wugs* (SHAPIRO et al. 2000; SHAPIRO; CARAMAZZA, 2003). Efetivamente, regiões diferentes do cérebro são ativadas de acordo com a produção de nomes e de verbos, o que ilustraria o papel da representação nessas regiões das propriedades do núcleo conceptual das categorias gramaticais de nome e de verbo (SHAPIRO et al. 2006).

A realidade psicológica da sintaxe é atestada em vários estudos da área da Neurolinguística, sendo que eles registram a possibilidade de regiões específicas do cérebro estarem relacionadas às operações sintáticas que envolvem hierarquia e recursividade. A área do cérebro que computa as relações de dependência hierárquica das sentenças seria a área de Broca ou, na classificação de Brodmann, BA 44/45 (FRIEDERICI et al. 2006). Mais especificamente, uma região conhecida como *pars opercularis* esquerdo seria o correlato neural do processamento por humanos de sequências hierárquicas como A^nB^n , incluindo gramáticas artificiais (BAHLMANN et al. 2008). O estudo de Ding et al. (2015) mostrou que o processo de compreensão envolve uma inevitável análise hierárquica das sentenças. O estudo dos autores consistiu num experimento de compreensão oral monitorado por magnetoencefalografia (MEG) que envolvia a apresentação de sílabas do chinês e do inglês numa taxa fixa de 250ms. As quatro sílabas do conjunto de dados do chinês consistiam de um nome de duas sílabas seguido de um verbo também de duas sílabas. Para o inglês, os estímulos consistiram de quatro palavras monossilábicas, sendo que o primeiro par formava um NP e o segundo um VP. Os sinais capturados por MEG durante a compreensão dos estímulos de fala passaram por uma análise de Fourier a fim de que se obtivesse um espectro de potência que mostraria os picos exatos de frequência de três níveis linguísticos: sílabas em 4 Hz, sintagmas em 2Hz e sentenças em 1 Hz. Isso constituiria uma evidência para o *entrainment* cortical de níveis da estrutura linguística relacionados hierarquicamente. Os

resultados que os autores obtiveram revelaram justamente picos na frequência de ocorrência da sílaba (4 Hz), sintagma (2 Hz) e sentença (1 Hz). Quando se removia o nível sentencial apresentando apenas verbos ou sintagmas verbais, apenas os picos de 4 Hz e 2 Hz permaneciam. Por outro lado, numa condição em que havia sílabas embaralhadas, isto é, sem referência ao nível lexical ou sentencial, apenas o pico de 4 Hz permanecia. Em outra condição em que se apresentavam um verbo monossilábico e um nome de três sílabas, havia picos de 4 Hz e 1 Hz apenas. Em suma, o estudo mostra que os picos de potência espectral ocorrem nas frequências de apresentação de cada nível linguístico correspondente a diferentes níveis hierárquicos da estrutura linguística.

Conhecendo a realidade neurocognitiva da sintaxe, torna-se importante identificar, pois, seu domínio na fala. O constituinte parece ser o candidato mais plausível para compor tal domínio. Fodor e Bever (1965), por exemplo, postulam a hipótese H de que o constituinte seja a unidade de percepção da fala. Eles tentam responder uma questão que ficou em aberto num experimento anterior de Ladefoged e Broadbent (1960). Nesse experimento, os sujeitos ouviam sentenças e cadeias de dígitos. Tanto nas sentenças quanto nas cadeias havia um som de um clique sobreposto a elas. A tarefa dos participantes consistia em localizar a palavra em que o clique ocorreu. Os autores descobriram que os erros de localização geralmente deslocavam o clique para além das fronteiras em que ele estava posicionado, ou seja, os erros incidiam sobre um material além de um único som, o que indica, por sua vez, que os falantes lidam com um grupo de sons em vez de cada som separadamente. Os sujeitos tendiam a localizar os cliques tanto em sentenças quanto nos dígitos aleatórios anteriormente a sua posição estabelecida, e os erros de localização ocorriam mais nas sentenças. Fodor e Bever dizem que os resultados do experimento de Ladefoged e Broadbent mostraram que a unidade de percepção da fala não pode ser o fone e é maior em sentenças do que em sequências aleatórias de palavras, mas não responde à seguinte questão: “até que ponto as unidades maiores em que as sentenças são segmentadas para fins de análise linguística correspondem às unidades de percepção envolvidas no reconhecimento da fala?” (FODOR; BEVER, 1965, p. 415)¹⁴⁶.

Fodor e Bever (1965) buscam responder essa pergunta e argumentam que se os cliques tendem a ser deslocados para as fronteiras das unidades de percepção e se H for verdadeira, então haverá uma tendência para que os falantes ouçam os cliques

¹⁴⁶ Tradução nossa do original “to what extent do the larger units into which sentences are segmented for purposes of linguistic analysis correspond to the perceptual units involved in speech recognition?”.

apresentados simultaneamente com as sentenças nas fronteiras de constituintes. Dessa maneira, espera-se que a tendência de deslocamento de um clique da posição B para C seja maior em estruturas como ((A) (B)) (C) do que em estruturas como (A) (B) (C), porque a interpretação da oitiva do clique no primeiro caso interromperia duas unidades, ao passo que no segundo caso interromperia apenas uma. Considerando, portanto, que as unidades de percepção da fala resistiriam à interrupção, os autores formulam uma segunda hipótese H': "O ruído ouvido durante a fala tende a mudar perceptivamente em direção às fronteiras de constituintes. Essa mudança deve ocorrer desse modo para minimizar o número de constituintes em que o ruído é percebido como uma interrupção" (FODOR; BEVER, 1965, p. 416)¹⁴⁷. Por meio da aplicação de um experimento de percepção de cliques em sentenças, os resultados dos autores apontaram para uma sustentação positiva tanto de H quanto H', isto é, as fronteiras sintáticas de constituintes desempenham um papel importante na identificação do clique percebido independentemente do sinal acústico de pausa¹⁴⁸.

O trabalho de Nelson et al. (2017) mostra que existe um correlato neural para o processamento que envolve a formação de constituintes. A hipótese dos autores é de que durante a compreensão os sujeitos segmentam uma sequência de palavras em forma de uma estrutura que mostra a formação de constituintes. Isso seria uma evidência apontando para um correlato neural do conceito de *merge*, embora os autores salientem que não assumam o Programa Minimalista em sua integralidade, ou seja, eles estão preocupados mais em responder se e como o cérebro constrói *nested phrases* do que em buscar fundamentos para os conceitos do minimalismo numa pesquisa experimental. Mais especificamente, eles assumem como hipótese que o *merge* deve ocorrer logo após a última palavra de cada constituinte sintático, sendo que áreas do hemisfério esquerdo do cérebro seriam responsáveis por essa operação. Além disso, eles esperam que as palavras disponíveis para *merge* – ou seja, os nós abertos – deveriam estar mantidas na memória de trabalho. Segundo os autores, "as populações de neurônios que codificam os nós abertos devem, portanto, ter um perfil de ativação que se acumule para palavras

¹⁴⁷ Tradução nossa do original: "Noise heard during speech should tend to shift perceptually towards the boundaries of constituents. This shift should occur in such fashion as to minimize the number of constituents the noise is perceived as interrupting".

¹⁴⁸ Duas das conclusões dos autores são: "These results are consistent with the view that the segments marked by formal constituent structure analysis in fact function as perceptual units and that the click displacement is an effect which insures the integrity of these units" e "The distribution of acoustic pauses in the sentential material does not account for the observed distribution of errors" (FODOR; BEVER, 1965, p. 414).

subsequentes, diminua após cada merge e aumente novamente à medida que novas palavras são apresentadas” (NELSON et al. 2017, p. E3671)¹⁴⁹. Essas populações de neurônios seriam ativadas no final de cada constituinte de modo proporcional ao número de nós que são adjungidos. Dessa maneira, os autores procuraram sinais de atividade cerebral que envolviam aumentos e diminuições em função do número de palavras dentro e na fronteira dos sintagmas por meio da aplicação de um experimento de leitura de sentenças monitorada por eletroencefalograma (EEG).

Os resultados revelaram que há um aumento progressivo de atividade neural seguido por uma queda no final do *merge*, confirmando a hipótese inicial. Adicionalmente, houve também uma queda semelhante em palavras que poderiam marcar o final de um constituinte, por exemplo, a palavra *students* em *ten sad students of Bill Gates*. O *parser* conclui transitoriamente que *ten sad students* é um constituinte fechado antes de perceber a palavra *of*. De acordo com os autores, isso indicaria que a atividade cerebral mostra a formação de estruturas de constituinte de um *parser bottom-up* que processa a sentença palavra por palavra, sem o conhecimento prévio do tamanho do constituinte. É preciso mencionar que o mesmo experimento rodado com lista de palavras não alcançou os mesmos resultados, ou seja, não houve uma queda da atividade neural no final das palavras justamente porque não havia a possibilidade de *merge* ou da formação de um constituinte¹⁵⁰. Em relação a essa queda, os autores dizem que ela “pode corresponder a uma recodificação dos nós adjungidos via merge em um novo vetor de população neural, ortogonal aos anteriores e normalizado com o mesmo nível esparsa de atividade de uma única palavra” (NELSON et al. 2017, p. E3677)¹⁵¹. Esses resultados evidenciariam uma realidade neurocognitiva do constituinte e da formação de estruturas sintáticas organizadas hierarquicamente.

O estudo de Pallier et al. (2011) também analisa a ativação neural durante a formação de constituintes. Assim como no trabalho de Nelson et al. (2017), Pallier et al.

¹⁴⁹ Tradução nossa do original: “Populations of neurons coding for the open nodes should therefore have an activation profile that builds up for successive words, dips following each merge, and rises again as new words are presented”.

¹⁵⁰ Sobre isso os autores afirmam que “By encoding nested constituent structures, the brain achieves a compression of the information in sentences and thus avoids the linear saturation that would otherwise occur with an unrelated list of words” (NELSON et al. 2017, p. E3676). Isso explicaria a razão de a memória de trabalho ser melhor em sentenças do que em listas de palavras aleatórias (cf. McCARTHY; WARRINGTON, 2013).

¹⁵¹ Tradução nossa do original: “The decrease may correspond to a recoding of the merged nodes into a new neuronal population vector, orthogonal to the preceding ones, and normalized to the same sparse level of activity as a single word”.

(2011) consideram que uma palavra eliciará um aumento de ativação neural quando está para ser integrada a um constituinte. Por meio de um experimento de leitura de sentenças comuns e *jabberwocky* monitorada por ressonância magnética funcional (fMRI), eles buscavam observar o correlato neurocognitivo do constituinte, mapeando as regiões cerebrais que envolviam sua formação. Os resultados indicaram um aumento de atividade em seis regiões cerebrais, quatro localizadas no sulco temporal superior e duas no giro inferior esquerdo *pars triangularis* e *pars orbitalis*. Interessantemente, no grupo em que se apresentaram as sentenças *jabberwocky*, houve um aumento de ativação somente em *pars orbitalis*, o que indica a importância dessa região na codificação da estrutura de constituinte. A computação dos constituintes ocorre, portanto, mesmo na ausência de palavras com significado.

Caso seja testado e verificado experimentalmente que processamos os constituintes da fala de sujeitos com agratismo mesmo na ausência de palavras funcionais que conectem os elementos, conforme argumentado na seção 11.3.3, isso constituiria uma evidência ainda mais forte em favor de o constituinte ser considerado o domínio da sintaxe na fala. Pallier et al. (2011) verificaram que outras regiões do cérebro só foram ativadas de forma mais robusta quando eram apresentados constituintes com palavras reais, o que indica o papel semântico para o processamento das estruturas nessas regiões. A aplicação do experimento com lista de palavras mostrou que há uma ativação bem menor nas áreas cerebrais em que o constituinte é processado. Isso sugere que as regiões localizadas no sulco temporal superior e no giro inferior esquerdo codificam os constituintes, e não a estrutura sequencial de um fluxo de palavras qualquer.

Do ponto de vista da produção, o estudo de Indefrey et al. (2001), envolvendo escaneamento de tomografia por emissão de pósitrons (PET) num paradigma de metodológico de descrição restritiva de cena, mostrou um correlato neural da sintaxe na fala, sendo que a produção de sentenças provocou um fluxo sanguíneo cerebral significativamente maior na região do opérculo rolândico anterior esquerdo caudalmente adjacente à área de Broca (BA 44). A produção de sintagmas nominais isolados também ativou tal região, mas numa escala mais fraca. Em sequências de palavras que não apresentavam relação sintática, não houve uma ativação significativa. Os autores argumentam que esse resultado evidencia a região cortical relacionada à codificação sintática usada para estruturar palavras individuais em sentenças.

Dos estudos experimentais relatados nesta seção, é possível extrair as seguintes considerações: (i) a sintaxe desenvolvida em operações de ordem gramatical que fornece

um agrupamento hierárquico das palavras possui um correlato neurocognitivo; (ii) as regiões responsáveis pelo processamento sintático no cérebro estão localizadas na área de Broca ou área de Brodmann 44, mais especificamente no *pars opercularis* e numa área adjacente conhecida como opérculo rolândico anterior esquerdo; (iii) a unidade de percepção da fala é o constituinte; (iv) o constituinte possui um correlato neurocognitivo verificado por meio de diferentes técnicas de análise da atividade cerebral, como MEG, fMRI, EEG e PET; (v) sua realidade neurocognitiva pode ser verificada em termos do aumento da atividade neural no ponto crítico de sua formação seguido por uma queda depois que ele já se formou; (vi) o processamento dos constituintes ocorre mesmo em sentenças formadas por pseudo-palavras (*jabberwocky*); (vii) há uma diferença no processamento dos constituintes e de listas de palavras aleatórias, o que também evidencia a realidade neurocognitiva dessa unidade; (viii) é a partir dos constituintes que as estruturas sintáticas são formadas na produção linguística e eles constituem a unidade de percepção no processamento sintático. Diante desses achados, acreditamos que o constituinte deveria ser considerado o domínio da sintaxe na fala.

11.4.2. Contraparte empírica

Considerar o constituinte como o domínio da sintaxe na fala implica avaliar os dados dos *corpora* de uma forma diferente da de um modelo em que a sintaxe é restringida pela estrutura informacional, tendo em vista que um constituinte pode manter relação sintática com outros constituintes mesmo se é separado por uma unidade informacional. O resultado dessa nova forma de análise pode responder a algumas questões que anteriormente ficavam em aberto. É preciso antes esclarecer que a pesquisa empírica complementa o trabalho experimental. Dessa maneira, a questão do domínio da sintaxe na fala não consegue ser respondida com base em apenas uma orientação metodológica. Nesta seção, serão discutidos a importância do constituinte como o domínio da sintaxe na fala, alguns fenômenos que ocorrem no discurso oral mostrando como a análise a partir do constituinte esclarece certos pontos de interface da sintaxe com a estrutura informacional e alguns princípios de ordem probabilística que podem ser formulados a partir da observação dos dados. Empiricamente, é natural que o domínio da sintaxe na fala corresponda a uma categoria gramatical, já que o componente sintático desenvolve-se por meio de categorias e operações gramaticais. Algumas operações passam, em certa medida, pelo componente prosódico, no caso da desambiguação de sentenças, por

exemplo. Sem embargo, na maior parte das vezes a estrutura sintática é guiada apenas pelo potencial combinatório das palavras, conforme descrevem Indefrey et al. (2001):

(...) no estágio de codificação sintática, a mensagem pré-verbal é codificada linguisticamente recuperando as palavras correspondentes (“lemas”) do léxico mental e organizando-as numa ordem gramatical. Esse processo usa as informações sintáticas armazenadas das palavras, tais como classe de palavra e gênero gramatical, para computar uma estrutura que especifica as relações das palavras numa sentença e determina sua ordem e marcas de flexão. Essa computação é feita de maneira altamente automática e eficiente (INDEFREY et al. 2001, p. 5933)¹⁵².

As informações sintáticas estão codificadas no léxico, pois as palavras não se combinam de forma inteiramente aleatória. As estruturas que são construídas na cadeia da fala a partir dessas informações se fundam através da organização hierárquica e do ordenamento das palavras tendo como unidade o constituinte. A prosódia modula tais estruturas de modo a distribuí-las em unidades com valor informacional e, eventualmente, guia a interpretação de um arranjo ambíguo, ajustando a estrutura de uma forma específica a fim de evitar um segundo sentido.

Uma linha teórica vai além do raciocínio mencionado acima ao propor que a prosódia exerce um domínio maior sobre a sintaxe. Os autores que acreditam que a prosódia determina a sintaxe citam, por exemplo, o caso do servo-croata. Nessa língua, é preciso que um número mínimo de duas palavras fonológicas ocorra em posição de tópico para que a sentença seja gramatical (cf. ZEC; INKELAS, 1990):

Exemplo 11.11

a. U Rio de Žaneiru ostali = *su dve godine*
 em Rio de Janeiro ficar = *aux dois anos*
 “No Rio de Janeiro, eles ficaram dois anos”

b. *U Ri ju ostali = *su dve godine*
 em Rio ficar = *aux dois anos*

¹⁵² Tradução nossa do original: “Then, in the “syntactic encoding” stage, the preverbal message is linguistically encoded by retrieving the corresponding words (“lemmas”) from the mental lexicon and arranging them in a grammatical order. This process uses the stored syntactic information of words, such as word class and grammatical gender, to compute a syntactic structure that specifies the relations of words in a sentence and determines their order and inflectional markings. This computation is done in a highly automatic and efficient manner”.

“No Rio, eles ficam dois anos”

Nessa mesma linha, alguns autores propõem que a prosódia pode identificar e determinar uma categoria sintática. Mettouchi (2018) propõe que em kabyle a definição da categoria objeto direto está relacionada à noção de fronteira prosódica. Segundo a autora, o objeto direto nessa língua é definido como o único nome no estado absoluto (*absolute state*)¹⁵³ que pode ocorrer dentro do mesmo grupo prosódico em que se encontra o verbo – sendo que deve segui-lo – sem que seja correferente a um pronome afixado ao núcleo verbal. Izre’el (2018) sugere que no hebraico toda classe de palavra pode tornar-se um predicado. Dessa maneira, o que identifica essa categoria no fluxo da fala é a segmentação prosódica por meio de um perfil de contorno final. Nas palavras do autor, “(...) uma fronteira prosódica principal sempre indica o fim de uma oração e também o início de uma nova oração no enunciado seguinte (conjunto prosódico)” (IZRE’EL, 2018, p. 1697)¹⁵⁴. Para Izre’el, cada enunciado compõe-se de um domínio de predicado que carrega o estatuto informacional, o foco e a modalidade expressos pela prosódia.

Nas abordagens mostradas acima, a prosódia teria o papel de licenciar sintagmas em posição de tópico, de definir uma categoria sintática identificando-a por meio do contínuo entoacional e de delimitar um domínio de predicado correspondente a uma oração no fluxo da fala. Ao que nos consta, tais fenômenos não são reportados nas línguas pesquisadas por nós, e também não encontramos algo semelhante em nossa incursão pelos dados dos *corpora* selecionados. Se por um lado há uma corrente teórica que entende que a prosódia determina a estruturação sintática, há outra corrente que diz o oposto. No âmbito dos estudos formais, há trabalhos dedicados a mostrar a influência que a sintaxe exerce sobre o fraseamento prosódico (*prosodic phrasing*). Tal influência se dá através de algumas regras postuladas especificamente para essa finalidade. A estruturação sintática não permitiria, por exemplo, que haja uma quebra prosódica de modo que aceite a formação de dois sintagmas entoacionais (*Intonation Phrase – IP*) distintos entre um PP e o resto da oração, como mostram os exemplos abaixo adaptados de Taglicht (1998), em que os parênteses indicam um único IP.

¹⁵³ A categoria de estado corresponde a afixos que ocorrem nos nomes. Essa categoria varia em função do gênero e do número. Sua forma *default* é o absoluto. Tal forma não desempenha nenhuma função específica, já a forma anexada tem a função de “provide the value (in the logical sense) for the variable of the function grammaticalized in a preceding constituent” (METTOUCHI; FRAJZYNGIER, 2013, p. 2).

¹⁵⁴ Tradução nossa do original: “(...) a major prosodic boundary always indicates the end of a clause and therefore also the beginning of a new clause in the following utterance (prosodic set)”.

Exemplo 11.12

- a. (on Monday morning Crystal left)
- b. (on Monday morning) (Crystal left)
- c. *(on Monday) (morning Crystal left)

11.12c é agramatical porque o fraseamento prosódico desviou da estrutura sintática violando a seguinte regra: “As regras fonológicas frasais são translinguisticamente *sensíveis à estrutura sintática de constituinte* num sentido muito geral” (PAK, 2008, p. 2, grifo da autora)¹⁵⁵. Essa regra diz que as palavras não são agrupadas aleatoriamente em domínios fonológicos, mas respeitam aspectos básicos da sintaxe subjacente das sentenças. Portanto, de acordo com tal regra, um PP não poderia ser dividido em dois IPs distintos porque quebraria esse constituinte internamente. Como será mostrado adiante, essa regra parece se aplicar aos dados empíricos, embora não de uma forma rígida, ou seja, existe a possibilidade de que um PP seja dividido internamente, o que indica que essa seria mais uma regra de ordem probabilística do que categórica.

Clark e Wasow (1998) formulam a hipótese da continuidade, que estabelece que os falantes preferem produzir constituintes num fluxo contínuo, isto é, sem interrompê-los. Os autores mencionam algumas correspondências de tal hipótese com dados de fala espontânea: (i) há maior chance de uma pausa ocorrer entre constituintes do que dentro deles (MACLAY; OSGOOD, 1959; BOOMER, 1965); (ii) quanto maior cuidado se tem na fala, menor será o número de pausas e *fillers* dentro dos constituintes (GOLDMAN-EISLER, 1968); (iii) quando os falantes retratam uma palavra de conteúdo, frequentemente eles retornam à fronteira do constituinte antes daquela palavra (LEVELT, 1983; MACLAY; OSGOOD, 1959), por exemplo, no dado de Clark e Wasow (1998) “I heard his name mentioned by {-} Carter, I think, by Darlington, while I was down there”, o falante não substituiu o conteúdo apenas pelo nome *Darlington*, mas sim pelo PP *by Darlington*. Strangert (2004) efetivamente encontrou 80% de coincidência entre fronteira prosódica e constituinte sintático no conjunto de dados de fala espontânea analisados por ela¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Tradução nossa do original: “Phrasal phonological rules are cross-linguistically *sensitive to the syntactic constituent structure* in some very general sense”.

¹⁵⁶ Segundo a autora, “[c]learly, in most cases the speakers manage to deliver their utterances without suspending speech within syntactic constituents” (STRANGERT, 2004, n. p.).

Outra evidência para o constituinte como o domínio da sintaxe na fala vem da existência, em algumas línguas, de uma operação que divide o constituinte em duas partes distribuindo suas subpartes em posições diferentes na sentença, mas preservando o seu estatuto sintático de um único constituinte. Os dados do ucraniano abaixo ilustram esse fenômeno no âmbito nominal. Esses exemplos são de Féry et al. (2007) e mostram a forma canônica da oração, em (a), a divisão que resulta num constituinte descontínuo, em (b), e uma inversão possível desse mesmo constituinte, em (c). O símbolo “i” subscrito indica um sintagma entoacional (IP).

Exemplo 11.13

a. Ordem canônica

[Marija pročytala cikavu-ACC.FEM knyžku-ACC.FEM]_i

Mary has-read interesting book

“Mary has read an interesting book”

b. Divisão simples (*simple split*)

[Cikavu-ACC.FEM_{NFOC} Marija pročytala knyžku-ACC.FEM]_i

interesting Mary nhas-read book

c. Divisão invertida (*inverted split*)

[Knyžku-ACC.FEM_{TOP}]_i [Marija pročytala cikavu-ACC.FEM_{NFOC}]_i

book Mary has-read interesting

Os autores dizem que a divisão pode ser coesiva ou não-coesiva. No primeiro caso, o constituinte dividido é parte de um mesmo sintagma entoacional, ao passo que no segundo caso há a realização de dois sintagmas entoacionais. Geralmente, a divisão simples é coesiva e a invertida é não-coesiva. A necessidade de focalizar uma parte do constituinte seria a motivação para a ocorrência da divisão simples, já a divisão invertida envolve tanto uma parte focalizada quanto outra topicalizada. Os autores consideram como foco a situação em que a sentença inteira constitui informação nova (*wide focus*) e em que uma parte da sentença serve de resposta a uma pergunta prévia sobre aquela mesma parte (*narrow focus*). Desse modo, a motivação para a realização de constituintes descontínuos no ucraniano seria, segundo os autores, de ordem informacional. A diferença entre as divisões coesiva e não-coesiva seria atestada por meio de traços

morfossintáticos. De acordo com Féry et al. (2007), em casos de divisão coesiva invertida a marca de nominativo plural do nome *cadeira* do exemplo 11.14 seria mantida, já em casos de divisão invertida não-coesiva seria exigida a marca de genitivo plural nesse mesmo nome, conforme ilustram os exemplos abaixo fornecido pelos autores. Observe que em 11.14d a ordem canônica é agramatical se o nome *cadeiras* é realizado com sufixo de genitivo plural.

Exemplo 11.14

a. Ordem canônica

[Marija maje try-ACC krisla-NOM.PL]_i

Mary has three chairs

“Mary has got three chairs”

b. Divisão invertida coesiva

[Krisla maje Marija try]_i

chairs has Mary three

c. Divisão invertida não-coesiva

[Krisel-GEN.PL_{TOP}]_i [Marija maje try]_i

chairs Mary has three

d. Ordem canônica com genitivo

*Marija maje try krisel

Mary has three chairs

Uma evidência experimental que mostra que de fato um constituinte descontínuo mantém seu estatuto sintático sem formar dois constituintes individuais separados é apresentada no trabalho de Sekerina (1997). A autora investiga a sintaxe do fenômeno de *scrambling* em russo e aspectos de seu processamento por meio de experimentos *online* e *offline*. Como nessa língua ocorre tanto constituintes descontínuos quanto *scrambling*, foi possível desenvolver dois pares de sentenças para ser usados no teste leitura autocadenciada. O primeiro par é composto por uma sentença com *split scrambling* sem ambiguidade e outra com *XP-scrambling* sem ambiguidade. O outro par é composto por uma sentença com *split scrambling* ambígua e outra com *XP-scrambling* também ambígua:

Exemplo 11.15

	FRAME 1	FRAME 2	FRAME 3	FRAME 4
a.	<u>Rumnuju</u>	kupili	naci sosedi	<u>sobaku</u>
	loud-ACC	bought	our neighbors-NOM	dog-ACC
	‘Our neighbors bought the loud dog’ – Split scrambling sem ambiguidade			
b.	<i>Sobaku</i>	kupili	naci sosedi	<i>decevo</i>
	dog-ACC	bought	our neighbors-NOM	cheaply
	‘Our neighbors bought the dog cheaply’ – XP-scrambling sem ambiguidade			
c.	<u>Borzuju</u>	kupili	naci sosedi	<u>sobaku</u>
	borzoi-ACC	bought	our neighbors-NOM	dog-ACC
	‘Our neighbors bought the borzoi dog’ – Split scrambling ambíguo			
d.	<u>Borzuju</u>	kupili	naci sosedi	<i>decevo</i>
	borzoi-ACC	bought	our neighbors-NOM	cheaply
	‘Our neighbors bought the borzoi dog cheaply’ – XP-scrambling ambíguo			

Nas sentenças *XP-scrambling*, há um advérbio no lugar do nome *sobaku* ‘cachorro’, que aparecia nas *split scrambling*. Já as sentenças ambíguas eram compostas pelo item *borzoi*, que tem tanto uma leitura nominal quanto adjetival. Dessa forma, esse item poderia substituir tanto o adjetivo de uma sentença *split scrambled* quanto o nome de uma *XP-scrambled*. O experimento consistiu de 256 sentenças – 32 quádruplos com alvo no DP, como mostrado nos exemplos, e 32 quádruplos com alvo em PPs, além de 8 distratores. A leitura foi dividida em frames, conforme pode ser notado na apresentação dos exemplos. No primeiro frame, aparecia parte do constituinte dividido ou um *XP-scrambled*, no segundo aparecia o verbo, o terceiro era composto pelo sujeito pós-verbal e o quarto, pelo nome do constituinte dividido ou pelo advérbio. Os resultados do experimento mostraram que o *split scrambling* demandou um tempo maior de leitura, portanto apresentou maior custo de processamento do que o *XP-scrambling*. Todavia, o

que mais interessa é o fato de que os participantes reanalisam a sentença com *split scrambling* comportando um constituinte descontínuo. Eles demoram mais tempo para ler um verbo depois do adjetivo inicial na sentença sem ambiguidade. A esse respeito, autora diz que

esse aumento no tempo de leitura sugere que a reanálise ocorre depois que os sujeitos hipotetizaram inicialmente um XP-*scrambled* DP ou PP, antecipando que um nome seguisse imediatamente o adjetivo. A necessidade de reanalisar esse DP ou PP como descontínuo e de construir uma sentença *split-scrambling* imporia uma carga adicional ao processador (SEKERINA, 1997, p. 278)¹⁵⁷.

O estatuto da descontinuidade do constituinte é, portanto, atestada na medida em que ocorre a reanálise da estrutura apresentada no experimento. Isso indica que a noção de constituinte é válida mesmo quando suas partes não estão em adjacência.

A partir da consideração de que o constituinte comporta o domínio da sintaxe na fala, é possível formular alguns princípios que incidem sobre essa unidade e causam impacto na estrutura informacional do enunciado. Tais princípios são elaborados por meio da observação dos dados dos *corpora* analisados, das considerações prévias que vêm sendo desenvolvidas ao longo do texto e da análise dos dados colhidos. Para uma atestação efetiva de alguns dos princípios, seria necessário evidentemente uma incursão maior nos *corpora* em busca de um tratamento quantitativo dos dados. Não obstante, acreditamos que nossa pesquisa permite a elaboração desses princípios com a devida ressalva. O primeiro princípio revela como a sintaxe se organiza e qual é o seu domínio na fala.

Princípio A: a organização das palavras dentro do enunciado se desenvolve a partir da formação de constituintes, sendo estes o domínio da sintaxe na fala independentemente da estruturação informacional veiculada.

Vimos defendendo este princípio neste trabalho por meio de uma argumentação baseada em dados empíricos e em pesquisas experimentais. A principal linha argumentativa se baseia, primeiramente, na possibilidade de elementos em unidades

¹⁵⁷ Tradução nossa do original: This lengthening of reading times suggests that reanalysis occurs after subjects initially hypothesized an XP-scrambled DP or PP, anticipating a noun to immediately follow the adjective. The necessity of reanalyzing this DP or PP as discontinuous, and of constructing a split-scrambling sentence instead, would impose an additional burden on the processor.

informativas diferentes manterem algum tipo de relação sintática, o que justifica que a estrutura informativa não condiciona um bloqueio das relações sintáticas na fala. Isso se torna muito evidente se considerarmos o exemplo abaixo que ilustra um caso de dupla negação verbal no PB. Observa-se que o fato de que o segundo advérbio de negação esteja localizado na segunda unidade informativa do enunciado não impede que ele tenha escopo sobre o verbo da primeira unidade. É importante notar que caso ele tivesse escopo sobre algum verbo da unidade informativa em que se encontra, a interpretação seria agramatical em PB.

Exemplo 11.16 – bfamd104

*SIL: [136] **nũ** é igualzim de casa de pobre /=CMM= que tudo que tem põe pra fora **nãõ** //CMM=

Dessa maneira, torna-se importante buscar o domínio da sintaxe na fala, uma vez que não se poderia mais considerar que ele seja a unidade informativa. A proposta do constituinte compondo esse domínio recebe respaldo empírico e experimental, além de trazer razoabilidade considerando que trata-se de uma unidade sintática servindo de domínio à sintaxe, e não uma unidade pragmática como é a unidade informativa. Do ponto de vista empírico, algumas tendências podem ser notadas, sobretudo a de que os falantes preferem não cindir o constituinte internamente, conforme será discutido adiante. Alguns estudos mencionados anteriormente nesta seção também apontam essa tendência.

O segundo princípio pôde ser elaborado a partir da análise dos dados de falantes com as afasias de Broca e de Wernicke, respectivamente. Contribuíram também os dados do *minicorpus* do inglês americano e diz respeito a correlações entre a estrutura informativa e a articulação sintática/taxa de fala.

Princípio B: quanto menor a possibilidade de arranjo sintático, menor também será a variedade informativa. Quanto maior a taxa de fala, menor será a variedade informativa.

Um arranjo sintático complexo gera a possibilidade de uma distribuição informativa igualmente complexa, pois as orações e suas partes organizadas hierarquicamente têm o potencial de dividir-se prosodicamente ocupando diferentes unidades informativas num enunciado complexo. Quando não existe a possibilidade de

uma organização sintática complexa devido aos problemas provocados pela afasia de Broca, os elementos são distribuídos geralmente em enunciados simples, uma vez que a transmissão da mensagem se dá por meio de uma fala de estilo telegráfico, isto é, através de sintagmas simples e orações curtas. Dessa forma, não há menor variedade informacional porque não existe material linguístico suficiente que permita uma articulação informacional complexa. Desempenha um papel importante nesse fato a prosódia, já que é por meio de tal componente que a estrutura informacional é veiculada. Como os sujeitos com afasia de Broca apresentam disprosódia e um esforço maior de articulação para a transmissão da fala, há conseqüentemente um número muito elevado de disfluências, tais como *retractings* e escansões. A tomada de tempo também é muito presente, pois o falante deseja manter o turno enquanto se esforça para transmitir o enunciado pretendido. Tudo isso contribui para que a estrutura informacional se reduza em termos de variedade de unidades. Observe no exemplo abaixo a fala de estilo telegráfico transmitida por meio de enunciados simples, a quase total ausência de elementos funcionais e a alta taxa de disfluência verificada pelas unidades de TMT, SCA e EMP:

Exemplo 11.17

*MEG: [7] and /=AUX= what did you used to do //=COM=
 *MIK: [8] &he /=TMT= well /=SCA= &he /=TMT= worked //=COM= [9]
 &he /=TMT= Autodesk //=COM= [10] &he /=TMT= seven [/1]=EMP= seven /=SCA=
 *WIF: [11] sales //=COM=
 *MIK: [12] / sales //=COM= [13] sales /=COB= and /=AUX= worldwide
 //=COM= [14] and /=AUX= very good //=COM= [15] yeah //=COM=

Embora na afasia de Wernicke o componente sintático não seja afetado como na afasia de Broca, ou seja, o sujeito mantém uma articulação sintática complexa, observou-se que a variedade informacional também é reduzida, mas isso se deve ao fato de que a taxa de fala do sujeito é muito elevada. Quando o sujeito transmite sua fala de modo rápido, a possibilidade de haver variações prosódicas que veiculem diferentes unidades informacionais é reduzida. De uma forma geral, o inglês norte-americano apresenta uma taxa de fala elevada. Não por acaso Chafe (1987) encontrou, nos dados utilizados em sua pesquisa, cerca de 75% de casos em que uma oração era transmitida por um único IP nessa língua. A diafasia também pode influenciar a diminuição da variedade informacional, pois os textos monológicos são compostos majoritariamente por estrofes que carregam vários COBs.

O terceiro princípio diz respeito à distribuição de elementos que não possuem relação sintática dentro de um mesmo enunciado e é praticamente categórico nos dados dos *corpora*.

Princípio C: caso os itens de um enunciado não apresentem relação sintática, eles tendem a ser divididos por unidades informacionais distintas.

Esse princípio comporta uma classe de dados em que ocorrem os chamados anacolutos sintáticos, isto é, itens independentes que não possuem relação sintática com o conteúdo seguinte do enunciado. Esse tipo de dados admite uma análise do tipo proposto pela L-AcT relacionada à noção de ilha sintática. Mas, como foi discutido ao longo deste trabalho, essa análise não pode ser generalizada para os outros casos em que a composicionalidade sintática é mantida mesmo entre unidades informacionais diferentes. Acreditamos que os itens sem relação sintática são agrupados separadamente nas unidades informacionais para evitar a agramaticalidade que poderia ser gerada caso eles ocorressem juntos numa mesma unidade. A questão de cada oração estar distribuída em unidades separadas estaria relacionada à proposta de Chafe (1994), que estabelece que as unidades entoacionais estão correlacionadas à expressão de ideias mínimas que processualmente veiculam um pensamento completo. O primeiro exemplo abaixo mostra duas unidades completas separadas por um COB e o segundo exemplo mostra um NP anacoluto separado por TOP.

Exemplo 11.18 – bfamcv01

*EVN: [27] **mas é fechado** /=COB= nũ dá pra ir //COM=\$

Exemplo 11.19 – efamcv04

*CHU: [164] <**la boquilla dorada**> /=TOP= eso era lo más //COM=

O quarto princípio diz respeito à possibilidade de que um constituinte seja dividido internamente.

Princípio D: a cisão interna de um sintagma em unidades informacionais distintas tende a ser evitada.

Estudos empíricos reportados nesta seção (MACLAY; OSGOOD, 1959; BOOMER, 1965; GOLDMAN-EISLER, 1968; STRANGERT, 2004) afirmam que a tendência de ocorrer quebras prosódicas dentro dos constituintes é menor do que na fronteira deles. Estudos formalistas propõem ser agramatical a quebra prosódica dentro do constituinte (TAGLICHT, 1998; PAK, 2008). É possível que haja efetivamente uma quebra prosódica dentro do constituinte. Contudo, essa quebra na maior parte dos casos parece não ser motivada pragmaticamente, ou seja, são quebras resultantes de disfluências, embora haja a possibilidade de que a quebra tenha valor informacional, mas esses casos parecem constituir um número muito reduzido. Embora não tenhamos feito uma varredura nos *corpora* buscando tais casos, na nossa incursão pelos textos durante a etapa da coleta de dados esse tipo de dado não foi saliente. Apresentamos dois casos no inglês, o primeiro em que um PP é dividido internamente e o segundo em que o adjetivo é separado do NP.

Exemplo 11.20 – afamcv01

- a. *KEN: [45] <University> of /=INT= South <Guadalajara> hhh
//=COM=\$
- b. *JAM: [154] white /=CMM= whole wheat /=CMM= sourdough /=CMM=
or rye //CMM=\$

As formas esperadas seriam “University of South Guadalajara //” ou “University / of South Guadalajara //” e “White whole wheat...”. A possível explicação para que haja uma tendência de que a quebra prosódica com valor informacional dentro do constituinte seja menor do que em sua fronteira poderia residir no comportamento neurocognitivo encontrado no processo de compreensão dessa unidade linguística. Se considerarmos que há um pico de ativação neural durante a formação de um constituinte e uma queda depois de ele já ter se formado, a cisão dentro do constituinte provocaria um efeito não esperado na compreensão da sentença. De posse desse conhecimento, os falantes provavelmente tenderiam a evitar que esse efeito agisse no seu interlocutor durante a transmissão da mensagem. Contudo, uma investigação tanto experimental quanto empírica deveria ser realizada para maior aprofundamento do problema.

Esta seção buscou mostrar que do ponto de vista empírico também existem correlatos que indicariam que o domínio da sintaxe na fala deve ser considerado o

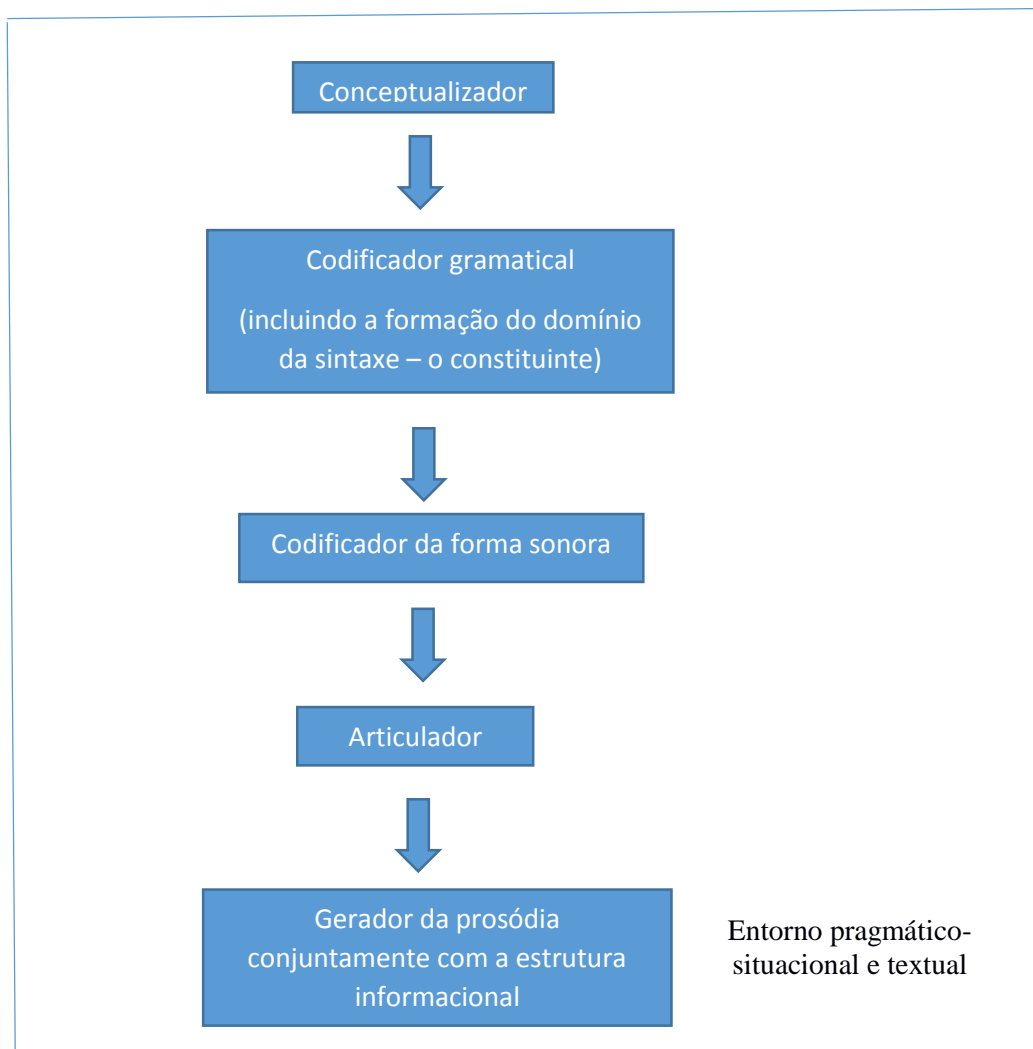
constituente. O fato de que haja uma possível restrição prosódico-informacional relacionada à distribuição de uma quebra interna, a manutenção de seu estatuto como constituinte mesmo nos casos em que suas partes não se encontram em adjacência, em exemplos de *split* e todas as tendências que dizem respeito a sua divisão relacionadas à hipótese da continuidade são fatores empíricos que contribuem para a proposta de o domínio da sintaxe na fala se fundar na noção de constituinte sintático. A nossa contribuição para o enriquecimento do arcabouço teórico da L-AcT a respeito da sintaxe na fala foi apresentada nesta terceira parte. Todavia, a adoção ou a rejeição de nossa proposta é uma decisão que caberá aos proponentes da teoria.

11.5. Síntese

Diante das considerações feitas ao longo desta terceira parte, torna-se necessário sintetizar o que nossa proposta pretende esclarecer. Como não dispomos de dados oriundos de pesquisa experimental, salientamos que nossa proposta só pode ser discutida a partir de um ponto de vista teórico. Em primeiro lugar, apresentaram-se três pré-requisitos para uma proposta a respeito do funcionamento da sintaxe da fala. A atribuição gramatical diz respeito às categorias e fenômenos no âmbito da gramática passíveis de exploração por meio da observação dos dados empíricos. Para isso, é necessário que haja uma teoria de base gramatical para a exploração de tais categorias e fenômenos, uma vez que a L-AcT não fornece suporte a esse respeito. Uma teoria *corpus-driven* pode explorar esse âmbito, contudo tal âmbito não está no escopo de investigação da L-AcT, portanto trata-se mais de prioridades da teoria do que de limitações da metodologia *corpus-driven*. No caso desta pesquisa, caracterizaram-se as categorias de sujeito e de predicado com o aporte da Gramática Cognitiva [GC]. A partir daí, foram traçadas considerações teóricas a respeito da realização de NPs sujeito e NPs SRS em TOP com base nos pressupostos da GC. Evidentemente, considera-se que outras teorias podem ser usadas nessa etapa, o que não pode ocorrer é que não haja nenhum suporte de uma teoria gramatical. Além disso, é preciso que a análise gramatical seja plausível de um ponto de vista tipológico. Observou-se que a abordagem da L-AcT é insuficiente para sustentar o princípio das ilhas sintáticas diante das ocorrências das línguas de caso, até então não consideradas no arcabouço de análise da teoria.

A atribuição gramatical é importante porque ela é uma etapa do processo de produção da fala. Adotou-se o modelo de Levelt e Schriefers (1987) para o processamento da geração da fala. Como esse modelo não prevê uma codificação prosódico-pragmática, propor-se-á um modelo que considere esses aspectos, tendo em vista a sua importância na fala espontânea. É preciso salientar que embora esse modelo específico não preveja a codificação prosódica, o modelo de Levelt (1989) fornece essa etapa, mas como adotamos o de Levelt e Schriefers (1987) a prosódia deve ser incluída. Nosso modelo deverá contar também com o aspecto diafásico e textual, pois os enunciados são produzidos sempre dentro de um contexto diafásico-situacional e num entorno de construção e articulação textual.

Figura 22 – Modelo da produção da fala considerando o domínio da sintaxe



Fonte: Elaboração do autor

Adaptando o modelo de Levelt e Schriefers (1987) para o nosso contexto de pesquisa, obtemos o quadro acima. Ele prevê as etapas de produção da fala, que se inicia

com a conceptualização da mensagem, em que se criam as condições dos itens lexicais, passa pelo codificador gramatical, onde é o âmbito em que se gera o domínio da sintaxe. Procede-se rumo ao codificador da forma sonora das palavras, passa também pelo articulador, etapa em que a fala é executada gerando-se adicionalmente a prosódia e a estrutura informacional, já que elas são indissolúveis. É necessário dizer que essas etapas ocorrem de modo incremental, como prevê o modelo original. Numa parte separada desse modelo, observa-se o entorno pragmático-situacional e textual. Essa parte reflete a natureza da fala de acordo com a diafasia, isto é, todo evento de fala ocorre numa diafasia específica, bem como sua natureza textual, isto é, os enunciados são produzidos de modo a formar textos. Isso constitui um entorno do modelo, pois essas características são de certa forma independentes do processo específico de geração da fala, embora a fala seja veiculada dentro de tal entorno. Na fala de sujeitos com afasia uma etapa ou mais podem estar comprometidas, todavia o constituinte como o domínio da sintaxe da fala parece ser mantido em seu discurso, conforme foi discutido. Em suma, nesta seção procurou-se sistematizar o que a terceira parte deste trabalho propõe. A partir da proposta de que o constituinte seja considerado o domínio da sintaxe da fala – proposto por meio de resultados de pesquisas experimentais e através de uma argumentação que inclui dados de natureza empírica – buscou-se mostrar, por meio de um modelo de geração da fala, como os processos de produção são articulados, levando em consideração inicialmente o modelo de Levelt e Schriefers (1987), mas acrescentando os aspectos que este estudo levantou, isto é, o domínio da sintaxe da fala conjuntamente com as características que a moldam, ou seja, a prosódia e a estrutura informacional. No momento, o modelo se aplica apenas ao âmbito teórico, já que não o testamos experimentalmente. Contudo, acreditamos que esse é um passo inicial que permitirá a aprimoração das considerações feitas neste trabalho. A nossa proposta é, portanto, de que o domínio da sintaxe da fala seja considerado o constituinte – uma unidade de natureza eminentemente sintática. Adicionalmente, propomos um modelo teórico que esclarece como esse domínio é elaborado e colocado em prática no momento de produção da fala, uma vez que há processos e etapas de geração da fala que ocorrem antes de que sejam lançados como o produto final de um *corpus* de fala espontânea. Utilizamos dados de sujeitos com afasia para mostrar como o domínio da sintaxe não é totalmente afetado na produção da fala, embora algumas etapas do processamento possam estar comprometidas. Isso constitui mais uma atestação da nossa proposta. Em suma, há três âmbitos que formam nossa proposta: (i) pré-requisitos de pesquisa empírica – a abordagem gramatical de exploração

dos fenômenos sintáticos e a plausibilidade do ponto de vista tipológico; (ii) dos pré-requisitos, a plausibilidade psicolinguística se mostra importante, pois é necessário que haja um modelo de produção da sintaxe na fala, o que nos leva à formulação de tal modelo exposto nesta seção e (iii) o domínio da sintaxe que se encaixa dentro de tal modelo – com respaldo empírico e experimental, propusemos ser o constituinte esse domínio. Acreditamos, portanto, que a pesquisa empírica deve caminhar junta com a abordagem experimental, a fim de que haja possibilidades mais sólidas de atestação dos modelos teóricos e dos fenômenos de interface entre sintaxe-prosódia.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante um longo período da história da sintaxe, essa disciplina foi ancorada em conceitos provenientes da Lógica. O pensamento que ficou conhecido como *grammaire générale* vigorou por pelo menos 150 anos. Tal doutrina, exposta inicialmente na Gramática de Port-Royal, cujo título original é *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle...* (ARNAULD; LANCELOT, 1975/1660), se baseava na relação entre pensamento e linguagem. A língua seria uma forma imperfeita de representar o pensamento. Por isso, seria necessário criar uma nova linguagem para filtrar a verdadeira linguagem do pensamento. Essa nova linguagem deveria ser transmitida por meio das categorias da Lógica. Disso decorre que o estudo da sintaxe das línguas naturais necessariamente incorporava as categorias lógicas, o que acabou refletindo-se na própria terminologia usada nos estudos sintáticos, como sujeito, predicado, proposição etc., bem como na análise de todas as sentenças tomando-se a estrutura Sujeito-Cópula-Predicado como modelo canônico a ser derivado – mesmo na ausência de alguma dessas categorias na sentença.

O efeito dos conceitos expostos na Gramática de Port-Royal resultou na ancoragem do estudo da sintaxe na Lógica. No entanto, o tratamento dado à análise da sentença por essa corrente é particularmente problemático em dois sentidos: o primeiro é considerar que há uma ordem natural que a sentença deve respeitar, sendo essa ordem Sujeito-Verbo-Objeto, conforme é ilustrado na seguinte passagem da Gramática de Port-Royal:

Não há nada na língua francesa que distinga esse caso do nominativo. Mas como quase sempre colocamos as palavras em sua ordem natural, podemos distinguir o nominativo do acusativo, considerando que ordinariamente o nominativo ocorre antes do verbo, e o acusativo depois dele. *Le roi aime la reine* (o rei ama a rainha); *La reine aime le roi* (a rainha ama o rei). *Le roi* está no caso nominativo no primeiro exemplo e no acusativo no segundo, e o contrário vale para *la reine*. (ARNAULD; LANCELOT, 1975/1660, p. 84).¹⁵⁸

O segundo problema é a caracterização de que qualquer sentença apresenta a estrutura Sujeito-Cópula-Predicado. Buroker (2017), comentando essa questão, explica que:

A maioria das proposições, contudo, são mais complexas do que sugere essa classificação, pois os sujeitos e os predicados não precisam ser simples. Na proposição ‘Deus, que é invisível, criou o mundo, que é visível’, tanto o sujeito quanto o predicado incluem orações subordinadas que parecem conter proposições (*Logic* II.5–8). Mas por causa da estrutura geral sujeito-predicado de todas as proposições, aquelas encaixadas devem estar localizadas no sujeito ou no predicado. Isso se torna problemático quando Arnauld e Nicole discutem as regras de inferência, já que eles têm de forçar todas as proposições, incluindo as condicionais e as disjuntivas, em formas categóricas padrão. O tratamento deles da proposição, então, requer que sujeitos e predicados tenham uma complexidade ilimitada (BUROKER, 2017).¹⁵⁹

Ambos os problemas resultam numa análise incorreta e enviesada da sintaxe das línguas naturais. Essas concepções norteadoras da análise linguística ainda persistem quando, por exemplo, admitem-se “inversões” de constituintes ou quando se postula a existência dos mais variados tipos de categoria vazia, tais como o PRO da gramática gerativa, por exemplo.

Somente em meados do século XIX, a doutrina da *grammaire générale* começou a cair em desuso, sobretudo com a ascensão do período que ficou conhecido como psicologismo. Essa nova corrente de pensamento creditava à Psicologia a ciência básica

¹⁵⁸ Tradução nossa do original: “We have nothing in the French language which distinguishes this case from the nominative. But since we almost always put words in their natural order, one can distinguish the nominative from the accusative, in that ordinarily the nominative is before the verb, and the accusative is after it. *Le roi aime la reine* (the King loves the Queen); *La reine aime le roi* (the Queen loves the King). *Le roi* is in the nominative case in the first example and in the accusative in the second, and the contrary holds true for *la reine*”.

¹⁵⁹ Tradução nossa do original: “Most propositions, however, are more complex than this classification suggests, for subjects and predicates need not be simple. In the proposition ‘God who is invisible created the world which is visible’, both the subject and predicate include subordinate clauses that appear to contain propositions (*Logic* II.5–8). But because of the overall subject-predicate structure of all propositions, embedded propositions must be located in the subject or predicate. This becomes problematic when Arnauld and Nicole discuss rules of inference, since they have to force all propositions, including conditionals and disjunctives, into standard categorical forms. Their treatment of the proposition, then, requires that subjects and predicates have unlimited complexity”.

a qual a Linguística deveria se basear. Dessa forma, a adoção de categorias psicológicas para explicar os fenômenos linguísticos era prática comum entre os teóricos dessa época. É nesse período que se iniciaram os estudos daquilo que ficou conhecido posteriormente como estrutura informacional (cf. VON HEUSINGER, 2002)¹⁶⁰, bem como a noção de fonema como uma unidade psíquica (cf. JONES, 1957). Autores como H. Weil, W. Wundt, H. Paul, G. von der Gabelentz, P. Wegener, entre outros, se destacaram no estudo da partição do enunciado, dando início, sob vários rótulos, à noção de estrutura informacional. Os conceitos de sujeito psicológico e de predicado psicológico ilustram bem tanto a questão terminológica característica do período do psicologismo, quanto, dentro da própria definição desses termos, o papel da Psicologia como a ciência com a qual os fenômenos linguísticos deveriam ser explicados. Nesse sentido, o papel da produção e da recepção das sentenças tornou-se algo importante. Segundo Graffi (2001): “A coisa para a qual a atenção do destinatário é direcionada é denominada por Gabelentz como ‘sujeito psicológico’; o que o destinatário é induzido a pensar, como ‘predicado psicológico’” (GRAFFI, 2001, p. 86)¹⁶¹. É preciso ressaltar que qualquer termo poderia compor o sujeito psicológico, ou seja, essa categoria não corresponde necessariamente à categoria de sujeito gramatical, embora elas possam coincidir em alguns casos.

A definição de sentença dada por Paul (1920) é possivelmente um dos exemplos mais emblemáticos que ilustra o papel da interface entre Linguística e Psicologia naquele período:

A sentença é a expressão linguística – o símbolo – do fato que, dentro da mente do falante, a conexão de várias representações ou de vários grupos de representações foi realizada e é o meio para trazer a mesma conexão das mesmas representações dentro da mente do ouvinte (PAUL, 1920, p. 121 *apud* GRAFFI, 2001, p. 119).¹⁶²

Os autores dessa época acreditavam que o uso linguístico refletia diretamente os processos do pensamento. Tais processos eram entendidos como uma série sucessiva de representações mentais (cf. ELFFERS, 2014). Numa versão mais extrema, “essa visão era puramente mecanicista: enunciados eram considerados respostas reflexivas a

¹⁶⁰ O termo “estrutura informacional” foi introduzido por M. Halliday, mas a noção já estava presente, de certo modo, em autores do séc. XIX.

¹⁶¹ Tradução nossa do original: “The thing towards which the attention of the addressee is directed is named by Gabelentz ‘psychological subject’; what s/he is made think about it, ‘psychological predicate’”.

¹⁶² Tradução nossa do original: “The sentence is the linguistic expression – the symbol – of the fact that, within the speaker’s mind, the connection of several representations or of several groups of representations has been accomplished and is the means to bring about the same connection of the same representations within the hearer’s mind”.

ocorrências internas” (ELFFERS, 2014, p. 128)¹⁶³. A sintaxe passa, então, de um período em que se ancorava na Lógica para um período em que recebe da Psicologia sua base de análise e exploração dos fenômenos.

O movimento posterior ao psicologismo busca desvencilhar a sintaxe da Psicologia ao focar apenas naquilo que se inscreve sob o rótulo gramatical, ou seja, nos princípios reguladores da formação de uma sequência de palavras numa organização sintática hierárquica. Os teóricos do estruturalismo priorizam o fato linguístico não como um produto de um fato psicológico, mas como um material passível de uma generalização formal. Nesse sentido, há uma busca por uma descrição linguística precisa e refinada. No que concerne especificamente à sintaxe, eles priorizavam a definição das unidades e das relações sintáticas. Nesse período, são explorados os conceitos de sintagma, constituinte e dependência, por exemplo.

Posteriormente, uma segunda fase do psicologismo se instaura, sobretudo, a partir do trabalho de N. Chomsky, que, além de considerar a linguística como um ramo da Psicologia (cf. CHOMSKY, 2006), faz duras críticas aos conceitos e à metodologia dos estruturalistas:

E este sistema de competência linguística é qualitativamente diferente de qualquer coisa que possa ser descrita em termos dos métodos taxonômicos da linguística estrutural, dos conceitos da psicologia E-S [estímulo-resposta], bem como das noções desenvolvidas dentro da teoria matemática da comunicação ou da teoria dos autômatos simples. As teorias e os modelos que foram desenvolvidos para descrever fenômenos simples e imediatamente dados não podem incorporar o sistema real da competência linguística; a ‘extrapolação’ para descrições simples não consegue abordar a realidade da competência linguística [...] (CHOMSKY, 2006, p. 4).¹⁶⁴

Ainda segundo Chomsky, os métodos de análise linguística dos estruturalistas “são, na melhor das hipóteses, limitados aos fenômenos da estrutura superficial e não conseguem, portanto, revelar os mecanismos subjacentes ao aspecto criativo do uso

¹⁶³ Tradução nossa do original: “this view was purely mechanistic: utterances were regarded as reflexive responses to inner occurrences”.

¹⁶⁴ Tradução nossa do original: “And this system of linguistic competence is qualitatively different from anything that can be described in terms of the taxonomic methods of structural linguistics, the concepts of S-R [estímulo-resposta] psychology, or the notions developed within the mathematical theory of communication or the theory of simple automata. The theories and models that were developed to describe simple and immediately given phenomena cannot incorporate the real system of linguistic competence; ‘extrapolation’ for simple descriptions cannot approach the reality of linguistic competence [...]”.

linguístico e à expressão do conteúdo semântico” (CHOMSKY, 2006, p. 20)¹⁶⁵. Nesse período, a gramática gerativa ainda sustentava as noções das estruturas superficial e profunda. A última era um nível de representação abstrato que especificava os fatores que regiam o modo como a sentença deveria ser interpretada. Os conceitos de competência e desempenho, língua-I e língua-E, faculdade da linguagem e gramática universal evidenciam uma forte vertente cognitiva do estudo linguístico. Dentro dessa perspectiva, a sintaxe foi alavancada como o nível linguístico mais influente. Seja na esteira do gerativismo ou como dissidência dele, é fato que a segunda metade do séc. XX foi marcada por uma proliferação de teorias sintáticas, em sua maior parte formais e várias delas de base cognitivista (cf. MORAVCSIK; WIRTH, 1980; GRAFFI, 1998). As críticas à segunda fase do psicologismo, sobretudo ao trabalho de N. Chomsky, não serão expostas aqui, pois fugiriam do nosso escopo (para esse tema, cf. DEVITT, 2006; ELFFERS, 2014, entre outros).

O que se nota a partir desse breve percurso sobre a história da sintaxe é que durante a maior parte do tempo ela foi ancorada ora na lógica, ora na psicologia. Durante o período do estruturalismo floresceu uma abordagem com menor interferência de outras abordagens de base, por assim dizer. A perspectiva cretiana, assim como em outros períodos, parece ancorar a sintaxe em algum outro nível, mais especificamente, na prosódia. Isto é, a sintaxe tem seu domínio restringido pela prosódia. Contudo, acreditamos que nenhuma ancoragem absoluta é suficiente para explicar os fenômenos sintáticos. O papel gramatical, o componente cognitivo – explorado também por uma metodologia experimental – e a expressão prosódica – atestada empiricamente por meio de *corpora* representativos e em interface com a pragmática – formam a base para um estudo mais completo e condizente com a natureza da sintaxe da fala. Nesse sentido, nenhum isolamento teórico-metodológico é aconselhável. A L-AcT fornece uma sólida base para o terceiro ponto mencionado acima, ou seja, o componente prosódico em interface com a pragmática, que se desenvolve na estrutura informacional do enunciado. Mas falta a ela os dois primeiros componentes, que se referem às construções gramaticais e ao componente cognitivo dessas construções passível de ser testado experimentalmente. Além desses pontos listados, um importante aspecto que está no escopo empírico é a abordagem probabilística para o estudo da sintaxe (cf. MANNING, 2003). Isso fornece

¹⁶⁵ Tradução nossa do original: “(...) are at best limited to the phenomena of surface structure and cannot, therefore, reveal the mechanisms that underlie the creative aspect of language use and the expression of semantic content”.

uma garantia para tratar os fenômenos de acordo com sua essência refletida no uso linguístico e capturada por meio dos dados empíricos. O estudo realizado na segunda parte deste trabalho procurou conciliar os pontos mencionados acima. Apesar de faltar ainda um aporte experimental para o fenômeno analisado, acreditamos que foi dado um passo inicial em direção a uma compreensão mais robusta sobre certo aspecto da sintaxe da fala.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, B. Definiteness and Indefiniteness. In: HORN, L.; WARD, G. (ed.). *The Handbook of Pragmatics*. Malden; Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 122-150.

ABNEY, S. *The English noun phrase in its sentential aspect*. 1987. 363f. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1987.

AISSEN, J. Differential object marking: Iconicity vs. economy. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 21, n. 3, p. 435-483, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1023/A:1024109008573>>.

ALLBRITTON, D.; McKOON, G.; RATCLIFF, R. Reliability of Prosodic Cues for Resolving Syntactic Ambiguity. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, v. 22, n. 3, p. 714-735, 1996. DOI: <<https://doi.org/10.1037/0278-7393.22.3.714>>.

ANDERSON, J. *On being without a subject*. Bloomington, IN: Indiana University Linguistics Club, 1979.

ANDREWS, A. The major functions of the noun phrase. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language Typology and Syntactic Description*. Volume I: Clause Structure. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 132-223. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511619427.003>>.

ARIEL, M. *Accessing Noun Phrase Antecedents*. London: Routledge, 1990.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *General and Rational Grammar: The Port-Royal Grammar*. The Hague/Paris: Mouton, 1975/1660.

ARSENI, C.; DĂNĂILĂ, L. Logorrhea Syndrome with Hyperkinesia. *European Neurology*, v. 15, n. 4, p. 183-187, 1977. DOI: <<https://doi.org/10.1159/000114831>>.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

AUSTIN, P. Switch-reference in Australia. *Language*, v. 57, n. 2, p. 309-334, 1981. DOI: <<https://www.doi.org/10.2307/413693>>.

ÁVILA, L. *Modalidade em perspectiva: estudo baseado em corpus oral do Português Brasileiro*. 2014. 254f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BAAYEN, R. H. *Analyzing Linguistic Data: A Practical Introduction to Statistics Using R*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BAKER, M. *The atoms of language: the mind's hidden rules of grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BALCONI, M. *Neuropsicologia della comunicazione*. Milano: Springer, 2008. DOI: <<https://doi.org/10.1007/978-88-470-0706-2>>.

BAHLMANN, J.; SCHUBOTZ, R.; FRIEDERICI, A. Hierarchical artificial grammar processing engages Broca's area. *NeuroImage*, v. 42, p. 525-534, 2008. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2008.04.249>>.

BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Bern: Francke Verlag, 1950.

BARBOSA, J. Foco e Tópico: algumas questões terminológicas. In: RIO-TORTO, G.; O. FIGUEIREDO, M.; SILVA, F. (ed.). *Estudos em Homenagem de Mario Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005. p. 339-351.

BARBOSA, P. Conhecendo melhor a prosódia: aspectos teóricos e metodológicos daquilo que molda nossa enunciação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 20, n. 1, p. 11-27, 2012. DOI: <<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.20.1.11-27>>.

BARÐDAL, J. Construction-Specific Properties of Syntactic Subjects in Icelandic and German. *Cognitive Linguistics*, Birmingham, v. 17, n. 1, p. 39-106, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1515/COG.2006.002>>.

BASTIAANSE, R.; EDWARDS, S.; KISS, K. Fluent aphasia in three language: aspects of spontaneous speech. *Aphasiology*, v. 10, p. 561-575, 1996. DOI: <<https://doi.org/10.1080/02687039608248437>>.

BATES, D.; MÄCHLER, M.; BOLKER, B.; WALKER, S. Fitting linear mixed-effects models using lme4. *Journal of Statistical Software*, v. 67, p. 1-48, 2015. DOI: <<https://www.doi.org/10.18637/jss.v067.i01>>.

BEACH, C. The Interpretation of Prosodic Patterns at Points of Syntactic Structure Ambiguity: Evidence for Cue Trading Relations. *Journal of Memory and Language*, v. 30, p. 644-663, 1991. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0749-596X\(91\)90030-N](https://doi.org/10.1016/0749-596X(91)90030-N)>.

BERN, R.; MITCHUM, C.; HAENDIGES, A. Comprehension of reversible sentences in "agrammatism": a meta-analysis. *Cognition*, v. 58, p. 289-308, 1996. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0010-0277\(95\)00682-6](https://doi.org/10.1016/0010-0277(95)00682-6)>.

BIBER, D. *Variation across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BIBER, D.; JOHANSSON, S.; LEECH, G.; CONRAD, S.; FINEGAN, E. *The Longman Grammar of Spoken and Written English*. London ; New York: Longman, 1999.

BLANCHE-BENVENISTE, C. Un modele d'analyse syntaxique 'en grilles' pour les productions orales. *Anuario de Psicologia*, v. 47, p. 11-28, 1990.

BLANCHE-BENVENISTE, C.; BILGER, M.; ROUGET, C.; VAN DEN EYENDE, K. *Le français parlé*. Etudes grammaticales. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1990.

BOCK, K. Toward a cognitive psychology of syntax: Information processing contribution to sentence formulation. *Psychological Review*, v. 89, p. 1-47, 1982.

BOCK, K; LEVELT, W. Language production: Grammatical encoding. In: GERNSBACHER, M. (ed.). *Handbook of psycholinguistics*. San Diego, CA: Academic Press, 1994. p. 945-984.

BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (ed.). *Probabilistic Linguistics*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.

BOECKX, C. *Syntactic Islands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09781139022415>>.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: Doing Phonetics by Computer*. 2017. Disponível em: <<http://www.praat.org/>>. Acesso em: 22 set 2018.

BOLINGER, D. *Intonation and Its Parts: Melody in Spoken English*. Stanford: Stanford University Press, 1986.

BOOMER, D. Hesitation and grammatical encoding. *Language and Speech*, [S.l.], v. 8, p. 148-158, 1965. DOI: <<https://doi.org/10.1177/002383096500800302>>.

BOSSAGLIA, G. Interface entre sintaxe e articulação informacional na fala espontânea: uma comparação baseada em corpus entre português e italiano. *Caligrama*, v. 19, n. 2, p. 35-60, 2014. DOI: <<http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.19.2.35-60>>.

BOSSAGLIA, G. Orientação pragmática da sintaxe na fala espontânea: uma análise corpus-based da subordinação completiva e adverbial no português do Brasil. *Domínios de Linguagem*, v.9, n.5, p. 309-335, 2015a.

BOSSAGLIA, G. Pragmatic orientation of syntax in spontaneous speech: A corpus-based comparison between Brazilian Portuguese and Italian. *CHIMERA: Romance Corpora and Linguistic Studies*, v. 2, p. 1-34, 2015b.

BOSSAGLIA, G. Effects of speech rhythm on spoken syntax. A corpus-based study on Brazilian Portuguese and Italian. *CHIMERA: Romance Corpora and Linguistic Studies*, v. 3, n. 2, p. 265-285, 2016.

BRAZIL, D. *Discourse Intonation I*. Birmingham: English Language Research Monographs, 1975.

BRENTARI, D.; FALK, J.; WOLFORD, G. The acquisition of prosody in American Sign Language. *Language*, v. 91, n. 3, p. 144-168, 2015.

BUROKER, J. Port Royal Logic. In: ZALTA, E. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring Edition, 2017. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/port-royal-logic/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

BUTTERWORTH, B. Hesitation and the production of verbal paraphasias and neologisms in jargon aphasia. *Brain and Language*, v. 8 n. 2, p. 133-161, 1979. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0093-934X\(79\)90046-4](https://doi.org/10.1016/0093-934X(79)90046-4)>.

CÂNDIDO, G. *Descrição morfossintática da língua shanenawa (pano)*. 2004. 292f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CARTER, R.; MCCARTHY, M. J. Grammar and the spoken language. *Applied Linguistics*, v. 16, n.2, p. 141-58, 1995. DOI: <<https://doi.org/10.1093/applin/16.2.141>>.

CASSIDY, K.; KELLY, M. Phonological information for grammatical category assignments. *Journal of Memory and Language*, v. 30, p. 348-369, 1991. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0749-596X\(91\)90041-H](https://doi.org/10.1016/0749-596X(91)90041-H)>.

CAVALCANTE, F. *The Topic Unit Spontaneous American English: A Corpus-Based Study*. 2015. 184f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CAVALCANTE, F.; RAMOS, A. The American English spontaneous speech minicorpus. Architecture and comparability. *CHIMERA: Romance Corpora and Linguistic Studies*, v. 3, n. 2, p. 99-124, 2016.

CAVALCANTE, F.; RASO, T.; BARBOSA, P. A unidade informacional de Tópico na Language into Act Theory: Teste de concordância e estudo de padrões melódicos. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROSÓDIA, 2019. Campinas. *Anais...* Campinas: Luso-Brazilian Association of Speech Sciences, 2019. p. 68-71.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In Li, C. (ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. pp. 27-55.

CHAFE, W. Linguistics differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D.; TORRANCE, N.; HILDYARD, A.. (ed.). *Language and Learning: The Nature and Consequences of Reading and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p.105-123.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (ed.). *Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics, and Points of View*. Amsterdam: Benjamins, 1987. p. 21-51. DOI: <<https://doi.org/10.1075/tsl.11.03cha>>.

CHAFE, W. *Discourse, consciousness, and time: The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CHESHIRE, J. Syntactic variation and spoken language. In: CORNIPS, L.; CORRIGAN, K. (ed.). *Syntax and Variation: Reconciling the Biological and the Social*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 81-106. DOI: <<https://doi.org/10.1075/cilt.265.05che>>.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. Quine's empirical assumptions. In: DAVIDSON, D.; HINTIKKA, J. (ed.). *Words and objections: Essays on the work of W. V. Quine*. Dordrecht: Reidel, 1969. pp. 53-68.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (ed.). *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Berlin: Mouton De Gruyter, 1981.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. *Language and mind*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511791222>>.

CLAES, J. Probabilistic grammar: The view from Cognitive Sociolinguistics. *Glossa: A Journal of General Linguistics*, v. 2, n. 1, p. 1-30, 2017. DOI: <<http://doi.org/10.5334/gjgl.298>>.

CLARK, H.; CLARK, E. *Psychology and language: an introduction to psycholinguistics*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

CLARK, H.; HAVILAND, S. Psychological processes as linguistic explanation. In: COHEN, D. (ed.). *Explaining linguistic phenomena*. Washington: V. H. Winston, 1974.

CLARK, H.; WASOW, T. Repeating words in spontaneous speech. *Cognitive Psychology*, v. 37, p. 201-242, 1998. DOI: <<https://doi.org/10.1006/cogp.1998.0693>>.

COELHO, C.; McHUGH, R.; BOYLE, M. Semantic feature analysis as a treatment for aphasic dysnomia: A replication. *Aphasiology*, v. 14, n. 2, p. 133-142, 2000. DOI: <<https://doi.org/10.1080/026870300401513>>.

COOPER, W. Syntactic-to-phonetic coding. In: BUTTERWORTH, B. (ed.). *Language production. Vol. 1: Speech and Talk*. San Diego, Academic Press, 1980. p. 297-334.

COOPER, W.; PACCIA, J.; LAPOINTE, S. Hierarchical coding in speech timing. *Cognitive Psychology*, v. 10, p. 154-177, 1978. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0010-0285\(78\)90012-9](https://doi.org/10.1016/0010-0285(78)90012-9)>.

COUPER-KUHLEN, E. *An Introduction to English Prosody*. London/Tuebingen: Edward Arnold and Niemeyer, 1986.

COMRIE, B. Switch-reference in Huichol: A typological study. In: HAIMAN, J.; MUNRO, P. (ed.). *Switch-reference and Universal Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. pp. 17-38. DOI: <<https://doi.org/10.1075/ts1.2.04com>>.

COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Typology*. 2 ed. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

CORBETT, G. *Number*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09781139164344>>.

CORUM, C. A pragmatic analysis of parenthetical adjuncts. *CLS*, v. 11, p. 133-141, 1975.

CREISSELS, D. A typology of subject marker and object marker systems in African languages. In; VOELTZ, F. (ed.). *Studies in African Linguistic Typology*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005. pp. 445-459. DOI: <<https://doi.org/10.1075/ts1.64.04cre>>.

CRESTI, E. Definizione dell'enunciato e pragmatica. In: V° CONVEGNO NAZIONALE GRAMMATICA DEL PARLARE E DELL'ASCOLTARE A SCUOLA, 1992. Firenze. *Atti [...]*. Firenze: La Nuova Itália, 1992. p. 51-77.

CRESTI, E. Force illocutoire, articulation topic/comment et contour prosodique en italien parlé. In: DANON-BOILEAU, L.; MOREL, A. *Faits de langues*, n. 13, p. 168-181, 1999.

CRESTI, E. *Corpus di Italiano parlato*. Firenze: Accademia della Crusca, 2000.

CRESTI, E. *Enunciato e frase: teoria e verifiche empiriche*. In: BIFFI, M., CALABRESE, O., SALIBRA, L. (ed.). *Italia Linguistica: discorsi di scritto e di parlato*. Scritti in onore di Giovanni Nencioni. Siena: Prolagon, 2005. p. 249-260.

CRESTI, E. La stanza: Un'unità di costruzione testuale del parlato. In: X CONGRESSO DELLA SOCIETÁ INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ITALIANA (SILFI 2008), 2008. Basel. *Atti [...]*. Florence: Cesati, 2010. p. 713-732.

CRESTI, E. The definition of focus in Language into Act Theory (LAcT). In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (ed.). *Pragmatics and Prosody: Illocution Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation*. Firenze: Firenze University Press, 2011. DOI: <<https://www.doi.org/10.1400/178853>>.

CRESTI, E. Syntactic properties of spontaneous speech in the Language into Act Theory: data on Italian complements and relative clauses. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 365-410. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sc1.61.13cre>>.

CRESTI, E.; GRAMIGNI, P. Per una linguistica corpus based dell'italiano parlato: le unità di riferimento. In: CONVEGNO NAZIONALE IL PARLATO ITALIANO, 2004. Napoli. *Atti* [...]. Napoli: M. D'Auria, 2004. p. 1-26.

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. *C-ORAL-ROM: Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Language*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sc1.15>>.

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. Informational Patterning Theory and the corpus-based description of spoken language. The compositionality issue in the topic-comment pattern. In: MONEGLIA, M.; PANUNZI, A. (eds.). *Bootstrapping information from corpora in a cross-linguistic perspective*. Firenze: Firenze University Press, 2010. p. 13-46. DOI: <<https://www.doi.org/10.1400/141862>>.

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. The annotation of Information Structure in spoken Japanese. In: 9th TUTORIAL AND RESEARCH WORKSHOP ON EXPERIMENTAL LINGUISTICS, 2018. Athens. *Proceedings* [...]. Athens: Université Paris Diderot, 2018. p. 1-8.

CROFT, W. Agreement vs. case marking in direct objects. In: BARLOW, M.; FERGUSON, C. (ed.). *Agreement in Natural Language: approaches, theories, descriptions*. Stanford: CSLI, 1988. p. 159-180.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in a Typological Perspective*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198299554.001.0001>>.

CRUTTENDEN, A. *Intonation*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09781139166973>>.

CRYSTAL, D. *Prosodic Systems and Intonation in English*. London: Cambridge University Press, 1969.

CRYSTAL, D. *The English tone of voice*. London: Edward Arnold, 1975.

CRYSTAL, D. Neglected grammatical factors in conversational English. In: GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK (ed.). *Studies in English Linguistics*. London: Longman, 1976. p. 153-166.

CRYSTAL, D. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. DOI: <<https://www.doi.org/10.1002/9781444302776>>.

CRYSTAL, D.; QUIRK, R. *Systems of prosodic and paralinguistic features in English*. The Hague: Mouton, 1964.

CUTLER, A.; DAHAN, D.; VAN DONSELAAR, W. Prosody in comprehension of spoken language: A literature review. *Language and Speech*, v. 40, p. 141-201, 1997. DOI: <<https://doi.org/10.1177/002383099704000203>>.

DACHKOVSKY, S.; HEALY, C.; SANDLER, W. Visual intonation in two sign languages. *Phonology*, v. 30, n. 2, 211-252, 2013.

DAMASIO, A. Aphasia. *The New England Journal of Medicine*, v. 326, n. 8, p. 531-539, 1992. DOI: <<https://www.doi.org/10.1056/NEJM199202203260806>>.

DANIELE, A.; GIUSTOLISI, L.; SILVERI, M. C.; COLOSIMO, C.; GAINOTTI, G. Evidence for a possible neuroanatomical basis for lexical processing of nouns and verbs. *Neuropsychologia*, v. 32, n. 11, p. 1325-1341, 1994. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0028-3932\(94\)00066-2](https://doi.org/10.1016/0028-3932(94)00066-2)>.

DEBAISIEUX, J.-M. Quelques problèmes posés par la notion de subordination. In: _____. (ed.). *Analyses linguistiques sur corpus*. Subordination et insubordination en français. Hermes: Lavoisier. 2013. p. 36-60.

DECADT, B.; DAELEMANS, W. Verb classification - machine learning experiments in classifying verbs into semantic classes. In: LREC 2004 WORKSHOP BEYOND NAMED ENTITY RECOGNITION: SEMANTIC LABELING FOR NLP TASKS, 2004. Lisbon. *Proceedings...* Lisbon, 2004. p. 25-30.

DEVITT, M. *Ignorance of Language*. Oxford: Clarendon Press, 2006. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/0199250960.001.0001>>.

DING, N.; MELLONI, L.; ZHANG, H.; TIAN, X.; POEPPPEL, D. Cortical tracking of hierarchical linguistic structures in connected speech. *Nature Neuroscience*, v. 19, p. 158-164, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1038/nn.4186>>.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511611896>>.

DRESCHLER, G. *Passives and the Loss of Verb Second: A Study of Syntactic and Information-Structural Factors*. Utrecht: LOT, 2015.

DRYER, M. Word Order. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language Typology and Syntactic Description*. Volume I: Clause Structure. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 61-131. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511619427.002>>.

DU BOIS, J.; CHAFE, W.; MEYER, C.; THOMPSON, S.; ENGLEBRETSON, R.; MARTEY, N. *Santa Barbara corpus of spoken American English*. Parts 1-4. Philadelphia: Linguistic Data Consortium, 2000-2005.

DUTTON, T. A Koita grammar sketch and vocabulary. In: _____. (ed.). *Studies in Languages of Central and South-east Papua*. Canberra: Department of Linguistics, RSPacS, Australian National University, 1975. pp. 281-412.

EDWARDS, S. *Fluent Aphasia*. New York: Cambridge University Press, 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511486548>>.

ELFFERS, E. Earlier and later anti-psychologism in linguistics. In: KASEVICH, V.; KLEINER, Y.; SÉRIOT, P. *History of Linguistics 2011*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 127-136. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sihols.123.11elf>>.

EMONDS, J. Parenthetical clauses. In: CORUM, C., SMITH-STARK, T. C.; WEISER, A. (ed.). *You take the high node and I'll take the low node*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1973. pp. 333-347.

ERMAN, B. *Pragmatic expressions in English: A study of you know, you see, and I mean in face-to-face conversation*. Stockholm: Almqvist and Wiksell, 1987.

ETHNOLOGUE: Languages of the World. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

EVERETT, L. *A língua pirahã e a teoria da sintaxe: descrição, perspectivas e teoria*. 1983. 431f. Tese (Doutorado em Linguística). – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

EVERETT, D. Pirahã. In: DERBYSHIRE, D.; PULLUM, G. (ed.). *Handbook of Amazonian Languages*. Volume 1. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1986. p. 200-325. DOI: <<https://doi.org/10.1515/9783110850819.200>>.

EVERETT, D. Cultural Constraints on Grammar and Cognition in Pirahã: Another Look at the Design Features of Human Language. *Current Anthropology*, v. 46, n. 4, p. 621-646, 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1086/431525>>.

EVERETT, D. *Cultural Constraints on Grammar in Pirahã: A Reply to Nevins, Pesetsky, and Rodrigues (2007)*. 2007. Disponível em: <<https://ling.auf.net/lingbuzz/000427>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

EVERETT, D. Pirahã culture and grammar: A response to some criticisms. *Language*, v. 85, n. 1, p. 405-442, 2009. DOI: <<https://www.doi.org/10.1353/lan.0.0104>>.

EVERETT, D. *The shrinking Chomskyan corner: A Final reply to Nevins, Pesetsky, and Rodrigues*. 2013. Disponível em: <<https://ling.auf.net/lingbuzz/000994>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

FAROQI-SHAH, Y.; THOMPSON, C. Verbs inflection in agrammatic aphasia: Encoding of tense features. *Journal of Memory and Language*, v. 56, n. 1, p.129-151, 2007. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.jml.2006.09.005>>.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces: Aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1985.

FERREIRA, F. Creation of prosody during sentence production. *Psychological Review*, v. 100, n. 2, p. 233-253, 1993. DOI: <<https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.2.233>>.

FERREIRA, F.; ENGELHARDT, P. Syntax and production. In: TRAXLER, M.; GERNSBACHER, M. (ed.). *Handbook of psycholinguistics*. Oxford: Elsevier, 2006. p. 61-91.

FÉRY, C.; ISHIHARA, S. (ed.) *The Oxford Handbook of Information Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2016. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199642670.001.0001>>.

FÉRY, C., PASLAWSKA, A., FANSELOW, G. Nominal split constructions in Ukrainian. *Journal of Slavic Linguistics*, v. 15, n. 1, p. 3-48, 2007.

FILLMORE, C.; JOHNSON, C.; PETRUCK, M. Background to FrameNet. *International Journal of Lexicography*, vol. 16, n. 3, p. 235-250, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1093/ijl/16.3.235>>.

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*, v. 64, n. 3, p. 501-538, 1988. DOI: <<https://www.doi.org/10.2307/414531>>.

FIRENZUOLI, V.; SIGNORINI, S. L'unità informativa di topic: correlati intonativi. In: XIII GIORNATE DI STUDIO DEL GRUPPO DI FONETICA SPERIMENTALE, 2002. Pisa. *Atti* [...]. Pisa: ETS, 2003. p. 177-184.

FLEISS, J. Measuring nominal scale agreement among many raters. *Psychological Bulletin*, v. 76, p. 378-382, 1971. DOI: <<https://doi.org/10.1037/h0031619>>.

FODOR, J.; BEVER, T. The Psychological Reality of Linguistic Segments. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 4, p. 414-420, 1965. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(65\)80081-0](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(65)80081-0)>.

FOLEY, W. *The Papuan languages of New Guinea*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FRASER, B. Types of English discourse markers. *Acta Linguistica Hungarica*, v. 38, n. 1-4, p. 19-33, 1988.

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. In: _____. *Obras Psicológicas Completas*. Ed. Std. Bras. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1980/1915.

FRIEDERICI, A.; BAHLMANN, J.; HEIM, S.; SCHUBOTZ, R.; ANWANDER, A. The brain differentiates human and non-human grammars: Functional localization and structural connectivity. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 103, n. 7, p. 2458-2463, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1073/pnas.0509389103>>.

FROMKIN, V. A. The non-anomalous nature of anomalous utterances. *Language*, v. 47, p. 27-52, 1971. DOI: <<https://www.doi.org/10.2307/412187>>.

GAMALLO, P. The meaning of syntactic dependencies. *Linguistik Online*, v. 35, n. 3, p. 33-53, 2008.

GAMALLO, P. The role of syntactic dependencies in compositional distributional semantics. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory*, v. 13, n. 2, p. 261- 290, 2017. DOI: <<https://www.doi.org/10.1515/c11t-2016-0038>>.

GARCÍA-MIGUEL, J.; ALBERTUZ, F. Verbs, semantic classes and semantic roles in the ADESSE project. In: INTERDISCIPLINARY WORKSHOP ON THE IDENTIFICATION AND REPRESENTATION OF VERB FEATURES AND VERB CLASSES, 2005. Saarland. *Proceedings* [...]. Saarland, 2005. np.

GARSON, G. *Logistic Regression: Binary & Multinomial*. Asheboro, NC: Statistical Associates Publishing, 2014.

GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199738632.001.0001>>.

GIL, D. Word order without syntactic categories: How Riau Indonesian does it. In: CARNIE, A.; HARLEY, H.; DOOLEY, S. *Verb First: On the syntax of verb-initial languages*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 243-264. DOI: <<https://doi.org/10.1075/la.73.17gil>>.

GIVÓN, T. Topic, Pronoun and Grammatical Agreement. In: LI, C. (ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 149-188.

GIVÓN, T. Definiteness and Referentiality. In: GREENBERG, J. (ed.). *Universals of Human Language*. Vol. 1, Syntax. Stanford: Stanford University Press, 1978. p. 291-330.

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979. DOI: <<https://doi.org/10.1075/z.213>>.

GIVÓN, T. (ed.). *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. DOI: <<https://doi.org/10.1075/ts1.3>>.

GIVÓN, T. *Syntax: A Functional-Typological Introduction*. Vol. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984. DOI: <<https://doi.org/10.1075/z.17>>.

GIVÓN, T. Beyond foreground and background. In: TOMLIN, R. (ed.). *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: Benjamins, 1987. p. 175-188. DOI: <<https://doi.org/10.1075/ts1.11.10giv>>.

GLANZER, M.; KOPPENAAL, L. The effect of encoding tasks on free recall: Stages and levels. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 16, p. 21-28, 1977. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(77\)80004-2](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(77)80004-2)>.

GOLDBERG, A. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2006. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199268511.001.0001>>.

GOLDMAN-EISLER, F. *Psycholinguistics: Experiments in Spontaneous Speech*. New York: Academic Press, 1968.

GOODGLASS, H.; KAPLAN, E. *The Assessment of Aphasia and Related Disorders*. Philadelphia, PA: Lea & Febiger, 1983.

GRAFFI, G. A Survey of Syntactic Theories in the 20th Century. *Historiographia Linguistica*, 1998. DOI: <<https://doi.org/10.1075/hl.25.3.09gra>>.

GRAFFI, G. *200 Years of Syntax. A Critical Survey*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sihols.98>>.

GREENBERG, J. Some Universals of Grammar with Particular Reference to the Order of Meaningful Elements. In: GREENBERG, J. (ed.). *Universals of Language*. 2 ed. Cambridge; London: The M.I.T. Press, 1966. p. 73-113.

GRIES, S. *Quantitative corpus linguistics with R*. New York: Routledge, 2009. DOI: <<https://doi.org/10.4324/9781315746210>>.

GRIES, S. Corpus linguistics, theoretical linguistics, and cognitive/psycholinguistics: towards more and more fruitful exchanges. In: MUKHERJEE, J.; HUBER, M. (ed.). *Corpus linguistics and variation in English: Theory and description*. Amsterdam: Rodopi, 2012. p. 41-63. DOI: <https://doi.org/10.1163/9789401207713_006>.

GRUBER, J. Topicalization in child language. *Foundations of Language*, v. 3, p. 37-65, 1967.

GUNDEL, J.; HEDBERG, N.; ZACHARSKI, R. Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. *Language*, v. 69, p. 274-307, 1993. DOI: <<https://www.doi.org/10.2307/416535>>.

HAEGEMAN, L. Subject Omission in Present-Day Written English on the Theoretical Relevance of Peripheral Data. *Rivista di Grammatica Generativa*, v. 32, p. 91-124, 2007.

HAIMAN, J.; MUNRO, P. (ed.). *Switch-reference and Universal Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. DOI: <<https://doi.org/10.1075/ts1.2>>.

HALL, K. Agency and the Animacy Hierarchy in Kashaya. In: 1990 HOKAN-PENUTIAN LANGUAGES WORKSHOP, 1990. Salinas, CA. *Proceedings [...]*. Salinas, CA: Coyote Press, 1990. p. 118-135.

HALLIDAY, M.A.K. *Intonation and grammar in British English*. The Hague: Mouton, 1967.

HALLIDAY, M.A.K. *Spoken and Written Language*. Oxford University Press, 1989.

HALLOWELL, B. *Aphasia and Other Acquired Neurogenic Language Disorders: A Guide for Clinical Excellence*. San Diego: Plural Publishing, 2017.

HAN, W.; ARPPE, A.; NEWMAN, J. Topic marking in a Shanghainese corpus: from observation to prediction. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory*, v. 13, n. 2, p. 291-319, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1515/c11t-2013-0014>>.

HARRIS, M. The marking of definiteness: a diachronic perspective. In: 4th INTERNATIONAL CONFERENCE ON HISTORICAL LINGUISTICS, 1979. Amsterdam. *Proceedings* [...]. Amsterdam: John Benjamins, 1979. p. 75-86.

HARRIS, Z. Distributional structure. *Word*, v. 10, n. 23, p. 146-162, 1954. DOI: <<https://doi.org/10.1080/00437956.1954.11659520>>.

HARRIS, Z. *String analysis of sentence structure*. The Hague: Mouton, 1962.

HAWKINS, J. *Definiteness and indefiniteness: a study in reference and grammaticality prediction*. London: Croom Helm, 1978. DOI: <<https://doi.org/10.1017/S0022226700006654>>.

HIRSCH-PASEK, K.; KEMLER-NELSON, D.; JUSCZYK, P.; WRIGHT, K.; DRUSS, B.; KENNEDY, L. Clauses are perceptual units for young infants. *Cognition*, v. 26, p. 269-286, 1987. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0010-0277\(87\)80002-1](https://doi.org/10.1016/S0010-0277(87)80002-1)>.

HIRST, D. UK declarative rises and the frequency code. In: HANCIL, S.; HIRST, D. *Prosody and Iconicity*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins, 2013. pp. 149-160. DOI: <<https://doi.org/10.1075/ill.13.08hir>>.

HIRST, D.; DI CRISTO, A. *Intonation systems: a survey of twenty languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HOCKETT, C. The Origin of Speech. *Scientific American*, n. 203, p. 88-111, 1960. DOI: <<https://doi.org/10.1038/scientificamerican0960-88>>.

HORNBY, P. Surface Structure and the Topic comment Distinction: A Developmental Study. *Child Development*, v. 42, p. 1975-1988, 1971. DOI: <<https://doi.org/10.2307/1127600>>.

HOTHORN, T.; HORNIK, C.; ZEILEIS, A. Unbiased recursive partitioning: A conditional inference framework. *Journal of Computational and Graphical Statistics*, v. 15, n. 3, p. 651-674, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1198/106186006X133933>>.

HUGHES, R.; McCARTHY, M. J. From sentence to discourse: discourse grammar and English Language Teaching. *TESOL Quarterly*, v. 32, n. 2, p. 263-87, 1998. DOI: <<https://doi.org/10.2307/3587584>>.

HUNDT, M.; RÖTHLISBERGER, M.; SEOANE, E. Predicting voice alternation across academic Englishes. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory*, no prelo. DOI: <<https://doi.org/10.1515/c11t-2017-0050>>.

HYMAN, L. Form and substance in language universals. In: BUTTERWORTH, B.; COMRIE, B.; DAHL, Ö. *Explanations for Language Universals*. New York; Amsterdam: Mouton Publishers, 1984. pp. 67-86. DOI: <<https://doi.org/10.1515/ling.1983.21.1.67>>.

HYMAN, L. Lexical vs. Grammatical Tone: Sorting out the Differences. In: TONAL ASPECTS OF LANGUAGES 2016 (TAL2016), 2016. Buffalo, NY. *Proceedings* [...]. Buffalo, NY, 2016. p. 6-11. DOI: <<https://www.doi.org/10.21437/tal.2016-2>>.

INBAR, A. Is subordination viable? The case of Hebrew še 'that'. *CHIMERA - Romance corpora and linguistic studies*, v. 3, p. 287-310, 2016.

INDEFREY, P.; BROWN, C.; HELLWIG, F.; AMUNTS, K.; HERZOG, H.; SEITZ, R.; HAGOORT, P. A neural correlate of syntactic encoding during speech production. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 98, p. 5933-5936, 2001. DOI: <<https://doi.org/10.1073/pnas.101118098>>.

ITAGAKI, N.; PRIDEAUX, G. Nominal properties as determinants of subject selection. *Lingua*, n. 66, p. 135-149, 1985. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0024-3841\(85\)90292-X](https://doi.org/10.1016/S0024-3841(85)90292-X)>.

IZRE'EL, S. Intonation units and the structure of spontaneous spoken language: A view from Hebrew. In: DISCOURSE PROSODY INTERFACE 2005 (IDP05), 2005. Aix-en-Provence. *Proceedings* [...]. Aix-en-Provence, 2005. p. 1-20.

IZRE'EL, S. Syntax, Prosody, Discourse and Information Structure: The Case for Unipartite Clauses. A View from Spoken Israeli Hebrew. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 4, p. 1675-1726, 2018. DOI: <<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.4.1675-1726>>.

IZRE'EL, S.; MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (ed.). *In Search for a Reference Unit of Spoken Language: A Corpus-driven Approach*. Amsterdam: John Benjamins, a sair.

JACKENDOFF, R. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambrid, Mass.: The MIT Press, 1997.

JACOBSEN, W. Switch-reference in Hokan-Coahuiltecan. In: HYMES, D.; BITTLE, W. (ed.). *Studies in Southwestern Ethnolinguistics*. Haia: Mouton, 1967.

JAKOBSON, R. Two aspects of language and two types of aphasic disturbances. In: JAKOBSON, R.; HALLE, M. *Fundamentals of Language*. The Hague: De Gruyter, 1956. p. 53-82.

JANSEN, F. Subject-Object ambiguities in spoken and written Dutch. *Linguistics in the Netherlands*, v. 22, n. 1, p. 99-109, 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1075/avt.22.11jan>>.

JANTUNEN, T.; MESCH, J.; PUUPPONEN, A.; LAAKSONEN, J. On the rhythm of head movements in Finnish and Swedish Sign Language sentences. In: SPEECH PROSODY 2016, 2016. Boston. *Proceedings* [...]. Boston, 2016. p. 850-853.

JONES, D. The History and Meaning of the Term 'Phoneme'. *Supplement to the Le Maître Phonétique*, v. 35, n. 72, p. 1-20, 1957.

JOOS, M. Description of language design. *Journal of the Acoustical Society of America*, v. 22, p. 701-708, 1950. DOI: <<https://doi.org/10.1121/1.1906674>>.

KAHANE, S.; OSBORNE, T. Translators' introduction. In: TESNIÈRE, L. *Elements of structural syntax*. Trad. Timothy Osborne e Sylvain Kahane. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2015/1959. DOI: <<https://doi.org/10.1075/z.185>>.

KAISER, S.; ICHIKAWA, Y.; KOBAYASHI, N.; YAMAMOTO, H. *Japanese: A comprehensive grammar*. 2 ed. London; New York: Routledge, 2013.

KALYAN, S. *Operationalising Cognitive Grammar: Experimental and theoretical approaches*. 2016. 221f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Faculty of Arts, Design and Social Sciences, Northumbria University, Newcastle, 2016.

KARCEVSKY, S. Sur la phonologie de la phrase. In: *Travaux du Cercle linguistique de Prague IV*. 1931. pp. 188-228.

KARLSSON, F. *Finnish: An essential grammar*. 2 ed. London; New York: Routledge, 2008.

KEENAN, E. Towards a Universal Definition of Subject. In: LI, C. (ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. pp. 303-333.

KELLY, M. Using sound solve syntactic problems: The role of phonology in grammatical category assignments. *Psychological Review*, v. 99, n. 2, p. 349-364, 1992. DOI: <<https://doi.org/10.1037/0033-295X.99.2.349>>.

KEMPEN, G.; HOENKAMP, E. An incremental procedural grammar for sentence formulation. *Cognitive Science*, v. 11, p. 201-258, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1207/s15516709cog1102_5>.

KIBRIK, A. Prosody and local discourse structure in a polysynthetic language. In: ALEXANDROV, Y. I. *et al.* (ed.) *The Fifth International Conference on Cognitive Science*. June 18-24, 2012, Kaliningrad, Russia. Abstracts, Vol. 1. Kaliningrad: MAKI, 2012. p. 80-81.

KIBRIK, A. Discourse semantics and the form of verb predicate in Karachay-Balkar: A corpus-based and experimental study. In: BICKEL, B.; GRENOBLE, L. A.; PETERSON, D. A.; TIMBERLAKE, A. (ed.). *Language typology and historical contingency*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 3-46. DOI: <<https://doi.org/10.1075/tsl.104.01kib>>.

KINKADE, M. Salish evidence against the universality of 'noun' and 'verb'. *Lingua*, v. 60, p. 25-40, 1983. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0024-3841\(83\)90045-1](https://doi.org/10.1016/0024-3841(83)90045-1)>.

KLEIN, U.; GUNTSETSEG, D.; VON HEUSINGER, K. Case in Conflict: Embedded Subjects in Mongolian. In: LAMERS, M.; SWART, P. (ed.). *Case, Word Order and Prominence: Interacting Cues in Language Production and Comprehension*. Dordrecht: Springer, 2012. pp. 43-64.

KRÁMSKY, J. *The article and the concept of definiteness in language*. The Hague; Paris: Mouton, 1972.

KRIFKA, M.; MUSAN, R. (ed.). *The expression of information structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012.

KROEGER, P. *Phrase Structure and Grammatical Relations in Tagalog*. 1991. 234f. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Linguistics, Stanford University, Stanford, 1991.

KUMASHIRO, T.; LANGACKER, R. 2003. Double-Subject and Complex Predicate Constructions. *Cognitive Linguistics*, n. 14, p. 1-45, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1515/cogl.2003.001>>.

KUZNETSOVA, J. *Linguistic profiles: going from form to meaning via statistics*. Berlin; Boston: Mouton de Gruyter, 2015.

LADEFOGED, P.; BROADBENT, D. E. Perception of sequence in auditory events. *Quarterly Journal of Experimental Psychology.*, v. 12, p. 162-170, 1960. DOI: <<https://doi.org/10.1080/17470216008416720>>.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGA, D. *Morfofonologia do verbo em changana*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2012.

LANGACKER, R. Modern Syntactic Theory: Overview and Preview. *Publications of the University of Rhodesia in Linguistics*, v. 2, p. 1-23, 1976.

LANGACKER, R. Space Grammar, Analysability, and the English Passive. *Language*, v. 58, p. 22-80, 1982.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. *Concept, Image, and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1990.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 2: Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R. Constituency, dependency, and conceptual grouping. *Cognitive Linguistics*, v. 8, p. 1-32, 1997. DOI: <<https://doi.org/10.1515/cogl.1997.8.1.1>>.

LANGACKER, R. Assessing the cognitive linguistic enterprise. In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (ed.). *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 13-60. DOI: <<https://doi.org/10.1515/9783110803464>>.

LANGACKER, R. Topic, Subject, and Possessor. In: SIMONSEN, H.; ENDRESEN, R. (ed.). *A Cognitive Approach to the Verb: Morphological and Constructional Perspectives*.

Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 2001a. p. 11-48. DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004347458_006>.

LANGACKER, R. Discourse in Cognitive Grammar. *Cognitive Linguistics*, v. 12, p. 143-188, 2001b. DOI: <<https://doi.org/10.1515/cog1.12.2.143>>.

LANGACKER, R. *Cognitive Grammar: An Introduction*. New York: Oxford University Press, 2008. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195331967.001.0001>>.

LANGACKER, R. Interactive cognition: Toward a unified account of structure, processing, and discourse. *International Journal of Cognitive Linguistics*, v. 3, n. 2, p. 95-125, 2012.

LANGACKER, R. Nominal grounding and English quantifiers. *Cognitive Linguistic Studies*, v. 3, n.1, p. 1-31, 2016a. DOI: <<https://doi.org/10.1075/cogls.3.1.01lan>>.

LANGACKER, R. Baseline and elaboration. *Cognitive Linguistics*, v. 27, p. 405-439, 2016b. DOI: <<https://www.doi.org/10.1515/cog-2015-0126>>.

LANGACKER, R. Interview with Ronald W. Langacker by Diogo Pinheiro. *Revista Linguística*, v. 14, n. 1, p. 35-47, 2018. DOI: <<http://www.dx.doi.org/10.31513/linguistica.2018.v14n1a18646>>.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511620607>>.

LARSON, R. On the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, p. 335-391, 1988.

LEECH, G. Grammars of spoken English: New outcomes of corpus-oriented research. *Language Learning*, v. 50, n. 5, p. 675-724, 2000. DOI: <<https://doi.org/10.1111/0023-8333.00143>>.

LEHISTE, I. Phonetic disambiguation of syntactic ambiguity. *Glossa*, v. 7, n. 2, p. 107-122, 1973. DOI: <<https://doi.org/10.1121/1.1982702>>.

LEVELT, W. Monitoring and self-repair in speech. *Cognition*, v. 14, p. 41-104, 1983. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0010-0277\(83\)90026-4](https://doi.org/10.1016/0010-0277(83)90026-4)>.

LEVELT, W. *Speaking: from intention to articulation*. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

LEVELT, W.; SCHRIEFERS, H. Stages of lexical access. In: KEMPEN, G. (ed.). *Natural Language Generation: New Results in Artificial Intelligence, Psychology, and Linguistics*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1987. p. 395-404.

LEVIN, B. *English Verb Classes and Alternations: A Preliminary Investigation*. Chicago, IL, USA: The University of Chicago Press, 1993.

LEWIS, F.; SOARES, L. Relationship between Semantic Paraphasias and Related Nonverbal Factors. *Perceptual and Motor Skills*, v. 91, n. 2, p. 366-372, 2000. DOI: <<https://doi.org/10.2466/pms.2000.91.2.366>>.

LI, C. (ed.). *Subject and Topic*. Santa Barbara: University of California, 1976.

LI, C.; THOMPSON, S. Subject and Topic: a new typology of language. In: LI, C. (ed.). *Subject and Topic*. Santa Barbara: University of California, 1976. p.457-489.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, v. 8, p. 249-336, 1977.

LINELL, P. *The Written Language Bias in Linguistics: Its Nature, Origins and Transformations*. London; New York: Routledge, 2005. DOI: <<https://www.doi.org/10.4324/9780203342763>>.

LOVE, R. J.; WEBB, W. G. *Neurología para los especialistas del habla y del lenguaje*. Trad. Francisca Souza, Laura Marino e Alejandra Azurmendi. Buenos Aires: Editorial Panamericana Médica S.A., 1988.

LU, C.; BATES, E.; LI, P.; TZENG, O.; HUNG, D.; TSAI, C.; LEE, S.; CHUNG, Y. Judgments of grammaticality in aphasia: The special case of Chinese. *Aphasiology*, v. 15, n. 10, p. 1021-1054, 2000. DOI: <<https://doi.org/10.1080/02687030050156593>>.

LÜDECKE, D. *sjPlot: Data Visualization for Statistics in Social Science*. R package version 2.6.0, 2018. Disponível em: <<https://CRAN.R-project.org/package=sjPlot>>. Acesso em: 13 out. 2018.

LYNCH, J. Switch-reference in Lenakel. In: HAIMAN, J.; MUNRO, P. (ed.). *Switch-reference and Universal Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. pp. 209-222. DOI: <<https://doi.org/10.1075/tsl.2.12lyn>>.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511605789>>.

MACLAY, H.; OSGOOD, C. Hesitation phenomena in spontaneous English speech. *Word*, v. 15, p. 19-44, 1959. DOI: <<https://doi.org/10.1080/00437956.1959.11659682>>.

MACWHINNEY, B. *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk*. Vol. 1. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1994.

MACWHINNEY, B. *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk*. Vol. 1. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

MALCHUKOV, A. Animacy and asymmetries in differential case marking. *Lingua*, 118, p. 203-221, 2008. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.lingua.2007.02.005>>.

MANNING, C. Probabilistic Syntax. In: BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (ed.). *Probabilistic Linguistics*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p. 289-341.

MARTIN, P. *WinPitch*. 2017. Disponível em: <<http://www.winpitch.com/>>. Acesso em: 22 set 2018.

MARUYAMA, T.; TAKANASHI, K.; UCHIMOTO, K. Clause Unit Information. In: NINJAL REPORT No. 24. *Construction of the Corpus of Spontaneous Japanese*. 2006. p.255-322. Disponível em: <http://pj.ninjal.ac.jp/corpus_center/csj/k-report-f/05.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MATOS, D. Confiabilidade e concordância entre juízes: aplicações na área educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 25, n. 59, p. 298-324, 2014.

MCCARTHY R.; WARRINGTON E. *Cognitive Neuropsychology: A Clinical Introduction*. San Diego: Academic, 2013.

McENERY, T.; HARDIE, A. *Corpus Linguistics: Method, Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MEEUSSEN, A. Bantu grammatical reconstructions. *Africana Linguistica*, v. 3, p. 79-121, 1967. DOI: <<https://doi.org/10.3406/aflin.1967.873>>.

MELLO, H. Os corpora orais e o C-ORAL-BRASIL. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *C-ORAL-BRASIL I: Corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 31-54.

MELLO, H. Methodological issues for spontaneous speech corpora compilation: The case of C-ORAL-BRASIL. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 27-68. DOI: <<https://doi.org/10.1075/scl.61.01mel>>.

MELLO, H. *Estudo empírico da fala baseado em corpus*. 2016. 269f. Tese. (Concurso Professor Titular) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MELLO, H.; RASO, T. Illocution, modality, attitude: different names for different categories. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (ed.). *Pragmatics and Prosody: Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation*. Firenze: Firenze University Press, 2011. p. 1-18. DOI: <<https://www.doi.org/10.1400/178850>>.

MELLO, H.; SILVA, L. F. L. Focus and information patterning: refining terminology and distinguishing categories in a spoken corpus. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 10, p. 138-169, 2015.

MENN, L.; O'CONNOR, M.; OBLER, L.; HOLLAND, A. *Non-fluent Aphasia in a Multilingual World*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sspc1.5>>.

METTOUCHI, A. Prosodic Segmentation and Grammatical Relations: the Direct Object in Kabyle. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 4, p. 1571-1599, 2018. DOI: <<http://www.dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.4.1571-1599>>.

METTOUCHI, A.; FRAJZYNGIER, Z. A previously unrecognized typological category: The state distinction in Kabyle (Berber). *Linguistic Typology*, v. 17, n. 1, p. 1-30, 2013. DOI: <<https://doi.org/10.1515/lity-2013-0001>>.

MEURMAN-SOLIN, A.; LÓPEZ-COUSO, M.; LOS, B. (ed.). *Information Structure and Syntactic Change in the History of English*. Oxford: Oxford University Press, 2012. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199860210.001.0001>>.

MICHAELIS, L. A. Construction Grammar. In: BROWN, K. (ed.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2 ed. Vol. 3. Oxford: Elsevier, 2006. p. 73-84.

MILLER, J. *A Critical Introduction to Syntax*. London: Continuum, 2011.

MILLER, J.; WEINERT, R. *Spontaneous Spoken Language*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MITHUN, M. The extension of dependency beyond the sentence. *Language*, v. 83, p. 69-119, 2008.

MITHUN, M. Field methods in syntactic research. In: LURAGHI, S.; PARODI, C. (ed.). *The Bloomsbury Companion to Syntax*. London; New York: Bloomsbury, 2013. p. 32-50.

MITHUN, M. Prosody and information structure: Segmentation, integration, and in between. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 297-330. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sc1.61.11mit>>.

MITTMANN, M. *O C-ORAL-BRASIL e o estudo da fala informal: um novo olhar sobre o Tópico no Português Brasileiro*. 2012. 248f. Tese. (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MITTMANN, M. Análise da estruturação de diálogos e monólogos na fala informal: quantificando as diferenças. *Domínios de Linguagem*, v. 7, p. 338-372, 2013.

MONEGLIA, M. Spoken Corpora and Pragmatics. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11, p. 479-519, 2011. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982011000200009>>.

MONEGLIA, M.; CRESTI, E. L'intonazione e i criteri di trascrizione del parlato adulto e infantile. In: BORTOLINI, U.; PIZZUTO, E. (ed.). *Il Progetto CHILDES Italia*. Pisa: Del Cerro, 1997. p. 57-90.

MONEGLIA, M.; RASO, T. Notes on Language into Act Theory (L-AcT). In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 468-495. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sc1.61.15mon>>.

MORAVICSIK, E.; WIRTH, J. *Current Approaches to Syntax, Vol. 13*. New York: Academic Press, 1980.

MUKHERJEE, J. Corpus data in a usage-based cognitive grammar. In: 23rd INTERNATIONAL CONFERENCE ON ENGLISH LANGUAGE RESEARCH ON COMPUTERIZED CORPORA (ICAME 23), 2004. Amsterdam. *Proceedings [...]*. Amsterdam: Rodopi, 2004. p. 85-100.

MÜLLER, S. Scrambling in German - Extraction in the Mittelfeld. In: 10th PACIFIC ASIA CONFERENCE ON LANGUAGE, INFORMATION AND COMPUTATION, 1995. Hong Kong. *Proceedings [...]*. Hong Kong: City University of Hong Kong, 1995. p. 79-83.

NARIYAMA, S. Subject ellipsis in English. *Journal of Pragmatics*, v. 36, p. 237-264, 2004. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(03\)00099-7](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(03)00099-7)>.

NELSON, M.; KAROUI, I.; GIBER, K.; YANG, X.; COHEN, L.; KOOPMAN, H.; CASH, S.; NACCACHE, L.; HALE, J.; PALLIER, C.; DEHAENE, S. Neurophysiological dynamics of phrase-structure building during sentence processing. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 114, p. E3669-E3678, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1701590114>>.

NENCIONI, G. *Di scritto e di parlato: Discorsi Linguistici*. Bologna: Zanichelli, 1983.

NESPOR, N.; SANDLER, W. Prosody in Israeli sign language. *Language and Speech*, v. 42, n.2, p. 143-176, 1999. DOI: <<https://doi.org/10.1177/00238309990420020201>>.

NEVINS, A.; PESETSKY, D.; RODRIGUES, C. Pirahã exceptionality: A reassessment. *Language*, v. 85, n. 2, p. 355-404, 2009. DOI: <<https://www.doi.org/10.1353/lan.0.0107>>.

NEVINS, A.; PESETSKY, D.; RODRIGUES, C. Evidence and Argumentation: A Reply to Everett (2009). *Language*, v. 85, n. 3, p. 671-681, 2009. DOI: <<https://www.doi.org/10.1353/lan.0.0140>>.

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu*. 2.ed. Maputo: Imprensa universitária, 2014.

NGUNGA, A.; SIMBINE, M. *Gramática descritiva da língua changana*. Maputo: CEA/UEM, 2012.

NICODEMUS, B.; SMITH, C. Prosody and utterance boundaries in American Sign Language interpretation. *Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, v. 32, n. 1, p. 275-285, 2006. DOI: <<http://dx.doi.org/10.3765/bls.v32i1.3465>>.

NICOLÁS MARTÍNEZ, C. *C-Or-DiAL (Corpus Oral Didáctico Anotado Lingüísticamente)*. Madrid: Liceus, 2012.

NICOLÁS MARTÍNEZ, C.; LOMBÁN SOMACARRERA, M. Mini-Corpus del español para DB-IPIC. *CHIMERA - Romance Corpora and Linguistic Studies*, v. 5, n. 2, p.95-113, 2018.

NIRENBURG, S.; LEVIN, L. Syntax-Driven and Ontology-Driven Lexical Semantics. In: PUSTEJOVSKY, J.; BERGLER, S. (ed.). *Lexical Semantics and Knowledge Representations*. Heidelberg: Springer Verlag, 1992.

NIVRE, J. *Dependency Grammar and Dependency Parsing*. MSI report 05133. Växjö University: School of Mathematics and Systems Engineering, 2005.

NOLAN, F.; JEON, H.-S. Speech rhythm: A metaphor? *Philosophical Transactions of the Royal Society of London Series B: Biological Sciences*, v. 369, p. 1-11, 2014. DOI: <<https://www.doi.org/10.1098/rstb.2013.0396>>.

NOSEK, J. Parenthesis in modern colloquial English. *Prague Studies in English*, v. 15, p. 99-116, 1973.

OROZCO, R. Pronominal Variation in Colombian Costeño Spanish. In: CARVALHO, A.; OROZCO, R.; SHIN, N. (ed.). *Subject Pronoun Expression in Spanish: A Cross-Dialectal Perspective*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2015. p. 17-38.

ORSINI, M.; VASCO, S. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. *Diadorim*, v. 2, p. 83-98, 2007. DOI: <<https://doi.org/10.35520/diadorim.2007.v2n0a3852>>.

PAK, M. *The postsyntactic derivation and its phonological reflexes*. 2008. 292f. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Linguistics, University of Pennsylvania, Philadelphia, 2008.

PALLAVI, J.; PERUMAL, R.; KRUPA, M. Quality of Communication Life in Individuals with Broca's Aphasia and Normal Individuals: A Comparative Study. *Annals of Indian Academy of Neurology*, v. 21, n. 4, p. 285-289, 2018. DOI: <https://www.doi.org/10.4103/aian.AIAN_489_17>.

PALLIER, C.; DEVAUCHELLE, A.; DEHAENE, S. Cortical representation of the constituent structure of sentences. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 108, p. 2522-2527, 2011. DOI: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1018711108>>.

PANUNZI, A.; GREGORI, L. DB-IPIC: An XML database for the representation of information structure in spoken language. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (ed.). *Pragmatics and Prosody: Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation*. Firenze: Firenze University Press, 2011. pp. 133-150. DOI: <<https://www.doi.org/10.1400/178859>>.

PANUNZI, A.; MITTMANN, M. The IPIC resource and a cross-linguistic analysis of information structure in Italian and Brazilian Portuguese. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. pp. 129-151. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sc1.61.05pan>>.

- PAUL, H. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Tübingen: M. Niemeyer, 1920.
- PAULA, R. *Aspectos de morfossintaxe shimakonde*. 2015. 171f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- PERCIVAL, K. Reflections on the history of dependency notions in linguistics. *Historiographia Linguistica*, v. 17, p. 29-47, 1990. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sihols.58.05per>>.
- PIETRANDREA, P.; KAHANE, S.; LACHERET, A.; SABIO, F. The notion of sentence and other discourse units in corpus annotation. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 331-364. DOI: <<https://doi.org/10.1075/scl.61.12pie>>.
- PINHEIRO, J.; BATES, D. *Mixed-Effects Models in S and S-PLUS*. New York: Springer-Verlag, 2000.
- POLKINGHORNE, J. *Teoria Quântica*. Trad. Iuri Abreu. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- PONTES, E. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.
- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- PRICE, P.; OSTENDORF, M.; SHATTUCK-HUFNAGEL, S.; FONG, C. The Use of Prosody in Syntactic Disambiguation. *Journal of the Acoustical Society of America*, v. 90, p. 2956-2970, 1991. DOI: <<https://www.doi.org/10.1121/1.401770>>.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- PRINCE, E. The ZPG letter: Subject, definiteness, and information-status. In: THOMPSON, S.; MANN, W. (ed.). *Discourse Description: Diverse Analyses of a Fund-Raising Text*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1992. p. 295-325. DOI: <<https://doi.org/10.1075/pbns.16.12pri>>.
- PUSTET, R. *Copulas: Universals in the Categorization of the Lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- PUUPPONEN, A.; JANTUNEN, T.; MESCH, J. The alignment of head nods with syntactic units in Finnish Sign Language and Swedish Sign language. In: SPEECH PROSODY 2016, 2016, Boston. *Proceedings* [...]. Boston, 2016. p. 168-172.
- QUINE, W. V. *Philosophy of Logic*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1970.
- R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2018.

RASO, T. O C-ORAL-BRASIL e a Teoria da Língua em Ato. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *C-ORAL-BRASIL I: corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 91-123.

RASO, T. Fala e escrita: meio, canal, consequências pragmáticas e linguísticas. *Domínios de Linguagem*, v. 7, n. 2, p. 12-46, 2013.

RASO, T. Prosodic constraints for discourse markers In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 411-468. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sc1.61.14ras>>.

RASO, T.; CAVALCANTE, F. MITTMANN, M. Prosodic forms of the Topic information unit in a cross-linguistic perspective: a first survey. *La comunicazione parlata/Spoken communication*. Roma: Aracne editrice, 2017. p. 473-498.

RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *C-ORAL-BRASIL I: corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. DOI: <<https://doi.org/10.1075/sc1.61>>.

RASO, T.; MITTMANN, M.; MENDES, A. O papel da pausa na segmentação prosódica de corpora de fala. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 23, p. 883-922, 2015. DOI: <<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.23.3.883-922>>.

RASO, T.; VIEIRA, M. A description of Dialogic Units/Discourse Markers in spontaneous speech corpora based on phonetic parameters. *CHIMERA - Romance Corpora and Linguistic Studies*, v. 3, p. 221-249, 2016.

RAUH, G. *Syntactic Categories: Their Identification and Description in Linguistic Theories*. New York: Oxford University Press, 2010.

REGO, S. *Descrição Sistémico-Funcional da Gramática do Modo Oração das Orações em Nyungwe*. 2012. 268f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

REINHART, T. Whose Main Clause? Point of View in Sentences with Parentheticals. In: KUNO, S. (ed.). *Harvard Studies in Syntax and Semantics*. Vol 1. Cambridge, Mass.: Department of Linguistics, Harvard University, 1975. p.127-171.

REINHART, T. Pragmatics and Linguistics: An Analysis of Sentence Topics. *Philosophica*, v. 27, p. 53-94, 1981.

ROCHA, B. *Características prosódicas do tópico em PE e o uso do pronome lembrete*. 2012. 264f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ROCHA, B. *Uma metodologia empírica para a identificação e descrição de ilocuções e a sua aplicação para o estudo da Ordem em PB e italiano*. 2016. 266f. Tese. (Doutorado

em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ROCHA, B. M. *A unidade informacional de introdutor locutivo no português brasileiro: uma análise baseada em corpus*. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROHRMAN, N. More on the recall of nominalizations. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 9, p. 534-536, 1970. DOI: <[https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(70\)80097-4](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(70)80097-4)>.

ROJO, G. La explotación de la Base de Datos Sintácticos del español actual. In: DE KOCK, J. (ed.). *Lingüística con corpus*. Universidad de Salamanca, 2001.

ROSS, J. *Constraints on variables in syntax*. 1967. 523f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Department of Modern Languages and Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1967.

ROSS, J. *Infinite Syntax!* Norwood, New Jersey: ALEX, 1986.

ROSS, K.; WERTZ, R. Quality of life with and without aphasia. *Aphasiology*, v. 17, n. 4, p. 355-364, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1080/02687030244000716>>.

SABIO, F. Phrases et constructions verbales: Quelques remarques sur les unités syntaxiques dans le français parlé. In: LEBAUD, D.; PAULIN, C.; PLOOG, K. (ed.). *Constructions verbales et production de sens*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006.

SANDLER, W. Prosody and syntax in sign language. *Transactions of the Philological Society*, v. 108, n. 3, p. 298-328, 2010. DOI: <<https://www.doi.org/10.1111/j.1467-968X.2010.01242.x>>.

SANTOS, S.; BOSSAGLIA, G. Morphosyntactic, prosodic, functional and distributional description of the information unit of Parenthesis in spoken Brazilian Portuguese. *Caletroscópio*, v. 6, n. especial III Diverminas, p. 37-63, 2018.

SAUERLAND, U. *Experimental Evidence for Complex Syntax in Pirahã*. 2010. Disponível em: <<https://ling.auf.net/lingbuzz/001095>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SCHACHTER, P. The subject in Philippine languages: topic, actor, actor-topic or none of the above. In: LI, C. (ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 491-518.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers: semantic resource for the construction of conversation*. 1982. Tese. (Doutorado em Linguística) – Graduate Faculties, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1982.

SCHWEGLER, A. Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese – A change in progress. *Orbis*, v. 34, p.187-214, 1991. DOI: <<https://www.doi.org/10.2143/ORB.34.0.2013017>>.

SCHMIDT, T. The Research and Teaching Corpus of Spoken German – FOLK. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION (LREC '14), 9th, 2014, Reykjavic. *Proceedings* [...]. Reykjavic: European Language Resources Association (ELRA), 2014. p. 383-387.

SCOTT, D. Duration as a cue to the perception of a phrase boundary. *J. Acoustical Society of America*, v. 71, p. 996-1007, 1982. DOI: <<https://www.doi.org/10.1121/1.387581>>.

SEOANE, E. Givenness and Word Order: A Study of Long Passives from Early Modern English to Present-Day English. In: MEURMAN-SOLIN, A.; LÓPEZ-COUSO, M.; LOS, B. (ed.). *Information Structure and Syntactic Change in the History of English*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 139-163. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199860210.001.0001>>.

SHANNON, C. A mathematical theory of communication. *Bell System Technical Journal*, v. 27, p. 379-423, 1948. DOI: <<https://doi.org/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x>>.

SHAPIRO, K.; CARAMAZZA, A. Grammatical processing of nouns and verbs in left frontal cortex? *Neuropsychologia*, v. 41, n. 9, p. 1189-1198, 2003. DOI: <[https://www.doi.org/10.1016/s0028-3932\(03\)00037-x](https://www.doi.org/10.1016/s0028-3932(03)00037-x)>.

SHAPIRO, K.; MOO, L.; CARAMAZZA, A. Cortical signatures of noun and verb production. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 103, p. 1644-1649, 2006. DOI: <<https://www.doi.org/10.1073/pnas.0504142103>>.

SHAPIRO, K.; SHELTON, J.; CARAMAZZA, A. Grammatical class in lexical production and morphological processing: Evidence from a case of fluent aphasia. *Cognitive Neuropsychology*, v. 17, n. 8, p. 665-682, 2000. DOI: <<https://www.doi.org/10.1080/026432900750038281>>.

SHATTUCK, S. R. *Speech errors: An analysis*. Unpublished doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1974.

SILBER-VAROD, V. *The SpeeCHain Perspective: Prosody-Syntax Interface in Spontaneous Spoken Hebrew*. 2011. 224f. Tese. (Doutorado em Linguística) – The Lester & Sally Entin Faculty of Humanities, Tel Aviv University, Tel Aviv, 2011.

SILVA, L. F. L. *Negação verbal no Português Brasileiro: Aspectos teórico-metodológicos em estudo baseado em corpus*. 2016. 177f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVERSTEIN, M. Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, R. *Grammatical categories in Australian languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976. pp. 112-171.

SIGNORINI, S. *Topic e soggetto in corpora di italiano parlato spontaneo*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Dipartimento di Linguistica, Università degli Studi di Firenze, Firenze, 2005.

SORENSEN, J.; COOPER, W.; PACCIA, J. Speech timing of grammatical categories. *Cognition*, v. 6, p. 135-153, 1978. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0010-0277\(78\)90019-7](https://doi.org/10.1016/0010-0277(78)90019-7)>.

STEIN, J. *Stroke and the Family: A New Guide*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2004.

STIRLING, L. *Switch-Reference and Discourse Representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511597886>>.

STRANGERT, E. Speech Chunks in Conversation: Syntactic and Prosodic Aspects. In: SPEECH PROSODY 2004, 2004. Nara. *Proceedings* [...]. Nara, 2004. p. 305-308.

SZMRECSANYI, B.; GRAFMILLER, J.; BRESNAN, J.; ROSENBACH, A.; TAGLIAMONTE, S.; TODD, S. Spoken syntax in a comparative perspective: The dative and genitive alternation in varieties of English. *Glossa: a journal of general linguistics*, n. 2, vol. 1, p. 1-27, 2017. DOI: <<http://doi.org/10.5334/gjgl.310>>.

't HART, J.; COLLIER, R.; COHEN, A. *A perceptual study on intonation: An experimental approach to speech melody*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511627743>>.

TAGLICHT, J. Constraints on Intonational phrasing in English. *Journal of Linguistics*, v. 34, p. 181-211, 1998. DOI: <<https://doi.org/10.1017/S0022226797006877>>.

TALMY, L. Figure and ground in complex sentences. In: GREENBERG, J. (ed.). *Universals of Human Language*. Vol. 4, Syntax. Stanford, CA: Stanford University Press, 1978. p. 625-649.

TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. 1: Concept Structuring Systems. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

TANG, G.; BRENTARI, D.; GONZÁLEZ, C.; SZE, F. Crosslinguistic variation in the use of prosodic cues: The case of blinks. BRENTARI, D. (ed.). *Sign languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 519-542. DOI: <<https://doi.org/10.1017/CB09780511712203>>.

TESNIÈRE, L. *Elements of structural syntax*. Trad. Timothy Osborne e Sylvain Kahane. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2015/1959. DOI: <<https://doi.org/10.1075/z.185>>.

TOMLIN, R. Focal attention, voice, and word order. In: DOWNING, P. NOONAN, M. (ed.). *Word Order in Discourse*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 517-554. DOI: <<https://doi.org/10.1075/tsl.30.18tom>>.

TOMLIN, R.; MYACHYKOV, A. Attention and salience. In: DABROWSKA, E.; DIVJAK, D. (ed.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin; Boston: De Gruyter Mouton, 2015. p. 31-53. DOI: <<https://doi.org/10.1515/9783110292022-003>>.

VAN DER WAL, J. Subject agreement and the EPP in Bantu agreeing inversion. *Cambridge Occasional Papers in Linguistics*, v. 6, p. 201-236, 2012.

VAN EIJK, P.; HESS, T. Noun and verb in Salish. *Lingua*, v. 69, p. 319-331, 1986. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0024-3841\(86\)90061-6](https://doi.org/10.1016/0024-3841(86)90061-6)>.

VIRTANEN, T. Given and new information in adverbials: Clause-initial adverbials of time and place. *Journal of Pragmatics*, v. 17, n. 2, p. 99-115, 1992. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0378-2166\(92\)90036-B](https://doi.org/10.1016/0378-2166(92)90036-B)>.

VOGELS, J.; VAN BERGEN, G. Where to place inaccessible subjects in Dutch: The role of definiteness and animacy. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory*, n. 13, vol. 2, p. 369-398, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1515/cllt-2013-0021>>.

VON HEUSINGER, K. Information structure and the partition of sentence meaning. In: HAJICOVÁ, E.; SGALL, P.; HANA, J.; HOSKOVEC, T. *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*. Vol. 4. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2002. pp. 275-308. DOI: <<https://doi.org/10.1075/plcp.4>>.

YAIRI, E.; GINTAUTAS, J.; AVENT, J. Disfluent Speech Associated with Brain Damage. *Brain and Language*, v. 14, p. 49-56, 1981. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0093-934X\(81\)90063-8](https://doi.org/10.1016/0093-934X(81)90063-8)>.

YAMAMOTO, M. *Animacy and Reference: a cognitive approach to corpus linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999. DOI: <<https://doi.org/10.1075/slcs.46>>.

YODER, B. Syntactic underspecification in Riau Indonesian. *Work Papers of the Summer Institute of Linguistics: University of North Dakota Session*, Grand Forks, v. 50, p. 1-15, 2010. DOI: <<https://www.doi.org/10.31356/silwp.vol50.01>>.

ZAENEN, A.; CARLETTA, J.; GARRETSON, G.; BRESNAN, J.; KOONTZ-GARBODEN, A.; NIKITINA, T.; O'CONNOR, M.; WASOW, T. Animacy encoding in English: why and how. In: ACL WORKSHOP ON DISCOURSE ANNOTATION, 2004, Barcelona. *Proceedings [...]*. East Stroudsburg, PA: Association for Computational Linguistics, 2004. np.

ZEC, D.; INKELAS, S. Prosodically constrained syntax. In: INKELAS, S.; ZEC, D. (ed.). *The Phonology-Syntax Connection*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1990.

ZELLER, J. On the subject marker in Kinyarwanda. *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, v. 26, n. 4, p. 407-428, 2008a. DOI: <<https://doi.org/10.2989/SALALS.2008.26.4.1.673>>.

ZELLER, J. The subject marker in Bantu as an antifocus marker. *Stellenbosch Papers in Linguistics*, v. 38, p. 221-254, 2008b. DOI: <<https://www.doi.org/10.5774/38-0-31>>.

ZIMMERMANN, M.; FÉRY, C. (ed.). *Information structure: Theoretical, typological, and experimental perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2010. DOI: <<https://www.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199570959.001.0001>>.